

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

ARENA ou ARENAs?

A coesão partidária da legenda do regime em três estados brasileiros

Rafael Machado Madeira

**Dissertação de Mestrado apresentada
como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em
Ciência Política – PPG Ciência
Política/UFRGS.**

Orientação: André Marengo dos Santos

Porto Alegre - 2002

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

ARENA ou ARENAs?

A coesão partidária da legenda do regime em três estados brasileiros

Rafael Machado Madeira

Banca examinadora:

Prof. Timothy Power [Florida International University]

Profa. Céli Regina Jardim Pinto [UFRGS]

Prof. Carlos Schmidt Arturi [UFRGS]

Prof. André Marengo dos Santos [UFRGS, orientador]

Sumário

Resumo	6
Abstract	6
Resumé	7
Tabelas e gráficos	8
Agradecimentos	12
Dedicatória	14
Introdução	15
Capítulo 1 – O partido do regime militar brasileiro (1965/1979): definição conceitual, do objeto e da abordagem utilizados na presente análise	20
1.1 – Disciplina e coesão partidária: uma tentativa de distinção analítica....	20
1.2 – Polarização e coesão partidária: o papel das clivagens partidária na produção de coesão.....	27
1.3 – Seleção de candidatos e coesão partidária: a operacionalização dos conceitos de “integração vertical” e “integração horizontal”.....	30
1.4 – Dificuldades no processo de formação da ARENA e a relação do novo partido governista com o regime militar.....	34
1.5 – Origem partidária e seleção de candidatos: dificuldades e avanços na tentativa de acomodação das antigas clivagens partidárias.....	44
1.6 – Divisão x coesão interna: reflexos das clivagens partidárias nas bancadas eleitas pela ARENA à Câmara dos Deputados.....	46
1.7 – Por que estes estados? Justificativa, hipótese e abordagem utilizadas para a análise das bancadas arenistas gaúcha, paulista e baiana.....	48
1.8 – A importância das bancadas federais enquanto espaço privilegiado para a análise da coerção do partido do regime.....	51

1.9 – Ruptura e continuidade: o êxito relativo dos militares no propósito de criação de um novo sistema partidário.....	54
1.10 - O descompasso entre militância partidária e carreira política e suas conseqüências para a presente análise.....	55
1.11 - Os “puros”: parlamentares cuja primeira filiação partidária se dá na ARENA.....	57
1.12 - A escolha das trajetórias analisadas: os diferentes partidos e sua importância na formação das bancadas federais da ARENA gaúcha, paulista e baiana.....	58

Capítulo 2 – Os Antecedentes do bipartidarismo: peculiaridades do sistema partidário-eleitoral de 1945/1965 no Rio Grande do Sul, São Paulo e Bahia.....	60
2.1 – Resultados eleitorais e dinâmica do sistema partidário gaúcho: 1945-1964.....	60
2.2 – Resultados eleitorais e dinâmica do sistema partidário paulista: 1945-1964.....	67
2.3 – Resultados eleitorais e dinâmica do sistema partidário baiano: 1945-1964.....	78

Capítulo 3 – A ARENA gaúcha: integração vertical e estabilidade de carreiras políticas.....	86
3.1 – A ARENA no Rio Grande do Sul: dinâmica interna e resultados eleitorais.....	86
3.2 – Os deputados federais gaúchos: trajetória dos arenistas eleitos para a Câmara dos Deputados.....	96
3.2.1 – A exceção que confirma a regra? A trajetória de um remanescente do PTB na ARENA gaúcha.....	97
3.2.2 – PSD: homogeneidade e estabilidade nas trajetórias caracterizando o “núcleo duro” da ARENA gaúcha.....	100
3.2.3 – A “ideologia libertadora” condicionando a trajetória dos remanescentes do PL na ARENA gaúcha.....	109

3.2.4 – O PDC e o governo estadual: as trajetórias dos ex-pedecistas e a importância dos governos Ildo Meneguetti para o aumento da coesão da ARENA gaúcha.....	113
3.2.5 – Peculiaridades dos remanescentes da UDN gaúcha: peso inexpressivo nas bancadas, cassação de mandatos e transposição de fronteiras políticas.....	117
3.2.6 – Integração vertical: experiência pré-Câmara e vinculação prévia ao partido condicionando o perfil dos puros no RS.....	120
3.2.7 – O perfil dos deputados federais eleitos pela ARENA riograndense.....	122
3.3 – A herança arenista: a coesão da ARENA gaúcha viabilizando a manutenção do partido do regime no estado.....	124

Capítulo 4 – A ARENA paulista: heterogeneidade e recrutamento lateral..... 131

4.1 – A ARENA em São Paulo: dinâmica interna e resultados eleitorais...	131
4.2 – Os deputados federais paulistas: trajetórias dos arenistas eleitos para a Câmara dos Deputados.....	140
4.2.1 – O peso dos puros: o núcleo-duro das bancadas federais arenistas em São Paulo.....	143
4.2.2 – Inimigos até a véspera? A eleição de cinco ex-emedebistas no partido do regime em São Paulo.....	148
4.2.3 – Um partido catch-all: a presença de dois trabalhistas nas bancadas federais da ARENA paulista.....	152
4.2.4 – A UDN paulista: seu peso nas bancadas arenistas e as relações entre os remanescentes deste partido e os governos militares.....	154
4.2.5 – Trajetórias heterogêneas e peso reduzido nas bancadas arenistas: os remanescentes do PSD e do PTN na ARENA paulista.....	160
4.2.6 – O PSP paulista: força eleitoral e marginalização política.....	164
4.2.7 – Os remanescentes do PDC paulista: carreiras instáveis e vínculos precários com o partido.....	169
4.2.8 – O perfil dos deputados federais eleitos pela ARENA paulista.....	171

4.3 – A herança arenista: heterogeneidade e divisão interna possibilitando a emergência de uma liderança dissidente em relação ao governo federal.....	173
Capítulo 5 – A ARENA baiana: trajetórias estáveis e lealdades pessoais.....	183
5.1 – A ARENA na Bahia: dinâmica interna e resultados eleitorais.....	183
5.2 – Os deputados federais baianos: trajetórias dos arenistas eleitos para a Câmara dos Deputados.....	192
5.2.1 – Pássaros fora do ninho? A presença de dois ex-petebistas e de um ex-emedebista na ARENA baiana.....	193
5.2.2 – Os puros na Bahia: divisão interna, experiência prévia e integração horizontal.....	197
5.2.3 – UDN: homogeneidade e estabilidade nas trajetórias caracterizando o núcleo-duro da ARENA baiana.....	201
5.2.4 – Estabilidade e experiência: a presença dos ex-perrepistas nas bancadas arenistas baianas.....	210
5.2.5 – Inimigos até a véspera: a presença de dois ex-pessedistas nas bancadas baianas.....	214
5.2.6 – O perfil dos deputados federais eleitos pela ARENA baiana.....	216
5.3 – A herança arenista: a consolidação da liderança de Antônio Carlos Magalhães e a divisão e reagrupamento das antigas correntes arenistas no estado.....	218
Considerações Finais.....	224
Referência Bibliográfica.....	233
Anexo A.....	239
Anexo B.....	240

Resumo

O presente estudo tem como objetivo principal analisar a coesão das bancadas federais da ARENA em três estados brasileiros (Rio Grande do Sul, São Paulo e Bahia), utilizando como parâmetro o exame da trajetória partidária dos deputados federais arenistas eleitos entre 1966 e 1978 à Câmara dos Deputados. Coesão esta que será mensurada a partir de aspectos como a origem e migração partidárias, o tempo de investimento na carreira até a conquista de um mandato na Câmara dos Deputados e os cargos anteriormente ocupados, que se constituem nas principais variáveis levadas em consideração para traçar o perfil das bancadas arenistas. A perspectiva adotada toma a história e a dinâmica político-partidária e eleitoral peculiares a cada estado como um pano de fundo privilegiado para uma maior compreensão do objeto a ser analisado, de suas nuances e idiosincrasias. Com base nesta análise, pretende-se identificar o grau de influência que a “herança” arenista exerceu, com o advento da Nova República, na configuração dos partidos de direita dos três estados examinados.

Abstract

The present study aims mainly at analyzing the cohesion of ARENA's federal benches in three Brazilian states (Rio Grande do Sul, São Paulo and Bahia), taking as parameter the examination of the political trajectory of ARENA's federal congressmen elected for the Congress from 1966 to 1978. This cohesion will be measured based on aspects such as their political origins and party migrations, the time invested in their career until conquering a term of office in the Congress and the functions previously occupied by each one, which constitute the main variables taken into account in order to outline the profile of ARENA's branches. The adopted perspective takes the history and electoral party-liner dynamics particular to each state as a privileged background in order to build a better comprehension both of the issue being analyzed and its nuances and idiosyncrasies. Based on this analysis, this paper intends to identify the degree of influence that ARENA's “heritage” exerted, with the advent of the New Republic (1985-1990), over the constitution of rightist parties of the three states studied.

Resumé

Cette étude a pour but d'analyser surtout l'unité de l'ensemble des députés fédéraux du parti ARENA (Aliance Renovatrice Nationale) dans trois états brésiliens (Rio Grande do Sul, São Paulo et Bahia), en utilisant en tant que paramètre pour l'analyse l'examen du parcours dans le parti des députés fédéraux "arénistes" (membres du parti ARENA) élus à la Chambre des députés. Cette unité-là sera mesurée par les aspects suivants: l'origine et les déplacements en ce qui concerne les partis politiques, le temps consacré à la carrière jusqu'à la conquête d'un mandat de député et les postes occupés par ceux-ci antérieurement. Ces aspects-là sont les principales variables prises en compte afin de construire un profil de l'ensemble des députés arénistes. La perspective adoptée prend l'histoire et la dynamique politique, électorale et des partis, particulières à chaque état en tant qu'un décor pour une compréhension plus grande de l'objet à être analysé, de ses nuances et de ses idiosyncrasies. Ayant cette analyse pour base, nous avons l'intention d'identifier le degré de l'influence aréniste, avec l'avent de la Nouvelle République (1985-1990) sur l'organisation des partis de droite dans les trois états analysés.

Tabelas e Gráficos

Capítulo 1

Tabela 1 – Filiação a ARENA e ao MDB dos membros dos antigos partidos na Câmara Federal, 1966.....	38
---	----

Capítulo 2

Tabela 1 – Representação partidária na Câmara dos Deputados - RS.....	61
Tabela 2 – Representação partidária na Câmara dos Deputados - SP.....	68
Tabela 3 – Representação partidária na Câmara dos Deputados - BA.....	79

Capítulo 3

Tabela 1 – Representação partidária na Câmara dos Deputados, RS - 1966/1978..	87
Tabela 2 – Filiação aos antigos partidos: ARENA - RS.....	97
Tabela 3 – Trajetória política dos deputados arenistas gaúchos, PTB - 1966.....	98
Tabela 4 – Trajetória política dos deputados arenistas gaúchos, PSD - 1966.....	101
Tabela 5 – Trajetória política dos deputados arenistas gaúchos, PSD - 1970.....	104
Tabela 6 – Trajetória política dos deputados arenistas gaúchos, PSD - 1974.....	105
Tabela 7 – Trajetória política dos deputados arenistas gaúchos, PSD - 1978.....	107
Tabela 8 – Trajetória política dos deputados arenistas gaúchos, PL - 1966.....	110
Tabela 9 – Trajetória política dos deputados arenistas gaúchos, PL – 1970/1974.....	112
Tabela 10 – Trajetória política dos deputados arenistas gaúchos, PDC - 1966.....	113
Tabela 11 – Trajetória política dos deputados arenistas gaúchos, PDC - 1970.....	115

Tabela 12 – Trajetória política dos deputados arenistas gaúchos, PDC - 1974...	116
Tabela 13 – Trajetória política dos deputados arenistas gaúchos, PDC - 1978.....	117
Tabela 14 – Trajetória política dos deputados arenistas gaúchos, UDN – 1966...	118
Tabela 15 – Trajetória política dos deputados arenistas gaúchos, UDN – 1970...	119
Tabela 16 – Trajetória política dos deputados arenistas gaúchos, UDN – 1978...	121
Tabela 17 – Representação partidária na Câmara dos Deputados, RS 1982 e 1986.....	124

Capítulo 4

Tabela 1 – Representação partidária na Câmara dos Deputados, SP - 1966/1978.....	132
Tabela 2 – Filiação aos antigos partidos: ARENA - SP.....	142
Tabela 3 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, ARENA – 1966.....	143
Tabela 4 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, ARENA – 1970.....	144
Tabela 5 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, ARENA – 1974.....	145
Tabela 6 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, ARENA – 1978.....	146
Tabela 7 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, MDB – 1970... ..	148
Tabela 8 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, MDB – 1974....	149
Tabela 9 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, MDB – 1978....	151
Tabela 10 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, PTB – 1966....	152
Tabela 11 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, PTB – 1970....	153

Tabela 12 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, UDN – 1966..	154
Tabela 13 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, UDN – 1970..	157
Tabela 14 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, UDN – 1974..	158
Tabela 15 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, UDN –1978...	159
Tabela 16 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, PSD – 1966....	160
Tabela 17 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, PTN – 1966...	162
Tabela 18 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, PTN – 1970...	163
Tabela 19 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, PSP – 1966....	165
Tabela 20 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, PSP – 1970....	166
Tabela 21 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, PSP – 1974....	167
Tabela 22 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, PSP – 1978....	168
Tabela 23 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, PDC – 1966...	169
Tabela 24 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, PDC – 1970...	170
Tabela 25 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, PDC – 1978...	171
Tabela 26 – Representação partidária na Câmara dos Deputados, SP 1982 e 1986.....	173

Capítulo 5

Tabela 1 – Representação partidária na Câmara dos Deputados, BA - 1966/1978.....	184
Tabela 2 – Filiação aos antigos partidos: ARENA - BA.....	192
Tabela 3 – Trajetória política dos deputados arenistas baianos, PTB - 1966.....	193
Tabela 4 – Trajetória política dos deputados arenistas baianos, PTB - 1970/1974.....	194
Tabela 5 – Trajetória política dos deputados arenistas baianos, PTB - 1978.....	195

Tabela 6 – Trajetória política dos deputados arenistas baianos, MDB - 1966.....	196
Tabela 7 – Trajetória política dos deputados arenistas baianos, ARENA - 1966..	197
Tabela 8 – Trajetória política dos deputados arenistas baianos, ARENA - 1970..	198
Tabela 9 – Trajetória política dos deputados arenistas baianos, ARENA - 1974..	199
Tabela 10 – Trajetória política dos deputados arenistas baianos, ARENA–1978.	200
Tabela 11 – Trajetória política dos deputados arenistas baianos, UDN - 1966.....	202
Tabela 12 – Trajetória política dos deputados arenistas baianos, UDN – 1970....	205
Tabela 13 – Trajetória política dos deputados arenistas baianos, UDN - 1974.....	206
Tabela 14 – Trajetória política dos deputados arenistas baianos, UDN - 1978.....	208
Tabela 15 – Trajetória política dos deputados arenistas baianos, PR - 1966.....	210
Tabela 16 – Trajetória política dos deputados arenistas baianos, PR - 1970.....	212
Tabela 17 – Trajetória política dos deputados arenistas baianos, PR - 1974/1978.....	212
Tabela 18 – Trajetória política dos deputados arenistas baianos, PSD - 1966.....	214
Tabela 19 – Trajetória política dos deputados arenistas baianos, PSD 1970/74/78.....	215
Tabela 20 – Representação partidária na Câmara dos Deputados, BA 1982 e 1986.....	218

Anexo A

Gráfico 1 – Profissão dos parlamentares arenistas - BA, SP e RS (1966 - 1978).....	239
--	-----

Agradecimentos

Aos meus pais, os universitários Maria Ceci Jacques Machado e José Pedro Monteiro Madeira, que me apoiaram e vibraram a cada conquista. Aos meus irmãos: o “*mano velho*” Marcelo, ecólogo que é referência em sua área no estado. Daniela, minha companheira de “*pé no chão*” nos tempos de moleque, jornalista que alia como ninguém dinamismo e sensibilidade. Simone, a “*mãezona*” da casa e um promissor projeto de arquiteta. E, por fim, a “*rapa do tacho*” Ricardo, que começa a trilhar os sinuosos caminhos das Ciências Sociais e do, quiçá mais sinuoso ainda, caminho das cordas de seu cavaquinho.

À “vó Ceci”, que de Uruguaiana sempre mandou seu carinho, força, estímulo, doces, sorvetes... À minha madrinha, tia Lelá, pela constante preocupação e interesse com o seu “Che Guevara”. Apoio certo em todas as horas. À tia Beta, também sempre presente. Aos demais tios, tias, primos e primas.

À minha “segunda família”: tia Nilce, Márcio, Bruna e Peco, que me acompanham ao longo dos últimos 22 anos. Tio Cláudio! Exemplo de vida que deve ser seguido por todos nós, sempre presente em nossas lembranças, almas e corações.

Aos amigos de longa data: Tais Colvero e Diego Dutra. A amizade de vocês é uma benção que espero ter sempre a honra de levar comigo.

Aos companheiros de estrada: Morgana, Andréa, Vanessa, Devino, Igor, Eliana, Saidelles, Giovana, Alessandro, Daniel, Ana e Marilaine. Por tudo que aprendi e cresci ao lado de vocês.

À Regina e Patrícia, minhas mestras de Francês, com as quais aprender uma nova língua é sempre uma atividade prazerosa. À Paola, pelo *resumé*, e ao Daniel e à Laura, pelo *abstract*. Ao Daniel, pela paciente e rigorosa revisão do texto.

Aos professores Céli Regina Jardim Pinto e Carlos Schmidt Arturi, do PPG - Ciência Política desta Universidade e ao professor Timothy J. Power, da Florida International University, pela participação na banca e pelas sugestões e críticas, que muito contribuíram para a versão final deste trabalho, bem como para a elaboração de projetos futuros.

Ao André, mais que um orientador, um companheiro desde a minha iniciação na pesquisa acadêmica: por poder contar sempre com o teu estímulo, amizade e conhecimento ao longo destes sete anos de convívio, desde a “Política I”.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na qual fui um dos poucos brasileiros que teve o privilégio de estudar. Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política desta Universidade e aos seus professores. Ao NUPERGS que, através do seu pessoal, Manoel, Leci e todos os bolsistas que passaram ou estão passando por lá, me possibilitaram o acesso, entre outras fontes; ao Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, que foi fundamental para a realização desta dissertação. E, por fim (mas não menos importante) à CAPES, pela possibilidade de dois anos de financiamento público através de bolsa, para que pudesse me dedicar exclusivamente ao mestrado.

Porto Alegre, abril de 2002.

Dedicatória

À Rafaela de Quadros Rigoni!

Estas 240 páginas são muito mais que palavras, números e tabelas. Elas representam os últimos dois anos e meio da minha vida! Dois anos e meio de alegrias, tristezas, desafios, dificuldades, recompensas e sacrifícios. E tu, com teu carinho, compreensão e força, soubeste me ajudar a cada momento, sendo fundamental para que eu conseguisse superar todas as dificuldades e incertezas, que não foram poucas, para chegar até aqui.

Tu és a principal razão para eu continuar. Muito mais que esta dissertação, dedico a ti o meu amor, meu respeito e minha vida.

Introdução

Tanto nos debates acadêmicos, como nos debates jornalísticos, quando o tema em pauta constitui-se no sistema partidário ou nos partidos políticos no Brasil, um dos poucos pontos pacíficos diz respeito à importância e ao peso dos partidos considerados de direita na política brasileira. A simples constatação de que tais partidos sempre estiveram à frente do poder Executivo Federal (à exceção do curto mandato do petebista João Goulart – 1961-64) e da grande maioria dos governos estaduais e prefeituras ao longo de toda a história política brasileira já justifica tanto o esforço de tomá-los como parâmetro de análise como uma reflexão acerca da formação e das principais características próprias destas organizações partidárias.

No que tange a este debate no âmbito da Ciência Política brasileira, desde o fim dos anos setenta e início dos oitenta identificam-se esforços significativos que visam a embrenhar-se neste tema e que possibilitam uma compreensão maior e mais precisa da história e da evolução do pensamento e da organização da direita (ou melhor: “direitas”) brasileira ao longo dos últimos quase 60 anos da nossa história. No que diz respeito ao período democrático de 1945/1964, estudos como os de Benevides (1981) e Hipólito (1985), que têm como foco central de análise respectivamente a UDN e o PSD, podem ser considerados como alguns dos maiores e mais bem-sucedidos exemplos nesse sentido. Como análises mais abrangentes, que examinam os partidos políticos conjuntamente, bem como suas relações com o governo federal e com o eleitorado, pode-se destacar os estudos de Sousa (1976) e Lavareda (1991).

Com relação ao período que se inicia após o advento da Nova República, identificam-se alguns esforços mais esparsos e de menor fôlego, que abordam esta temática. Aqui, os estudos sobre a direita e o seu desempenho eleitoral em São Paulo,

elaborados principalmente por Pierucci, sobre o caráter partidário dos últimos governos brasileiros (Meneghello, 1998) e o recente estudo de Meneguello, Mainwaring e Power (2000), também se destacam como importantes contribuições para a análise e compreensão do pensamento e dos partidos de direita no Brasil.

Entretanto, ao se examinar a bibliografia especializada sobre o tema, chama a atenção a escassez de estudos acerca da ARENA. Tendo sido o maior partido de direita no país, a ARENA agrupou quadros partidários dos mais variados matizes no seu interior¹, aspecto este que indica a complexidade existente na formação do partido e na relação entre seus diferentes grupos internos. A identificação desta complexidade² já justifica, por si só, o esforço que se pretende empreender de uma análise mais detida a respeito da constituição e da dinâmica interna deste partido. Além deste aspecto, a ARENA constituiu-se na matriz de onde foram iniciados na política vários dos principais expoentes dos partidos considerados de direita atualmente.

Este último aspecto tangencia um ponto que merece uma maior atenção, uma vez que é central na análise que se pretende realizar. Torna-se importante questionar-se sobre qual seria a importância da análise da coesão partidária da ARENA. No contexto da ditadura militar brasileira, a constante ameaça de cassações, a centralização do processo decisório no Executivo (controlado pelos militares e fora do alcance do partido governista) e o recurso da fidelidade partidária nas votações do Congresso Nacional são apenas três dos mecanismos lançados pelo regime para assegurar o controle sobre a atuação dos arenistas, visando a garantir a unidade do partido.

No entanto, como explicar a existência, após a liberalização do regime, de diferenças substanciais no destino do partido sucessor da ARENA (o PDS) no Rio Grande do Sul, São Paulo e Bahia? Uma vez extinto o bipartidarismo e findos os principais condicionantes que garantiram a unidade das forças governistas em um

¹ Ao longo deste trabalho, várias serão as referências a respeito da heterogeneidade encontrada no interior dos quadros arenistas. Com relação à ARENA mineira, Fleischer (1973 – 1976 – 1977) possui um conjunto de artigos em que alguns destes aspectos, basicamente a origem social, o tipo de carreira prévia e os padrões de recrutamento identificado entre os deputados federais e estaduais mineiros eleitos entre 1945 e 1975, são objeto de análise.

² Complexidade esta que também é identificada no partido oposicionista. Para uma análise deste aspecto no MDB nacional, ver Kinzo (1988); e em particular em São Paulo, ver Melhem (1998).

mesmo partido, como explicar diferenças significativas entre os estados, como a manutenção da ARENA/PDS no Rio Grande do Sul, que ainda é identificada no PPB atualmente, a divisão que se verificou na ARENA paulista logo nos primeiros anos da Nova República e a migração do PDS para o PFL e PMDB na Bahia? Como explicar a ascensão de lideranças personalistas em São Paulo e na Bahia, em contraposição a uma dinâmica partidária marcada pela rotinização do poder e pela ausência de dominação de lideranças personalistas no PDS/PPR/PPB gaúcho? O presente trabalho parte do pressuposto de que o exame da coesão do partido do regime constitui-se em um *locus* privilegiado de análise para se buscar compreender os aspectos que levaram o partido do regime a dar lugar a configurações significativamente diferenciadas na organização e dinâmica partidária das elites políticas consideradas de direita nos três estados tomados como parâmetro para a análise.

Devido à importância deste partido e à escassez de trabalhos sobre o mesmo, a presente dissertação insere-se nesta discussão, buscando pistas para elucidar algumas das principais características do “partido do regime”. Aqui, algumas questões relevantes para estabelecer a ênfase do presente trabalho são: quais os principais desafios enfrentados no processo de formação da ARENA? Que implicações as diferentes realidades regionais (gaúcha, paulista e baiana) tiveram na configuração do partido do regime? Quais dos partidos políticos existentes no período multipartidário anterior foram os maiores responsáveis pela formação da ARENA em cada estado? Que tipos de carreiras políticas se identificam? Existem diferenças regionais significativas?

Estas são algumas das principais questões que nortearão a presente análise. Para tal propósito, o foco centrar-se-á preponderantemente sobre dois aspectos: o primeiro diz respeito ao exame da configuração da dinâmica interna do partido e da relação do mesmo com o governo militar nos três estados analisados. Para tal propósito, o contexto de cada eleição estadual (negociações para a escolha dos nomes do partido à sucessão estadual e ao Senado Federal, desempenho da ARENA nos pleitos, etc) ocorrida ao longo do período será tomado como parâmetro para se identificar quais eram e de onde vinham as principais lideranças do partido. Além desse aspecto, a análise permitirá mensurar também qual o papel e a ingerência do governo federal nestes processos em cada estado.

O segundo refere-se ao estudo das trajetórias de alguns dos principais quadros do partido do regime: as suas bancadas federais. A partir deste exame, pretende-se mensurar o grau de coesão das bancadas arenistas dos três estados tomados como parâmetro para o presente estudo. Para tal propósito, não só o peso dos diferentes grupos (formados pelos remanescentes dos antigos partidos e pelos parlamentares cuja primeira filiação já se dá na própria ARENA), mas também a experiência prévia dos parlamentares ao ingresso em uma das bancadas arenistas na Câmara dos Deputados serão privilegiados enquanto dimensões apropriadas para se mensurar a coesão das bancadas arenistas.

Cabe ainda salientar que, a partir da abordagem utilizada, toda a análise da configuração e da dinâmica da ARENA e das suas bancadas federais, será realizada à luz da história política particular de cada estado. Isto é, os principais traços da dinâmica político-partidária peculiares a cada estado serão tomados como uma espécie de pano de fundo, com o qual os resultados da pesquisa serão constantemente relacionados.

No primeiro capítulo, a partir da argumentação encontrada na bibliografia especializada, será realizada uma discussão acerca da definição de conceitos como disciplina e coesão partidária, bem como algumas de suas implicações analíticas. O estabelecimento deste debate visa a possibilitar ao presente estudo um aporte teórico suficiente para operacionalizar a análise que se pretende pôr em prática.

Em um segundo momento, serão tecidas algumas considerações sobre a relação passível de ser feita entre o objeto examinado e tal discussão de caráter mais teórico. Identificando o contexto de formação da ARENA, bem como alguns de seus principais dilemas, pretende-se estabelecer pontos de convergência entre esta discussão de caráter mais conceitual e o caso específico que se pretende analisar. Logo após, serão tecidas importantes considerações acerca da delimitação do objeto, assim como de algumas ressalvas de caráter metodológico.

No segundo capítulo, serão analisadas as dinâmicas político-partidárias e eleitorais de cada estado ao longo do período multipartidário de 1945-1965. Pretende-se

aqui identificar os principais traços característicos do sistema partidário em cada estado examinado. Padrões de interação entre os partidos, alianças, rivalidades, o peso das principais lideranças, etc – estas serão algumas das dimensões levadas em consideração para tal análise.

Depois de estabelecidas as suas principais características e peculiaridades, será analisado, nos três capítulos seguintes, cada um dos estados tomados como parâmetro para a análise. Logo após o exame do desempenho eleitoral da ARENA nas eleições para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, da reconstituição dos diferentes contextos sucessórios (escolha dos governadores) e do exame da relação entre o partido e o governo federal nesse processo, em cada capítulo serão analisadas as trajetórias dos deputados federais eleitos pela ARENA nos três estados. Após tal análise, pretende-se fazer um exercício, extrapolando o período definido para a análise, que visa a examinar a “herança” deixada pela ARENA nos três estados a partir do retorno ao multipartidarismo, bem como o papel que a análise da coesão do partido pode ter enquanto variável explicativa da configuração dos partidos considerados de direita.

Cabe ainda salientar que, ao final da presente análise, espera-se que o esforço aqui empreendido de examinar a coesão do partido do regime com base nas trajetórias de suas bancadas federais e seus reflexos na configuração da dinâmica dos partidos políticos considerados de direita possa contribuir para uma maior compreensão deste que é um dos períodos menos estudados da história política recente do país, bem como de seus reflexos com o advento da Nova República.

Capítulo 1 – O partido do regime militar brasileiro (1965/1979): definição conceitual, do objeto e da abordagem, utilizados na presente análise

1.1 Disciplina e coesão partidária: uma tentativa de distinção analítica

O debate acadêmico acerca da coesão partidária vem ganhando importância, nos últimos anos, tanto nacional como internacionalmente. Como exemplo deste fenômeno, em 1999 Bowler, Farrell e Katz lançaram uma coletânea de estudos em que um dos aspectos analisados constitui-se na distinção analítica entre disciplina e coesão partidária. No Brasil, a partir da segunda metade dos anos noventa, estudos publicados por Figueiredo e Limongi (1999), ao examinarem a dinâmica das relações entre os poderes Executivo e Legislativo no Brasil e o papel que cabe aos partidos políticos nesta relação, abordaram estes dois conceitos ao analisarem o comportamento dos parlamentares nas votações da Câmara dos Deputados.

Ao permitir um exame mais refinado do papel desempenhado pelos partidos políticos na Câmara dos Deputados, as variáveis utilizadas para mensurar a disciplina dos mesmos propiciaram aos autores as condições necessárias para refutar (ou no mínimo relativizar) algumas das mais conhecidas interpretações relacionadas ao sistema partidário brasileiro e ao papel ou à importância atribuídos aos partidos políticos no processo de tomada de decisão quando das votações ocorridas na Câmara dos Deputados. Como ilustração desse viés interpretativo, pode-se destacar esta citação, encontrada em um de seus artigos, bastante ilustrativa da opinião de um conjunto significativo de autores sobre a fragilidade dos partidos políticos brasileiros:

“A falta de coesão interna dos partidos políticos brasileiros parece estar a salvo de disputas. O grau de unanimidade obtido por esse diagnóstico pode ser mais bem avaliado se observarmos a caracterização que deles faz Giovanni Sartori (1993: 11): ‘No mundo de hoje é difícil encontrar um país que seja tão antipartido quanto o Brasil, tanto na teoria quanto na prática. Os políticos referem-se aos partidos como partidos de aluguel. Mudam de partido livre e freqüentemente, votam em desacordo com sua orientação e recusam-se a aceitar qualquer tipo de disciplina partidária.’ Figueiredo e Limongi (1999; 74).

A partir dos dados coletados na referida pesquisa, pode-se verificar que a dinâmica encontrada pelos pesquisadores vai de encontro à perspectiva e às interpretações propostas pelo cientista político italiano: as mudanças de partido não ocorrem de forma tão livre como parece em um primeiro momento; os parlamentares tendem, na grande maioria dos casos, a votar juntamente com a liderança partidária, e, por fim, os partidos possuem, através da própria dinâmica congressual, mecanismos relativamente eficientes para influenciar no processo de tomada de decisão dos parlamentares.

Contudo, mesmo tendo o mérito de desmistificar algumas das interpretações clássicas sobre os partidos políticos brasileiros, pode-se observar que, ao longo da análise realizada pelos autores, alguns dos principais termos empregados ainda carecem de maior precisão conceitual. Esse aspecto se torna patente na leitura dos referidos artigos uma vez que é recorrente a utilização indiscriminada dos conceitos de disciplina e coesão partidária, aqui relacionados basicamente ao comportamento dos parlamentares nas votações tomadas como parâmetro de análise. Este uso indiscriminado dos conceitos pode ser facilmente identificado em várias passagens como, por exemplo, em “Os partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-94”, no qual os autores analisam alguns dados por eles coletados da seguinte forma:

“Vistas em conjunto, as tabelas 17 e 18 revelam grande diferença entre os partidos de esquerda e os demais: os primeiros apresentam coesão bem maior que a dos últimos. No caso do PT, há unanimidade de voto na grande maioria das votações. A unidade interna dos partidos de esquerda independe de como votam os demais partidos. Já a disciplina dos partidos de centro e de direita varia amplamente de acordo com a posição assumida pelos outros partidos. Os partidos de direita mostram alta disciplina nas votações em que há unidade entre os três partidos. Nos 116 casos em que votaram da mesma forma, a coesão média do PDS chegou a 87,2, a do PFL a 88,8 e a do PTB a 77,8”. Figueiredo e Limongi (1999; 82-83). Grifo nosso.

Nesse ponto, observa-se que os termos “coesão partidária” e “disciplina partidária” são tomados como sinônimos, sendo utilizados para caracterizar as altas porcentagens de votações em que os parlamentares votaram de acordo com a orientação das lideranças partidárias. Aqui, cabe a pergunta: estes altos índices indicam que as bancadas federais dos partidos brasileiros são coesas ou disciplinadas? Somente em seu mais recente artigo publicado nesta coletânea³ é que os autores destacam que coesão e disciplina não são termos idênticos, assinalando que deve existir uma distinção analítica entre os mesmos. Distinção esta que os dados por eles analisados não seriam capazes de estabelecer. Nas próprias palavras dos autores:

“Analiticamente, a coesão partidária deve ser distinguida da disciplina partidária. A coesão depende da distribuição das preferências. Quanto mais homogêneas forem as preferências dos parlamentares filiados a determinado partido, tanto maior a coesão. [...] A disciplina depende da alteração do comportamento diante de ameaça ou aplicação de sanções. Empiricamente, não é fácil distinguir um caso do outro. Nossos dados não permitem distinguir a coesão da disciplina partidária”.
Figueiredo e Limongi (1999; 32).

Isso ocorre uma vez que os dados analisados não permitem mensurar se houve ou não uma mudança na preferência dos parlamentares nas votações em questão, ou seja, não seria possível mensurar até que ponto os partidos possuiriam meios para influir no processo de tomada de decisão dos parlamentares. No estudo realizado por esses autores, pode-se definir “preferências” como os elementos que definem a predisposição de um parlamentar a tomar uma determinada decisão. Logo, a uniformidade do comportamento dos parlamentares dentro dos seus respectivos partidos não poderia, *a priori*, ser creditada à coesão, ou à disciplina partidária. Apesar disso, a identificação de uma série de indicadores⁴ permite aos autores afirmar que, no caso brasileiro, essa uniformidade no comportamento dos parlamentares na Câmara dos Deputados seria fruto, em maior medida, da disciplina partidária.

Como anteriormente definida, a coesão remeteria à questão da homogeneidade das preferências dos membros de um determinado partido. Logo, quanto mais coeso fosse um partido, menos necessidade teria o mesmo de coagir ou induzir os seus membros no

³ Ver: “Bases institucionais do presidencialismo de coalizão”. In.; Figueiredo e Limongi (1999).

⁴ Como, por exemplo, a preponderância legislativa do Poder Executivo e a dinâmica centralizada dos trabalhos legislativos, ancorada na ação dos partidos políticos (basicamente as lideranças partidárias), aspectos que tenderiam a coagir os parlamentares a votarem de acordo com suas lideranças partidárias; para o desenvolvimento deste argumento, ver Figueiredo e Limongi (1999).

sentido de os disciplinar. Nesse contexto, torna-se imperativa a necessidade de se estabelecer uma relação entre coesão e disciplina. Uma espécie de *continuum* estabelecido entre dois partidos hipotéticos, o primeiro completamente coeso (em que, logicamente, a existência de mecanismos visando à disciplina não faria sentido) e o segundo completamente heterogêneo nas preferências de seus membros (no qual a única forma de se tentar assegurar um comportamento uniforme de seus membros seria o completo controle sobre as ações por eles tomadas no exercício de seus cargos, através de mecanismos disciplinares consistentes). É justamente entre esses dois extremos que se pode estabelecer analiticamente uma relação entre disciplina e coesão partidária.

Nesse ponto, aproximando-se da definição aqui utilizada do conceito de coesão partidária, cabe ressaltar quais seriam os principais aspectos levados em consideração para mensurar o grau de coesão partidária das bancadas arenistas eleitas pelos três estados à Câmara dos Deputados ao longo do período compreendido pela análise.

Samuels (1997), ao refutar a interpretação de que o caráter ideológico dos partidos seria o grande definidor de estratégias político-eleitorais, atribuindo-se, *a priori*, aos partidos de esquerda um peso maior da organização partidária no processo eleitoral, chama a atenção para o fato de que o peso relativo de cada organização partidária em um processo eleitoral não é predeterminado pela posição ideológica dos mesmos. Ao analisar o peso do voto na legenda de cada partido político nas eleições de 1986, 1990 e 1994, o autor constata que a importância do voto partidário (utilizado como parâmetro para mensurar a força de um determinado partido) se constitui em uma resultante das estratégias postas em prática pelos candidatos de cada organização para maximizar seus ganhos eleitorais, e não na posição ideológica atribuída ao partido.

Nesse contexto, ao examinar o índice expressivo e constante, para os padrões brasileiros, do voto de legenda no Partido dos Trabalhadores nas eleições para a Câmara dos Deputados, o autor busca não na legislação eleitoral, mas sim na dinâmica interna do partido a sua explicação. Dessa forma, o autor argumenta que a recorrência de uma estratégia eleitoral determinada teria formado um padrão de conduta interno ao partido que teria passado a atuar como uma espécie de regulador da dinâmica partidária interna, estabelecendo limites e criando normas, valores e práticas que constantemente

reafirmariam o peso da organização partidária *vis-à-vis* aos políticos tomados individualmente.

Em um partido político com essas características, torna-se provável que esse modelo de conduta acabe por influir no perfil de seus quadros internos. Ao estabelecer padrões e regras bem-definidos, o partido político tenderia a enquadrar seus membros dentro de um perfil determinado, que passaria a ser valorizado dentro da própria organização. Nesse ponto, Samuels (1997) chama a atenção para o fato da existência, no Partido dos Trabalhadores, de um padrão de recrutamento bastante estável ao longo do tempo; o que o autor denomina como “impermeabilidade de recrutamento”.

Continuando na mesma linha de raciocínio do autor, torna-se plausível supor que, ao longo do tempo, a existência de um determinado padrão de recrutamento tem uma importância bastante elevada na constituição e manutenção de uma organização partidária. Pode-se supor, inclusive, que, a partir do momento em que um partido possui um padrão caracterizado pelo estímulo ao “treinamento” prévio, à socialização política no interior do mesmo, a tendência a uma maior homogeneização das trajetórias políticas de seus quadros passaria a contribuir para o aumento da coesão entre os membros deste partido.

Nesse sentido, a trajetória dos membros de um determinado partido constitui-se em um eficiente indicador para se mensurar o seu grau de coesão partidária. Isto se dá uma vez que, desenvolvendo-se o argumento de Samuels (1997), um partido que fosse formado por quadros que possuíssem trajetórias comuns, preferencialmente com uma longa vivência no interior da organização, teria maiores chances de se constituir em um partido mais coeso em relação aos demais, uma vez que a socialização comum de seus quadros e o longo tempo de convivência contribuiriam para aumentar seus laços intra-partidários.

Ao analisar os padrões de recrutamento parlamentar no Brasil, Santos (2000) afirma que:

“Quando o ingresso na atividade legislativa adquire um padrão endógeno, ocorrendo somente após um longo tempo de treinamento prévio – cargos públicos,

vida partidária – semelhante a uma escola política onde o aspirante é curtido, está-se diante de uma classe política estável, dotada de lealdades hierárquicas e condições que favorecem a geração de um perfil homogêneo entre seus membros. Ao contrário, se a oportunidade para uma carreira se oferece a indivíduos que não são do ramo, com experiência política breve e compromissos partidários descontínuos, que se aventuram com êxito na política, o sintoma revela a presença de escassa profissionalização e precários vínculos hierárquicos internos às organizações partidárias.” (Santos, 2000; 11-12).

Assim definido, o exame da coesão partidária que se pretende realizar remeterá basicamente à análise das trajetórias de alguns dos principais quadros político-partidários da ARENA nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Bahia. Dessa forma, serão analisadas as carreiras políticas de todos os deputados federais eleitos em 1966, 1970, 1974 e 1978. Análise esta a partir da qual se pretende visualizar a existência de padrões nítidos de trajetórias nos quadros arenistas. Aqui, os principais parâmetros utilizados para examinar as trajetórias dos parlamentares arenistas constitui-se na vinculação partidária de cada um ao longo de suas respectivas carreiras políticas, bem como os cargos que os mesmos ocuparam antes da conquista de uma cadeira nas bancadas arenistas.

A carreira político-partidária é tomada como principal indicador para se traçar o perfil dos parlamentares arenistas, uma vez que, devido à pequena diferenciação na origem sócio-econômica da maioria dos parlamentares eleitos pela ARENA, a utilização de indicadores como profissão, escolaridade e renda ficaria prejudicada pois estes indicadores, de acordo com algumas análises a que se teve acesso, são consideravelmente indiferenciados entre os quadros arenistas⁵.

⁵ Sobre este aspecto, ver gráfico em anexo, no qual se identifica que grande parte dos parlamentares possuía curso superior, com destaque maior aos advogados. Ao se atentar para o fato de que boa parte dos advogados, médicos, etc era também fazendeiros, ou provinham de famílias ligadas a terra, pode-se identificar uma homogeneidade ainda mais significativa entre os parlamentares em termos de origem social. No que tange aos advogados, o principal grupo, Fleischer afirma que: “*No Brasil, como em outros países, é muito comum aplicar-se uma formação bacharelésca em outras ocupações, além da advocacia propriamente dita*” (Fleischer, 1977; 117).

Tal aspecto foi também identificado por Guimarães (1976) e Fleischer (1977), que, ao examinarem a origem profissional dos parlamentares arenistas eleitos à Câmara dos Deputados na Bahia em 1974 e em Minas Gerais, apontam para a existência de uma “homogeneidade social” significativa entre os parlamentares. Com relação aos parlamentares baianos, Guimarães afirma que “[...] a grande [maioria] é de advogados. Seu percentual, sozinho, é mais do duplo do outro grupo profissional específico, o dos médicos [...] De tudo resulta que os profissionais de nível universitário somam 76,92%” (Guimarães, 1976; 166).

Por outro lado, devido ao fato do período de existência da ARENA ter sido relativamente curto e também uma vez que a análise será realizada desde a primeira eleição disputada por este partido, quando o mesmo estava somente no seu segundo ano de vida, a perspectiva de análise desenvolvida a partir da abordagem de Samuels (1997) deve ser aqui um pouco matizada. No âmbito da presente dissertação, a inviabilidade da existência de longas trajetórias prévias dentro da própria organização partidária analisada, condiciona a análise a debruçar-se sobre a vinculação dos arenistas aos partidos existentes no período multipartidário imediatamente anterior à instauração do bipartidarismo. Um dos exemplos das dificuldades impostas em consequência destes aspectos é que grande parte das “lealdades organizativas”⁶ que se entrecruzam no interior da ARENA, principalmente nos seus primeiros anos de vida, são provenientes (como se verá ao longo da análise) do período multipartidário imediatamente anterior ao aqui examinado.

Dando continuidade à discussão sobre a definição do conceito de coesão partidária, Bowler, Farrell e Katz (1999) tomam como ponto de partida para uma definição mais precisa deste conceito, bem como para uma diferenciação entre o seu significado e o de disciplina partidária, a distinção estabelecida por Ozbudun (1970) na qual os atores apontam que o mesmo:

“[...] defines cohesion as ‘the extent to which.[...] group members can be observed to work together for the group’s goals.’ He breaks party discipline down into two parts: first, that ‘followers regularly accept and act upon the commands of the leader or leaders’, and second, that the leader has ‘ways and means of inducing recalcitrant members to accept and act upon [...] commands” (Bowler, Farrell e Katz, 1999; 4).

A partir desta constatação os autores afirmam que: *“Clearly, the two concepts are related. Presumably discipline is needed when cohesion is low and is not needed in its more coercive forms when cohesion is high” (Bowler, Farrell and Katz 1999; 5).*

Centralizando-se o foco no conceito de coesão partidária, pode-se afirmar que a sua importância decorre do fato de que, como salientam Laver e Shepsle (1999), um

⁶ De acordo com Panebianco (1990): *“Una larga militancia, iniciada a una edad temprana en este tipo de organizaciones, ofrece mayores garantías, tanto para la efectiva interiorización de los valores Del partido (o de la facción) como para la formación de lealtades sólidas del tipo personal” (Panebianco, 1990; 430).*

partido político nunca se constitui como um bloco sólido, unitário, tampouco pode ser interpretado e analisado enquanto tal, sob pena de se conferir ao mesmo um grau de homogeneidade inexistente na realidade. Sobre essa questão, os autores propõem um modelo de análise intra-partidário, salientando que as decisões tomadas por um determinado partido não poderiam ser interpretadas como decisões naturalmente tomadas, a salvo de disputas internas, mas sim como disputas, as vezes bastante árduas, entre diferentes facções intra-partidárias.

O modelo interpretativo proposto pelos autores possibilita uma abordagem mais refinada de uma organização partidária, pois permite centralizar o foco de análise nos atores políticos, tomados tanto isoladamente como em grupos. A análise das preferências e inclinações pessoais dos membros de um determinado partido político pode ser um bom recurso para se identificar as diferentes facções existentes no mesmo. E este aspecto é extremamente importante, pois, segundo os autores: *“The most fundamental reason why political parties are not unitary actors is that different politicians have different tastes”* (Laver e Shepsle, 1998; 26). Desse modo, abre-se o caminho para se buscar identificar, dentro de um determinado partido, as diferentes facções existentes no mesmo.

1.2 Polarização e coesão partidária: o papel das clivagens partidárias na produção de coesão

Além de convergir com Laver e Shepsle (1999), que um partido nunca pode ser considerado totalmente coeso, a abordagem aqui adotada confere à dinâmica partidária uma importância significativa na produção de coesão em um determinado partido político. Dessa forma, tanto o número de partidos políticos existentes em um determinado sistema partidário, como as clivagens que estruturam e definem a relação entre estes mesmos partidos influenciam na coesão interna dos mesmos. Nesse sentido, para além das variáveis referentes a cada organização particular (Samuels, 1997),

aspectos extra-partido também contribuiriam para aumentar ou diminuir o grau de coesão dos partidos políticos em um determinado sistema partidário.

Assim, pode-se supor que, mesmo em um sistema partidário tido como caótico por alguns autores como o caso brasileiro⁷, no qual os políticos atuariam livremente, sem maiores constrangimentos partidários, e no qual os partidos não seriam mais que um meio para se chegar ao poder, é possível identificar a existência de clivagens entre os partidos em questão. Tal hipótese é bastante provável, uma vez que, mesmo sem grandes clivagens a estruturar o sistema partidário brasileiro como um todo, não se pode afirmar que os partidos políticos brasileiros não possuam diferenças significativas entre si e que os mesmos não são suficientemente consistentes para influenciar na atuação de seus membros e, inclusive, dos diferentes governos⁸.

No Brasil, devido em grande parte à legislação eleitoral, os laços de lealdade dos atores políticos tenderiam a estar preponderantemente direcionados para suas bases eleitorais, uma vez que a manutenção de suas carreiras políticas estaria vinculada basicamente à manutenção do apoio destas bases, e não em suas relações com seus respectivos partidos. O resultado provável seria a existência de partidos políticos com índices de coesão partidária muito baixos.

Bowler, Farrell e Katz (1999), ao analisarem o impacto das máquinas eleitorais no grau de coesão dos partidos políticos, afirmam que um sistema polarizado favoreceria a configuração de um cenário com partidos políticos mais coesos internamente. Essa tendência a um maior índice de coesão seria creditada à delimitação de fronteiras e de espaços entre os partidos, na sua relação entre si e na relação de cada partido com seu respectivo eleitorado. Em um cenário como esse, a tendência do eleitorado seria de incorporar essa dinâmica, definindo-se cada vez mais claramente por um dos lados e estabelecendo laços cada vez mais estáveis com um determinado partido político.

⁷ “O pensamento corrente entende que os partidos brasileiros têm sido historicamente fracos e fragmentados, constituindo, quase todos, alianças de máquinas de patronagem [...] A formulação de políticas concentra-se na esfera do Executivo; os partidos como atores coletivos, têm pouco envolvimento com o processo de formulação de políticas no âmbito do Legislativo. Ao contrário, os parlamentares negociam votos sobre questões políticas em troca da patronagem proporcionada pela esfera executiva (Ames, 1995. Ames e Nixon, 1993; Avelino Filho, 1994; Gedes, 1994; Kinzo, 1993; Mainwaring, 1991; 1992; Novaes, 1993)” (Samuels, 1997; 504).

É este aspecto que explicaria a tendência a um comportamento mais homogêneo dos atores políticos. Quando o partido passa a atuar como um agente importante no processo de tomada de decisão dos eleitores, os vínculos de lealdades dos candidatos tendem a ser direcionados não somente para as bases eleitorais, mas também para a organização partidária. Um exemplo da necessidade do estabelecimento de vínculos mais consistentes entre os políticos e seus partidos está no fato de que, em contextos como esse, os políticos seriam, constantemente, estimulados a reafirmar sua lealdade para com o partido, e desestimulados a migrar para outras organizações partidárias, pois o risco de uma sanção eleitoral seria muito alto, aumentando, assim, a insegurança na manutenção de suas carreiras políticas em virtude da grande ameaça representada pela possibilidade de seu eleitorado continuar fiel ao partido, não acompanhando o candidato, que passaria a vestir a camisa de um antigo rival.

Como afirmam os autores:

“And the degree of polarization of the electorate, and hence of the party system, is seen as a major determinant of the willingness of members to across to the other side”[...] “for instance, in a highly polarized party system, the distance (whether psychological or political) between the parties may be so wide as to deter members from wanting to defect” (Bowler, Farrell e Katz, 1998; 6).

Desse modo, os políticos teriam que reafirmar constantemente a sua afinidade com as principais lideranças e bandeiras partidárias. Pode-se supor que, através da contínua reafirmação de lealdade a esses valores e aos partidos, ocorra um processo de internalização dessas lealdades ao longo do tempo, no qual a própria reafirmação das mesmas passa a ser feita não mais como uma obrigação ou uma estratégia política, mas sim como algo feito quase que inconscientemente, algo “natural”. Em um cenário como este, os partidos tenderiam a aumentar significativamente sua coesão interna.

⁸ Ver Meneghello (1997) e seu estudo sobre os “governos de partidos”.

1.3 Seleção de candidatos e coesão partidária: a operacionalização dos conceitos de integração vertical e integração horizontal

Tendo como pano de fundo o cenário desenhado por Bowler, Farrell e Katz (1999), uma questão relevante no âmbito desta dissertação é que, à despeito das inclinações pessoais dos membros de um determinado partido político e da existência de facções internas, cada membro de uma organização partidária possui, pelo menos teoricamente, algo como uma identidade comum, que faça com que o pertencimento a um mesmo partido faça sentido em detrimento às diferenças existentes. De acordo com Panebianco (1990), vários aspectos (entre eles, incentivos coletivos e seletivos) podem ser relacionados como fatores que atuariam como amálgama em um determinado partido político, constituindo-se, portanto, em uma espécie de elo de ligação, que favoreceria o estabelecimento de vínculos político-partidários entre seus membros, capazes de gerar quadros partidários homogêneos.

Entre essas questões, uma das mais importantes apontadas por Bowler, Farrell e Katz (1999) constitui-se na preexistência de vínculos de lealdade entre, por exemplo, os potenciais candidatos aos postos legislativos existentes em um determinado partido e suas respectivas organizações partidárias. Assim, em um partido em que aspectos como uma trajetória relativamente longa dentro da organização partidária, um grau mínimo de afinidade com suas principais lideranças e a existência de uma identificação pessoal ao que se pode chamar de *ethos* partidário são levados em consideração no momento da escolha dos seus candidatos, a tendência é que a futura bancada do mesmo seja mais coesa em relação a um partido em que estes aspectos teriam uma influência marginal no referido processo. Daí segue-se que um partido caracterizado por possuir parlamentares provenientes de várias organizações partidárias e outros tantos sem carreira política prévia tenderia a possuir um número significativo de parlamentares sem vínculos mais consistentes com a própria organização, o que acarretaria em um baixo grau de coesão de suas bancadas.

Considerando-se estes aspectos, pode-se afirmar que os partidos poderiam influir de forma decisiva para a determinação do grau de coesão de suas bancadas já no processo de seleção de candidatos. Como afirmam Bowler, Farrell e Katz:

“Parties need to be careful in vetting before they select. It is a very important component in recruiting members to the legislature that there be some preexisting loyalty to the party itself. Kornberg’s study of Canadian legislative parties pays particular attention to the preexistence of loyalty and to the “internalization” of party loyalty (Kornberg 1967,136)” (Bowler, Farrell e Katz, 1999; 7).

Dessa forma, pode-se afirmar que a internalização de lealdades a um determinado partido, que significa em grande parte a incorporação na conduta dos parlamentares dos aspectos acima mencionados, seria relevante uma vez que favoreceria a formação de uma identidade e unidade de atuação mínimas ao partido em questão. Essa unidade facilitaria uma maior coesão interna da bancada, apesar da tensão permanente (e com intensidade variável) representada pela existência de facções entre seus parlamentares. Cabe ainda salientar que tal processo de internalização de lealdades só é possível a partir da existência de uma trajetória relativamente longa no interior de uma organização partidária, o que atesta a importância da análise das trajetórias políticas.

Por outro lado, o ponto que Laver e Shepsle (1999) destacam em seu artigo é bastante significativo, pois inviabiliza a análise de um partido político partindo-se do pressuposto que ele se constitua em uma organização sólida e monolítica. Assim, para um refinamento maior da análise, seria necessário justamente levar em consideração a existência dessas clivagens internas ao partido. Essa perspectiva de análise é importante uma vez que possibilita identificar na ARENA tanto o peso de cada uma das antigas organizações partidárias no interior de suas bancadas, como também se houve ou não um conflito interno entre estes grupos no interior do novo partido. Além disso, possibilitará a identificação das especificidades e semelhanças existentes entre as diferentes seções regionais da ARENA.

Dessa forma, a partir da definição de coesão encontrada na bibliografia especializada, segundo a qual a coesão remete ao grau de homogeneidade das preferências dos quadros de um determinado partido, parte-se do pressuposto de que, para que um partido se constitua em um eficiente “produtor de homogeneidades”,

quanto mais longas forem as carreiras de seus quadros no interior de um mesmo partido, maior será o grau de “experiências compartilhadas” entre seus membros, tensionando ao aumento de vínculos de lealdade internos ao partido. Assim, a questão crucial posta para a presente análise constitui-se na vivência de experiências comuns que, mais que um longo “investimento” na carreira, implica em um “investimento compartilhado”.

Conseqüentemente, o fenômeno da coesão partidária das bancadas arenistas será analisado, principalmente, a partir das trajetórias de seus membros. Partindo-se desta perspectiva, pressupõe-se que, quanto mais homogêneas forem as trajetórias, maior será a probabilidade do estabelecimento, ao longo do tempo, de relações mais estreitas e duradouras entre os membros das bancadas arenistas examinadas e a organização partidária, isto é, maior será a probabilidade de o partido ser mais coeso.

Com relação ao estudo de trajetórias, o recurso à análise do cientista político italiano Angelo Panebianco (1990) se torna bastante promissor, uma vez que o aparato conceitual definido e utilizado pelo mesmo abre um leque de possibilidades relativamente amplo para o exame das trajetórias políticas, bem como para mensurar seus reflexos na coesão de um partido político. Esta apreensão pode se dar, por exemplo, a partir da utilização de conceitos como integração vertical e integração horizontal.

De acordo com o autor, a institucionalização de um partido seria o processo através do qual os seus membros incorporariam os valores de seus fundadores. E, a partir do momento em que um partido político passa a se institucionalizar, ser-lhe-ia conferida uma autonomia crescente em relação ao meio no qual o mesmo se encontraria inserido.

Nesta discussão sobre a institucionalização dos partidos políticos, o autor estabelece dois processos básicos que levariam uma organização partidária a institucionalizar-se: “1. El desarrollo de *intereses* en el mantenimiento de la organización (por parte de los dirigentes en los diversos niveles de la pirámide organizativa). 2. El desarrollo y la difusión de *lealtades* organizativas” (1990; 116). É precisamente este segundo ponto que possui relevância para a presente análise.

Quanto mais claros se tornam os requisitos para o ingresso e a ascensão no interior de um partido político, maiores se tornam o tempo e o investimento necessários para o desenvolvimento de carreiras políticas. Assim, com o passar do tempo, pode-se supor que maiores tendem a ser os laços entre os membros individuais e a organização partidária (identificação partidária e laços de lealdades entre os membros). Ou seja, o que Panebianco (1990) denomina como “lealdades organizativas”.

Assim, em um partido considerado institucionalizado, pressupor-se-ia a existência de um padrão de carreiras políticas caracterizado pelo que Panebianco denomina como integração vertical, ou seja, em que o ingresso na organização se dá nos níveis mais baixos da hierarquia partidária para, com base em um longo e constante aprendizado, ascender até os postos de comando mais altos no interior do mesmo. Por outro lado, um partido pouco institucionalizado apresentaria um padrão de carreira mais próximo ao da integração horizontal em que o ingresso no partido pode se dar diretamente nos níveis mais altos da hierarquia, a partir, por exemplo, da conversão de capitais de outras esferas na esfera política.⁹

Cabe, por fim, salientar que o objetivo da análise que se pretende realizar constitui-se em mensurar o papel da ARENA enquanto *locus* de recrutamento e formação de uma elite política civil coesa o suficiente para dar sustentação política ao regime. Dessa forma, as análises dos autores examinados constituem-se em uma fonte de embasamento teórico-conceitual para se examinar as carreiras políticas de alguns dos principais quadros da ARENA. Tal perspectiva de análise vai ao encontro da abordagem utilizada por Boschi (1979), segundo a qual:

“[...] ao se considerar o papel do legislativo sob o regime autoritário, uma linha de interpretação foi muito pouco além do fato óbvio de que suas funções se viam restringidas com a atribuição de poderes discricionários ao Executivo, perdendo de

⁹ Dessa forma, um partido caracterizado por um grande número de “carreiras”, seria um partido marcado pelo predomínio do que o autor denomina como “... *integración vertical de las elites: se entra en la organización en los niveles bajos y se sube hasta le vértice; las elites nacen, y ‘se crían’ dentro de la organización.*” (Panebianco, 1990; 128). Por outro lado, os partidos desprovidos de membros com “carreiras” dentro da organização, possuiriam uma dinâmica de recrutamento denominada pelo autor como integração horizontal, onde “*se entra en lo partido en los niveles altos, a partir de ámbitos exteriores en los cuales se detenta ya una posición de preeminencia; es decir, se convierten en recursos políticos, recursos de otro tipo*” (Panebianco, 1990; 128).

vista o fato de que outras funções, como a de recrutamento de elites políticas, se mantinham com relativo vigor” (Boschi 1979; 62).

Este é um dos principais objetivos do estudo: identificar até que ponto o regime alcançou, nestes três estados, o seu objetivo de formar um partido político coeso o suficiente para lhe prover o apoio civil almejado.

1.4 Dificuldades no processo de formação da ARENA e relação do novo partido governista com o regime militar

O regime militar estabelecido no Brasil em 1964 possuía algumas características paradoxais em um contexto autoritário que possibilitaram a caracterização do mesmo como sendo um regime de caráter híbrido¹⁰. Uma dessas características constituiu-se na preservação de partidos políticos e de um espaço, embora restrito, de competição político-eleitoral. Como afirma Kinzo, *“O caso brasileiro é ímpar na medida em que não apenas os militares jamais proibiram a atividade político-partidária, como também chegaram mesmo a criar um novo sistema partidário”* (Kinzo, 1988; 223). Essa preocupação com a manutenção da vida político-partidária era importante para o regime, pois a manutenção dos partidos lhe garantiria uma imagem mais positiva internacionalmente, imagem que se buscou reforçar pelo constante discurso do caráter temporário do governo militar e da preparação para a volta ao regime democrático.

Durante esse período, uma das questões que mais preocupava os militares e os civis apoiadores do golpe diz respeito à sustentação política do regime no Congresso Nacional. Com o objetivo de assegurar tal apoio, necessário para que os objetivos da “revolução” pudessem se concretizar, foi organizado o chamado Bloco Parlamentar Renovador (BPR), bloco supra-partidário (formado principalmente por udenistas) que tinha por objetivo principal dar sustentação ao novo regime na Câmara dos Deputados. Esse bloco contava, além dos udenistas, principalmente com o apoio de 48 parlamentares do PSD e 23 do PTB. Assim, na sua relação com os antigos partidos e

com o Congresso como um todo, o governo obteve êxito, pelo menos inicialmente, pois, segundo Kinzo (1988), conseguiu (através do apoio desse bloco parlamentar) aprovar várias medidas controversas.

Porém, de acordo com a descrição encontrada em Abreu (2001):

“A eficácia do apoio do BPR ao governo foi, entretanto, bastante limitada, já que sua ação se reduzia ao âmbito da Câmara dos Deputados, em Brasília. Nos estados e nos municípios, as disputas políticas entre as forças que apoiaram o movimento militar de março de 1964 continuavam, dificultando a atuação do governo, também prejudicada pelos atritos entre alguns líderes civis do 31 de março, como Carlos Lacerda, e os militares”. (Abreu, 2001; 695).

Assim, várias seriam as dificuldades enfrentadas pelos militares com a manutenção do antigo sistema partidário. Um exemplo dessas dificuldades foram as eleições estaduais de 3 de outubro de 1965. Nestas eleições, apesar das manobras do governo para assegurar a impossibilidade do retorno à disputa eleitoral de elementos considerados corruptos e subversivos, a aliança oposicionista PSD-PTB conquista (entre outros) a vitória na Guanabara e em Minas Gerais, dois dos principais estados da federação, anteriormente governados pela UDN.

Em virtude do caráter inviável da convivência entre um regime militar que tinha como um dos seus principais objetivos a “limpeza” do espectro político e o partido que seria o principal alvo dessa limpeza (PTB), cujo potencial eleitoral a nível nacional (quando coligado ao PSD) era muito forte, a manutenção dos partidos políticos de então traria sérias dificuldades para os militares. Além disso, no plano estadual e municipal era grande o temor de que o PTB continuasse mantendo o seu crescimento eleitoral, o que resultava na ameaça deste partido passar a ocupar uma fatia cada vez maior dos governos municipais e estaduais, algo que não poderia ser (e não foi) tolerado pelo regime.

Além desses fatores, o regime passa a ter dificuldades também na sua relação com a própria UDN no Congresso Nacional. Essas dificuldades provêm do crescente descontentamento e inquietação dos udenistas com a inexistência, por parte do governo, de qualquer indício de abertura do regime, apesar do teor do discurso oficial. Para vários

¹⁰ Para uma definição de regime híbrido, ver Kinzo (1988).

líderes udenistas (principalmente Carlos Lacerda, potencial candidato à eleição presidencial) interessava, depois de realizada a devida “limpeza” na vida política do país, a volta dos civis ao poder. Como demonstrou Abreu (2001) a respeito do BPR, com o passar do tempo, a base de sustentação do governo no Congresso vai enfraquecendo-se rapidamente.

Por outro lado, o insucesso do governo (através do Ministro da Justiça) em negociar para o regime um possível apoio do PSD, partido majoritário na Câmara dos Deputados, os debates inflamados nas sessões desta Casa e a crescente tensão instaurada no parlamento contribuíram para aguçá-la ainda mais a crise político-institucional enfrentada pelo regime.

Em um contexto como esse, no qual as forças oposicionistas detinham uma parcela de poder bem maior do que poderia ser tolerado pelo regime, e as forças de apoio ao governo não eram suficientemente numerosas nem unidas para garantir o respaldo necessário para aprovar as medidas apregoadas pelos militares, os mesmos optaram, então, por colocar um fim ao sistema partidário vigente. Assim, visando à construção de uma ampla base de sustentação, combinada com a existência de uma oposição não mais que formal, é instituído o sistema bipartidário, com a criação de um partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e um partido de apoio ao regime, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Pois, como afirmado anteriormente:

“A tentativa do regime de trabalhar com os partidos políticos do antigo regime não conseguiu assegurar uma base sólida e estável para o governo no Congresso, pois a principal força política de apoio à revolução – a UDN – não era suficientemente numerosa para prover sozinha aquela base. Ademais, os problemas que haviam surgido com a candidatura presidencial de Carlos Lacerda, que passou a se opor abertamente a Castelo Branco, tornara indispensável a extinção mesmo daquele partido que havia fornecido o maior apoio civil ao movimento de 1964” (Kinzo: 1988; 27).

Em outubro de 1965, através do Ato Complementar 4, foram estabelecidas as normas para a formação das novas organizações partidárias, entre as quais se destacava a exigência da assinatura de, no mínimo, um terço dos membros do Congresso Federal, tanto na Câmara como no Senado. Esta exigência (apesar de teoricamente possibilitar) não se destinava à formação de três partidos políticos, mas sim ao propósito do regime

de contar com uma ampla maioria de dois terços do Congresso, ao lado de um pequeno partido de oposição formal ao governo, garantindo uma fachada democrática ao regime.

Extintos os partidos políticos então existentes, a formação, tanto do partido opositorista como do partido situacionista, gerou grandes problemas para o regime. No lado do MDB, havia dificuldade para se obter o número mínimo de deputados e senadores dispostos a ingressar nesse partido. Por outro lado, na ARENA, devido, possivelmente, ao fato de uma grande parcela dos políticos ter sido atraída para esse partido em virtude do seu caráter governista (fato que significava a garantia do apoio governamental em eleições e uma certa tranquilidade em relação, por exemplo, à ameaça representada pelas cassações), a grande dificuldade enfrentada no período da sua formação diz respeito à forma como conciliar a coexistência de políticos egressos de diferentes partidos, na nova organização partidária.

Um bom parâmetro para se ter uma idéia da dimensão deste problema constitui-se no exame da filiação dos deputados federais em 1966 à ARENA e ao MDB. A partir da tabela abaixo, pode-se ter uma dimensão da fragmentação das duas bancadas em relação aos partidos anteriormente existentes.

Tabela 1 – Filiação à ARENA e ao MDB dos membros dos antigos partidos na Câmara Federal, 1966

Partidos antigos	ARENA	MDB	Total
UDN	86	9	95
PSD	78	43	121
PSP	18	2	20
PR	4	----	4
PL	3	----	3
PRP	5	----	5
PTB	38	78	116
PDC	13	6	19
PTN	8	4	12
PST	2	----	2
PRT	2	2	4
MTR	----	3	3
PSB	----	2	2
Total	257	149	409

Fonte: Kinzo, 1988; 32.

Ao analisar estes dados, Kinzo (1988) dá a exata medida do quanto as novas organizações partidárias encontravam-se fragmentadas internamente:

“Examinando-se a Tabela, pode-se notar que a filiação à ARENA ou ao MDB não resultou de uma cisão claramente definida entre os partidos conservadores, de um lado, e os partidos trabalhistas e reformistas, de outro. É fato que a ARENA podia contar, entre seus membros, com a quase totalidade dos deputados udenistas, os quais teriam de coexistir com um número semelhante de congressistas de origem pessedista – adversários da UDN no passado. No entanto, 40% dos membros dos assim chamados partidos trabalhistas e reformistas também filiaram-se à ARENA, respondendo por 24% da representação arenista na Câmara dos Deputados. Quanto ao MDB, embora 64% de seus membros na Câmara Federal proviessem dos partidos trabalhistas (especialmente do PTB), 29% da representação emedebista eram ex-membros do PSD. Além disso, não faltaram ao partido da oposição membros da ex-UDN.” (Kinzo, 1988; 32-33).

Esse ponto é extremamente relevante, pois permite observar que o que estava em jogo era a convivência de antigas e arraigadas rivalidades locais e regionais dentro de

um mesmo partido político. Devido às dificuldades encontradas para conciliar essas rivalidades, principalmente entre antigos partidários da UDN e do PSD (e até mesmo do PTB), o prazo estabelecido para a formação definitiva das organizações partidárias teve de ser prorrogado por dois meses. E o meio encontrado para conciliar essas forças divergentes em uma única organização (aspecto crucial para as pretensões do regime) foi a instituição do mecanismo da sublegenda, que possibilitava a representação de até três grupos adversários dentro de cada organização partidária nas eleições majoritárias. Esse mecanismo foi essencial para que fosse viabilizada a acomodação das forças rivais a nível local e estadual dentro dos partidos recém-criados.

O testemunho do arenista gaúcho Mem de Sá, ex-libertador e um dos principais defensores desse mecanismo, narra com exatidão as dificuldades encontradas na época para resolver essa questão:

“O caso mais difícil [...] era o da conciliação dos interesses eleitorais e partidários entre remanescentes das agremiações, adversários forçosamente reunidos, sobretudo entre os ex-pessedistas, os ex-udenistas, e até numerosos ex-trabalhistas. Como metê-los todos na mesma canoa e, especialmente, como escolher, dentre eles, os candidatos para as eleições para o ano seguinte, 1966?” (Kinzo:1988; 30).

Viabilizada a organização das duas agremiações, em março de 1966 o Tribunal Superior Eleitoral reconhecia a existência legal da ARENA e do MDB como organizações partidárias.

Uma vez tomada em consideração, a questão tratada anteriormente da dinâmica (centralizada ou descentralizada) do processo de seleção de candidatos é aqui bastante relevante, uma vez que um dos objetivos da presente dissertação se constitui em mensurar o papel da ARENA enquanto um *locus* de recrutamento de elites políticas favoráveis ao regime. Cabe aqui salientar que, com relação ao processo de escolha dos candidatos da ARENA aos governos estaduais, a influência do Executivo Federal foi determinante, dado que a escolha do candidato pela seção regional do partido dependia diretamente do crivo do Poder Executivo¹¹.

¹¹ Sobre este aspecto no primeiro governo militar (Castelo Branco), ver Filho (1975).

No que tange a este aspecto, para conferir um maior grau de inteligibilidade à dinâmica em questão, é conveniente ressaltar a existência em alguns partidos de vínculos entre organizações partidárias e organismos externos. Quando Panebianco (1990) discute o processo de institucionalização dos partidos políticos, os dois conceitos centrais em sua análise são: o “modelo originário” e a “institucionalização”. Aqui, cabe ressaltar o que o autor entende por modelo originário “[...] *los factores que, combinándose de distintas maneras, dejan su huella en la organización y definen sus características originarias.*” (1990; 108). Esse aspecto possui relevância uma vez que ressalta a importância de uma abordagem que leve em consideração a história específica de cada organização partidária, evitando-se, dessa forma, o risco de sobre-dimensionar a capacidade explicativa de modelos interpretativos ou de tipologias em detrimento ao potencial explicativo da própria história do objeto a ser analisado.

De acordo com o autor: *“Las peculiaridades del período de formación de un partido, los rasgos en que se refleja su gestación, pueden, en efecto, ejercer su influencia sobre las características organizativas de aquél incluso a decenios de distancia.”* (1990; 108). Ao ressaltar a importância do contexto de formação dos partidos políticos, Panebianco destaca três aspectos que seriam decisivos na configuração de um “modelo originário”: o desenvolvimento por “penetração territorial” ou “difusão territorial”; o caráter carismático, ou não, da formação do partido; e a presença, ou não, de uma instituição externa, que atuaria como “patrocinadora” de uma organização partidária.

É precisamente esse último aspecto que merece ser aqui examinado. Pois, de acordo com o autor, na hipótese da existência de uma organização patrocinadora, tanto a legitimidade quanto os vínculos de lealdade das lideranças partidárias tenderiam a se voltar para a instituição externa.

“Si existe una institución externa, el partido nace y es concebido como el ‘brazo político’ de esa institución. Con dos consecuencias: 1) las lealtades que se forman en el partido son lealtades indirectas, se dirigen en primer lugar a la institución externa y solo en segunda instancia al partido; 2) la institución externa es, por consiguiente, la fuente de legitimación de los líderes...”(1990; 112).

Contudo, devido ao fato do contexto em questão ser um regime militar, a atuação da ARENA, e a sua relação com o mesmo, não pode ser examinada nos mesmos moldes

que uma relação entre um partido e uma organização externa em um contexto de normalidade democrática, como (para tomar o exemplo utilizado pelo autor) a relação existente entre o Partido Trabalhista inglês e as *Trade Unions*. Somente a título de exemplo, no que diz respeito à escolha dos candidatos da ARENA aos governos estaduais, pode-se afirmar que se verifica a presença da primeira das duas conseqüências estipuladas pelo autor, uma vez que, para ser escolhido, o candidato deveria ser considerado um “soldado fiel” da revolução, aspecto que, como se verá no caso de São Paulo, se sobrepõe ao fato de ser, ou não, o candidato um “arenista histórico”.

Voltando-se novamente para o contexto da formação da ARENA, em sua primeira experiência de relacionamento político-partidário o regime recém-instaurado, ao não conseguir uma base de sustentação estável nos antigos partidos, busca nesta nova configuração partidária a garantia do suporte necessário para assegurar o pretendido apoio civil, a partir da incorporação das elites políticas no partido do regime. Contudo, apesar da criação dos partidos, praticamente todo o processo de tomada de decisão sobre as questões realmente relevantes era decidido basicamente pela cúpula militar e pela alta tecnocracia estatal - Nunes (1997).

Ilustrativo dessa questão são as críticas proferidas pelo deputado arenista Rafael de Almeida Magalhães em uma reunião da Comissão Executiva da ARENA com os presidentes regionais do partido no dia 12 de janeiro de 1968. Em suas memórias, Daniel Krieger, senador gaúcho e ex-presidente nacional da ARENA, reproduz um trecho de uma reportagem do jornal O Globo, relatando o fato:

“O deputado Rafael de Almeida Magalhães pronunciou o discurso que prometera, embora um tanto enfraquecido, pois resumido. Dois pontos foram fundamentais, em suas críticas ao governo e ao partido: de um lado, falou na existência de um sistema militar de poder que impede o livre exercício da prática política. De outro, afirmou que a classe política é a grande culpada pela própria marginalização, medrosa de assumir suas prerrogativas e deveres.

Os ouvintes da Comissão Executiva, das lideranças na Câmara e no Senado e das presidências estaduais não fizeram comentários sobre a primeira parte, à exceção dos Srs. Filinto Muller e Paulo Saraste, que discordaram fundamentalmente. Quanto à Segunda parte, no entanto, o consenso foi geral” (Krieger, 1976;291)
Grifo nosso.

Dessa forma, encontra-se explicitada, no depoimento de um membro do partido, a posição ocupada pela ARENA que, enquanto espaço para deliberação e agente ativo na proposição de políticas públicas, por exemplo, possuía uma importância marginal no cenário nacional. Como afirmam Mainwaring, Meneguello e Power (2000):

“Durante a sua primeira década de existência a Arena, foi um parceiro dependente e secundário na coalizão governante. Sob o regime militar, as Assembléias Estaduais controladas pela Arena ‘elegiam’ os governadores daquele partido, embora de fato fossem geralmente selecionados pelos presidentes militares” (Mainwaring, Meneguello e Power, 2000; 25).

Levando-se em consideração este contexto, a presente dissertação parte do pressuposto que uma das maiores (senão a maior) funções da ARENA, e na qual ela se constituiu enquanto um agente realmente importante naquele cenário político era justamente a sua atuação enquanto “formadora” de uma classe política identificada com o regime e forte o suficiente para dar-lhe o apoio necessário para garantir em todos os níveis (federal, estadual e municipal) o controle sobre o processo de tomada de decisões e o apoio dos governos estaduais e municipais às políticas implementadas pelo Poder Executivo nacional. Como afirmam os autores: “[...] *esperava-se que a Arena gerasse a legitimidade para o novo regime, assim como colaborasse na tarefa de governar o país, facilitando a implementação das iniciativas e das políticas dos militares nos estados*” (Mainwaring, Meneguello e Power, 2000; 24).

Precisamente nesse ponto, cabe ressaltar a dificuldade representada pela dinâmica partidária anterior na formação de uma base homogênea de sustentação ao regime. Isto pode ser visualizado principalmente pelo fato de o sistema partidário anterior atuar aqui como um elemento de dispersão e heterogeneidade entre os elementos da nova organização partidária. Esse aspecto complexifica ainda mais a análise, uma vez que se pode supor que essa dinâmica anterior, comportando rivalidades partidárias locais e regionais, ao ser incorporada nas hostes do partido governista, provocou uma tendência a um maior distanciamento interno entre os grupos provindos de diferentes organizações partidárias (muitos dos quais até então rivais). Esse aspecto se constitui um dos maiores desafios a que se deparou o partido recém-formado, dificultando um de seus maiores propósitos, qual seja, o de tornar o partido homogêneo o suficiente para garantir um sólido apoio ao regime.

Como objetivo mais geral da presente dissertação, pode-se destacar justamente a tentativa de se mensurar, em cada um dos estados analisados, o êxito do partido do regime em prover aos governos militares esta sustentação civil ao regime, traduzida basicamente pelo apoio eleitoral dado pela população ao partido governista.

Sobre esse ponto, Krieger também relata vários episódios por ele vividos envolvendo a ARENA e o Poder Executivo, e a relação daí decorrente, durante os dois primeiros governos militares (Castelo Branco e Costa e Silva). Um dos relatos mais relevantes para os propósitos dessa dissertação se constitui no processo de seleção dos candidatos da ARENA aos governos estaduais nas eleições de 1966. Segundo o autor, o critério adotado para a escolha dos candidatos, a seguir relatado nas palavras do próprio presidente nacional do partido, estabelecia ao mesmo uma certa autonomia regional, pois o processo de seleção se daria no âmbito estadual.

“Para a escolha dos governadores, o Presidente da República, de acordo com o Presidente da Arena, fixou um critério seletivo. O nome que obtivesse os votos da maioria da bancada estadual da Arena, em consulta prévia, seria o indicado. Esse critério não tinha, porém, a rigidez das normas absolutas, tendo sido aplicado apenas em alguns estados”(Krieger, 1976; 211).

Assim, formalmente, o processo de escolha seria caracterizado por ser descentralizado, dado que a decisão final seria dada pelas bancadas estaduais do partido. No entanto, como o próprio autor deixa escapar ao final da citação, e como se verá na análise das sucessões estaduais no Rio Grande do Sul, São Paulo e Bahia, ao longo das negociações, a atuação do Presidente da República foi determinante para a definição dos candidatos do partido aos governos estaduais. Dessa forma (como chamam a atenção Mainwaring, Meneguello e Power, 2000), o processo de seleção, na prática, não poderia ser caracterizado como descentralizado.

Como se verá posteriormente, nos três estados analisados na presente dissertação, pode-se supor que houve, por parte do governo federal, um esforço no sentido de garantir a ascensão aos governos estaduais de correligionários que demonstrassem, desde o princípio, afinidade e lealdade aos “ideais revolucionários”, leia-se, ao próprio governo federal.

A dinâmica da escolha dos arenistas às sucessões estaduais tenderia a fazer com que os pretendentes ao posto se preocupassem única e exclusivamente em demonstrar sua lealdade ao Executivo Federal em detrimento ao partido. Tal fato será constatado em virtude das inúmeras vezes em que o nome escolhido não era o mais forte no interior do partido, mas o preferido do governo federal. Aspecto este que torna plausível a hipótese da utilização, por parte dos militares, da estratégia (usada por Getúlio Vargas nas interventorias) de indicar para tais postos nomes minoritários no interior do partido para tentar manter o controle sobre as elites políticas regionais.

1.5 Origem partidária e seleção de candidatos: dificuldades e avanços na tentativa de acomodação das antigas clivagens partidárias

Anteriormente foi afirmado que, no processo de seleção de candidatos às eleições de 1966, a ARENA deparou-se com um agente complicador que influenciou decisivamente no grau de coesão interna do partido. Devido ao fato de o mesmo ter se formado a partir da confluência de políticos provenientes de vários dos partidos anteriormente existentes, uma das principais dificuldades postas no momento da definição das candidaturas era a acomodação das antigas correntes partidárias no interior da legenda governista. De acordo com Krieger (1976), o governo federal utilizou como regra (nem sempre geral) para a seleção de candidatos nas eleições de 1966 a impossibilidade de se indicar para concorrer ao Senado Federal e ao governo dos estados dois membros da ARENA oriundos do mesmo partido político existente no sistema partidário anterior. Regra esta que vai ao encontro do propósito de não fortalecer os principais grupos no interior do partido (que, além de já serem majoritários em um determinado estado, exerceriam uma dominação ainda maior se detivessem também os principais postos de poder a nível estadual, como o governo estadual e as vagas do estado no Senado Federal).

Devido ao fato de isto ser recorrente nos três estados examinados e também para demonstrar que tal estratégia teve um alcance nacional, guiando a atuação do governo federal também em estados que não serão aqui analisados, será utilizado como exemplo um episódio, ocorrido em Minas Gerais, em que se verifica não só esta estratégia como as dificuldades encontradas pelas secções estaduais da ARENA em acomodar no seu interior os grupos remanescentes dos antigos partidos políticos brasileiros.

Na composição ministerial do recém-empossado presidente Costa e Silva, o então governador do estado de Minas Gerais, Israel Pinheiro (ex-PSD), relata ao presidente nacional do partido que o mesmo se encontrava em uma situação delicada em seu estado devido ao fato de o Presidente da República ter nomeado como ministros dois mineiros (Magalhães Pinto e Rondon Pacheco) oriundos da antiga UDN. Este fato provocou o protesto dos antigos pessedistas, partido muito forte naquele estado. Este impasse somente foi solucionado com o oferecimento ao governador de dois altos cargos no governo federal, o de diretor do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem e o de presidente da Eletrobrás.

A partir desse episódio, pode-se visualizar a manutenção de disputas e rivalidades significativamente acirradas entre os diferentes grupos no interior da ARENA, pelo domínio tanto de cargos eletivos como das nomeações e dos cargos de comando interno do partido (diretórios municipais e regionais). Uma das formas encontradas para amenizar esses conflitos e viabilizar a manutenção da unidade partidária, por mais precária que ela tenha sido inicialmente, foi a instituição das sublegendas nas eleições majoritárias (para senador e para prefeito, nas cidades em que ocorreram eleições).

Esse mecanismo, pelo menos inicialmente, era altamente favorável ao partido do regime, pois, além de possibilitar o ingresso na disputa eleitoral de até três nomes de cada partido (possibilitando que as facções internas se sentissem contempladas, podendo lançar suas respectivas lideranças na disputa), potencializava o desempenho eleitoral do partido governista. Desta forma, nas primeiras eleições, este aspecto

favoreceu muito mais a ARENA, pois esse partido possuía, em geral, um maior número de potenciais candidatos em seus quadros em comparação com o MDB.¹²

1.6 Divisão x coesão interna: reflexos das clivagens partidárias nas bancadas eleitas pela ARENA à Câmara dos Deputados

Um partido altamente fragmentado internamente e tendo que conviver e buscar conciliar rivalidades profundamente arraigadas entre seus membros. Esta característica, que se constitui em um dos principais traços da ARENA desde a sua origem, perpassa toda a estrutura interna do partido. Ao tratar das inúmeras dificuldades encontradas pelas lideranças arenistas e pelos militares em virtude da heterogeneidade dos quadros arenistas, a presente análise têm por propósito justamente chamar a atenção para o peso da origem partidária e a sua importância enquanto parâmetro para se mensurar o grau de coesão da ARENA.

Partindo-se do pressuposto de que quadros caracterizados por partilhar experiências comuns ao longo de trajetórias estáveis tenderiam a possuir um maior grau de coesão, o exame das trajetórias prévias dos parlamentares arenistas, ao possibilitar a verificação do peso dos remanescentes de cada um dos antigos partidos existentes no interior das bancadas, será utilizado para se mensurar o grau de homogeneidade das mesmas em relação às suas respectivas origens partidárias. Considera-se aqui que, quanto maior o número de partidos a que os parlamentares arenistas eram anteriormente filiados, maior será o grau de heterogeneidade das bancadas e, conseqüentemente, menor tende a ser o grau de coesão das mesmas. Seguindo o mesmo raciocínio, um menor número de organizações partidárias indica uma maior homogeneidade, aspecto que favorece um aumento no grau de coesão das bancadas arenistas. No entanto (para

¹² De acordo com Kinzo (1988), nos primeiros anos de vigência do sistema bipartidário, o MDB sofria pela escassez de candidaturas aos postos eletivos, e o seu desempenho eleitoral (provavelmente em virtude da campanha pela anulação do voto como forma de protesto) era muito fraco. Fraco a ponto de possibilitar, em alguns momentos, a defesa da tese de autodissolução do partido. Enquanto isso, na ARENA, as diferentes lideranças disputavam arduamente as indicações para concorrer nas eleições. Este cenário modificou-se significativamente a partir de 1974, como se verá no decorrer da análise.

além de se identificar o número de partidos) identificar, ao menos em suas linhas gerais, a relação existente entre os partidos políticos do período multipartidário anterior é imprescindível uma vez que a comunhão de experiências não pressupõe, necessariamente, o pertencimento a um mesmo partido político, como se verá no caso gaúcho.

Dessa forma, tendo-se como parâmetro o período histórico em que o partido foi criado e atuou, observou-se que, para o exame da coesão partidária das bancadas arenistas eleitas nos três estados aqui examinados, em virtude da sua relativa insignificância enquanto agente deliberativo no processo de tomada de decisões, não teria muito sentido buscar identificar as preferências dos parlamentares (nas votações na Câmara dos Deputados, por exemplo). Assim, a intenção de, como Figueiredo e Limongi, examinar as preferências dos parlamentares através das votações realizadas na Câmara dos Deputados fica consideravelmente comprometida.

Esta abordagem, aplicada para o contexto aqui analisado, perde muito de sua capacidade explicativa, dado que, no período de existência da ARENA, além da vigência da lei exigindo dos parlamentares a observação da fidelidade partidária, a ameaça representada pelas cassações (além de várias outras formas de coerção aos parlamentares que não seguissem as diretrizes do regime) faz com que o período seja marcado por uma forte dependência e incerteza dos parlamentares, em relação à ameaça de sanções por parte dos militares. Dessa forma, mais que a análise das preferências prévias dos parlamentares arenistas nas votações ocorridas na Câmara dos Deputados, o exame de suas trajetórias políticas constitui-se em um parâmetro confiável para se mensurar o grau de coesão partidária das bancadas arenistas eleitas no Rio Grande do Sul, São Paulo e Bahia.

1.7 Por que estes estados? Justificativa, hipótese e abordagem utilizadas para a análise das bancadas federais arenistas gaúcha, paulista e baiana

Estabelecidos em suas linhas gerais alguns dos principais traços que marcaram a formação da ARENA em todo o país, e identificada a importância que o estudo de trajetórias tem para a análise da coesão partidária do partido governista criado em 1965 pelo regime militar, pretende-se, nesse momento, realizar algumas considerações a respeito da abordagem utilizada no presente estudo.

Um primeiro aspecto a ser esclarecido diz respeito justamente à escolha dos estados que se pretende examinar. É importante salientar os motivos que motivaram a análise das bancadas federais arenistas eleitas no Rio Grande do Sul, em São Paulo e na Bahia. Em primeiro lugar, pode-se constatar facilmente que estes são três dos estados mais importantes na história política brasileira.

A Bahia, além de ter sido a primeira capital imperial do país, é o principal estado do nordeste brasileiro, tanto econômica como politicamente. Este estado é também considerado um dos mais importantes *locus* de práticas e de relações políticas, tão bem articuladas por Leal (1997), que têm suas origens vinculadas justamente ao período imperial¹³, mas cujas características mais gerais (notadamente as relações clientelísticas e de mandonismo¹⁴) perpassaram toda a história política brasileira e ainda podem ser identificadas em inúmeras cidades, principalmente no interior do país.

Já São Paulo, além de ser o estado mais importante e mais desenvolvido economicamente do país, a partir do início do século passado também passou a exercer um papel central na política nacional, principalmente com a Proclamação da República. Ao longo das três primeiras décadas da República brasileira, as elites políticas paulistas (juntamente com as mineiras, em segundo plano) dominaram o cenário político nacional através da “política do café com leite”. Desse modo, o PRP (Partido Republicano Paulista) controlou o governo federal até a Revolução de 1930.

¹³ Sobre este aspecto, ver Carvalho (1980).

¹⁴ Ver também Queiroz (1976).

Por fim, a análise do Rio Grande do Sul justifica-se, uma vez que o mesmo constituiu-se no estado onde se verificou o maior aumento, principalmente na última década da “República Velha”, de importância política e econômica em nível nacional entre os estados brasileiros. Neste período, a ascensão das elites políticas gaúchas, que ia acompanhando gradualmente o aumento da importância econômica do estado, consolidou-se com o rompimento do pacto existente entre o PRP (Partido Republicano Paulista) e o PRM (Partido Republicano Mineiro). A partir deste rompimento e do conseqüente acordo entre gaúchos e mineiros, tornou-se possível às elites políticas do estado alcançar o controle dos mais altos postos do governo federal. Controle este que se manteve ao longo de quinze anos, até o fim do Estado Novo.

Além de se destacarem ao longo de todo o período democrático de 1945-1964¹⁵, a importância destes três estados no cenário político nacional pode ser também facilmente verificada ao se constatar que os membros das elites políticas gaúcha, paulista e baiana ocuparam alguns dos principais postos do Executivo Federal desde o início do regime militar (e ao longo de todo o período aqui examinado). Para se ter uma idéia da importância destas elites no cenário nacional da época, no governo Castelo Branco inúmeros são os representantes destes estados que ocuparam ministérios e demais posições relevantes em nível nacional¹⁶. Ainda no que tange à participação destas elites no cenário político nacional, ao se analisar as trajetórias dos deputados federais arenistas, verificar-se-á a presença de inúmeros deles ocupando também posições de destaque no governo federal.

Finalmente, entende-se que a análise destes estados também se justifica pela necessidade de se buscar explicações que dêem conta de fenômenos como, por um lado, o surgimento, a ascensão e a consolidação de lideranças como Antônio Carlos

¹⁵ Em praticamente toda a bibliografia aqui trabalhada encontram-se inúmeras referências à importância das seções regionais destes estados nos partidos políticos existentes no período democrático de 1945-1964, bem como da posição de destaque destas elites no cenário nacional. Sobre este aspecto, ver, por exemplo: Sampaio (1981), Delgado (1989), Hipólito (1985), Benevides (1981) e Melhem (1998).

¹⁶ Somente a título de exemplo, pode-se destacar a presença de Luís Vianna Filho (chefe do Gabinete Civil da Presidência da República) e Juracy Magalhães (Ministro das Relações Exteriores) – BA –, Mem de Sá (Ministro da Justiça), Daniel Krieger (líder do governo no Senado e presidente nacional da ARENA), Peracchi Barcelos (Ministro do Trabalho) e Daniel Faraco (Ministro da Indústria e Comércio) – RS – e Paulo Egídio (Ministro da Indústria e Comércio) e Delfim Neto (Ministro da fazenda) - SP.

Magalhães na Bahia e Paulo Maluf em São Paulo e, por outro lado, a constituição de um partido caracterizado pela rotinização de normas internas como o PDS-PPR-PPB gaúcho. A explicação destas que são algumas das principais “heranças” das ARENAs gaúcha, paulista e baiana na Nova República constitui-se em um ponto central para a análise, uma vez que a compreensão destes fenômenos ajuda a entender tanto a trajetória como a configuração atual dos partidos de direita nestes estados.

Outro aspecto que merece ser assinalado é o fato destes três estados serem representativos de três regiões distintas do país (sul, sudeste e nordeste). As peculiaridades e diferenças econômicas, culturais e políticas, combinadas com o fato de estes estados encontrarem-se em regiões geograficamente diferenciadas e estarem relativamente distantes entre si, faz com que, neste estudo, as três principais regiões do país estejam representadas.

Este aspecto é fundamental para os propósitos da presente dissertação, dado que estas diferenças constituem-se em algumas das principais causas da existência de dinâmicas partidárias extremamente diferenciadas entre os três estados. Nesse sentido, uma das hipóteses do estudo é que as características e peculiaridades historicamente identificadas na dinâmica política de cada estado possuem uma significativa relevância para a compreensão de algumas das principais características da ARENA gaúcha, paulista e baiana, bem como das principais diferenças existentes entre elas.

Partindo-se desta hipótese, a abordagem utilizada caracteriza-se por analisar a dinâmica política de cada um dos três estados privilegiando a identificação das características que perpassam os diferentes períodos da história política brasileira em cada estado. Dessa forma, ao contrário de uma postura mais cômoda e menos promissora, que seria considerar os diferentes períodos da história política recente do país (basicamente o regime democrático de 1945-1964, o regime militar e a Nova República) como períodos consideravelmente independentes entre si, o que se pretende neste estudo é ler os dados aqui trabalhados e construir explicações acerca do grau de coesão partidária da ARENA à luz, por um lado, do contexto específico do período analisado e, por outro, da história política peculiar de cada estado ao longo destas diferentes fases.

Assim, tanto a análise como as conclusões apontadas pelo presente estudo serão elaboradas levando-se em consideração esta constante tensão entre ruptura e continuidade, diacronia e sincronia. Entende-se que tal perspectiva, utilizada por Sousa (1976), ao complexificar a análise, permite uma compreensão bem mais precisa do objeto a ser examinado. Este se constitui em um dos principais desafios que a presente dissertação impõe-se e do qual pretende dar conta.

1.8 A importância das bancadas federais enquanto espaço privilegiado para a análise da coesão do partido do regime

Ressaltadas as principais razões que justificam o exame dos três estados tomados como parâmetro para a análise, cabe agora salientar por que a mesma terá como objeto principal as trajetórias dos deputados federais da ARENA. Em primeiro lugar, por ser considerado um dos cargos com maior relevância política, supõe-se que seja na bancada federal de um partido político que se possa encontrar alguns dos seus principais quadros internos. Nesse sentido, por não ser usualmente considerado um espaço de iniciação política, presume-se que a grande maioria dos deputados federais de um determinado partido possua algum tipo de experiência e trajetória partidária prévias à conquista do primeiro mandato de deputado federal. Como afirma Guimarães analisando o perfil dos parlamentares baianos eleitos em 1974: “[...] *deve-se ter em conta que eleição para a Câmara dos Deputados, muito dificilmente, representa início de carreira política*” (Guimarães, 1976; 164).

Além deste aspecto, no contexto do regime autoritário brasileiro a importância do cargo de deputado federal para a manutenção de carreiras políticas era significativamente maior que em um contexto de normalidade democrática. A partir do momento em que foram proibidas as eleições para os executivos estaduais, para todas as capitais de estado e para os municípios considerados zona de “segurança nacional”, a oferta de cargos políticos foi significativamente restringida. O ingresso de quadros

técnicos, sem vivência política anterior, nos ministérios, governos e secretarias estaduais contribuiu para uma restrição ainda maior dos espaços para a manutenção de carreiras políticas. Essa restrição teve como uma de suas principais conseqüências a valorização da Câmara dos Deputados como espaço privilegiado para a manutenção das mesmas.

Nunes (1997), por exemplo, ao analisar a origem dos ministros de estado e dos governadores brasileiros do início da “república populista” ao fim do regime militar (1945-1978), identifica uma significativa mudança no perfil dos titulares destas posições com o advento dos militares ao poder. O autor afirma que:

“Entre 1947 e 1962 a grande maioria (70%) dos governadores eleitos era composta por homens com experiência legislativa. Já durante o governo militar pós-64, percebe-se claramente uma inversão nesse perfil. Em 1970, no governo Médici e, em 1974, no governo Geisel, inúmeros tecnoburocratas foram escolhidos para governar os estados. O método de eleição indireta imposto naquela época permitiu de fato que o presidente controlasse o processo de escolha. [...] As alterações nas origens dos ministros refletem mais adequadamente a tendência à racionalização, através da exclusão dos políticos profissionais dos postos cruciais. Até 1964, quase 60% dos ministros civis tinham experiência legislativa anterior, enquanto 26% tinham origens mais técnicas. Este padrão inverteu-se claramente depois de 1964: apenas 21% das pastas civis foram ocupadas por homens com experiência parlamentar, enquanto a especialização tecnoburocrática passou a ser responsável pela ocupação de 55% das pastas. Além disso, indivíduos com origem militar passaram a ocupar 10% das pastas no mesmo período. Ministros tecnoburocratas e militares totalizavam 65% de todas as pastas ministeriais no pós-64” (Nunes, 1997; 83-84).

Em nome de uma maior racionalização¹⁷ do aparato estatal em todos os níveis, o acesso a postos como estes se tornou cada vez mais difícil para as elites políticas brasileiras. Assim, identifica-se com o advento do regime militar um significativo represamento na oferta dos cargos tradicionalmente caracterizados como políticos. Como afirmado anteriormente, uma das principais conseqüências deste processo é o aumento da importância da Câmara dos Deputados como espaço privilegiado para a manutenção de carreiras políticas, uma vez que as elites políticas se viram cada vez mais alijadas de importantes espaços no governo federal e nos governos estaduais.

Além deste aspecto, a análise das trajetórias prévias dos deputados federais permite (ao contrário da análise da trajetória de vereadores ou, até mesmo, de prefeitos),

ao se identificar a existência de casos de parlamentares sem nenhum vínculo partidário anterior à conquista do mandato, considerá-los indicadores da existência de uma dinâmica de recrutamento lateral¹⁸, verificada na bancada federal de uma determinada organização partidária. Isto é, permite a identificação da dinâmica caracterizada por Panebianco (1990) como “integração horizontal”. Ao contrário, considerar a eleição de um vereador sem trajetória prévia um exemplo de “integração horizontal” é consideravelmente problemático, uma vez que este sim pode ser considerado um espaço de iniciação para carreiras políticas.

É importante também deixar claro que não se pretende examinar nem identificar a origem social dos parlamentares arenistas. Partindo-se do pressuposto de que um dos aspectos que definem o grau de coesão de um partido político constitui-se no tempo de socialização de seus quadros no interior da própria organização partidária, aspectos como a origem social, a profissão (vista anteriormente) e o grau de escolaridade, por exemplo, não serão aqui levados em consideração para explicar a coesão das bancadas arenistas.

A abordagem privilegiará o exame de alguns aspectos referentes à carreira dos parlamentares arenistas eleitos à Câmara dos Deputados entre 1966 e 1978 nos três estados. Aqui, a trajetória política dos mesmos será mensurada a partir, principalmente, do exame dos cargos políticos (tanto eletivos, como não-eletivos) ocupados e dos partidos políticos pelos quais os mesmos passaram antes do ingresso em uma das legislaturas examinadas.

No que diz respeito às causas da escolha das trajetórias dos parlamentares arenistas como principal *locus* para a presente análise, cabe salientar novamente a importância que as trajetórias dos quadros de um determinado partido têm para a coesão interna do mesmo.

¹⁷ Este mesmo processo é também analisado por Santos (1971).

¹⁸ De acordo com Santos: “[...] percebe-se a frequência de modalidade de recrutamento lateral, quando a conquista de uma vaga parlamentar ocorre após breve ou escassa trajetória política anterior, e, ainda, pela descontinuidade nos vínculos de lealdades firmados com as organizações partidárias” (Santos, 2000; 12).

“Considerando os partidos [...] como provedores de oportunidades de carreira política, deve-se esperar que as condições para o ingresso e mobilidade na classe política constituam processos de treinamento, assimilação de valores comuns e geração de um estoque de informações compartilhadas, que representasse uma economia de custos na produção de lealdades políticas futuras” (Santos, 2000; 241).

Dessa forma, uma bancada formada majoritariamente por integrantes que possuem uma socialização política comum, marcada pela estabilidade no interior de um partido e estabelecendo, compartilhando e reforçando lealdades políticas recíprocas, tenderá a ser significativamente mais coesa que uma bancada formada por parlamentares oriundos de partidos diferenciados, heterogêneos entre si.

1.9 Ruptura e continuidade: o êxito relativo dos militares no propósito de criação de um novo sistema partidário

Devido ao fato de o partido examinado ter tido apenas quinze anos de existência, a análise que se pretende realizar encontra um fator complicador, dado que a maioria dos deputados federais arenistas tem suas respectivas trajetórias políticas vinculadas aos partidos políticos existentes no período multipartidário anterior do que em relação à própria ARENA, principalmente nas primeiras legislaturas examinadas.

Em função disto, torna-se imperativo o exame da dinâmica político-partidária e eleitoral dos três estados analisados ao longo do período multipartidário anterior. Tal análise terá como objetivo principal buscar identificar a existência de padrões de interação dos diferentes partidos entre si, bem como entre os mesmos e suas principais lideranças partidárias. A partir desta breve análise, buscar-se-á explicar a existência de padrões nítidos de migração dos antigos partidos políticos à ARENA, com a instauração do bipartidarismo, em cada um dos três estados tomados como parâmetro para a análise.

A partir do momento em que estes aspectos estiverem bem-definidos, poder-se-á verificar, na análise dos contextos eleitorais e das trajetórias dos parlamentares arenistas, o quanto tais características do sistema partidário anterior refletiram-se nas

bancadas federais arenistas em cada estado. Em outras palavras, poder-se-á mensurar o quanto as peculiaridades da dinâmica político-partidária de cada estado influenciaram na formação da ARENA. Para tal propósito, além da análise das trajetórias dos parlamentares arenistas, a reconstituição de cada contexto sucessório estadual e do exame das trajetórias dos governadores escolhidos neste período ajudará a mensurar a dinâmica interna da ARENA em cada estado.

Identificadas algumas das principais características da ARENA em cada estado, tais aspectos serão, então, confrontados com a dinâmica político-partidária anterior, confrontação esta que permitirá explicar a importância da história político-partidária peculiar dos estados aqui levados em consideração na formação e atuação do partido do regime.

Tal aspecto permitirá mensurar também o quanto o propósito dos militares de negação do sistema partidário anterior e de criação “por cima” de um novo partido político de porte nacional foi alcançado. Sobre este ponto, a hipótese, já mencionada, de que a formação da ARENA não foi uniforme, uma vez que tal processo foi perpassado pelas idiosincrasias e peculiaridades da dinâmica político-partidária própria a cada um dos estados levados em consideração, será aqui testada. O que se pretende com tal análise é buscar mensurar o quanto estes aspectos influenciaram nos propósitos dos militares, simplificando ou dificultando a formação de um partido viável eleitoralmente e suficientemente unido na defesa do regime.

1.10 O descompasso entre militância partidária e carreira política e suas consequências para a presente análise

Com relação à metodologia adotada, cabe aqui uma advertência para o fato de que a adoção do critério de se considerar como início de uma trajetória política o

exercício de algum cargo específico¹⁹ possui algumas limitações. Na medida em que se considera como início de uma trajetória política a ocupação de cargos formais, a possível existência de casos em que um parlamentar arenista é caracterizado por um longo período de militância e de envolvimento com uma determinada organização partidária sem, no entanto, ter ocupado cargos ou postos através de tais partidos poderá não ser aqui identificada.

Na ocorrência de um caso como este, a vinculação do parlamentar com um determinado partido corre aqui o risco de não ser identificada, dependendo da presença desta informação em seu repertório biográfico (Abreu, 2001) ou nos demais estudos também levados em consideração. Alguns exemplos de tal dificuldade constituem-se nos casos dos baianos Luís Braga e Ivo Braga, considerados “puros”, mas que participaram como secretários estaduais do governador Lomanto Júnior (1963-1967) naquele estado.

Apesar desta limitação, tal critério teve que ser adotado, uma vez que os repertórios biográficos dos parlamentares a que se teve acesso costumam indicar a filiação partidária a partir do momento em que os mesmos assumem algum cargo de natureza política. Cabe ainda salientar que, em virtude do caráter minoritário de casos deste tipo quando comparado ao universo aqui levado em consideração, a adoção deste critério não fica comprometida.

Nos casos identificados, o maior problema a ser solucionado constitui-se em como cada parlamentar será classificado. No caso de Ivo Braga e Luís Braga, a dúvida se estabelece pois os mesmos podem ser oriundos tanto do PL (partido de Lomanto Júnior até 1962) quanto do PTB (partido de Lomanto a partir de 1962), como podem ainda ser “puros” dado que eles não precisariam, necessariamente, estar filiados a nenhum partido político quando do exercício de tais cargos. Nesta última hipótese, as

¹⁹ Os cargos aqui considerados são aqueles em que, ao necessitar de uma filiação partidária, identifica-se o partido a que os parlamentares foram filiados: vereador, prefeito/vice, deputado estadual, governador/vice, senador e deputado federal. Os que iniciaram suas carreiras como secretários municipais e estaduais e ministros serão considerados à medida que seja indicado o partido ao qual eram filiados quando do exercício de tais cargos. Quando não indicado o partido, tais casos não serão considerados, dado que não se terá como identificar se o secretário ou ministro era ou não filiado a algum partido

ligações dos mesmos com o então governador baiano poderiam ser estritamente pessoais. Com relação a esta dificuldade, o procedimento adotado ao longo da presente análise quando da identificação destes casos constitui-se em caracterizá-los de forma clara, justificando a opção tomada (de enquadrá-los de tal ou qual forma) com base nas informações à disposição.

1.11 Os “puros”: parlamentares cuja primeira filiação partidária se dá na ARENA

As referências feitas na seção anterior a Ivo Braga e Luís Braga são oportunas, uma vez que permitem especificar o que é aqui definido como “puros”. Tal aspecto é fundamental, pois esta categoria constituir-se-á em uma das mais relevantes para a análise do grau de coesão das bancadas federais da ARENA no Rio Grande do Sul, em São Paulo e na Bahia.

Um parlamentar será considerado “puro” na medida em que não for encontrada em sua trajetória política nenhuma referência direta à existência de filiação partidária aos partidos políticos existentes ao longo do período multipartidário anterior (1945-1965). Dessa forma, serão considerados “puros” todos os parlamentares para os quais a ARENA constituiu-se no primeiro partido político a que os mesmos foram formalmente filiados.

Em um primeiro momento, a identificação de parlamentares com este perfil no interior das bancadas arenistas pode ser tomada como um indicador da facilidade do êxito de candidaturas caracterizadas pela ausência de um envolvimento mais estável com o partido, uma vez que (em 1966 e em 1970, por exemplo) tais parlamentares seriam, necessariamente, caracterizados por não possuir uma trajetória prévia (1966), ou por possuir, no máximo, quatro anos de socialização no interior da ARENA (1970).

político, e, caso fosse, qual o partido. Também serão considerados os casos em que, mesmo não ocupando cargos, foi identificada a filiação a algum partido antes do início da carreira política propriamente dita.

Além de se constituírem em indicadores da existência de uma dinâmica interna marcada pelo que Panebianco (1990) denomina como “integração horizontal”, a identificação da recorrência de casos deste tipo nas bancadas federais da ARENA aponta no sentido da existência de um perfil que seria caracterizado por uma baixa coesão partidária. Em outras palavras, quanto mais “puros” forem identificados, menor tende a ser o grau de coesão partidária das bancadas federais arenistas.

1.12 A escolha das trajetórias analisadas: os diferentes partidos e sua importância na formação das bancadas federais da ARENA gaúcha, paulista e baiana

Antes de se passar para o próximo capítulo, cabe salientar ainda que os critérios para a definição das trajetórias a serem analisadas obedecem a três princípios. O primeiro é que os remanescentes dos três partidos de maior relevância a nível nacional ao longo do período multipartidário anterior (1945/1965) serão examinados independentemente da importância que o partido teve na formação da ARENA nos estados examinados. Dessa forma, as trajetórias dos remanescentes da UDN, PSD e PTB serão examinadas nos três estados independentemente da importância de tais grupos na formação das bancadas federais arenistas.

Em segundo lugar, com relação aos demais partidos, somente serão analisadas as trajetórias dos remanescentes dos partidos mais relevantes para a formação da ARENA em cada um dos três estados. Dessa forma, os remanescentes do MTR, PSB, PTN, PSP, PDC, PST, PR, PRP, PRT e PL terão suas trajetórias examinadas somente se for comprovado que tais partidos constituíram-se em importantes “escolas” para a formação das bancadas federais da ARENA em cada um dos estados analisados.

Finalmente, nos estados em que for constatada a presença de parlamentares que, antes de se filiarem à ARENA tenham passagem pelo MDB, tais trajetórias também serão examinadas, uma vez que a ocorrência deste fenômeno é aqui considerada como

um claro indício da inexistência de fronteiras bem-definidas entre o partido oposicionista e o governista (cuja inexistência, de acordo com Bowler, Farrell e Katz (1999), constitui-se em um indutor da formação de partidos com menor coesão interna), implicando em uma diminuição na coesão nas bancadas federais da ARENA. Por fim, devido à sua importância para a presente análise, os “puros” também terão suas trajetórias examinadas nos três estados. Tal análise visa a verificar se, mesmo não tendo sido filiados a nenhum outro partido, os “puros” possuíam algum tipo de carreira prévia dentro da ARENA antes da conquista de um mandato na Câmara dos Deputados pelo partido.

Capítulo 2 – Os antecedentes do bipartidarismo: peculiaridades do sistema partidário-eleitoral de 1945/1965 no Rio Grande do Sul, em São Paulo e na Bahia

2.1 Resultados eleitorais e dinâmica do sistema partidário gaúcho: 1945-1964

Antes de iniciar o exame das trajetórias dos deputados federais eleitos pela ARENA nos três estados tomados como parâmetro para a análise, é fundamental para os objetivos deste estudo e para uma maior compreensão a respeito do objeto a ser aqui examinado traçar algumas das principais características dos sistemas partidários e eleitorais próprios a cada estado. Esta análise prévia tem como principal objetivo possibilitar o exame do perfil dos quadros arenistas à luz da dinâmica partidária própria a cada um dos estados analisados.

Este tipo de abordagem é fundamental, dado que a perspectiva de análise adotada confere ao sistema multipartidário de 1945-1965 um espaço privilegiado para a compreensão da dinâmica partidária própria à ARENA em cada estado. Essa perspectiva que possibilita identificar e traçar as linhas de continuidade existentes entre os diferentes períodos. Dessa forma, pretende-se demonstrar que, apesar de todas as mudanças ocorridas após a tomada do poder pelos militares e da estratégia do regime em recriar o sistema partidário então vigente, não só a formação, mas também a trajetória do partido do regime (assim como do partido de oposição) foram condicionadas pelas características peculiares à dinâmica partidária e eleitoral dos diferentes estados brasileiros ao longo do período democrático anterior.

Partindo-se deste pressuposto, o esforço aqui empreendido consiste basicamente em examinar o peso dos diferentes partidos políticos nos três estados examinados. Os

principais indicadores utilizados para tal propósito constituem-se: 1) na distribuição das cadeiras de cada estado na Câmara dos Deputados (análise que privilegia a variação do peso de cada partido nas bancadas federais eleitas ao longo de todo o período) e 2) no exame das principais características das eleições aos governos estaduais, dando atenção especial às coligações partidárias identificadas em cada eleição.

O primeiro estado a ser examinado é o Rio Grande do Sul. Desta forma, a análise iniciar-se-á tendo-se como referência a distribuição das cadeiras pertencentes a este estado entre os partidos políticos gaúchos que alcançaram pelo menos um assento na Câmara dos Deputados ao longo de todo o período multipartidário anterior à instauração do bipartidarismo.

Tabela 1 – Representação partidária na Câmara dos Deputados - RS

Partido	1945	1950	1954	1958	1962
PSD	77,2 (17)	36,2 (8)	28,6 (7)	28,6 (7)	24,1 (7)
PL	4,5 (1)	9 (2)	12,8 (3)	8,46(2)	10,3 (3)
UDN	9 (2)	4,5 (1)	4,4 (1)	---	3,4 (1)
PDC	---	---	---	---	6,8 (2)
PRP	---	4,5 (1)	8,6 (2)	4,4 (1)	3,4 (1)
PTB	4,5 (1)	45,8 (10)	45,6 (11)	58,3 (14)	48,2 (14)
MTR	---	---	---	---	3,4 (1)
PCB	4,5 (1)	---	---	---	---
Total	99,7 (22)	100 (22)	100 (24)	99,9 (24)	99,6 (29)

Fonte: Xausa e Ferraz, 1981.

Ao analisar os principais traços da dinâmica partidária e eleitoral do Rio Grande do Sul, grande parte da literatura especializada identifica algumas das principais características que moldaram a sua estrutura, influenciando decisivamente no padrão de clivagens e identidades políticas, bem como no acirramento das disputas eleitorais ao longo da história política rio-grandense. Examinando as eleições realizadas neste período, Trindade (1981), por exemplo, identifica a existência de cinco padrões bem-definidos no comportamento do eleitorado gaúcho e no desempenho e padrão de alianças realizadas pelos partidos em disputa. Devido à sua importância para os

objetivos da presente dissertação, três destes padrões²⁰ serão aqui utilizados como fio condutor para a análise da dinâmica do sistema partidário e eleitoral gaúcho.

O primeiro deles constitui-se na tendência a uma configuração bipolar significativamente estável entre os partidos considerados pela literatura especializada como conservadores-liberais, de um lado, e os partidos populistas nucleados ao redor do PTB, de outro. De acordo com o autor, além de ser facilmente identificada nas eleições para o governo estadual, *“Esta dicotomização não se observa apenas nas eleições majoritárias gerais, mas, inclusive, nas lutas político-partidárias locais, onde predomina a disputa entre o populismo (PTB) e os partidos conservadores-liberais (PSD, PL ou UDN)”*(Trindade, 1981; 192). Este padrão será examinado mais detidamente na análise das eleições ao governo estadual.

O segundo padrão constitui-se no declínio progressivo dos partidos conservadores-liberais. No que se refere às eleições para a Câmara dos Deputados, este movimento é claramente verificado na redução contínua do peso do PSD (o maior partido do bloco “anti-PTB”) nas bancadas gaúchas eleitas ao longo do período, o que reflete diretamente a perda de espaço eleitoral sofrida pelo partido. Este aspecto é também verificado na UDN, partido de fraca expressão eleitoral no estado, como se pode identificar na tabela. Já com relação ao PL, apesar da presença discreta deste partido nas bancadas federais gaúchas, a estabilidade do seu desempenho eleitoral (que se reflete em uma variação de dois a três parlamentares desde 1950), indica que este movimento não afetou o desempenho eleitoral do partido nas eleições para a Câmara dos Deputados, apesar de ter sido identificado nos pleitos municipais. De acordo com o autor: *“Este declínio é mais perceptível no PSD que, sendo o segundo partido em importância do estado, recua eleitoralmente na quase totalidade dos municípios. O mesmo fenômeno observa-se com relação aos partidos menores, PL e UDN, embora possuam algumas zonas limitadas de estabilidade ou crescimento”* (Trindade, 1981; 192).

²⁰ Os cinco padrões identificados pelo autor são: a relativa estabilidade do comportamento eleitoral no estado, uma tendência à bipolarização das disputas eleitorais, a dominação eleitoral do trabalhismo ao longo do período, o declínio progressivo dos partidos conservadores-liberais e, por fim, a inviabilidade da formação de uma terceira força eleitoral no estado.

Além deste último aspecto, o exame da distribuição das cadeiras gaúchas entre os diferentes partidos ao longo do período permite também identificar outro padrão característico da política gaúcha, qual seja, o domínio eleitoral do trabalhismo no estado. *“A importância eleitoral do trabalhismo pode ser constatada através da hegemonia do PTB, tanto no nível da dominação partidária, quanto da presença do PTB nas polarizações partidárias locais, e também pela sólida implantação eleitoral do trabalhismo no conjunto do estado”*.(Trindade, 1981; 192). Este aspecto se reproduz sistematicamente a partir da segunda eleição para a Câmara dos Deputados, quando este partido passa a controlar praticamente a metade das cadeiras gaúchas na Casa.

Constatada a manifestação no âmbito das eleições para a Câmara dos Deputados dos dois últimos padrões, retomar-se-á a questão da dinâmica polarizada, característica histórica da política deste estado²¹. O fato das eleições para o governo estadual constituírem-se no palco privilegiado para a visualização desta característica aumenta ainda mais a importância da utilização destas eleições como uma espécie de fio condutor, a partir do qual este período da história política do Rio Grande do Sul será examinado.

Além de conquistar quase três quartos das cadeiras do estado na Câmara dos Deputados e de ter os seus dois candidatos ao Senado Federal (Getúlio Vargas e Ernesto Dornelles) como os mais votados em 1945, dois anos mais tarde, o candidato pessedista ao governo estadual, Walter Jobim, concorrendo com o apoio do PRP, ganha as eleições, derrotando o líder trabalhista Alberto Pasqualini por uma diferença de apenas 19.965 votos (229.129 contra 209.164), com Décio Martins Costa, candidato pela aliança entre PL e UDN em terceiro lugar, com 105.062 sufrágios²². Assim, após as primeiras rodadas eleitorais (1945 e 1947), o PSD despontou como principal partido político gaúcho. Nesta mesma eleição, contudo, o PTB já dá mostra de seu potencial eleitoral em eleições majoritárias elegendo o seu candidato, Salgado Filho, ao Senado Federal.

²¹ Sobre a manifestação deste aspecto desde o império, ver Love (1975).

²² Em Xausa e Ferraz (1981) encontram-se os dados eleitorais de todas as eleições para a Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa e governo do estado, ocorridas ao longo deste período.

Já no segundo pleito, a bancada pessedista sofre uma drástica redução em função, principalmente, da ascensão eleitoral do PTB no estado. Este revés eleitoral do PSD gaúcho identificado na tabela acima se reflete também na sucessão estadual, em que o trabalhista Ernesto Dornelles, com 329.884 votos, derrota Cylon Rosa, candidato pela aliança entre o PSD, a UDN e o PRP, que conquistou 283.942 sufrágios. Neste pleito, os demais candidatos (Edgar Schneider pelo PL, com 80.798, e Bruno Lima pelo PSB, com 858 votos) tiveram desempenhos bastante discretos, o que se constitui na primeira manifestação da bipolarização nas eleições ao Executivo estadual. Nesta eleição, novamente o candidato trabalhista ao Senado Federal, Alberto Pasqualini, conquista a vaga em disputa.

Além da ausência de uma terceira força com reais chances de êxito eleitoral, a inclusão da UDN na aliança que sustentou a campanha do candidato do governo constitui-se em outro claro indicador do processo de bipolarização, manifestado a partir do agrupamento dos partidos conservadores-liberais para fazer frente ao crescimento eleitoral do PTB no estado, que se manifesta também na sua votação para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa. Ainda em relação a esta eleição, cabe ressaltar que a vitória do candidato oposicionista dá início a um contínuo revezamento entre o PTB e o “anti-PTB” no governo do estado.

Este revezamento se manifesta em 1954 no êxito eleitoral do ex-prefeito da capital gaúcha, Ildo Meneghetti, que se elege governador do estado. Concorrendo pela “Frente Democrática”²³, aliança entre o seu partido (PSD), a UDN e o PL, Ildo Meneghetti derrota o candidato trabalhista Alberto Pasqualini por 386.821 a 356.183, verificando-se novamente um equilíbrio muito grande entre os representantes das duas correntes partidárias. Neste pleito, confirma-se a inexistência de outra alternativa viável eleitoralmente fora da bipolarização nucleada por PTB e PSD.

Nesta eleição, as candidaturas periféricas de Wolfram Metzler pelo PRP e de Brochado da Rocha pelo PSP (71.110 e 7.396 votos, respectivamente) novamente não

²³ A “Frente Democrática” surgiu pela primeira vez nas eleições para a prefeitura da capital gaúcha em 1951, concorrendo com o próprio Ildo Meneghetti, candidato eleito naquela ocasião. Após este pleito, a aliança foi reeditada nas sucessões estaduais de 1954 e 1958, cristalizando, assim, o formato bipolar de disputa eleitoral nas eleições majoritárias estaduais.

foram capazes de se constituírem em alternativas viáveis eleitoralmente. Apesar de perder a eleição para o governo estadual e a disputa pelas duas vagas no Senado Federal (conquistadas por Armando Câmara e Daniel Krieger, da “Frente Democrática”), o PTB mantém-se como a principal força política do estado na Câmara dos Deputados e na Assembléia Legislativa estadual.

Na penúltima eleição para o governo do estado, o líder petebista Leonel Brizola é lançado candidato, obtendo pela primeira vez o apoio do PRP e do PSP (o que possibilitou a inserção do trabalhismo na zona de colonização alemã e italiana, redutos eleitorais do PRP e do PDC no estado). Cabe salientar aqui que esta se constitui na única aliança “espúria” (PTB e PRP) em relação à clivagem existente entre os dois blocos partidários. Nesta eleição, Brizola conquista mais da metade dos votos válidos, 670.002, contra 500.944 dados a Peracchi Barcelos, candidato da “Frente Democrática”, que agora contava com PSD-PL-UDN-PSB. Neste pleito, com o apoio dos trabalhistas, o perrepista Guido Mondin vence as eleições para a renovação de um terço do Senado Federal.

No último pleito realizado no período, a clivagem política existente no estado é levada às últimas conseqüências com a criação da “Aliança Democrática Popular”, reedição da antiga “Frente Democrática”, agora formada por PSD, PL, UDN, PRP, PDC e PSP. Contando com a candidatura de Fernando Ferrari pelo MTR, movimento dissidente do trabalhismo, e concorrendo com o PTB isolado, Ildo Meneghetti conquista pela segunda vez o governo estadual do Rio Grande do Sul, obtendo 502.356 votos contra 480.131 dados ao trabalhista Egydio Micahelsen e 290.384 dados a Ferrari. Concorrendo pela maior aliança eleitoral já realizada para a sucessão estadual em todo o período, o ex-governador vence por uma diferença de apenas 22.225 votos, dando continuidade à alternância entre PTB e anti-PTB no governo estadual. Cabe ainda salientar que, nesta eleição, os dois candidatos do anti-PTB, Daniel Krieger e Mem de Sá, conquistam as vagas gaúchas no Senado Federal.

Ao se tornar cada vez mais clara a clivagem a partir da qual se estruturou a dinâmica partidária no estado, pode-se supor que a dinâmica eleitoral gaúcha, ao tensionar os partidos conservadores-liberais a atuarem cada vez mais unidos, tanto

durante as eleições como ao longo das administrações realizadas por estes partidos, criou um espaço propício para uma maior homogeneização de seus quadros. Uma das principais conseqüências trazidas pela bipolarização gaúcha foi a constituição de dois grupos políticos distintos e com fronteiras claramente definidas. Dessa forma, a cristalização da bipolaridade entre PTB e anti-PTB passa, ao longo do período, cada vez mais a demarcar espaços, opções e identidades político-partidárias, também condicionando o estabelecimento de elos de lealdade política significativamente estáveis entre os atores políticos e seus respectivos partidos (ou blocos partidários) e o eleitorado.

Não é por acaso que esta é uma das características mais fáceis de ser identificada ao se examinar os partidos políticos gaúchos neste período, dado que a clara contraposição entre os “amigos” e os “inimigos” (Republicanos x Federalistas, Republicanos x Libertadores, Republicanos-liberais x Frente Única, PTB x Anti-PTB) é uma característica identificada ao longo de praticamente toda a história político-partidária do Rio Grande do Sul (Love, 1975).

Todas estas características levaram à constituição de um grupo suprapartidário que era significativamente homogêneo em seu interior. Pode-se, por fim, salientar que a experiência de anos a fio disputando eleições conjuntamente, governando o estado e diversas prefeituras municipais²⁴, e apoiando ou se opondo aos governos estaduais, tanto na Câmara dos Deputados como na Assembléia Legislativa do estado, conferiu a este grupo um alto grau de homogeneidade que teve implicações diretas no processo de formação da ARENA no Rio Grande do Sul.

²⁴ É claro que a existência de rivalidades locais entre os diferentes partidos do Anti-PTB no interior do estado é algo bastante provável. No entanto, a existência deste fenômeno não desqualifica o argumento aqui defendido. Hélgio e Noll (1991) apontam que a nível local, a regra era a reprodução da aliança estadual, mantendo-se a polarização da disputa entre o PTB e os partidos conservadores também no âmbito municipal.

2.2 Resultados eleitorais e dinâmica do sistema partidário paulista: 1945-1964

Seguindo os mesmos propósitos da seção anterior, o objetivo principal desta análise consiste em identificar algumas das principais características da dinâmica partidária e eleitoral do estado de São Paulo. Tal perspectiva visa principalmente a mensurar o contexto no qual estavam inseridos os partidos políticos paulistas para, a partir daí, tentar identificar as principais influências da dinâmica político-partidária paulista na formação e atuação da ARENA no estado.

Em São Paulo, uma das principais características do sistema partidário apontada pela literatura especializada²⁵ constitui-se no fraco desempenho eleitoral dos três grandes partidos a nível nacional (PTB, PSD e UDN). A combinação de uma fragmentação eleitoral relativamente elevada nas eleições para a Câmara dos Deputados, a emergência de lideranças políticas (a maior delas, Jânio Quadros) sem maiores vínculos com qualquer organização partidária, juntamente com peso do PTN e do PSP (esta última, a maior e mais bem estruturada máquina partidária no estado) são três dos principais aspectos que ajudam a explicar as dificuldades encontradas para a estruturação dos três principais partidos políticos nacionais no estado.

Assim como na análise anterior, a partir do exame da variação na composição partidária da Câmara dos Deputados, do cenário de cada uma das eleições para o governo estadual e da análise das coligações realizadas ao longo do período, pretende-se identificar alguns dos principais traços da dinâmica político-partidária própria deste estado. É com base nesta breve análise que se estabelecerá o contexto no qual a ARENA paulista foi formada.

Tabela 2 - Representação partidária na Câmara dos Deputados - SP

Partidos	1945	1950	1954	1958	1962
PSP	2,8 (1)	32,5 (13)	25 (11)	13,6 (6)	15,2 (9)
PSD	45,7 (16)	17,5 (7)	29,5 (13)	25 (11)	13,5 (8)
PTB	17,1 (6)	22,5 (9)	18,1 (8)	11,3 (5)	15,2 (9)
PR	—	—	—	2,2 (1)	3,3 (2)
PTN	—	12,5 (5)	11,3 (5)	16 (7)	15,2 (9)
UDN	20 (7)	15 (6)	9 (4)	9 (4)	32,2 (19)
PSB	—	—	4,5 (2)	9 (4)	—
PDC	2,8 (1)	—	2,2 (1)	9 (4)	—
PRP	—	—	—	—	1,6 (1)
PST	—	—	—	2,2 (1)	3,3 (2)
PRT	—	—	—	2,2 (1)	—
PCB	11,4 (4)	—	—	—	—
Total	100 (35)	100 (40)	100 (44)	100 (44)	100 (59)

Fonte: Sampaio, 1981.

Analisando-se a tabela como um todo, uma das características que chama a atenção é a alta fragmentação (a maior entre os estados examinados) existente nas bancadas paulistas eleitas à Câmara dos Deputados ao longo deste período. Fato verificável ao se identificar a existência de, no mínimo, quatro partidos (1945) com mais de cinco por cento das cadeiras paulistas na Casa. No pleito de 1958, sete partidos detêm ao menos nove por cento da representação paulista, o que significa a presença de, no mínimo, quatro deputados para cada uma destas organizações partidárias²⁶.

Imersos nesta fragmentação relativamente elevada, alguns partidos destacam-se em virtude do número de deputados eleitos em cada um dos pleitos examinados. Assim,

²⁵ Por exemplo: Benevides (1981), Hipólito (1985), Delgado (1989) e Sampaio (1982).

²⁶ Para se ter uma idéia da dimensão deste fenômeno no estado, ao examinar a representação partidária em São Paulo, Ferreira (1960) afirma que (o desempenho dos partidos nas eleições de 1954 e 1958, para a Assembléia Legislativa encontra-se neste mesmo artigo, página 182):

“Consideramos, para o caso da Câmara Federal, apenas a votação dos partidos que conseguiram eleger um ou mais deputados, desprezando os demais; para a Assembléia Legislativa adotamos o mesmo critério, que permitiu cobrir todos os partidos, já que todos eles se representaram no legislativo estadual” (Ferreira, 1960; 178) Grifo nosso.

tomando-se como critério o desempenho partidário nas eleições para a Câmara dos Deputados, PSD, PSP, PTB, PTN e UDN, são (em ordem decrescente) os principais partidos políticos no estado.

Formado principalmente por remanescentes do antigo Partido Republicano Paulista (PRP), partido que congregava a maior parte da elite cafeeira de São Paulo, o PSD surge como o maior partido no estado quando da sua fundação, em 1945-46. No entanto, apesar de eleger, em 1947, as maiores bancadas na Câmara dos Deputados e na Assembléia Legislativa, o PSD é logo suplantado pelo PSP, que, com base no controle da máquina estatal, estava em processo acelerado de estruturação, tornando-se a principal organização partidária em São Paulo. Um exemplo deste aspecto é que, neste mesmo ano, uma parte significativa das bases pessedistas (principalmente suas lideranças mais jovens) migra para o PSP, motivada pelo fato deste partido passar a ocupar todas as prefeituras do estado, graças as nomeações do governador e maior líder pessepista, Ademar de Barros.²⁷ Assim, apesar de continuar entre os principais partidos do estado (elegendo, por exemplo, bancadas expressivas na Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa), a nível municipal, o PSD não possuía condições de fazer frente à máquina pessepista.

Na eleição ao governo do estado, Ademar de Barros, aliado ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), então na legalidade, vence com 35% (393.637) dos votos, contra 30,5% (340.502) do trabalhista Hugo Borghi, 25,9% (289.575) do pessedista Mário Tavares, que concorre em aliança com o PR e o PRP e, por fim, 8,3% (93.169) dados ao udenista Almeida Prado.

²⁷ A reprodução abaixo visa justamente a ilustrar o rápido processo de estruturação do partido, via prefeituras municipais, patrocinado por Ademar de Barros a partir do controle do governo de São Paulo: *“A eleição de Ademar significou a possibilidade de estruturação do PSP em nível estadual, de forma a colocá-lo definitivamente como um interlocutor necessário no quadro da política paulista. Uma de suas primeiras medidas como governador foi exatamente a substituição de todos os prefeitos nomeados pela administração anterior, criando condições para o estabelecimento de sua própria máquina partidária, a qual, de resto, foi a mais eficientemente organizada do Estado durante todo o período democrático até 1964. Já em fins de 47, o PSP contava com diretórios e sub-diretórios em todos os distritos eleitorais do interior e da capital e, nas eleições municipais realizadas nesse ano elege, sozinho, 27% dos prefeitos, contra 11% do PSD; 4,5% da UDN; 4,5% do PTN e 5,4% de outros partidos, num total de 292 municípios”* (Sampaio, 1982; 55-56).

Além de servirem como parâmetro para se mensurar a importância da figura do ex-interventor juntamente ao eleitorado paulista, os resultados eleitorais demonstram que, antes mesmo do governador eleito assentar as bases da estruturação do PSP no estado, a sua liderança pessoal, juntamente com o apoio de seus correligionários (a maioria ex-prefeitos empossados por Ademar quando este ocupou a interventoria do estado entre 1938 e 1941), foram suficientes para assegurar a vitória sobre o PTB (partido caracterizado pela tensão constante entre sua seção paulista e a direção nacional²⁸), sobre o próprio PSD, que, apesar de se basear nas lideranças tradicionais da oligarquia cafeeira paulista, também encontrava-se em processo de estruturação e sobre a UDN, cuja heterogeneidade de seus quadros (que, em geral, tinham em comum basicamente o “antigetulismo”) ajuda a explicar o fraco desempenho nesta eleição.

E é justamente neste período inicial, pós-Estado Novo, que o controle sobre a máquina governamental possibilita ao PSP estruturar suas bases partidárias em todo o interior paulista, suplantando os três grandes partidos nacionais (PSD, PTB e UDN). Sobre a importância deste período e as consequências do processo de estruturação do PSP em relação ao futuro do PSD no estado, Sampaio (1982) afirma que:

“A evolução do quadro político de São Paulo de 1947 a 1950 é fundamentalmente marcada, portanto, pela ascensão do PSP. Alojado na máquina governamental, o partido desenvolve um sólido trabalho de organização, cujo resultado imediato é a desarticulação do PSD paulista, comprometendo definitivamente, sua possibilidade de vir a se colocar como força política de expressão no Estado” (Sampaio, 1982; 72).

A partir da minimização do papel ocupado pelo PSD em São Paulo, uma vez que o partido possuía importância significativa no estado logo após a redemocratização, Sampaio (1982) dá uma noção bastante precisa da importância que o PSP passa a ter no estado. Força manifestada, por exemplo, na reeleição do candidato pessepista em 1950 ao governo estadual e no número de deputados e prefeitos do partido.

²⁸ A possibilidade do PTB ganhar as eleições estaduais em São Paulo representava uma ameaça para a direção nacional do partido, que temia perder o controle sobre sua seção paulista. Dessa forma, Sampaio (1982) afirma que a candidatura de Hugo Borghi (assim como várias outras iniciativas do partido no estado) não contou com o apoio da direção nacional do partido, principalmente de Getúlio Vargas. Para uma análise mais profunda desta questão, ver Delgado (1989).

Após um período bastante tenso de negociações entre Ademar de Barros e Getúlio Vargas em torno de uma aliança populista nas eleições de 1950 (ambos ambicionavam a presidência da República), é firmado o “protocolo dos Santos Reis”, acordo segundo o qual o PSP daria apoio à candidatura de Vargas à presidência em troca da indicação do vice e da nomeação, por Ademar de Barros, de alguns ministros e de todos os postos federais no estado. Como consequência deste acordo, o PTB paulista passa a apoiar os candidatos pessepistas ao governo do estado.

Neste pleito, a escolha de Lucas Nogueira Garcez, então secretário de Viação e Obras Públicas de Ademar, por parte do líder pessepista visava, por um lado, a unificar o partido (então dividido entre os que haviam apoiado a candidatura de Ademar à presidência e os que defenderam o apoio à Vargas) e, por outro lado, por não possuir vínculos partidários²⁹, a candidatura de Garcez não representaria para Ademar riscos à sua posição dentro do partido. De acordo com o Abreu, 2001:

“Diante da dificuldade de encontrar no PSP um nome que conciliasse todos os interesses, e evitando também ver a sua liderança ameaçada dentro do partido, Ademar preferiu indicar um candidato extra-partidário, e escolheu Lucas Garcez”(Abreu, 2001; 2485).

Neste pleito, Garcez vence a disputa, superando Hugo Borghi, que, após vários conflitos dentro do PTB, candidata-se pelo PTN, e Prestes Maia, o candidato da UDN. No entanto, uma vez eleito, Lucas Garcez passa a entrar em crescentes atritos com o líder pessepista. Um exemplo desse aspecto constitui-se na política, implementada por Garcez, de composição de uma aliança multipartidária para dar sustentação ao governo na Assembléia Legislativa. Ao ceder a Secretaria do Trabalho ao PTB, a Secretaria de Agricultura ao PSD e a Secretaria de Justiça ao PRP, Garcez bate de frente com a estratégia de Ademar de Barros, que defendia um “governo partidário”, com secretarias ocupadas somente por pessepistas.

“Procurando compensar sua falta de bases partidárias e de liderança política própria, Garcez articulou na Assembléia Legislativa uma coligação que reuniu a quase totalidade dos partidos políticos, excluindo-se apenas o Partido Socialista Brasileiro e a UDN” (Abreu, 2001; 2485).

Ao longo do seu governo, a relação entre o governador do estado e o líder pessepista atinge o ponto mais tenso na eleição para a prefeitura da capital paulista, em 1953. Essa eleição marca o surgimento, no cenário nacional, do então deputado estadual Jânio Quadros, futuro presidente da República.

“[...] o conflito entre Garcez e Ademar foi reavivado – e de forma ainda mais violenta – quando das eleições para a prefeitura da capital, marcadas para 22 de março de 1953. Já bastante atritado com o líder pessepista, o governador propôs uma candidatura que reunia o apoio dos principais partidos integrantes da coligação que o sustentava. A escolha recaiu sobre o seu secretário de Saúde, Francisco Antônio Cardoso, que recebeu também oficiosamente o respaldo da UDN. O companheiro de chapa de Cardoso era Fernando Nobre Filho, do PTB” (Abreu, 2001; 2485).

Neste pleito, o então deputado estadual pelo PDC, Jânio da Silva Quadros, é lançado candidato, apoiado pelo PSB, para concorrer com o candidato pessepista. Mesmo contando somente com o apoio de partidos pequenos e concorrendo contra a maior máquina partidária do estado, Jânio Quadros vence a eleição, conquistando 285.155 votos, contra 115.014 dados ao candidato pessepista, 16.662 a André Nunes Júnior, do PTN, e 3.901 dados a Osvaldo Ortiz Monteiro, do PST. Por ironia, para a sua eleição, Jânio contou com o apoio velado de Ademar de Barros (uma vez que a eleição de Francisco Antônio Cardoso, aliado político do governador Garcez, poderia vir a significar uma ameaça à sua liderança dentro do partido):

“Jânio foi beneficiado pela crise que surgiu no PSP, afastando Ademar e Garcez. O governador Lucas Garcez se afastava progressivamente do esquema ademarista que o elegeu e, baseado numa articulação interpartidária, lançou seu secretário de Saúde, Francisco Antônio Cardoso, para a prefeitura, completando a chapa com Fernando Nobre, indicado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Impossibilitado de lançar Ademar de Barros Filho como candidato de seu partido, o líder do PSP passou a apoiar Jânio, inclusive financeiramente” (Abreu, 2001; 4819).

Dessa forma, Ademar acaba contribuindo para a ascensão daquele que viria a ser o seu maior adversário político no estado. Já nas eleições estaduais de 1954, Ademar de Barros passa a sofrer as conseqüências da emergência desta nova liderança. Com a vitória de Jânio, o PSP fica, pela primeira vez, aliado da máquina do governo estadual. Além da emergência de Jânio Quadros, a candidatura de Prestes Maia, representativa da

²⁹ A eleição de Lucas Nogueira Garcez, professor e ex-vice-diretor da Escola Politécnica da USP (Universidade de São Paulo), é ilustrativa de outra característica da dinâmica político-partidária paulista,

coalizão estruturada em torno de Garcez (que já havia rompido definitivamente com Ademar), enfraquece a sua campanha. Nesse contexto, Jânio Quadros (PTN e PSB) obtém 660.264 votos, contra 641.960 dados a Ademar (PSP); 492.518 a Prestes Maia (UDN, PSD, PR, PRP, PDC e uma ala dissidente do PTB) e 79.783 a Toledo Piza (candidato oficial dos trabalhistas). Dessa forma, em 1955 tomava posse no governo de São Paulo uma das maiores e mais polêmicas lideranças políticas do estado e do país durante o período democrático de 1945-1964. Um político autodenominado como apartidário, que buscava relacionar-se diretamente com “o povo”, sem maiores vínculos com qualquer partido político. Após eleito, Jânio Quadros fazia questão de enfatizar esse ponto:

“Colocando-se publicamente como um homem sem partido: ‘O trabalhador de cidade e dos campos que me elegeu, humilde e sofredor, não me sujeita a qualquer partido, a qualquer grupo, a qualquer indivíduo. Sujeita-me tão-só e exclusivamente ao bem comum’”(Abreu, 2001; 4820).

Com uma administração marcada pelo alijamento das forças pessepistas de suas posições na máquina governamental e pelo discurso incisivo de combate à corrupção e em prol da moralização do governo estadual, Jânio Quadros credencia-se para lançar como seu sucessor, o então secretário de finanças, Carvalho Pinto, que passa a representar as forças janistas no pleito de 1958. Lançado pelo PTN e PSB e tendo recebido o apoio do PDC, PR e da UDN³⁰, o candidato janista, com 1.312.017 votos, derrota novamente Ademar de Barros, lançado por seu partido e contando com o apoio dos comunistas e do PTB, que é sufragado por 1.105.161 eleitores. Finalmente, o terceiro candidato, Auro de Moura Andrade, candidato do PST, conquista apenas 170.627 votos³¹. Como constata Ferreira (1960):

“Houve assim uma polarização do eleitorado, que foi chamado a escolher entre o professor Carvalho Pinto, que contou com o apoio ostensivo do governo do estado, e o Sr. Ademar de Barros, prefeito da Capital, que tinha a seu favor as máquinas da Prefeitura e a que seu partido e o PTB haviam montado no interior do estado nos anos passados” (Ferreira, 1960; 198).

a recorrência do êxito eleitoral de candidatos sem uma trajetória prévia de envolvimento partidário.

³⁰ São estes também os partidos que passaram a formar a base de sustentação do futuro governo na Assembléia Legislativa do estado.

³¹ Nesta eleição, o PSP e o PSD concorrem em aliança para a Câmara dos Deputados, tendo a direção estadual deste último partido liberado os seus quadros para a escolha do candidato ao governo do estado.

É também nesta eleição que se podem observar as dificuldades encontradas pelo PSP para manter a sua representação parlamentar em virtude da perda do controle da máquina governamental paulista. Este aspecto é um dos principais fatores para se explicar a significativa redução da bancada pessepista na Câmara dos Deputados. Examinando-se ainda as mudanças no peso de cada partido entre as bancadas federais paulistas eleitas em 1954 e 1958, observa-se que três partidos registram um sensível crescimento em suas bancadas: PDC, PTN e PSB. Impulsionados pelo “movimento de março de 53”³², e no governo desde 1955, estes partidos (principalmente os dois últimos) aumentam consideravelmente o número de deputados federais eleitos sob suas fileiras. Para a Assembléia Legislativa³³, os três partidos também registram um aumento das suas votações, embora (no PTN e PSB) não tão expressivo quanto no caso da eleição para a Câmara dos Deputados. Por outro lado, PSP, PSD e PTB registram um decréscimo em suas bancadas tanto na Câmara dos Deputados como na Assembléia Legislativa.

Apesar da redução da representação do PSP na Casa, e mesmo tendo ficado oito anos longe da máquina governamental, o partido mantém-se como a maior e mais bem organizada estrutura partidária no estado.

“Durante o período que vai de 1955 a 1961, o PSP elege o prefeito da Capital e, ainda que derrotado nas eleições estaduais de 1958, a votação de seu candidato é suficientemente expressiva para demonstrar a pujança do adhemarismo no estado. Este fato chama tanto mais a atenção quando se considera o caráter eminentemente clientelístico do Partido e as dificuldades de sobrevivência que deveria enfrentar numa fase em que controlava poucos recursos para a distribuição de favores [...] há que se considerar a eficiência da máquina pessepista, a única efetivamente estruturada em todo o Estado e sem rivais nesse sentido” (Sampaio, 1981; 96).

³² Jânio Quadros, ao procurar não se vincular a nenhum partido político, se auto-intitula o representante de um “movimento” suprapartidário (lançado em sua campanha para a prefeitura da capital paulista), que teria como princípios a moralização da política e o fim da corrupção no governo. Para um maior detalhamento sobre as características deste movimento, ver Ferreira (1960 e 1964).

³³ Para se ter uma idéia mais precisa da variação do desempenho eleitoral de cada partido como um todo, a citação a seguir retrata as variações mais significativas ocorridas na eleição para a Assembléia Legislativa do estado. Os dados seguem a mesma tendência verificada para a Câmara dos Deputados. “Os partidos que perderam votos em relação a 1954 foram os seguintes: PSD (de 13,1 % para 6,7 %), PSP (de 20,1 % para 15,2 %), PTB (de 9,8 % para 6,1 %) e o PR (de 9,2 % para 6,9 %). Os outros oito partidos registraram progressos, sendo significativos os dos seguintes: PDC (de 5,3 % para 11,3 %), PST (de 4,3 % para 6,6 %), PRT (de 3,9 % para 5,7 %) e PTN (de 8,7 % para 10,2 %)” (Ferreira, 1960; 214).

Contando com esta estrutura partidária e, principalmente, segundo Sampaio (1981), com a frustração do eleitorado janista após a renúncia de seu líder à presidência da República³⁴, Ademar de Barros candidata-se novamente ao governo estadual em 1962. Neste pleito, a sua campanha é marcada por uma inflexão em sua estratégia eleitoral. Em virtude principalmente da radicalização na esfera política nacional, e para tirar o máximo de proveito do eleitorado janista (tido como de classe média e mais conservador), Ademar e o PSP afastam-se do PTB e dos comunistas, aliando-se desta vez ao PSD, que indica Theotônio Monteiro de Barros para o cargo de vice-governador.

Para fazer frente ao líder pessepista, Jânio Quadros (que havia se afastado do PSB), tendo como vice José Vicente Faria Lima, lança-se candidato pelo PTN, recebendo também o apoio do MTR. Apesar de sua liderança manter-se expressiva no estado, Jânio Quadros perde a eleição para o líder pessepista. Além dos motivos já assinalados, que ajudam a entender a vitória de Ademar, Jânio Quadros tem sua candidatura comprometida em função do lançamento da chapa encabeçada por José Bonifácio, o que ocasionou a divisão das forças oriundas do “movimento de março de 53”. José Bonifácio, representando o esquema carvalhista, é lançado com o apoio da UDN, do PTB, do PDC e do PR. Finalmente, o quarto candidato é Cid Franco, lançado pelo PSB. De acordo com o repertório biográfico de Jânio Quadros, o lançamento das duas chapas inviabilizou ambas as candidaturas, beneficiando diretamente o líder pessepista.

“[...] além do desgaste provocado pela renúncia, o ex-presidente não conseguiu unir novamente as forças que o haviam apoiado na eleição anterior, pois o governador Carvalho Pinto articulou o lançamento da chapa José Bonifácio Coutinho-Laudo Natel, apoiada pela coligação PR-PDC-UDN-PTB-PRP”(Abreu, 2001; 4827).

Com 43,1% da votação (1.249.414 votos), Ademar de Barros vence a eleição, ficando em segundo lugar Jânio Quadros, sufragado por 37,8% dos eleitores (1.125.941 votos), em terceiro José Bonifácio, com 21,8% (722.823 votos). Por fim, o último colocado, Cid Franco, obteve apenas 1,1% (isto é, 169.173 votos). Examinando-se estes

³⁴ Sobre a renúncia de Jânio Quadros, ver: Jaguaribe, 1961.

resultados, pode-se facilmente identificar as conseqüências da divisão das forças janistas no resultado final do pleito.

Além de marcar a volta do PSP ao controle da máquina estadual, as eleições realizadas neste ano marcam também o afastamento entre o PSP de Ademar de Barros e o PTB, tanto no âmbito estadual como no federal. No entanto, mesmo assumindo um discurso mais conservador, de crítica à “ameaça comunista” e à desordem, Ademar não se aproxima do bloco partidário mais conservador no estado, representantes do janismo-carvalhismo (UDN, PDC, PR, PTN e PRP), partidos estes que desencadearam uma oposição sistemática ao novo governo estadual.

Por fim, com relação às eleições para a Câmara dos Deputados, Ferreira (1964) aponta que a existência de três coligações partidárias³⁵ constitui-se em mais uma manifestação da fragmentação da representação parlamentar na Câmara dos Deputados, identificada em São Paulo. Analisando esta tendência desde 1954, o autor afirma que:

“Em 1954, oito partidos conseguem eleger candidatos ao Palácio Tiradentes, tendo havido coligação de dois; em 1958, são 10 os partidos, tendo cinco deles formado em duas coligações diferentes, e em 1962 são 12 as organizações que se representam na Câmara Federal, mediante quatro coligações de nove partidos. [...] O aumento do número de coligações explica-se, sem dúvida alguma, pela necessidade de os candidatos serem beneficiados com a votação dos menos sufragados para eleger-se, dado o elevado cociente eleitoral. Mas se as coligações podem significar, a uma primeira análise, uma concentração do poder político, na realidade contribuem para a sua efetiva desconcentração, pois os chamados grandes partidos do “centro” perdem sua posição hegemônica na bancada paulista. Assim, em 1954, o PSD, a UDN e o PSP tinham 27 deputados em 44; em 1958, apenas 23 em 44, e em 1962, 25 em 59 – evolução que se traduz, porcentualmente, pelos seguintes números: 61,4%, 52,3% e 42,4%.”(Ferreira, 1964; 220-221).

A despeito da disputa identificada para o governo estadual entre as forças que representavam o “janismo” em contraposição ao “ademarismo”, que poderia ter como conseqüência uma polarização entre os apoiadores dos dois “movimentos”, esta última citação ilustra com clareza um processo contínuo de aumento da fragmentação na representação paulista na Câmara dos Deputados (já identificada na tabela 2).

³⁵ Em 1954, o PSD concorre juntamente com o PR e, em 1958, ocorrem duas alianças: do PSP com o PSD e o PRT, sobre a outra não foi encontrada nenhuma referência. Finalmente, em 1962, além da

Outro aspecto já salientado e que também é uma característica facilmente identificável na dinâmica política paulista é a presença de “notáveis”. Um exemplo claro desse ponto é o êxito da candidatura de Laudo Natel ao cargo de vice-governador do estado em 1962. Membro da diretoria do Banco Brasileiro de Descontos (Bradesco) e então presidente do São Paulo Futebol Clube, Natel inicia sua carreira político-partidária já como candidato a vice-governador do estado. Além de não possuir nenhuma trajetória prévia de filiação partidária, Laudo Natel utilizava-se deste aspecto em sua campanha como parte de sua estratégia eleitoral, que se encontra claramente ilustrada em seu repertório biográfico: *“Natel foi eleito vice-governador com cerca de 1.200.000 votos, após uma campanha em que enfatizou a eficiência administrativa, chegando mesmo a valorizar o fato de não ser político”*(Abreu, 2001; 4038).

Personalismo, fragmentação e viabilidade de carreiras caracterizadas pelo que Panebianco (1990) denomina como “integração horizontal” – estes são alguns dos principais traços que marcaram a dinâmica político-partidária de São Paulo no período compreendido entre 1945-1964, e que irão influenciar decisivamente na formação e na dinâmica interna da ARENA paulista.

No que tange à dinâmica eleitoral, a única clivagem estável encontrada estabeleceu-se entre o PSP e a UDN, eternos adversários na disputa pelo governo do estado. Além disto, identificou-se um posicionamento de oposição sistemática tomado por ambos quando o adversário ocupava o governo estadual. Mais abrangente que esta clivagem partidária era a clivagem entre o ademarismo³⁶ e o janismo, que eram caracterizados como movimentos suprapartidários. Com relação à ARENA paulista, um agente complicador na sua formação foi justamente o ingresso no partido da grande maioria dos membros do PSP e da UDN. Assim, adversários históricos passaram a ter que disputar espaço no interior de um mesmo partido para assumir o controle do mesmo.

Com relação aos dois principais “movimentos” existentes em São Paulo, os dados examinados ao longo da análise apontam para uma maior absorção dos ex-

aliança entre PSP-PSD, e entre PTN-MTR, a UDN, o PRT e o PDC concorrem aliados nas eleições à Câmara dos Deputados.

pessepistas e “ademaristas” por parte da ARENA. Por outro lado, a constatação, feita por Melhem (1998) da importância das forças janistas na fase de formação do MDB em São Paulo indicam que a maioria dos antigos partidários do “movimento de março de 53” teriam ingressado no partido oposicionista, ao menos em seus primeiros anos de existência.

2.3 Resultados eleitorais e dinâmica do sistema partidário baiano: 1945-1964

Por fim, assim como em relação aos estados anteriores, o objetivo desta seção é identificar, rapidamente, os principais traços que caracterizam a política baiana ao longo da 4ª República. Desta forma, a partir da distribuição das cadeiras baianas na Câmara dos Deputados entre os diferentes partidos políticos e das eleições ao governo estadual, busca-se identificar tanto a correlação de forças entre os principais partidos após cada pleito como a dinâmica partidária resultante das formas através das quais se dava esta disputa (notadamente rivalidades inter e intrapartido), durante o período.

Além destes dados, particularmente no caso baiano, será dada uma atenção especial às disputas e negociações entre as principais lideranças partidárias do estado em torno do governo estadual. Este aspecto, como se verá no decorrer da análise, é essencial para uma maior compreensão da dinâmica partidária e eleitoral baiana.

³⁶ Para uma diferenciação entre o PSP e o “ademarismo”, ver Sampaio (1982).

Tabela 3 - Representação partidária na Câmara dos Deputados - BA

Partidos	1945	1950	1954	1958	1962
UDN	50 (12)	24 (6)	22,2 (6)	25,9 (7)	25,6 (8)
PSD	37,5 (9)	32 (8)	25,9 (7)	36 (10)	35,2 (11)
PTB	4,1(1)	16 (4)	14,8 (4)	11,2 (3)	16 (5)
PR	---	16 (4)	18,4 (5)	18,4 (5)	16 (5)
PRP	---	---	3,6 (1)	---	---
PPS	4,1 (1)	---	---	---	---
PL	---	12 (3)	11,2 (3)	3,6 (1)	3,2 (1)
PDC	---	---	3,6 (1)	3,6 (1)	---
PTN	---	---	---	---	3,2 (1)
PCB	4,1 (1)	---	---	---	---
Total	99,8 (24)	100 (25)	99,7 (27)	98,7 (27)	99,2 (31)

Fonte: Sampaio, 1967-68 e 1981.

Apesar do grande número de partidos, os dados acima permitem identificar claramente a existência de dois partidos políticos cujo desempenho eleitoral se destaca entre os demais. Estes partidos (PSD e UDN) são responsáveis, no mínimo, por 48% do total dos assentos das bancadas baianas na Câmara dos Deputados ao longo de todo o período. Estes serão, basicamente, os dois partidos aqui examinados, dado que, além da sua importância na Câmara dos Deputados, foram os principais núcleos formadores, respectivamente, do MDB e da ARENA no estado.

Durante a maior parte do período, o PSD constituiu-se no maior partido a nível estadual³⁷. Ao se constatar que este partido obtém o maior número de votos para a Câmara dos Deputados a partir da segunda legislatura, além de participar diretamente da eleição de três governadores (em 1945, 1950 e 1954³⁸), observa-se por que Sampaio (1964) considera-o a principal organização partidária do estado. Ao analisar os

³⁷ Os dados referentes às eleições para a Assembléia Legislativa do estado também confirmam os dois partidos como as principais organizações partidárias na Bahia. Para maiores detalhes, ver Sampaio (1964).

³⁸ Nos pleitos de 1950 e 1954, o PSD elegeu, respectivamente, Regis Pacheco e Antônio Balbino para o governo do estado. Já Otávio Mangabeira, o primeiro governador eleito após o fim do Estado Novo, era udenista, porém elegeu-se por uma “[...] *coligação composta de todos os partidos, exceto o PTB*” (Sampaio, 1960; 135).

resultados eleitorais de 1958 (vitória da UDN), o autor aponta que, apesar dos pessedistas não terem tido êxito em se manterem no governo do estado, a votação do partido para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa (neste pleito, o PSD obteve 30,79% dos votos, contra 18, 72% dados à UDN para o legislativo estadual), tanto em 1958 como em 1962, garante a manutenção do mesmo como a maior força eleitoral da Bahia³⁹.

Com relação à UDN, constata-se que este foi o partido mais afetado por outra característica da política baiana, também elencada por Sampaio (1964): o peso das lideranças partidárias. Este fato pode ser identificado na saída de duas facções internas deste partido: os “autonomistas”, liderados por Luís Viana Filho, que antes das eleições de 1950 saem do partido por não concordarem com a indicação de Juraci Magalhães para concorrer pela UDN ao governo estadual, fundando o PL no estado; e os “novaisistas”, seguidores do líder político Manuel Novais, que deixam a UDN logo após a derrota eleitoral deste, para ingressar no PR. Na tabela anterior, pode-se ter uma idéia do impacto eleitoral dessas defecções no desempenho da UDN nos pleitos posteriores, ajudando a explicar, também, o fato do PSD tornar-se o principal partido durante a maior parte do período.

Estes episódios são bastante oportunos, justamente por permitirem identificar o peso que algumas lideranças partidárias possuíam no interior dos partidos políticos baianos. Aqui também se pode observar a existência de rivalidades e disputas intrapartidárias bastante acirradas entre as lideranças dos partidos (outro traço marcante na política baiana) pelo controle dos mesmos. Segundo o autor:

“Em 1950, a UDN sofreu o cisma da ala ‘autonomista’, antigos adversários de Juraci Magalhães na Segunda República (1930-1937) e que não concordaram com a sua candidatura ao governo. Pouco depois, em consequência da derrota dessa candidatura, saíram do seio da UDN os comandados de Manuel Novais, que foram engrossar as fileiras do PR” (Sampaio 1960; 162).

Assim, em virtude da vitória da ala liderada por Juraci nas prévias que definiram o seu nome como candidato do partido em 1950, a ala liderada por Luís Viana Filho retira-se do partido. *“Ainda neste ano, ao lado de Otávio Mangabeira, [Luís Viana]*

integrou a ala autonomista da UDN que se desligou do partido para fundar a seção baiana do Partido Libertador (PL)” (Abreu, 2001; 6049).

Tanto neste caso como em relação à saída de Manoel Novais e seu grupo, pode-se supor que as defecções não possuem como causas divergências ideológicas, mas têm como um dos principais propósitos oferecer a seus líderes a possibilidade de exercer um maior controle em suas novas organizações, aumentando as perspectivas de reforço das suas respectivas lideranças. Um exemplo bastante ilustrativo do caráter eminentemente casuístico dessas defecções é o retorno de Luis Viana Filho à UDN no pleito de 1958, após acordo entre Juraci Magalhães e Otávio Mangabeira (que negociaram a candidatura do primeiro ao governo estadual e do segundo ao Senado pela UDN neste pleito): *“Com a reaproximação política de Juraci Magalhães e Otávio Mangabeira, candidatos da UDN respectivamente ao governo da Bahia e ao Senado nas eleições de outubro de 1958, Luis Viana Filho voltou aos quadros da UDN” (Abreu, 2001; 6.049).*

Para se compreender a rivalidade existente entre Juraci Magalhães e Luís Viana Filho, por exemplo, dentro da UDN, e a conseqüente saída dos “autonomistas” do partido, é necessário retroceder ainda mais no tempo, buscando no início das suas trajetórias políticas as principais causas para estes fatos.

Ao longo de duas passagens pelo governo estadual (como interventor 1931-1935, e como governador 1935-1937), Juraci Magalhães, aliado político de Vargas e (assim como grande parte dos interventores) um “estranho no ninho” das principais oligarquias baianas, constrói alianças políticas com vários “coronéis” do interior, estabelecendo as bases para a sua liderança política no estado após o fim da ditadura varguista. Constituindo-se, dessa forma, em uma das principais lideranças fundadoras da UDN no estado, Juraci (uma das poucas lideranças udenistas a participar e apoiar diretamente o último governo Vargas⁴⁰) teve que dividir espaço com outras lideranças

³⁹ Infelizmente não foram encontrados dados relativos ao número de prefeituras de cada partido, o que viabilizaria precisar o peso de cada organização também a nível municipal.

⁴⁰ Sobre esta vinculação, o seguinte trecho reproduzido da biografia de Juraci Magalhães é taxativo: *“Neste mesmo mês [janeiro de 1951] foi convidado por Vargas para ocupar a presidência do Conselho Nacional do Petróleo, mas declinou do convite, aceitando, porém, em seguida assumir a presidência da Companhia Vale do Rio Doce. Foi assim um dos poucos udenistas que admitiu cooperar com o governo de Vargas” (Abreu, 2001; 3454).*

como Manuel Novais (que, após se eleger deputado na Assembléia Nacional Constituinte eleita em 1933, estabelece uma sólida posição de liderança no estado, não perdendo nenhuma eleição para o cargo até 1982) e Luís Viana Filho (seguidor de Otávio Mangabeira e contrário ao movimento revolucionário de 1930; eleito em 1934 deputado federal, realizando oposição sistemática ao governo estadual – de Juraci Magalhães – e federal – de Getúlio Vargas) dentro da UDN baiana. Dessa forma, não é por acaso que estes se constituem nos principais líderes das duas maiores defecções identificadas no partido.

Com o retorno da ala liderada por Luís Viana Filho, a UDN conquista, após oito anos de hegemonia do PSD, o governo do estado nas eleições de 1958⁴¹. Seu candidato: Juraci Magalhães. Apesar de ser ainda a segunda maior força partidária do estado, a reconquista do governo estadual (cargo fundamental na Bahia não só para o fortalecimento das máquinas partidárias, mas também das principais lideranças políticas⁴²) lança as bases para o reequilíbrio de forças no estado. Ainda com relação à importância das lideranças partidárias na política baiana, era basicamente a partir das negociações entre estas lideranças que se desenhavam tanto as alianças eleitorais como as alianças de governo. Esta característica da dinâmica partidária estadual será crucial para se entender a configuração da ARENA baiana.

Este reequilíbrio do peso eleitoral é verificado no pleito seguinte, em 1962. Neste pleito, afora a candidatura “simbólica” de Aristóteles Góes (apoiada apenas pelo MTR), os demais partidos dividiram-se entre os dois principais concorrentes: Lomanto Júnior (PTB, UDN, PR, PL, PRP e PST) e Waldir Pires (PSD, PDC, PSP, PTN, PSB e os comunistas). Esta eleição, última do período multipartidário, é crucial, pois nela

⁴¹ As outras candidaturas eram Pereira de Freitas, pelo PSD, PTB, PR, PRP e PTN, e Vieira de Melo pela coligação entre PDC e PST.

⁴² De acordo com Sampaio, uma das principais causas da vitória de Juraci foi o fato de este ex-governador disputar a eleição com um:

“[...] *jovem engenheiro* [Pereira de Freitas], *contra o qual nada se alegava, mas completamente desconhecido na política da província* [...] *Em contraposição, o candidato udenista era um veterano, com 27 anos de militância política, 6 dos quais passados à frente do governo do estado (1931 – 1937). Esta última circunstância é importantíssima para a liderança política na Bahia, onde, sem passar pelo posto de primeiro magistrado, ninguém se tornou chefe de primeiro plano. As denominações partidárias personalistas como vianismo, severinismo, marcelismo, seabrismo, juracisismo, representam prolongações dos governos, respectivamente, de Luís Viana, Severino Vieira, José Marcelino, Seabra e Juraci Magalhães*” (Sampaio, 1981; 271) Grifo nosso.

definem-se as coligações partidárias que seriam, três anos mais tarde, as bases tanto da ARENA como do MDB no estado.

Em primeiro lugar, uma característica marcante deste pleito é a manutenção da polarização entre as duas principais forças partidárias, PSD e UDN. Uma segunda característica que chama a atenção é o êxito no entendimento entre as correntes políticas de Juraci Magalhães, Manuel Novais e Luís Viana Filho (principais correntes de seus respectivos partidos), que possibilitou a aliança entre os três partidos. Além destes aspectos, o fato do PTB não só fazer parte desta coligação, como também indicar o cabeça de chapa, merece uma atenção especial.

Apesar de ser uma aliança aparentemente contraditória, levando-se em consideração as principais características e o espaço político ocupado pelos dois partidos a nível nacional, a aliança entre o PTB e a UDN baianos não constitui-se em algo ilógico ou irracional. O fato de Juraci Magalhães (a principal liderança udenista) ter na sua origem e em grande parte da sua trajetória política um envolvimento direto com Getúlio Vargas é um argumento razoavelmente confiável para explicar, pelo menos em parte, a união entre petebistas e udenistas tanto para o governo estadual como para as eleições municipais na capital do estado⁴³.

Além desse aspecto, a escolha de um petebista era fundamental para viabilizar o entendimento entre UDN, PR e PL. A preferência por um candidato que não estivesse diretamente ligado a nenhum destes partidos era essencial para a viabilidade do acordo. E não é por acaso que o escolhido foi Lomanto Júnior. Além de ser um novato no partido, a sua trajetória política garantia a tranquilidade necessária aos demais partidos de que um governo encabeçado por um trabalhista não “fugiria ao controle” da maioria conservadora que formava a coalizão. Por fim, acrescenta-se a tudo isto o fato de o candidato Lomanto Júnior não ser um “trabalhista histórico”, mas sim um ex-libertador

⁴³ No entanto, deve-se salientar que Sampaio (1964) aponta que, no interior do estado, vários foram os casos de quebra da disciplina partidária por injunções da política local. Um exemplo claro deste aspecto é o PTB de Ilhéus, que preferiu apoiar o pessedista Waldir Pires em virtude da grande rivalidade existente entre o PTB e a UDN no município. Contudo, por ser esta uma característica identificada em todo o país, não desqualifica o argumento aqui defendido.

com uma longa carreira política, marcada pelo exercício de importantes cargos eletivos nas hostes deste partido.

Cabe destacar ainda que o resultado deste pleito é responsável, como afirmou Sampaio (1964), pela ascensão de Lomanto Júnior como a última grande liderança surgida antes da tomada do poder pelos militares. O resultado desta eleição é o seguinte: Lomanto Júnior 51,58%; Waldir Pires 45,9% e Aristóteles Góes 2,51%. Dessa forma, a vitória, ainda que apertada, de Lomanto Júnior garantiu ao ex-libertador e agora trabalhista a possibilidade de assentar as bases de sua ascensão política e de sua entrada no rol dos grandes líderes políticos do estado.

Finalmente, devido ao fato de os partidos que estavam neste governo serem os mesmos que formaram a ARENA baiana, quando da instauração do bipartidarismo, pode-se considerar que a presença na coalizão governamental constituiu-se em um grande incentivo para que todas estas organizações ingressassem no novo partido governista. Este aspecto é representativo do que Sampaio (1964) afirma a respeito do caráter eminentemente governista dos partidos políticos baianos. Nesse contexto, só restou ao PSD e seus quadros a filiação ao partido oposicionista, muito mais por falta de espaço no interior da ARENA do que por outro motivo.

Mesmo assim, é possível identificar no PSD algumas características que realmente o colocam mais à esquerda no espectro político baiano. A vinculação direta com os remanescentes do Partido Comunista ao longo deste período – inclusive com a eleição de alguns deles para a Assembléia Legislativa, ver Sampaio (1964) – e a presença de lideranças como a do candidato a governador (1962) e ex-Consultor-Geral da República no governo João Goulart, Waldir Pires (que futuramente – 1997 – tornar-se-ia a principal liderança do Partido dos Trabalhadores no estado) são alguns dos indícios a partir dos quais pode-se identificar um caráter mais progressista de algumas das principais lideranças do PSD baiano, em relação aos demais partidos no estado.

Realizado o breve comentário acerca da dinâmica partidária e eleitoral de cada um dos estados aqui analisados e traçadas algumas de suas principais características,

parte-se, nos três capítulos seguintes, para o exame dos principais traços que marcaram a constituição e a atuação da ARENA rio-grandense, paulista e baiana.

Capítulo 3 – A ARENA gaúcha: integração vertical e estabilidade de carreiras políticas

“Carreiras são projetadas pela possibilidade desigual de recursos, que permitem a seu portador convertê-los em suporte material, apoios e votos. Quando predomina uma alocação endógena, a estrutura partidária fornece os meios necessários para a arregimentação eleitoral. Significa que para obtê-los, o aspirante à carreira deve adaptar-se às regras e diretrizes da organização. Neste caso, a indicação para uma candidatura segue um padrão centripeto, premiando lealdades confirmadas após anos de dedicação ao partido. Carreiras adquirem a forma de um cursus honorum, em que ingressando nos níveis inferiores da hierarquia partidária, o tempo necessário para o aspirante percorrer, dos primeiros postos até uma cadeira parlamentar, é, em regra, longo” (Santos, 2000; 38).

3.1 A ARENA no Rio Grande do Sul: dinâmica interna e resultados eleitorais

Ao longo dos próximos três capítulos, antes da análise das trajetórias dos deputados federais eleitos pela ARENA nos estados aqui examinados, serão apresentados de forma resumida os principais dados das eleições estaduais ocorridas entre 1966 e 1978 sob a vigência do bipartidarismo. Com base nestes dados, será realizada uma breve contextualização das eleições e do desempenho eleitoral da ARENA e do MDB para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal (única eleição majoritária em âmbito estadual que ocorria durante todo o período), bem como serão tecidos ainda alguns comentários a respeito da escolha dos nomes arenistas indicados pelo partido e pelo governo federal para o processo sucessório nos diferentes estados, para que se tenha uma idéia mais precisa do contexto de cada período eleitoral nos três estados analisados.

**Tabela 1 – Representação partidária na Câmara dos Deputados,
RS - 1966/1978**

	1966	1970	1974	1978
ARENA	48,3 (14)	53,8 (14)	40,6 (13)	43,7 (14)
MDB	51,7 (15)	46,2 (12)	59,4 (19)	56,3 (18)
TOTAL	100 (29)	100 (26)	100 (32)	100 (32)

Fonte: As Eleições no Rio Grande [197].

Com relação ao Rio Grande do Sul, um dos aspectos que mais chama a atenção ao se observar os dados é o grande equilíbrio constatado entre as duas organizações partidárias na composição das bancadas gaúchas eleitas à Câmara dos Deputados. Seguindo as tendências verificadas no período anterior, em 1966 é constatada uma divisão significativamente equânime das vagas entre os dois pólos. Além deste aspecto, ao se comparar estes resultados com os da eleição anterior (14 vagas para o “anti-PTB”, 14 para o PTB e 1 para o MTR), verifica-se novamente a manutenção da configuração partidária e eleitoral constatada no período anterior. Esse aspecto indica também um grau significativo de estabilidade nas escolhas do eleitorado gaúcho, o que sugere que neste estado, além da transferência praticamente completa de cada um dos blocos (“anti-PTB” e PTB) partidários para a ARENA e o MDB, tal movimento implicou também no acompanhamento das respectivas bases eleitorais, redirecionando suas preferências político-partidárias. Aceitando-se a validade deste argumento, tem-se aqui mais um forte indicador de que a configuração do sistema partidário gaúcho, com seu formato bipolarizado, foi fundamental para que, no estado, a “artificialidade” da ARENA e do MDB (verificada, por exemplo, por Kinzo – 1988) tivesse seu impacto drasticamente reduzido (Trindade, 1981 e Trindade e Noll, 1991).

Com relação à escolha do candidato arenista à sucessão estadual, identifica-se uma divisão interna na ARENA gaúcha entre os nomes de Tarso Dutra e Peracchi Barcelos, ambos os remanescentes do PSD. De acordo com Abreu (2001), em função da recusa de ambos pré-candidatos em retirar seus nomes da disputa, foi marcada uma convenção do partido para a decisão final com a condição, estipulada pelo presidente

Castelo Branco⁴⁴, de que o derrotado deveria acatar a decisão do partido. “*Esta [convenção] realizou-se no dia 2 de julho; homologando a candidatura de Perrachi Barcelos, por pequena diferença de votos.*”(Abreu, 2001; 1.966).

Além deste aspecto, em 1966, o Rio Grande do Sul foi um dos estados no qual as incertezas em relação à sucessão estadual foram, talvez, as mais elevadas do país devido à pequena maioria da ARENA em relação ao MDB no número de cadeiras na Assembléia Legislativa⁴⁵ e devido ao fato de a candidatura do professor Rui Cirne Lima, lançada pelo partido de oposição, contar com a simpatia e com o apoio de alguns parlamentares do partido governista no estado⁴⁶. Nesta ocasião, a estratégia do partido oposicionista de lançar um renomado professor, cuja única experiência em governos havia sido a sua participação como secretário estadual da Fazenda durante o segundo governo do pessedista Ildo Meneghetti (1963-1967), causou vários problemas ao governo federal e ao partido governista, que acabou perdendo dois dos seus deputados estaduais (entre eles, Paulo Brossard, que viria depois a ser uma das maiores lideranças do MDB no estado).

A citação a seguir, apesar de longa, dá a exata medida do que representou o lançamento desta candidatura, bem como explica a saída destes arenistas (provenientes do Partido Libertador) e do posterior ingresso dos mesmos no MDB gaúcho. De acordo com Xausa e Ferraz:

“O professor Cirne Lima, participara por 6 meses em 1964 do governo Meneghetti como Secretário da Fazenda, realizando nesta Pasta uma administração que, por sua ressonância, cedo fez com que seu nome fosse cogitado, por amplos e importantes setores de opinião, para a sucessão do governo do estado. Mais se realça este fato quando se considera que o professor Cirne Lima, eminente Mestre de Direito, notável por seu saber e que até então jamais exercera atividade político-partidária, se colocava em singular posição de respeito e prestígio perante a

⁴⁴ “[...] assumo perante a história a responsabilidade de não entregar o Rio Grande do Sul aos adversários da Revolução. Que a convenção indique o candidato. Dos candidatos, aqui presentes, exijo que o derrotado na escolha apoie o vencedor, e que o presidente do partido promova uma convenção entusiasta”. Pronunciamento de Castelo Branco, reproduzido em Krieger (1976:212).

⁴⁵ Em 1966, a ARENA elege 27 deputados estaduais, contra 28 eleitos pelo MDB, alguns dos quais foram posteriormente cassados (7 em 1966) no contexto da candidatura Cirne Lima ao governo estadual. Sobre este aspecto, ver: Xausa e Ferraz (1981).

⁴⁶ Para se ter uma noção do prestígio do professor Cirne Lima entre alguns dos parlamentares arenistas, ver carta do então deputado arenista Raul Pilla, em anexo, defendendo e justificando o apoio à candidatura do partido oposicionista.

opinião pública do estado, o que assinalara para o governo um verdadeiro privilégio contar-lhe com a participação. Os dissidentes da ARENA, responsáveis pelo lançamento de sua candidatura, se identificavam com setores políticos e militares tidos por radicais, precisamente na medida em que, considerando-se 'revolucionários históricos', mostravam crescente inconformismo em face do empolgamento do poder político no estado pelo PSD, tido como adesista e não verdadeiramente representando os 'ideais da Revolução'. Paradoxalmente, este grupo [...] era de inspiração 'maragata' e liberal, vocalizando irritação igualmente crescente contra as medidas intervencionistas, anti-federativas, e repressivas, do Governo Federal, principalmente após o Ato Institucional N° 2. É esta última dimensão que vai explicar, em momento ulterior, o encontro de um denominador comum político com a oposição, suficientemente amplo para permitir a adoção de uma solução alta, representada pela candidatura Cirne Lima, em um primeiro momento tentada dentro da ARENA, e, posteriormente, acolhida pelo MDB, em termos de pacificação política, afirmação federativa, defesa do Estado de Direito, Justiça Social e desenvolvimento econômico”(Xausa e Ferraz, 1981; 159-160) grifo nosso.

Além de ajudar a esclarecer as razões pelas quais alguns arenistas apoiavam o candidato emedebista, esta citação é bastante oportuna por possibilitar o esclarecimento de um paradoxo, representado pelo ingresso de remanescentes do antigo PL no partido oposicionista⁴⁷. Ao longo deste trabalho, serão encontradas algumas referências a respeito do caráter fortemente ideológico conferido aos libertadores gaúchos. Para os mesmos, históricos defensores do sistema parlamentarista e de uma maior valorização do Poder Legislativo, as ações do governo federal, caracterizadas por um teor cada vez mais repressivo, era fonte constante de tensões e conflitos entre este grupo e o regime. Essa tensão acirrou-se de tal forma que, como afirmado anteriormente, provocou a saída dos deputados estaduais remanescentes do PL, da ARENA e a posterior filiação dos mesmos ao MDB gaúcho⁴⁸.

Resolvido o problema da eleição indireta com a cassação dos deputados emedebistas e a conseqüente retirada da candidatura Cirne Lima, o candidato arenista Peracchi Barcelos foi eleito com os votos arenistas, e os parlamentares de oposição retiraram-se do Plenário. Resolvia-se, assim, a crise sucessória no Rio Grande do Sul.

⁴⁷ Comentando o gradual afastamento entre os libertadores e os militares, Nery afirma que: “O PL, que sempre foi a espinha dorsal doutrinária do grupo anti-PTB, foi aos poucos sendo alijado do processo, através da renúncia-protesto de Raul Pilla, da cassação de Brito Velho, do veto à candidatura de Ruy Cirne Lima. Com a entrada de Paulo Brossard no MDB, caiu na oposição o último grande líder dos liberais” (Nery, 1975; 41).

⁴⁸ Para maiores detalhes sobre o desfecho deste episódio, ver Krieger (1976; 211-217).

Com relação à eleição para o Senado Federal, a candidatura de três nomes na legenda arenista foi fundamental para que o partido conquistasse a vaga em disputa no estado. Neste pleito concorreram pelo partido governista Guido Mondim (ex-PRP), Sinval Guazzelli (ex-UDN) e Mário Mondino (ex-PDC). Com a eleição de um ex-pessedista para o governo estadual e o lançamento destes candidatos ao Senado, verifica-se uma preocupação no sentido de distribuir os principais postos políticos entre os partidos que antes integravam o “anti-PTB”, representando assim uma continuação do padrão verificado no período anterior, com o lançamento de um nome pessedista para o governo do estado e de nomes dos demais partidos para o Senado Federal.

Somando suas votações, Mondim (322.901), Guazzelli (206.917) e Mondino (142.662) superam o candidato emedebista, Siegfried Heuser (638.140), por apenas 34.340 votos. Desta forma, em 1966, um ex-perrepista é eleito senador pelo estado do Rio Grande do Sul. Identifica-se também nestas eleições o equilíbrio entre os dois partidos, tal como verificado para a Câmara dos Deputados.

Em 1970, Tarso Dutra, que desde o ano anterior estava pleiteando novamente a sua candidatura para a sucessão estadual, tem seu nome novamente preterido pelo governo federal. Desta vez, o indicado pelo presidente Médici (1969-1974), foi o ex-pedecista Euclides Triches. Neste episódio, pode-se identificar a estratégia do governo federal de apoiar uma candidatura de dentro das forças governistas, mas, que não representasse o grupo majoritário dentro da ARENA. Se em 1966 isto não foi possível, uma vez que os dois nomes mais cotados eram de remanescentes do PSD e em virtude do agravamento da situação em função do lançamento da candidatura Cirne Lima, desta vez o governo obteve êxito no estado em preterir o nome do ex-pessedista Tarso Dutra, em prol de Triches. Desta forma, Tarso Dutra lança-se ao Senado Federal, juntamente com o ex-udenista Daniel Krieger, que buscava a reeleição. Ambos elegem-se, porém, novamente, por uma pequena margem de votos em relação aos candidatos emedebistas (ARENA: Dutra 929.461 e Krieger 864.505; MDB: Paulo Brossard 833.630 e Brochado da Rocha 809.296).

Analisando-se os dados eleitorais para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, identifica-se um ligeiro aumento da votação do partido governista. Apesar

deste aumento, o desempenho do MDB no estado, elegendo 12 dos 26 deputados federais e perdendo por uma pequena margem de votos as eleições para o Senado, dá mostras da estabilidade do seu eleitorado, que se manteve majoritariamente fiel em uma eleição marcada nacionalmente pelo descrédito da sociedade brasileira, principalmente seus setores mais progressistas, em relação às instituições e, particularmente, ao partido de oposição. A partir de 1970, o estado fica, então, representado por um ex-perrepista, eleito em 1966, um ex-pessedista e um ex-udenista e com um governador ex-pedecista. Estava garantido, novamente, o equilíbrio entre os antigos partidos políticos no estado.

As eleições de 1974 marcam o (re)nascimento do MDB em nível nacional. Somente para ilustrar a dimensão da ascensão eleitoral do partido oposicionista, vale lembrar que este elege nada menos que 16 dos 22 senadores que conquistaram uma cadeira na Câmara Alta do Congresso Nacional⁴⁹. O Rio Grande do Sul não fugiu à regra: neste estado, o candidato oposicionista, Paulo Brossard (com 1.383.288 votos), vence o candidato arenista, Nestor Jost (897.803 sufrágios), por uma margem significativa de votos. A mesma tendência verifica-se na eleição para a Câmara dos Deputados, com o MDB conquistando 19 das 32 cadeiras desta Casa.

Novamente aqui se identifica a ingerência do governo federal nas sucessões estaduais, sempre no sentido de apoiar um nome que não representasse os grupos internos mais expressivos no interior do partido. Em 1974, as lideranças pessedistas apoiavam o nome do vice-governador, Edmar Fetter, que foi veementemente vetado pelo então governador e ex-pedecista Euclides Triches. Este entregou a Petrônio Portela (presidente nacional da ARENA e interlocutor do governo federal nos processos sucessórios estaduais) uma lista com três nomes, aos quais incluiu o do então deputado federal e ex-udenista Sinval Guazelli a pedido do seu secretário do Trabalho e também ex-pedecista, Néelson Marchezan. Na convenção do partido: *“Edmar Feter teve 26 votos dos 31 membros do diretório e 23 dos 27 deputados. Segundo mais votado foi o prefeito Thompson Flores, de Porto Alegre. Terceiro, Amyr Borges Fortes, general da reserva. Último, Sinval Guazelli”* (Nery, 1975; 40).

⁴⁹ Para uma reconstituição bastante ilustrativa do contexto eleitoral nos 22 estados em que ocorreram eleições, juntamente com a reprodução dos dados eleitorais de cada estado, ver Nery (1975).

No entanto, a escolha recaiu sobre o último colocado, que acabou sendo eleito pelo Colégio Eleitoral gaúcho ao governo do estado. Neste episódio, além da estratégia do governo federal, identifica-se aqui também um exemplo de disciplina partidária na ARENA gaúcha, que consistiu na desistência do ex-governador do estado, Peracchi Barcelos, de apoiar o seu candidato favorito na disputa, em função justamente da preferência manifestada pelo governo federal a Sinval Guazelli, de acordo com Abreu: “[...] *Peracchi Barcelos defendeu, para a sucessão ao governo do estado, o nome do vice-governador Edmar Fetter, mas terminou dando o seu apoio ao candidato indicado pelo governo federal, Sinval Guazelli*” (Abreu, 2001; 526). Desta forma, ao antigo PSD gaúcho, coube, novamente, a vice-governadoria do estado, ocupada pelo deputado federal José Augusto Amaral de Sousa.

Finalmente, com relação à sucessão estadual de 1978, não foi encontrada nenhuma referência a respeito da realização, ou não, de prévias do partido no estado. Aqui, a característica mais marcante da escolha realizada pelo presidente, general Ernesto Geisel (em lista sêxtupla), para a sucessão gaúcha é a preferência pelo então vice-governador, Amaral de Souza, que assumiu o governo do estado em 15 de março do ano seguinte, tendo como vice o também ex-pessedista Otávio Germano. Estava garantido o retorno dos ex-pessedistas ao governo do Rio Grande do Sul.

Com relação à distribuição das cadeiras na Câmara dos Deputados, identifica-se em 1978 uma pequena recuperação eleitoral da ARENA gaúcha, manifestada no aumento de uma cadeira em relação à legislatura anterior. Tal desempenho pode ser creditado à edição de algumas alterações estabelecidas pelo governo federal na legislação eleitoral, visando a obstaculizar a ascensão eleitoral do partido opositor e melhorando as chances do partido governista no pleito. Em 1976, a Lei Falcão introduziu uma série de mudanças que visavam a beneficiar o partido governista. De acordo com Abreu (2001):

“A Lei Falcão (Lei nº 6.339, de 1º de julho de 1976) proibiu a propaganda eleitoral pelo rádio e a televisão, permitindo apenas a divulgação do curriculum vitae sumário dos candidatos. Essa lei surgiu como resposta direta do governo ao considerável avanço do partido oposicionista, o MDB, nas eleições de 1974, e refletia a preocupação do governo em enfrentar as eleições municipais de 1976, que poderiam, sob condições inteiramente livres de propaganda eleitoral, transformar-se em uma eleição plebiscitária ”(Abreu, 2001; 112).

Passadas as eleições municipais de 1976 e verificado (mesmo com tais modificações) um novo avanço da oposição⁵⁰, no ano seguinte o governo federal introduziu mais um conjunto de medidas que visava principalmente a manter a maioria governista tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal. Dessa forma, em 1977, o governo lança o “Pacote de Abril”. Entre as alterações, as mais significativas constituíam-se nas mudanças do cálculo da representação de cada estado na Câmara dos Deputados (que passou a se basear na população dos estados e não mais no eleitorado) e na criação do “senador biônico”, que seria eleito indiretamente nos colégios estaduais. De acordo com Fleischer (1980):

“As polêmicas e cálculos eleitoreiros de 1978 davam conta de que o ‘Pacote de Abril’ havia sido adotado por se prever uma derrota para a ARENA nas eleições de 1978 frente aos resultados das eleições municipais de 1976, onde entendeu-se que o MDB havia crescido muito, principalmente no Centro-Sul. Assim, seguindo este raciocínio crítico, as novas regras do jogo aumentariam as bancadas estaduais no Norte e Nordeste onde a ARENA era mais forte e diminuiriam as do Centro-Sul, onde o MDB levava mais vantagem. Assim, um efeito cancelaria o outro, mais ou menos preservando o status quo de uma ligeira maioria arenista na Câmara Federal. Por outro lado, a adoção das eleições diretas para o Senado Federal evitaria a composição de uma maioria emedebista, haja vista a eleição de 16 senadores em 22 pelo MDB em 1974” (Fleischer, 1980; 22).

Com relação ao Senado Federal, tais medidas foram essenciais para os propósitos do regime de manter uma maioria governista na Casa⁵¹. No Rio Grande do Sul, com relação à disputa para o Senado Federal, mesmo utilizando-se da estratégia de lançar mão das sublegendas (estratégia que havia dado certo em 1966), os candidatos arenistas não obtiveram êxito em derrotar o candidato emedebista, Pedro Simon, que se elegeu com 1.751.469 votos, contra 620.405 de Mário Ramos, 329.982 de Rocha Filho

⁵⁰ Para uma análise das eleições municipais de 1976 em importantes cidades do interior de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, ver Reis (org.), 1978. Para uma análise das eleições na capital paulista ao longo da década de 70, ver Lamounier (org.), 1980. Nesta coletânea encontra-se, inclusive, um estudo que trata diretamente da “Lei Falcão” e do seu impacto eleitoral.

⁵¹ Para uma análise mais detida sobre os efeitos do “Pacote de Abril” nestas eleições, ver Fleischer (1980).

e 140.744 de Fernando Gay da Fonseca, os três últimos representantes do partido governista.

Com esta vitória, o MDB gaúcho passa a ocupar dois dos três assentos do estado no Senado Federal. A terceira vaga é garantida à ARENA em função, justamente, da instituição da figura do “senador biônico”. Para esta cadeira, dois nomes foram cogitados: Daniel Krieger e Tarso Dutra. O primeiro, que concorreria mais uma vez pela reeleição, foi sondado (entre outros aspectos) em função da sua liderança em âmbito estadual e nacional e em função de sua proximidade com o governo federal. Já a indicação do outro senador arenista, Tarso Dutra, que durante várias ocasiões lutou por sua indicação à sucessão estadual e teve o seu nome preterido pelos militares, representaria, novamente, a ocupação dos principais cargos políticos do estado em controle da ARENA por remanescentes do PSD gaúcho.

Aqui, identificam-se duas versões contraditórias em relação ao desfecho da escolha do candidato arenista. Em Abreu (2001), no repertório biográfico de Tarso Dutra, encontra-se referência à vitória deste sobre Daniel Krieger (candidato favorito de Geisel e de Figueiredo) na disputa pela indicação. Já no verbete de Krieger, a versão dá conta de que não teria havido disputa, uma vez que, apesar de ter recebido o convite do presidente Figueiredo para assumir a vaga, o mesmo teria recusado o cargo uma vez que o seu nome não representaria consenso no interior do partido. Independentemente destas versões⁵², o fato é que Tarso Dutra é eleito senador “biônico” pelo Rio Grande do Sul, tomando posse em março do ano seguinte.

Analisando-se os diferentes contextos eleitorais, seus resultados e, como consequência, a distribuição de poder entre os remanescentes dos antigos partidos políticos no interior da ARENA, verifica-se a presença de algumas características

⁵² “Nesta mesma data, Dutra foi reeleito, também, indiretamente, senador pelo estado na legenda arenista. Disputou a indicação de senador com Daniel Krieger, candidato favorito tanto do presidente Geisel como daquele que seria seu sucessor, general João Batista Figueiredo” (Abreu, 2001; 1157). Já de acordo com o verbete de Krieger: “No início de 1978, recebeu do general João Batista Figueiredo, chefe do serviço Nacional de Informações (SNI) e candidato oficial à sucessão do presidente Geisel, o convite para ocupar uma vaga no Senado, por via de eleições indiretas. Krieger recusou o convite, alegando que só o aceitaria caso não surgisse ninguém para ocupa-lo. A vaga acabou sendo ocupada por seu companheiro de partido, Tarso Dutra[...]” (Abreu, 2001; 1694).

marcantes do partido governista no estado. A primeira delas seria a manutenção da distribuição dos principais cargos políticos (no governo do estado e no Senado Federal) a serem ocupados entre os remanescentes dos antigos partidos, da mesma forma como ocorreu ao longo de todo o período anterior (aspecto que só não se verifica em 1978, com os remanescentes do PSD ocupando a vaga arenista no Senado Federal e o governo do estado).

A segunda, apesar da já referida coesão interna deste grupo, seria a existência de disputas internas ao partido que representam a transposição das diferentes cores partidárias formadoras da ARENA no estado, em grupos no interior do novo partido. Esta linha de continuidade entre os dois períodos é também relevante dado que, ao chamar a atenção para a existência de clivagens (embora não tão fortes quanto em outros estados) no interior do “anti-PTB”-ARENA, possibilita que, ao se considerar este bloco como unido e homogêneo, não se tome o mesmo como um bloco monolítico⁵³, sem divisões internas.

Além destes aspectos, identifica-se no caso gaúcho, principalmente em 1970 e 1974, a estratégia do governo federal no sentido de minimizar a força do principal partido político existente no período anterior (PSD). Esse aspecto se traduz na indicação de Euclides Tricches (ex-PDC) e Sinval Guazelli (ex-UDN) ao governo do estado. Particularmente no caso gaúcho, tal estratégia foi facilitada em virtude da já identificada existência de um acordo, que levava o “anti-PTB” a distribuir os principais cargos eletivos entre os diferentes partidos.

Em linhas gerais, estas são algumas das principais características que condicionaram a formação da ARENA gaúcha e a partir das quais se pode dar conta da explicação da dinâmica deste partido no estado. Características estas que serão novamente examinadas ao se analisar as trajetórias dos seus deputados federais eleitos no período. Tarefa que se pretende realizar a seguir.

⁵³ Laver e Shepsle (1999).

3.2 Os deputados federais gaúchos: trajetórias dos arenistas eleitos para a Câmara dos Deputados

No presente capítulo, o objetivo principal constitui-se no exame dos dados referentes à trajetória política dos parlamentares eleitos pela ARENA gaúcha nas quatro legislaturas aqui examinadas. Em um primeiro momento, será realizado um exame das trajetórias político-partidárias (como a migração entre partidos, os cargos ocupados, etc) dos parlamentares remanescentes dos principais partidos políticos existentes no período anterior. Com base nesta análise, pretende-se traçar detalhadamente os caminhos percorridos pelos mesmos antes de ascenderem a uma cadeira na Câmara dos Deputados pela legenda arenista.

Dessa forma, o aspecto mais importante para os objetivos desta dissertação constitui-se na origem partidária e na trajetória prévia dos parlamentares arenistas. A análise destas variáveis é fundamental, uma vez que permite mensurar o peso e a correlação de forças existente entre as antigas organizações partidárias no interior da ARENA. Baseando-se nesta perspectiva, a trajetória de cada parlamentar remanescente dos principais partidos políticos do seu estado no período multipartidário anterior será aqui examinada, buscando-se traçar o perfil das bancadas arenistas eleitas para a Câmara dos Deputados.

Além de permitir identificar o peso dos remanescentes das antigas agremiações, este exame possibilita mensurar também a importância dos parlamentares oriundos da própria ARENA, os puros, em cada bancada. Para os objetivos desta dissertação, este dado é tão relevante quanto controverso. Esta controvérsia é relevante dado que ao mesmo tempo em que a eleição de parlamentares exclusivamente arenistas nas bancadas examinadas pode ser interpretada como um indicador da viabilidade de carreiras curtas, caracterizadas por uma rápida ascensão e, conseqüentemente, pela tendência a uma maior independência e descomprometimento dos parlamentares em relação a seus partidos; a existência dos puros, no contexto aqui analisado, pode ser vista como um indicador da possibilidade da organização partidária formar, no seu interior, quadros

cujos vínculos político-partidários estariam vinculados ao próprio partido, o que tenderia a facilitar a estratégia dos militares de formar um partido unificado em torno da defesa do regime, uma vez que os mesmos não estariam tão comprometidos com as lealdades e rivalidades transpostas do sistema partidário anterior para dentro da nova organização governista.

Tabela 2 – Filiação aos antigos partidos: ARENA – RS

	ptb	Mtr	psb	ptn	psp	pdc	psd	pst	pr	prp	prt	udn	pl	arena	mdb	ni*	total
66	-	-	-	-	-	2	7	-	-	1	-	1	3	-	-	-	14
70	-	-	-	-	1	3	6	-	-	1	-	1	2	-	-	-	14
74	1	-	-	-	-	2	5	-	-	1	-	-	2	-	-	2	13
78	-	-	-	-	-	2	3	-	-	1	-	-	-	4	-	4	14

Fonte: Abreu, 2001.

*Ni: Partido não informado.

A apresentação dos dados referentes às trajetórias políticas dos parlamentares terá como parâmetro principal as organizações partidárias a que cada um dos mesmos foi filiado. Assim, cada um dos partidos será aqui utilizado como uma espécie de fio condutor, a partir do qual serão analisadas, ao longo das quatro legislaturas, as trajetórias de todos os parlamentares remanescentes desta organização. Dessa forma, quando identificada a presença de remanescentes de um determinado partido em mais de uma legislatura, somente após o exame de todos estes parlamentares é que se passará a analisar os remanescentes de outra organização. Assim, poder-se-á identificar de forma mais precisa não só o peso relativo dos remanescentes de cada partido em cada legislatura, como também a sua evolução ao longo das quatro legislaturas tomadas como parâmetro para a análise.

3.2.1 A exceção que confirma a regra? A trajetória de um remanescente do

PTB na ARENA gaúcha

Ao se examinar a tabela acima, um primeiro aspecto a ser mencionado é a identificação da manutenção, no estado, das antigas fronteiras partidárias entre as

“famílias políticas” populista e liberal-conservadora. Em todo o período de sua existência, nenhum ex-membro de partidos como o PTB, o MTR, o PSB e o próprio MDB (fenômeno identificado em SP, por exemplo) migra para o partido governista e conquista sob esta legenda uma cadeira na Câmara dos Deputados. A exceção à regra fica por conta de Paulo Nunes Leal, do PTB, que se elege em 1974 pela bancada gaúcha.

Nas tabelas a seguir encontram-se sistematizados os dados através dos quais pretende-se examinar a carreira política dos parlamentares arenistas. O primeiro aspecto a ser examinado (migração) busca identificar a freqüência com que os parlamentares arenistas trocaram de legenda ao longo de suas carreiras políticas. Cabe salientar que a passagem dos antigos partidos para a ARENA não será considerada como migração uma vez que a mesma pressupõe uma mudança voluntária, e não compulsória, da filiação partidária. Além deste aspecto, a filiação à ARENA e MDB, mais que uma mudança de partido, refletiu uma mudança em todo o sistema partidário. Através da segunda variável, pretende-se mensurar o tempo “investido” por estes parlamentares em suas carreiras políticas até a conquista de um mandato na Câmara dos Deputados pela legenda arenista. Ao longo deste período, o número e a importância dos cargos ocupados pelos deputados federais arenistas também fazem parte dos indicadores através dos quais pretende-se examinar a trajetória político-partidária dos parlamentares arenistas.

Tabela 3 – Trajetória política dos deputados arenistas gaúchos, PTB – 1966

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Nunes Leal	Não	7 anos	1	Governador

Fonte: Abreu, 2001.

Originalmente um militar⁵⁴, o mineiro Paulo Nunes Leal foi nomeado e ocupou de 1954 a 1962 o cargo de governador do território federal de Guaporé (atualmente estado de Rondônia). Após filiar-se ao PTB em 1958, Nunes Leal elege-se no pleito de 1966, pela primeira vez, deputado federal por Rondônia.

Após o término do seu mandato, e já tendo passado para a reserva como coronel, o parlamentar foi convidado pelo então governador do Rio Grande do Sul, Euclides Triches (1971-1975), a ocupar a pasta da Secretaria Estadual de Transportes. Tendo se estabelecido no estado, Nunes Leal candidata-se e elege-se nas eleições de 1974 ao cargo de deputado federal, agora pela ARENA do Rio Grande do Sul, para onde havia transferido seu domicílio eleitoral. Não tendo se candidatado em 1978, Nunes Leal deixa a Câmara dos Deputados em janeiro do ano seguinte.

Cabe aqui salientar que no conjunto dos dados examinados, pode-se observar que este caso se constitui em um fenômeno isolado entre os deputados federais da ARENA gaúcha. Além disso, apesar de este fato comprovar a existência, no Rio Grande do Sul, de um parlamentar arenista proveniente do antigo PTB, não se pode interpretar este fenômeno *a priori* como um caso de transposição bem-sucedida das fronteiras, ou clivagens, partidárias características da dinâmica política gaúcha. Esta interpretação fica prejudicada devido ao fato da vinculação do parlamentar ao PTB ter ocorrido somente em Rondônia. Somando-se a isto, a vinda de Nunes Leal ao estado ocorre somente em 1971, quando o mesmo já era filiado à ARENA, não tendo experimentado, dessa forma, nenhum contato com o antigo PTB gaúcho, o que desconsidera este caso enquanto uma exceção ao padrão de realinhamento partidário identificado no Rio Grande do Sul com a formação da ARENA e do MDB.

No entanto, pode-se supor que, no momento de sua nomeação como secretário estadual do Rio Grande do Sul, o então governador do estado, Euclides Triches, tenha preterido candidatos gaúchos com trajetórias marcadas por uma vinculação bem mais consistente com a máquina partidária do seu estado. Esse aspecto, em tese, indicaria ter sido basicamente técnico o critério para a escolha do ex-deputado federal de Rondônia à ocupação de uma das secretarias em seu governo. A hipótese da utilização de critérios técnicos para a escolha do secretariado, pelo menos neste caso, é reforçada pela vasta experiência de Nunes Leal no assunto, pois além de ter sido assessor de transportes da Comissão do Vale do São Francisco e diretor-superintendente da Estrada de Ferro

⁵⁴ Integrou a Força Expedicionária Brasileira (FEB) na campanha da Itália como comandante do 9º Batalhão de Engenharia. E formou-se engenheiro civil e militar na então chamada Escola Técnica do

Leopoldina, no Rio de Janeiro, o então tenente-coronel Nunes Leal “[...] *chefiou a Comissão Especial de Obras nº 9, incumbido de superintender os trabalhos de construção realizados pelo Exército no oeste da Amazônia [...]*” (Abreu, 2001; 3.038), trabalhos estes que consistiam, basicamente, na abertura de estradas para possibilitar a ligação da região amazônica com o sudeste e o sul do país.

Dessa forma, o caso de Paulo Nunes Leal constitui-se no único caso identificado, no Rio Grande do Sul, de êxito eleitoral de um candidato sem vínculos mais consistentes com as lideranças partidárias gaúchas, e com seu eleitorado. Deve-se salientar, contudo, que o mesmo não caiu de “pára-quadras” no estado antes de se eleger, mas sim, ocupou uma das mais importantes secretarias do governo estadual durante quatro anos ininterruptos, aspecto este que demonstra que o então secretário, quando se lança à disputa eleitoral, já havia podido estabelecer-se e criar as condições necessárias para seu êxito eleitoral.

3.2.2 PSD: homogeneidade e estabilidade nas trajetórias caracterizando o núcleo duro da ARENA gaúcha

No que diz respeito à influência de cada uma das antigas organizações partidárias na formação das bancadas arenistas gaúchas na Câmara dos Deputados, destaca-se a importância dos remanescentes do antigo PSD no conjunto das bancadas eleitas nas três primeiras eleições (1966 1970 e 1974). Apesar de ser decrescente, o peso dos parlamentares provenientes desse partido corrobora o fato do mesmo ter sido, no regime anterior, a principal força partidária do bloco conservador-liberal no estado.

Exército em 1950, no Rio de Janeiro. Para maiores detalhes, ver Abreu (2001; 3.038).

Tabela 4 – Trajetória política dos deputados arenistas gaúchos, PSD – 1966

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores ⁵⁵
Clovis Pestana	Não	21 anos	4	Pref, Sec Est, Min e DF
Daniel Faraco	Não	21 anos	3	DF (5), Sec Est e Min
Arlindo Kunzler	Não	15 anos	2	Ver e DE (3)
Lauro Leitão	Não	21 anos	4	Pref; DE (2), DF e Sec Est
Tarso Dutra	Não	21 anos	2	DE e DF (5)
Amaral de Sousa	Não	21 anos	2	Ver e DE (2)
Ary Alcântara	Não	10 anos	3	DF e Ass Min e do PSD estadual

Fonte: Abreu, 2001.

Analisando-se as trajetórias dos ex-pessedistas eleitos em 1966, pode-se observar que os mesmos são exemplos bastante claros da grande influência e do peso exercidos pelo PSD na formação da ARENA gaúcha. As trajetórias destes parlamentares, marcadas pela ausência de migrações partidárias e pelo longo tempo de filiação no partido (média de 18 anos), constituem-se em indicadores consistentes do alto grau de coesão encontrado neste grupo. Além destes parlamentares possuírem trajetórias caracterizadas pelo longo tempo nas fileiras pessedistas, o fato dos mesmos ocuparem a metade das cadeiras arenistas conquistadas no estado atesta a importância que os membros desta antiga organização tiveram na formação do novo partido, pelo menos em sua bancada federal.

Como indicadores da importância desta organização partidária enquanto “escola”, formadora de vários dos principais quadros da ARENA gaúcha na Câmara dos Deputados, destacam-se as presenças de Clóvis Pestana, Lauro Franco Leitão, Daniel Faraco, Tarso Dutra e Amaral de Sousa. Tendo ingressado nas fileiras pessedistas desde a sua fundação, estes parlamentares arenistas tiveram no antigo PSD um espaço comum e um longo período de socialização política.

⁵⁵ As abreviaturas utilizadas para designar os cargos ocupados pelos parlamentares ao longo de suas carreiras são: Ver: vereador; DE: deputado estadual; DF: deputado federal; Pref: prefeito; Ass: assessor; Min: ministro; e Sec. Est: secretário estadual.

Contando com um ex-prefeito de Porto Alegre, dois ex-secretários estaduais, dois ex-ministros e com quatro ex-deputados estaduais e ex-deputados federais, os remanescentes do PSD eleitos em 1966 caracterizam-se por possuírem carreiras políticas já consolidadas, através da passagem por vários cargos de relevância no âmbito municipal, estadual e, inclusive, nacional.

Um exemplo do perfil das trajetórias políticas dos ex-pessedistas gaúchos é a carreira política de Tarso Dutra, uma das maiores lideranças da ARENA no estado. Vinculado ao PSD desde sua fundação, Tarso Dutra candidata-se, em janeiro de 1947, à Assembléia Constituinte estadual. Eleito, o então deputado estadual, após a promulgação da nova Constituição gaúcha, atuou como segundo-secretário da Casa. Em outubro de 1950, Tarso Dutra elege-se, pela primeira vez, deputado federal. Devido ao fato de a trajetória deste parlamentar ser marcada pelo constante êxito eleitoral, Tarso Dutra mantém-se, ininterruptamente, na Câmara dos Deputados, reelegendo-se em 1954, 1958, 1962 e 1966. Nesta última eleição, na primeira legislatura eleita na nova legenda partidária, Tarso Dutra conquista o sexto mandato eletivo de sua carreira.

Cabe ainda ressaltar que o fato de o nome de Tarso Dutra constituir-se, já em 1966, em um dos mais fortes do partido ao governo do estado é um indicador bastante confiável do seu papel de liderança dentro da nova organização partidária. Este aspecto encontra-se claramente ressaltado em seu repertório biográfico, quando é relatada esta disputa, contra o também ex-pessedista Peracchi Barcelos⁵⁶. Reforçando a tendência anteriormente identificada, o fato de a disputa pelo executivo estadual recair, em 1966, sobre dois arenistas remanescentes do antigo PSD gaúcho é mais um indicador do peso exercido pelos ex-pessedistas no interior da ARENA gaúcha. Com relação ao cenário desta disputa eleitoral:

“Em meados de 1966, por ocasião da eleição dos governadores estaduais [...] a Arena gaúcha dividiu-se entre as candidaturas de Tarso Dutra e de Valter Peracchi Barcelos, então ministro do Trabalho [...] Diante da recusa dos dois candidatos arenistas em abrir mão das próprias candidaturas, o presidente Castelo Branco

⁵⁶ Peracchi Barcelos, ex-deputado estadual (1950-1958), ex-candidato ao governo do estado em 1958, ex-secretário do Interior e Justiça, no primeiro governo Meneghetti (1955-1959), ex-deputado federal (1963-1967) e ex-ministro do Trabalho (1965-1966), foi também um dos fundadores do PSD no estado e uma das principais lideranças do partido.

incumbiu o senador Daniel Krieger de conseguir deles a promessa de que aceitariam o resultado da convenção do partido” (Abreu, 2001; 1966).

Vendo derrotadas as suas pretensões ao governo estadual, em novembro de 1966 Tarso Dutra conquista (como anteriormente assinalado) uma vaga na primeira bancada eleita sob a legenda arenista à Câmara dos Deputados, tendo sido o candidato arenista mais votado do estado, com 65.468 votos. Em março do ano seguinte, o parlamentar licencia-se do cargo para assumir o Ministério de Educação e Cultura no governo do novo presidente da República, o marechal Artur da Costa e Silva (1967-1969), cargo que ocuparia até a saída deste da presidência, em outubro de 1969. Retornando à Câmara dos Deputados, Dutra pleiteia, mais uma vez, o lançamento de sua candidatura às eleições indiretas para o governo do estado, que se realizaria em outubro de 1970; no entanto, seu nome é novamente preterido, desta vez, em favor de Euclides Triches, ex-deputado federal (1963-1967), pelo PDC rio-grandense.

Após ter sido novamente preterido na disputa pelo governo do estado, Tarso Dutra é “compensado” pelo partido ao ser escolhido como um dos candidatos (juntamente com o ex-udenista Daniel Krieger) da ARENA gaúcha ao Senado Federal. Elegendo-se neste mesmo ano, Tarso Dutra assume, em 1971, uma das vagas do estado no Senado, juntamente com seu colega de partido. Após ver sua candidatura ao governo estadual novamente barrada, em 1974, em prol agora do ex-udenista e então deputado federal Sinval Guazelli, Tarso Dutra é escolhido, em 1975, presidente do diretório estadual da ARENA do Rio Grande do Sul.

Por fim, o ano de 1978, como visto anteriormente, foi marcado por duas expressivas vitórias políticas de Tarso Dutra: a primeira foi a eleição do ex-deputado estadual e ex-pessedista José Augusto Amaral de Sousa, político de sua confiança, ao governo do estado. Nesta mesma data, o senador gaúcho foi novamente eleito, desta vez indiretamente, para o Senado Federal. Com a volta do pluripartidarismo, Dutra filia-se ao PDS (Partido Democrático Social). Tarso Dutra faleceu no exercício de seu mandato, em maio de 1983.

Tabela 5 – Trajetória política dos deputados arenistas gaúchos, PSD – 1970

Deputado	Migração	“Investimento”	Nºcargos	Cargos anteriores
Daniel Faraco	Não	25 anos	3	DF (6), Sec Est e Min
Arlindo Kunzler	Não	19 anos	3	Ver, DE (3) e DF
Lauro Leitão	Não	25 anos	4	Pref, DE (2), DF (2) e Sec Est
Amaral de Sousa	Não	25 anos	3	Ver, DE (2) e DF
Célio Fernandes	Não	14 anos	2	Ver (2) e Pref
Ary Alcântara	Não	14 anos	3	DF(2) Ass..Min e do PSD estadual

Fonte: Abreu, 2001.

Na segunda legislatura examinada, identifica-se uma redução de apenas uma cadeira entre as ocupadas pelos remanescentes do PSD nas bancadas arenistas gaúchas, não sendo possível identificar na diminuição do grupo dos ex-pessedistas uma perda de prestígio eleitoral ou uma perda de espaço dentro da ARENA no estado. Pelo contrário, a reeleição de todos os ex-pedessistas que passaram pelo crivo eleitoral em 1970 é um claro indicador da manutenção do prestígio e da importância eleitoral deste grupo. Com o êxito eleitoral destes parlamentares, a partir de 1971, o grupo dos ex-pessedistas é formado pelos deputados Daniel Faraco, Lauro Leitão, Arlindo Kunzler, Ari Alcântara, Célio Marques Fernandes e Amaral de Sousa. Por outro lado, a escolha de Clóvis Pestana para ministro do TCU e a eleição de Tarso Dutra ao Senado Federal, confirmam não só a força eleitoral dos remanescentes do PSD, como a importância dos remanescentes do PSD no interior da ARENA gaúcha.

Além deste aspecto, a análise da tabela acima permite identificar o aumento da experiência prévia dos remanescentes deste partido. O fato de constarem entre os remanescentes do PSD eleitos em 1970 somente os parlamentares que já haviam conquistado uma vaga em 1966 tem como consequência lógica o aumento da experiência deste grupo. Um grupo menor, porém caracterizado por duas décadas de convívio no PSD-ARENA: este é o perfil dos remanescentes do PSD eleitos em 1970 na bancada arenista gaúcha.

Entre estes parlamentares, destaca-se a trajetória política de José Augusto Amaral de Sousa, que inicia sua carreira política como membro da “ala moça” do PSD, em

1945, aos 16 anos. Após ter sido vereador em Palmeiras das Missões⁵⁷ (RS), sua cidade natal, Amaral de Sousa passa a cursar, na década de 50, a faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo sido, em 1952, eleito vice-presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes).

Em 1962, Amaral de Sousa elege-se deputado estadual por seu partido. E após a instauração do bipartidarismo, filiando-se à ARENA, o parlamentar é escolhido para ocupar a vice-liderança do novo partido na Assembléia Legislativa do estado. No pleito seguinte, 1966, o parlamentar elege-se, pela primeira vez, deputado federal. Dessa forma, quando da primeira eleição à Câmara dos Deputados após a instauração do bipartidarismo, Amaral de Sousa, um parlamentar com uma longa trajetória (desde a fundação do partido) nas fileiras do PSD, era também um estreante na Casa.

Em 1970, o deputado gaúcho reelege-se, exercendo o seu último mandato na Câmara dos Deputados. Após ter sido escolhido para ser vice-governador do estado em 1974, na chapa encabeçada pelo então deputado federal Sinval Guazelli (ex-UDN), e ter exercido tal função a partir de 1975, em abril de 1978, ainda no exercício de sua gestão, Amaral de Sousa foi escolhido (como assinalado anteriormente) pelo presidente Ernesto Geisel para ocupar o governo estadual a partir de 1979. Neste mesmo ano, com a volta do multipartidarismo, o então governador do estado filia-se ao PDS (Partido Democrático Social), sucessor da ARENA.

Tabela 6 – Trajetória política dos deputados arenistas gaúchos, PSD – 1974

Deputado	Migração	“Investimento”	Nºcargos	Cargos anteriores
Arlindo Kunzler	Não	24 anos	3	Ver, DE (3) e DF (2)
Lauro Leitão	Não	29 anos	4	Pref, DE (2), DF (3) e Sec Est
Otávio Germano	Não	20 anos	3	Ver (2), DE (3) e Sec. Est
Célio Fernandes	Não	18 anos	3	Ver (2), Pref e DF
Alexandre Machado	Não	19 anos	2	Ver, DE (3)

Fonte: Abreu, 2001.

⁵⁷ Período não especificado.

Em 1974, este grupo conta com cinco parlamentares. As modificações em relação à bancada anterior ocorrem em virtude do fato de Amaral de Sousa passar a exercer o cargo de vice-governador e de Ari Alcântara, o de prefeito no município de Pelotas (RS); dessa forma, nenhum dos dois parlamentares tenta a reeleição à Câmara dos Deputados. Outra alteração se dá em função do fracasso eleitoral do ex-pessedista Daniel Faraco, o primeiro caso de insucesso na tentativa de um ex-pessedista de renovar seu mandato na Câmara dos Deputados.⁵⁸ Além dessas mudanças, a eleição de dois ex-pessedistas estreantes na Casa completam o quadro de mudanças ocorridas neste pleito. Dessa forma, além dos veteranos Arlindo Kunzler e Lauro Leitão, Otávio Badui Germano e Alexandre Machado da Silva completam o grupo dos ex-pessedistas eleitos pela ARENA gaúcha à Câmara dos Deputados em 1974.

Nesta legislatura, chama a atenção o surgimento, pela primeira vez, de dois novos ex-pessedistas na bancada federal da ARENA gaúcha. Examinando-se os cargos ocupados por Otávio Germano e Alexandre Machado, pode-se observar que estes parlamentares, apesar de serem estreantes na Casa em 1974, possuem trajetórias semelhantes com as dos demais deputados deste grupo. Sempre filiados ao antigo PSD, partido pelo qual foram colegas na Assembléia Legislativa do estado por três legislaturas seguidas (1962, 1966 e 1970), Otávio Germano e Alexandre Machado eram, quando do ingresso na Câmara dos Deputados, lideranças partidárias com bastante experiência e com uma longa carreira política.

Um dos estreantes, Otávio Germano, inicia sua carreira política elegendo-se vereador à Câmara Municipal da capital gaúcha em 1954, cargo que ocupou até 1961 em virtude da sua reeleição em 1958. No pleito de 1962, Germano elege-se à Assembléia Legislativa do estado. Nesta legislatura, com a instauração do bipartidarismo, Germano filia-se ao partido governista. Assim, já na nova legenda, o parlamentar reelege-se no legislativo estadual em 1966. Nesta legislatura, Germano foi eleito presidente da Casa no biênio 1969-1970 (neste período, o parlamentar chegou a exercer interinamente o governo do estado). Novamente reeleito em 1970, Germano licencia-se da Assembléia em 1972 para ocupar a Secretaria Estadual de Interior e

⁵⁸ Nas eleições de novembro de 1974, Daniel Faraco alcança apenas a segunda suplência, tendo assumido o mandato por duas vezes, como afirmado anteriormente.

Justiça, no governo Euclides Triches (1971-1975). Nessa mesma época, o parlamentar assume também a presidência da ARENA do Rio Grande do Sul.

Em 1974, Germano candidata-se e conquista seu único mandato na Câmara dos Deputados. Entretanto, dois dias após tomar posse, o deputado licencia-se por ter sido nomeado secretário estadual de Desenvolvimento e Obras Públicas pelo então governador Sinval Guazelli (1975-1979). Finalmente, em setembro de 1978, o então deputado federal arenista foi eleito indiretamente vice-governador do estado, na chapa encabeçada pelo também ex-pessedista Amaral de Sousa. Germano exerceu o cargo entre março de 1979 e março de 1983.

Tabela 7 – Trajetória política dos deputados arenistas gaúchos, PSD – 1978

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Alexandre Machado	Não	23 anos	3	Ver, DE (3) e DF
Pedro Germano	Não	26 anos	2	Ass PSD e Sec Est
Jair Soares	Não	16 anos	3	Ass Sec Est, Ver e Pref

Fonte: Abreu, 2001.

Finalmente, em 1978, devido ao fato de Lauro Leitão e de Otávio Germano não terem tentado a reeleição e devido ao fracasso eleitoral de Kunzler (o segundo entre os ex-pessedistas), o único ex-pessedista que conquista a reeleição para a Câmara dos Deputados é Alexandre Machado. Nesta legislatura, juntamente com este parlamentar, Jair Soares e Pedro Germano são os remanescentes do PSD que fazem parte da última bancada eleita sob a legenda arenista. Dessa forma, apesar de uma pequena redução nesta legislatura, ainda é possível verificar o peso dos remanescentes do PSD no interior da ARENA gaúcha, aqui refletido na presença destes parlamentares na bancada federal do partido.

Após se filiar em 1952 no PSD gaúcho e fazer parte do seu diretório regional, Jair Soares passa a ocupar em 1954 a chefia de gabinete da secretaria de Obras Públicas (chefiada pelo então major Euclides Triches) durante o primeiro governo Meneghetti. Em 1959, com o término do mandato do governador, Soares transfere-se para a Assembléia Legislativa, onde passa a atuar como secretário da bancada do PSD. Após

se filiar à ARENA, Jair Soares assumiu a secretaria estadual de Administração durante o governo Peracchi Barcelos (1967-1971).

Depois de permanecer durante sete anos ininterruptos na Secretaria Estadual da Saúde, nos governos Euclides Triches (1971-1975) e Sinval Guazzelli (1975-1979), Jair Soares candidata-se pela primeira vez a um cargo eletivo. Conquistando uma cadeira na bancada arenista na Câmara dos Deputados, o parlamentar, com apenas um mês de mandato, licencia-se para assumir o Ministério da Previdência e Assistência Social no governo do general João Batista Figueiredo, no qual permaneceu até maio de 1982, quando pediu exoneração da função para concorrer ao governo do estado do Rio Grande do Sul.

Analisando-se o papel desempenhado pelos remanescentes do antigo PSD gaúcho, verifica-se que já na primeira bancada eleita pela ARENA em 1966, e nas duas seguintes, a presença destes parlamentares pode ser tomada como um aspecto que tenderia a facilitar a transição que então estava ocorrendo neste período. Nesta difícil fase de acomodação (ou reacomodação) das antigas forças político-partidárias no interior da nova organização, a presença destes parlamentares, possuidores de uma longa experiência (construída em uma mesma e única organização partidária ao longo do período anterior) em praticamente todas as funções e postos políticos e de governo, pode ser tomada como um indicador que permite identificar na bancada arenista gaúcha eleita em 1966 um grau significativo de coesão partidária. Essa coesão seria identificada com base na homogeneidade verificada entre as trajetórias destes parlamentares, sempre filiados ao PSD gaúcho.

Em períodos de transição como este, que foi caracterizado pela disputa entre os arenistas remanescentes das antigas organizações pelo controle da nova máquina partidária, e também pela definição tanto da identidade do partido como de um padrão de atuação de seus membros, a presença de um conjunto de membros mais experientes, e com uma formação político-partidária homogênea, pode ser bastante significativa ao possibilitar a influência desta antiga “escola” partidária na definição da dinâmica da nova organização, bem como para contribuir para uma maior homogeneização de seus

principais quadros, uma vez que grande parte dos quadros arenistas gaúchos pertencia a um único partido político.

É claro que a ocorrência deste fenômeno tenha favorecido a hegemonia dos membros desta antiga organização no conjunto do partido. No entanto, é justamente a possibilidade de um determinado grupo vir a se constituir enquanto hegemônico no interior da organização que permitiria a identificação de uma maior homogeneização dos quadros partidários. Em um contexto diverso, como no caso da ARENA paulista, caracterizado (como se verá a seguir) por uma árdua disputa pelo controle da máquina partidária, a existência de vários grupos no interior da organização tenderia a favorecer e reforçar as rivalidades internas, dividindo o partido e comprometendo a sua coesão.

Com relação a esse ponto, pode-se supor que a existência, nas quatro legislaturas aqui examinadas, deste “núcleo duro” de ex-pessedistas, com trajetórias políticas longas e forjadas dentro de uma mesma organização partidária⁵⁹, garantiu às bancadas arenistas gaúchas eleitas à Câmara dos Deputados um grau bastante elevado de coesão partidária.

3.2.3 A ideologia libertadora condicionando a trajetória dos remanescentes do PL na ARENA gaúcha

Com relação aos remanescentes do antigo PL, chama a atenção o fato dos seus antigos membros marcarem presença de forma significativa entre os parlamentares arenistas gaúchos nas três primeiras legislaturas. Esse fato é indicativo da presença marcante deste partido, pequeno nacionalmente, no estado do Rio Grande do Sul no

⁵⁹ Ao analisar padrões de recrutamento político em Minas Gerais, Fleischer (1977) também identifica o PSD mineiro como uma das maiores “escolas” daquele estado. Os dados analisados pelo autor “[...] substanciam a definição popular do PSD como uma ‘escola política’: em média, seus recrutados levavam quase 14 anos de ‘sargentação’ até chegarem à Assembléia pela primeira vez (quase 20 anos no caso do PSD federal), ou seja, recebiam um amplo treinamento político” (Fleischer, 1977; 128). Esta é, claramente, a configuração identificada no PSD gaúcho.

período anterior⁶⁰. Este aspecto não se verifica nos demais estados analisados, pelo menos não com a mesma intensidade. Por outro lado, pode-se supor que o aspecto em que esse partido mais se destacou no que diz respeito à formação da ARENA gaúcha constitui-se, além do peso de seus antigos membros que migraram para a nova organização partidária e conquistaram um mandato na Câmara dos Deputados, na importância das posições ocupadas por alguns destes ex-libertadores, tanto no partido como no governo estadual e federal⁶¹. Com relação aos ex-libertadores integrantes das bancadas arenistas gaúchas eleitas no período em questão, pode-se destacar a estabilidade das vagas mantidas pelos mesmos, dado que são três os parlamentares que figuram, ao todo, nas sete cadeiras ocupadas por remanescentes deste partido ao longo do período examinado.

Tabela 8 – Trajetória política dos deputados arenistas gaúchos, PL – 1966

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Brito Velho	Não	20 anos	3	DE, Sec Est e DF
Vasco Amaro	Não	8 anos	1	Ver
Norberto Schmidt	Não	15 anos	2	DE (2) e DF (2)

Fonte: Abreu, 2001.

Analisando-se as trajetórias dos ex-libertadores em conjunto, destaca-se que, indo ao encontro do perfil até então identificado, os remanescentes do antigo Partido Libertador eleitos sob a legenda arenista gaúcha caracterizam-se por possuírem longas trajetórias dentro da organização. Pode-se destacar também que estes parlamentares tiveram no antigo PL, ao longo de no mínimo oito anos, não só um espaço compartilhado de socialização política, mas o único de suas respectivas trajetórias, o que comprova que os parlamentares arenistas provenientes deste partido caracterizavam-se pela longevidade e estabilidade de suas respectivas carreiras políticas.

⁶⁰ Para se ter uma idéia do caráter regional do PL, na fundação deste partido em 1945, das 15.200 assinaturas obtidas, 12.091 provinham do Rio Grande do Sul.

⁶¹ Como, por exemplo: Brito Velho, ex-deputado estadual (1947) e ex-secretário estadual de Educação e Assistência (1960-62), e deputado federal desde 1962; Norberto Schmidt, ex-deputado estadual (1950-58) e deputado federal desde 1958; e Mem de Sá, ministro da Justiça no governo Castelo Branco.

Entre estes três parlamentares, eleitos já em 1966, chama atenção a postura de Brito Velho, que, em setembro de 1969, renuncia ao seu mandato em protesto contra o Ato Institucional nº 5. Ex-deputado estadual constituinte (1947) e ex-secretário estadual de Educação e Assistência, entre 1960 e 1962, no segundo governo Ildo Meneghetti (PSD) em outubro deste ano, Brito Velho elege-se deputado federal, pela primeira vez, pela legenda da Ação Democrática Popular, coligação formada pelo Partido libertador (PL), a União Democrática Nacional (UDN), o Partido de Representação Popular (PRP) e o Partido Democrata Cristão (PDC). Assumindo o mandato em fevereiro de 1963, em maio torna-se vice-líder do PL e, a partir de junho de 1964, atua como vice-líder do bloco parlamentar UDN-PL na Câmara dos Deputados.

Reeleito, já pela ARENA, em 1966, Brito Velho, fiel à doutrina libertadora que pregava o parlamentarismo, renuncia ao seu cargo em protesto pela instituição do AI-5 e a conseqüente redução ainda maior das prerrogativas do Poder Legislativo. E, assim como a maior liderança do seu antigo partido, Raul Pilla, o “papa do parlamentarismo”, também se afasta da vida político-partidária, basicamente pelos mesmos motivos.⁶²

Somente a título de exemplo, outro caso que demonstra a importância atribuída pelos ex-libertadores à doutrina do antigo partido é a postura do então ministro Mem de Sá, quando da votação do parecer do deputado federal Konder Reis, relator da Comissão Mista, encarregada de avaliar o Projeto de Constituição enviado pelo governo federal, em 1967 para apreciação no Congresso. Ao relatar em seu livro esta votação, Luis Viana Filho dá uma idéia do peso do legado libertador em seus antigos quadros.

*“Seguiu-se à votação do parecer Konder Reis, favorável ao Projeto, e a bancada da Arena, quase unânime, assegurou ampla vitória do Governo. Mem de Sá figurou entre os que se abstiveram: parlamentarista, fiel aos “libertadores”, fora-lhe impossível contribuir para teses que eram a antítese do seu pensamento e das suas convicções” (Filho, 1975; 471) grifo nosso.*⁶³

⁶² Em Abreu (2001), encontram-se algumas referências sobre os últimos discursos de Raul Pilla, antes de afastar-se da vida pública:

“[...] nesse discurso, Pilla antecipava a despedida da vida pública, frisando que a sua ‘retirada não é fuga, mas sim protesto’. No segundo discurso, pronunciado no mesmo mês [agosto], o movimento de 1964 era criticado por ter instaurado um ‘superpresidencialismo’ [...] No terceiro e último discurso pronunciado em agosto de 1966, Pilla [...] fazia da sua despedida uma defesa do Congresso, que ‘embora abafado, paralisado, humilhado pelo poder dos poderes, é [...] a grande caixa de ressonância, onde chegam e tomam voz as aspirações nacionais’”(Abreu, 2001; 4.614).

⁶³ Ainda com relação a este episódio, Filho (1975) também reproduz parte de uma carta escrita por Mem de Sá e endereçada aos senadores Filinto Müller e Daniel Krieger, em que o ex-libertador justifica sua

Tabela 9 – Trajetória política dos deputados arenistas gaúchos, PL – 1970/1974

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Norberto Schmidt	Não	19/23 anos	2	DE (2) e DF (3) / DE (2) e DF (4)
Vasco Amaro	Não	12/16 anos	2	Ver e DF / Ver e DF (2)

Fonte: Abreu, 2001.

Nas demais legislaturas aqui examinadas em que se constata a presença de ex-libertadores (1970 e 1974), com a desistência de Brito Velho, os outros dois remanescentes do PL gaúcho tentam e obtêm êxito na manutenção de seus mandatos. Assim, Norberto Schmidt e Vasco Amaro compõem, novamente, as bancadas arenistas gaúchas eleitas à Câmara dos Deputados. A ausência de migrações entre os partidos políticos existentes no período multipartidário anterior e a identificação de trajetórias baseadas, na maioria dos casos, em, no mínimo, 15 anos de filiação ao PL: estas são as principais características das trajetórias dos antigos libertadores que, assim como os expessedistas, contribuíram para o aumento da coesão das bancadas arenistas gaúchas.

Finalmente, no pleito de 1978, em virtude do fracasso eleitoral de Vasco Amaro (que conquistou somente uma suplência e não chegou a exercer o mandato) e da desistência de Norberto Schmidt em concorrer, somados à inexistência de outro ex-libertador que obtivera êxito nestas eleições, não foi identificada a presença de nenhum remanescente deste partido na última bancada arenista gaúcha eleita à Câmara dos Deputados.

postura de não apoiar este projeto, vital para as pretensões do Governo Federal. Diz a carta: “*Ao cabo de dez dias e dez noites de amargurado debate íntimo, verifico minha impossibilidade moral de acompanhá-los e ao Governo, em passo tão importante – ou que tão importante se afigura – para os dirigentes da Revolução. Digo, porém, e repito: estou diante de uma impossibilidade moral, para mim invencível*”(Filho, 1975; 471).

3.2.4 O PDC e o governo estadual: as trajetórias dos ex-pedecistas e a importância dos governos Ildo Meneghetti para o aumento da coesão da ARENA gaúcha

De forma ainda mais acentuada que a verificada no PL, o antigo PDC se caracteriza por uma grande estabilidade na manutenção de seus assentos nas bancadas eleitas pela ARENA gaúcha. Esse aspecto é indicativo da manutenção da força eleitoral das lideranças do antigo partido em uma região específica do estado⁶⁴ (região de imigração italiana e alemã).

No entanto, ao contrário do que pode parecer em um primeiro momento, no PDC a estabilidade do número de cadeiras ocupadas por membros desta antiga organização partidária não pressupõe a manutenção dos ocupantes das mesmas. Este fato é facilmente verificável, uma vez que, ao todo, foram cinco os parlamentares que se revezaram nas sete cadeiras ocupadas pelos remanescentes deste partido ao longo do período analisado, isto é, praticamente um mandato por ocupante. Cabe considerar que os afastamentos dos ex-pedecistas da Câmara dos Deputados não foram provocados por fracassos eleitorais ou interrupção de suas respectivas carreiras, mas sim (assim como com relação aos ex-pessedistas) em virtude de nomeações ou da eleição para outros cargos.

Tabela 10 – Trajetória política dos deputados arenistas gaúchos, PDC – 1966

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Arnaldo Prieto	Não	8 anos	2	Ver e Sec Est
Euclides Triches	1	15 anos	3	Pref, Sec Est e DF

Fonte: Abreu, 2001.

Com trajetórias marcadas pela passagem em alguns dos cargos políticos mais importantes do estado, os remanescentes do PDC eleitos na bancada arenista gaúcha à Câmara dos Deputados em 1966 eram em duas das principais lideranças do antigo

⁶⁴ Para uma análise das bases regionais de cada um dos principais partidos políticos existentes no Rio Grande do Sul entre 1945-1964, ver Trindade (1981).

partido. Nesta legislatura, a presença de Arnaldo Prieto e Euclides Triches representa mais uma linha de continuidade entre o fim do período anterior e o início do bipartidarismo, representada aqui pela manutenção, em 1966, das duas vagas conquistadas por remanescentes deste partido nas eleições para a Câmara dos Deputados em 1962. Esse aspecto também aponta para a existência de uma estabilidade significativa da dinâmica eleitoral gaúcha que, apesar da instauração de um regime militar e da mudança do sistema partidário e eleitoral, foi capaz de manter várias das suas principais características, ao menos nos primeiros anos de bipartidarismo.

Outro aspecto que chama a atenção é a identificação do primeiro caso de um parlamentar arenista com mais de uma migração partidária: Euclides Triches. Militar reformado, Triches inicia sua carreira política elegendo-se prefeito no município gaúcho de Caxias do Sul, na legenda da coligação formada pelo Partido Social Democrático (PSD), pelo Partido Libertador (PL), pela União Democrática Nacional (UDN) e pelo Partido de Representação Popular (PRP)⁶⁵, em 1951. Ao término deste mandato, Triches é convidado e assume a Secretaria de Obras Públicas do seu estado, no primeiro governo Ildo Meneghetti. Em 1955, licenciado desta secretaria, Triches concorre, pela “Frente Democrática”, à prefeitura da capital gaúcha. Após ser derrotado por Leonel Brizola (PTB), Triches reassume seu posto na Secretaria de Obras Públicas.

Em 1959, encerrado o primeiro governo Meneghetti (PSD), Triches deixa a secretaria e, em 1962, ao retornar de uma viagem de estudos pela Europa, e já filiado ao PDC, candidata-se e elege-se, pela primeira vez deputado federal, pela “Aliança Democrática Popular”. Empossado em fevereiro de 1963, em abril deste mesmo ano o parlamentar torna-se vice-líder do seu partido na Câmara dos Deputados e, a partir de maio do ano seguinte, passa a ocupar a liderança do PDC na Casa. Após apoiar o golpe militar em 1964, com a instauração do bipartidarismo, o parlamentar gaúcho filia-se à ARENA, tornando-se, em maio de 1966, vice-líder deste partido na Câmara dos Deputados. Neste mesmo ano, o parlamentar gaúcho conquista o seu segundo mandato, durante o qual continuou atuando como vice-líder do seu partido e, posteriormente, do governo.

⁶⁵ Não foi encontrada a referência a qual destes partidos Euclides Triches era filiado antes de migrar para o PDC.

Em novembro de 1970, o parlamentar é eleito governador de seu estado pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Em março do ano seguinte, dois meses depois de deixar a Câmara dos Deputados, Triches assume o governo estadual, em substituição ao ex-pessedista Peracchi Barcelos. Após o término de seu mandato, em março de 1975, o então governador é substituído pelo ex-udenista Sinval Guazelli, sendo então nomeado diretor da Companhia Vale do Rio Doce e não se candidatando a nenhum outro cargo eletivo.

Tabela 11 – Trajetória política dos deputados arenistas gaúchos, PDC – 1970

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Arnaldo Prieto	Não	12 anos	3	Ver, Sec Est e DF
Cid Furtado	Não	+ ou – 15 anos	3	Sec Mun, Sec Est e DF
Mário Mondino	1	14 anos	3	Ver, DE e Sec Est

Fonte: Abreu, 2001.

Examinando-se as trajetórias de Arnaldo Prieto, Cid Furtado e Mário Mondino, verifica-se que o grupo dos ex-pedecistas mantém basicamente as mesmas características verificadas na legislatura anterior, isto é, uma experiência acumulada de aproximadamente 10 anos em cargos políticos e o início de suas carreiras vinculadas ao âmbito municipal (integração vertical).

Outro aspecto que chama a atenção é a passagem de todos os ex-pedecistas em algumas das secretarias de estado durante os dois mandatos exercidos por Ildo Meneghetti. O fato de estes participarem durante anos do primeiro escalão do governo estadual, fazendo parte de uma equipe chefiada por um pessedista e juntamente com demais membros do PSD, da UDN, do PL e do próprio PDC, pode ser aqui considerado um fator de aproximação e de convivência comum entre os quadros dos diferentes partidos no governo do estado. Aspecto este que atuou no sentido de homogeneizar as experiências político-partidárias (partilhadas ao longo do período anterior) dos futuros deputados federais da ARENA gaúcha. Deste modo, e devido ao fato de inúmeros parlamentares arenistas terem passado pelo secretariado do ex-governador em pelo menos um dos seus dois mandatos à frente do Executivo estadual, conclui-se que os

governos Ildo Meneghetti constituíram-se em um espaço privilegiado de socialização política comum para os futuros formadores da ARENA no estado.

Tabela 12 – Trajetória política dos deputados arenistas gaúchos, PDC – 1974

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Cid Furtado	Não	+ ou – 19 anos	3	Sec Mun, Sec Est e DF (2)
Nélson Marchezan	Não	15 anos	2	Ver e DE (3)

Fonte: Abreu, 2001.

Em 1974, os dois remanescentes deste partido eleitos à Câmara dos Deputados pelo partido governista gaúcho foram Cid Furtado e Nélson Marchezan. Este último parlamentar que iniciou sua carreira política em 1959, elegendo-se vereador no município de Santa Maria (RS). Três anos mais tarde, Marchezan conquista, pela primeira vez, um mandato de deputado estadual, sempre pelo antigo PDC, cuja bancada passou a liderar a partir de 1963. Com a extinção dos partidos políticos e a instauração do bipartidarismo, o parlamentar gaúcho filia-se na ARENA. Em 1966, assim como o então deputado estadual e seu colega de partido Paulo Brossard, foi um dos deputados estaduais arenistas que deram seu apoio à candidatura Cirne Lima. No entanto, diferentemente de seu colega, Marchezan acata a decisão oficial e mantém-se no partido governista. Após se reeleger por duas vezes consecutivas (1966 e 1970) deputado estadual pela ARENA, o parlamentar passa a ocupar a vice-liderança do governo Euclides Triches (1971-1975) – seu antigo correligionário no PDC – na Assembléia Legislativa do estado.

Eleito deputado federal em 1974, a partir do ano seguinte Marchezan assume também a secretaria-geral da ARENA. Ainda neste mandato, apoiou a candidatura do general João Batista Figueiredo à presidência da República. Neste mesmo ano (1978), o parlamentar chegou a ser cogitado por grupos no interior da ARENA gaúcha, como candidato do partido ao governo estadual que, no entanto, coube à Amaral de Sousa. Reelegendo-se deputado federal e assumindo a liderança do governo Figueiredo na Casa, após se filiar ao PDS, e com o apoio do governo federal, Marchezan é eleito presidente da Câmara dos Deputados em janeiro de 1981. Após ser derrotado, em janeiro do ano seguinte, nas prévias do partido para a escolha do seu candidato nas

primeiras eleições diretas para o governo do estado, Marchezan reelege-se, em 1982, deputado federal com a maior votação do estado (239.487 votos).

Tabela 13 – Trajetória política dos deputados arenistas gaúchos, PDC – 1978

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Nélson Marchezan	Não	19 anos	3	Ver, DE (3) e DF
Victor Faccioni	Não	16 anos	3	Ver e DE (2) e Ch Casa Civil ⁶⁶

Fonte: Abreu, 2001.

Analisando-se em conjunto as trajetórias dos ex-pedecistas, identifica-se que o fato de quatro de seus seis representantes nas bancadas federais da ARENA gaúcha terem participado dos governos Ildo Memeghetti chama a atenção para este que se constituiu, ao longo do período anterior, em um importante espaço de socialização e de inter-relação administrativa e, acima de tudo, política entre os integrantes do “anti-PTB”. Devido ao fato de este aspecto ter marcado as trajetórias de vários deputados federais da ARENA gaúcha, consideram-se aqui os governos Meneghetti um espaço privilegiado de socialização comum, uma espécie de “escola”, por onde passaram várias das principais lideranças que formariam as bancadas federais da ARENA no estado.

3.2.5 Peculiares dos remanescentes da UDN gaúcha: peso inexpressivo nas bancadas, cassação de mandato e transposição de fronteiras políticas

Passa-se agora a analisar o peso da antiga UDN na bancada arenista gaúcha. O fato de apenas dois parlamentares desta antiga organização figurarem nas quatro legislaturas aqui examinadas reflete (como visto no capítulo precedente) a importância reduzida deste partido no Rio Grande do Sul, em relação ao seu peso na maioria dos

⁶⁶ No governo do também ex-pedecista Euclides Triches, Faccioni ocupa o posto de Chefe da Casa Civil do governo do estado.

estados brasileiros⁶⁷. Esse fato se deve, possivelmente, à dificuldade encontrada pelo partido no sentido de manter seu eleitorado, que já vinha decrescendo (Trindade, 1981) ao longo das eleições ocorridas no período anterior. Essa dificuldade pode ser, pelo menos parcialmente, explicada pelo caráter antivarguista do PSD gaúcho (Xausa e Ferraz, 1981), que polarizou as disputas eleitorais ao longo de todo o período multipartidário anterior com os petebistas. Por outro lado, a inserção de partidos de médio porte no âmbito estadual, como o PL e o PDC, que controlavam de forma estável fatias importantes do eleitorado no estado (Trindade 1981), também contribuiu para aumentar as dificuldades encontradas pela UDN em ser um dos principais partidos em âmbito estadual e, ainda mais, para manter suas bases eleitorais após o fim do multipartidarismo.

Tabela 14 – Trajetória política dos deputados arenistas gaúchos, UDN – 1966

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Alcides Soares	Não	21 anos	3	DE (2), Sec Est e DF

Fonte: Abreu, 2001.

Um dos fundadores da UDN no estado, ocupando desde 1950 postos de relevo na política estadual, Alcides Soares destacou-se na Câmara dos Deputados como um dos maiores apoiadores da candidatura de Carlos Lacerda à presidência da República. De acordo com Abreu (2001), o parlamentar: “[...] *destacou-se como articulador da candidatura de Carlos Lacerda – então governador do estado da Guanabara (1960-1966) – à presidência da República nas eleições que se realizariam nas eleições de outubro de 1966*” (Abreu, 2001; 5.517).

Posteriormente, Alcides Soares integra, em outubro de 1966, a Frente Ampla, movimento político que tinha por objetivo principal lutar “pela pacificação política do Brasil, através da plena restauração do regime democrático”, articulado por João Goulart, Juscelino Kubitschek e o próprio Lacerda. Em novembro deste mesmo ano, reelege-se deputado federal pela ARENA gaúcha. Porém, em virtude do seu envolvimento na Frente Ampla, Alcides Soares teve o seu mandato cassado, sem

⁶⁷ Cabe aqui ressaltar que, apesar de possuir a nível estadual uma importância bem menor que a nível nacional, a UDN é a origem de alguns dos principais elementos da ARENA gaúcha, como o governador Sinval Guazzelli e o senador e líder do governo no Senado Federal Daniel Krieger.

suspensão dos direitos políticos, em janeiro de 1969, com base no Ato Institucional nº 5, editado em dezembro do ano anterior, tendo sido este o único caso de um parlamentar arenista gaúcho com mandato cassado pelo regime militar.

Tabela 15 – Trajetória política dos deputados arenistas gaúchos, UDN – 1970

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Sinval Guazelli	Não	15 anos	3	Vice-pref, DE (2) e Sec Est

Fonte: Abreu, 2001.

O segundo, e último, parlamentar arenista proveniente da UDN foi Sinval Guazelli. Tendo iniciado sua carreira política como vice-prefeito do município de Vacaria (RS) em 1955, já na legenda udenista, Guazelli conquista o seu primeiro mandato no legislativo estadual em 1958. Nesta legislatura, além de se tornar o líder da bancada do seu partido, o então deputado estadual udenista ocupa também a segunda vice-presidência da mesa da Assembléia Legislativa. Após se reeleger em 1962, o parlamentar candidata-se, no ano seguinte, à prefeitura da capital do estado, sendo derrotado pelo petebista Sereno Chaise. Após a eleição, Guazelli retorna ao legislativo gaúcho, afastando-se novamente em 1964, para assumir a secretaria de Obras Públicas do estado no segundo governo Meneghetti (1963-1966).

Filiando-se à ARENA, o então deputado estadual concorre, em 1966, em sublegenda, a uma das cadeiras gaúchas no Senado Federal, sendo derrotado por seu companheiro de partido, o senador Guido Mondim (antigo membro do PRP). Após ocupar a presidência da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul entre 1967 e 1970, Guazelli elege-se deputado federal em novembro deste ano, obtendo a maior votação da ARENA (cerca de 90.000 votos). Ao longo desta legislatura, o parlamentar ocupou, a partir de maio de 1973, a vice-liderança do partido na Casa.

Em 1974, o ex-udenista Sinval Guazelli teve seu nome indicado pelo então governador do estado, o ex-deputado Euclides Triches, à sucessão estadual. Após ter sua candidatura homologada pela convenção estadual de seu partido, Guazelli elege-se, indiretamente, governador do Rio Grande do Sul, assumindo o cargo em março de 1975. Por não ter disputado nenhum cargo eletivo no pleito de 1978, Guazelli deixa o

executivo estadual em março do ano seguinte, voltando a eleger-se deputado federal, já pelo Partido do Movimento Democrático Nacional (PMDB), em 1982, após ter participado da fundação do Partido Popular (PP) e de sua posterior incorporação ao partido oposicionista.

Na trajetória de Sival Guazelli, pode-se observar um raro caso de transposição das fronteiras político-partidárias no estado. Neste caso, pode-se supor que a filiação do ex-arenista ao PP, que se pretendia um partido de centro, e a sua posterior fusão com o PMDB possibilitaram a Sival Guazelli transpor a clivagem ARENA x MDB com sucesso. Cabe salientar ainda que, mesmo com esta mudança, o ex-governador arenista elege-se novamente deputado federal em 1982. Diferentemente do ex-petebista Nunes Leal, esta sim pode ser considerada como uma exceção que confirma a regra.

Apesar destas características, incomuns nas trajetórias dos parlamentares arenistas, cabe salientar que o fato de ambos os remanescentes da UDN terem sido filiados unicamente a este partido ao longo de suas carreiras políticas (o primeiro desde a sua fundação, e o segundo ocupando posições de relevância, como a de candidato da “Aliança Democrática Popular” à prefeitura da capital gaúcha em 1963) não compromete o perfil, até aqui identificado, das carreiras políticas dos parlamentares gaúchos.

3.2.6 Integração vertical: experiência pré-Câmara e vinculação prévia ao partido condicionando o perfil dos puros no RS

Encerrada a análise dos parlamentares arenistas remanescentes dos partidos políticos existentes no período multipartidário anterior, serão analisadas as trajetórias dos quatro “puros” que conquistaram uma cadeira na Câmara dos Deputados na bancada arenista gaúcha eleita em 1978. Antes mesmo de se iniciar tal análise, pode-se destacar que a presença destes parlamentares é identificada somente na última legislatura eleita sob o bipartidarismo. Tal aspecto é um claro indicador das dificuldades encontradas

pelos novatos dentro do partido em conquistar um mandato como o de deputado federal, apontando no sentido da necessidade de uma trajetória prévia dentro da ARENA gaúcha antes da conquista de um assento na Câmara dos Deputados.

Tabela 16 – Trajetória política dos deputados arenistas gaúchos, ARENA – 1978

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Strassburguer	Não	3 anos	1	Séc Est
Carlos Chiarelli	Não	4 anos	2	Sec Min e Sec Est
Darci Pozza	Não	10 anos	2	Ver e Pref
Hugo Mardini	Não	12 anos	1	DE (3)

Fonte: Abreu, 2001.

Apesar das diferenças entre as trajetórias (as primeiras de caráter mais técnico, ocupando postos não-eletivos, e as duas últimas de caráter mais político - postos eletivos), destaca-se o fato de nenhum dos “puros” gaúchos ter na Câmara dos Deputados a primeira experiência em cargos políticos. Com Strassburger e Chiarelli tendo ocupado secretarias nos governos estadual e federal e com Pozza e Mardini tendo conquistado mandatos no Legislativo e Executivo municipais e no Legislativo estadual, os “puros” gaúchos, além de serem em número reduzido, já possuíam trajetórias prévias relativamente longas no interior do partido antes de ascenderem à Câmara dos Deputados.

Com relação a Carlos Chiarelli, o primeiro cargo de natureza estritamente política que se tem referência em Abreu (2001) é a Secretaria das Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, por ele ocupada ao longo da gestão do ex-pedecista Arnaldo Prieto (1974-1979) como titular desta pasta. Em 1975, Chiarelli, assim como Strassburger, também assumiu uma secretaria estadual (Trabalho e Ação Social) durante o governo Guazelli, descompatibilizando-se de tal função para candidatar-se a deputado federal pela ARENA gaúcha. Após exercer o seu primeiro mandato na Casa, o parlamentar é escolhido candidato do PDS gaúcho ao Senado Federal em 1982, na qual é eleito senador pelo estado.

Como afirmado anteriormente, o fato da não-existência de puros nas bancadas arenistas nas primeiras eleições realizadas no sistema bipartidário, ou seja, de parlamentares que, na época, necessariamente não teriam praticamente nenhuma experiência político-partidária prévia, alcançando diretamente um posto como o de deputado federal, pode ser tomado como mais um indicador da existência, no Rio Grande do Sul, de uma dinâmica político-partidária que vai ao encontro do que Panebianco (1990) denomina como integração vertical. Por sua vez, quando tal fenômeno é identificado, o impacto das trajetórias dos puros na diminuição da coesão da bancada arenista gaúcha é significativamente reduzido, dado que tais trajetórias indicam nos quatro casos a passagem por postos de relevância no âmbito municipal, estadual e federal. Nesse sentido, a presença de tais parlamentares (principalmente os dois últimos casos analisados) não significa, necessariamente, uma diminuição da coesão da bancada arenista gaúcha eleita em 1978. Com relação ao perfil dos parlamentares arenistas gaúchos, estes casos podem ser tomados como indicadores das dificuldades encontradas para os membros do partido que estavam se iniciando na carreira política, de obter êxito em uma eleição para os postos políticos mais relevantes, como, por exemplo, o de deputado federal.

3.2.7 O perfil dos deputados federais eleitos pela ARENA riograndense

Analisando-se as trajetórias dos arenistas gaúchos eleitos à Câmara dos Deputados⁶⁸, verifica-se que os mesmos são caracterizados por possuírem longas trajetórias prévias antes da obtenção do primeiro mandato nas bancadas arenistas. Mais do que isto, tais trajetórias são também marcadas por uma grande estabilidade no que diz respeito ao número de partidos pelos quais estes parlamentares passaram antes de ingressarem na ARENA gaúcha, o que identifica no Rio Grande do Sul a existência de um padrão de carreiras políticas marcado pela estabilidade dos vínculos partidários.

Este padrão, que é uma das principais características apontadas pela literatura especializada à política e aos partidos políticos existentes no período multipartidário de 1945-1965, reproduz-se claramente durante a vigência do bipartidarismo no estado. A existência de tal manutenção do padrão de carreira política pode ser identificada nas trajetórias dos “puros” gaúchos, marcadas por um tempo de filiação prévio relativamente longo, bem como pela passagem por importantes postos eletivos e administrativos antes da primeira experiência na Câmara dos Deputados.

Além deste aspecto, a constatação de que os partidos que formavam o “anti-PTB” vinham atuando conjuntamente na política gaúcha em todos os níveis (municipal, estadual e federal) também contribui para um estreitamento dos vínculos entre os futuros formadores da ARENA no Rio Grande do Sul.

Finalmente, a identificação do predomínio dos parlamentares remanescentes do PSD gaúcho constitui-se em outro claro indicador não só da coesão das bancadas federais do partido, como também da manutenção de uma das principais tendências verificadas ao longo do sistema partidário anterior: a do predomínio do antigo PSD no interior do “anti-PTB”.

Assim, apesar do governo federal ter, em algumas ocasiões, dificultado, e até mesmo impedido, a ascensão de nomes oriundos deste partido, o grupo formado pelos remanescentes do PSD mantiveram-se, ao longo de todo o período, como a força hegemônica da ARENA gaúcha. Finalmente, com relação à estratégia do regime em formar um partido que conciliasse força eleitoral e coesão partidária, ou seja, que fosse eficiente na defesa do regime e fiel aos governos e aos militares, pode-se afirmar que o Rio Grande do Sul, em virtude muito mais de sua dinâmica político-partidária e eleitoral do que da atuação dos militares, é um dos estados em que tal estratégia foi a mais bem-sucedida em todo o país.

⁶⁸ Com relação aos arenistas remanescentes dos demais partidos políticos existentes no sistema partidário anterior, cabe ressaltar ainda a presença constante de Alberto Hoffman, eleito nas quatro legislaturas aqui

3.3 A herança arenista: a coesão da ARENA gaúcha viabilizando a manutenção do partido do regime no estado

Passadas quase duas décadas do início da Nova República, um dos únicos estados em que não se verificam profundas divisões nos quadros do partido governista é o Rio Grande do Sul. Neste estado, a manutenção dos quadros arenistas em um mesmo partido possibilitou o êxito de uma das principais estratégias do regime com o retorno do multipartidarismo, isto é, a divisão do partido oposicionista acompanhada da manutenção das forças arenistas no interior do novo partido governista (PDS).

Desta forma, no início da Nova República, o Rio grande do Sul constitui-se no estado em que tal estratégia foi uma das mais bem-sucedidas do país, uma vez que não só a ARENA gaúcha manteve-se unida, como o PDS obteve êxito em conquistar o governo estadual em 1982. Estes dois aspectos, a manutenção do partido governista e a divisão das forças opositoras, podem ser claramente visualizados já na primeira eleição direta para o governo estadual, no qual graças à divisão do eleitorado oposicionista, a vitória coube ao candidato pedessista, como se verá a seguir. Com relação à representação gaúcha na Câmara dos Deputados, tal divisão já pode ser constatada neste pleito, como se pode observar na tabela a seguir:

Tabela 17 – Representação partidária na Câmara dos Deputados, RS – 1982 e 1986

Partidos	1982	1986
PDS	40,6 (13)	16,1 (5)
PFL	-----	6,4 (2)
PMDB	37,5 (12)	54,8 (17)
PDT	21,8 (7)	16,1 (5)
PT	-----	6,4 (2)
TOTAL	99,8 (32)	99,8 (31)

Fonte: As eleições no Rio Grande [197]

Na primeira eleição após a volta do multipartidarismo, observa-se que, ao se somarem as cadeiras obtidas pelo PMDB e pelo PDT, chega-se, praticamente, ao mesmo número de cadeiras obtido pelo partido oposicionista na eleição anterior. Tal aspecto confirma, para a Câmara dos Deputados, o que será a seguir identificado também na eleição ao governo do estado, isto é, a manutenção do desempenho eleitoral dos partidos políticos no Rio Grande do Sul, que, apesar das mudanças no sistema partidário, mantém-se significativamente estável ao longo das eleições examinadas. Dessa forma, pode-se observar que o que mudam no estado são as siglas, uma vez que os grupos políticos que as formam mantêm-se unidos. Ao se identificar também a estabilidade do desempenho dos partidos, verifica-se que, além dos diferentes grupos políticos manterem-se unidos, os seus respectivos eleitorados não só são sensíveis a tais mudanças, como tendem a votar nos mesmos grupos.

Outra característica que se mantém na eleição ao governo estadual em 1982 é o equilíbrio na disputa entre o PDS (ARENA) e o PMDB (MDB). Neste pleito, o candidato pedessista Jair Soares (1.294.129 votos) vence o líder peemedebista Pedro Simon (1.272.319 votos) por uma diferença de apenas 22.810 votos, ficando em terceiro lugar o ex-deputado federal pelo MDB Alceu de Deus Collares (775.546), filiado ao PDT e, em quarto, o candidato do PT, Olívio Dutra (50.713 votos).

Na eleição ao Senado Federal, o destino da vaga gaúcha foi decidido em função do fato de o governo federal ter optado pela manutenção do mecanismo da sublegenda. Nesta disputa, o peemedebista Paulo Brossard, que buscava a reeleição, conquista 1.209.432 votos, seguido pelo então deputado federal pedessista, Carlos Chiarelli, que obtém 906.791 sufrágios. No entanto, beneficiado pela votação de seu colega de partido e de bancada, Alberto Hoffmann (364.781 votos), Chiarelli é eleito senador pelo Rio Grande do Sul. Ainda nesta eleição, o candidato pedetista, Getúlio Pereira Dias, obteve 730.069 votos e, por fim, Raul Jorge Pont, pelo PT, foi o quinto colocado, com 47.234 sufrágios.

Como saldo geral das primeiras eleições ocorridas sob o novo sistema multipartidário, observa-se, ainda, o predomínio do partido governista no estado. O fato de o PDS gaúcho ter conseguido vencer as disputas para o governo estadual e para o

Senado Federal, bem como ter eleito a maior bancada entre os deputados federais, é demonstrativo não só do êxito da estratégia do governo federal no estado como da importância fundamental que teve para tal resultado a exigência do voto vinculado nestas eleições. Cabe ainda ressaltar que, paralelamente à manutenção das duas principais forças políticas, podem ser identificadas perdas importantes, sofridas pelo (P)MDB, uma vez que alguns setores deste partido migraram para o PDT (o autodenominado herdeiro político do trabalhismo gaúcho) e, em menor grau, para o PT. Tais defecções foram fundamentais para o desfecho das eleições ocorridas no estado.

Por outro lado, as eleições de 1986 representam uma mudança significativa na correlação de forças entre os partidos políticos no estado. Neste pleito, a bancada gaúcha na Câmara dos Deputados é formada por membros de cinco partidos políticos. Mais significativo que isto é a grande redução verificada no número de pedessistas na Casa (de 13 passam a apenas cinco parlamentares). Tal declínio eleitoral pode ser parcialmente explicado pela eleição de dois ex-pedessistas (Érico André Pegoraro e Arnaldo da Costa Prieto) sob a legenda do PFL.

Cabe ressaltar aqui que, ao contrário de alguns estados brasileiros (por exemplo a Bahia, como se verá a seguir), a criação do PFL teve um impacto muito reduzido no sistema partidário gaúcho. Apesar de a grande maioria das lideranças pedessistas gaúchas ter se oposto abertamente à pré-candidatura de Paulo Maluf à presidência da República⁶⁹, após sua vitória na convenção que escolheu o candidato pedessista à sucessão presidencial, não houve muitas defecções do partido em direção ao PFL. Nesse sentido, apesar da migração para o PFL de algumas lideranças pedessistas gaúchas⁷⁰, a base do partido mantém-se no PDS, que continuou sendo, incontestavelmente, o maior partido de direita no estado.

⁶⁹ Dos pedessistas gaúchos que votaram no Colégio Eleitoral em 15/01/1985, identificou-se que Augusto Trein e Carlos Chiarelli votaram em Tancredo Neves, Hugo Mardini e Darci Pozza, em Paulo Maluf e, por fim, Néelson Marchezan votou em branco.

⁷⁰ Entre os pedessistas que migram para o PFL no Rio Grande do Sul, destacam-se: Carlos Chiarelli, que filia-se ao PFL em abril do mesmo ano; o então governador Jair Soares, que, após romper politicamente com o presidente João Batista Figueiredo, troca de partido em 1986; o então deputado federal Arnaldo Prieto, que se filia em 1986 ao novo partido; e o seu colega de bancada, Érico Pegoraro (ex-vereador pela ARENA no município gaúcho de Santa Maria e ex-deputado estadual), aliado político de Chiarelli, que migra juntamente com o senador para o PFL.

O impacto bastante reduzido no estado da criação do PFL inviabiliza considerá-lo aqui como o único fator responsável pelo declínio das cadeiras conquistadas pelo PDS na Câmara dos Deputados. Por outro lado, o aumento do número de parlamentares eleitos pelos dois novos partidos de esquerda (PDT e PT) também não pode ser tomado como causa para tal declínio. Pelo contrário, se algum partido deveria perder espaço com a ascensão destas duas novas organizações partidárias, este partido constitui-se no PMDB. Paradoxalmente, identifica-se um crescimento significativo no número de parlamentares eleitos sob esta legenda.

Para explicar os resultados eleitorais de 1986 no estado (assim como, de resto, em praticamente todo o país), o principal argumento utilizado é o sucesso que o plano de estabilização econômica do governo federal (Plano Cruzado) alcançava no período pré-eleitoral, tendo sido capitalizado eleitoralmente pelo PMDB em praticamente todo o país.

O êxito do PMDB nas sucessões estaduais (elegendo 21 dos 22 governadores) reflete-se também, claramente, na sucessão gaúcha, uma vez que o candidato peemedebista Pedro Simon conquista 2.009.381 votos, quase o dobro do segundo colocado, o pedetista Aldo Pinto da Silva, que concorreu com o apoio do PDS e obteve 1.140.228. Nesta eleição, o candidato pefelista, Carlos Chiarelli, recebeu o voto de 524.339 eleitores. Os últimos colocados são Clóvis Hilguenfritz da Silva, pelo PT (256.767), e Fúlvio Celso Petracco, pelo PSB (254.599).

A hipótese aqui levantada para a explicação dos resultados eleitorais de 1986 é que se, por um lado, o PMDB perde votos à esquerda para o PDT e o PT, por outro, o êxito do plano de estabilização econômica possibilita ao partido conquistar uma parcela significativa dos eleitores que comumente votavam na ARENA/PDS. Assim, além da criação do PFL, o recuo eleitoral do PDS no estado foi causado por parte de suas bases terem votado no próprio PMDB.

Para esta eleição, o então presidente regional do partido, Néelson Marchezan, lançou-se, pela segunda vez, pré-candidato do PDS ao governo do estado. Tal pré-candidatura consistia, segundo Abreu (2001):

“[...] na tentativa de recuperar o prestígio e o poder político perdidos com o advento da Nova República, e de fortalecer o partido, ameaçado de extinção naquele estado após a transferência do governador Jair Soares (1983-1987) para o PFL. A situação combalida do PDS gaúcho levou-o, no entanto, a desistir da candidatura para disputar uma vaga no Senado pela Aliança Popular, coligação formada pelo PDS e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) [...]” (Abreu, 2001; 3.553).

Apesar de a presente análise apontar para o sentido inverso ao da afirmação de que o partido estava ameaçado de extinção no estado, uma vez que PDS era, por exemplo, o maior partido do Rio Grande do Sul em número de prefeituras (em 1982 o partido elegeu 118 prefeituras em um total de 219 municípios em que houve eleições), este trecho deixa claras as dificuldades encontradas pelo PDS em construir uma candidatura com chances de vitória ao governo do estado (mesmo sendo, no âmbito municipal, o maior partido do estado). Como há pouco afirmado, o desgaste que o partido sofria em função da sua vinculação com o regime militar, aliado à conjuntura extremamente favorável ao PMDB em função do Plano Cruzado, são causas bem mais importantes do que a criação do PFL para explicar o declínio eleitoral do PDS, identificado neste pleito.

De acordo com a análise aqui realizada, a importância do então governador do estado, que migrou para o PFL, encontra-se sobrevalorizada na citação acima. No entanto, independentemente deste aspecto, o fato é que o PDS não lança candidato próprio à sucessão estadual, vindo então a apoiar o candidato pedetista Aldo Pinto. Cabe, ainda, salientar que a aliança entre PDS e PDT destoava do padrão eleitoral historicamente identificado no Rio Grande do Sul dado que esta é a primeira aliança (fora a coligação entre o PRP e o PTB em 1958) entre partidos políticos considerados pertencentes a blocos partidários diferenciados. Tal aliança é também um indicador do contexto marcadamente conturbado de realinhamento partidário e de grande instabilidade eleitoral que marcaram o período.

Nesta mesma eleição, as duas vagas gaúchas ao Senado Federal foram conquistadas pelos peemedebistas José Fogaça (eleito com a soma dos votos de Gilberto Lucas Coelho em sublegenda) e José Paulo Bisol (beneficiado pela votação de Odacir

Klein)⁷¹, reproduzindo, dessa forma, o sucesso eleitoral do partido na sucessão ao governo estadual e na eleição à Câmara dos Deputados. Um aspecto paradoxal aqui identificado é o fato de a sublegenda ter sido fundamental para que o PMDB conquistasse as duas vagas gaúchas ao Senado Federal, prejudicando o candidato do PDS, que conquistaria a segunda vaga caso a sublegenda já tivesse sido extinta.

Analisando-se os resultados eleitorais desta última eleição à luz de tudo o que foi visto sobre o caso gaúcho, pode-se afirmar que a mesma caracterizou-se por profundas alterações em relação a algumas das principais tendências historicamente identificadas na dinâmica partidária e eleitoral gaúcha. Além do “inflacionamento” da votação do PMDB, colocando em risco o equilíbrio historicamente existente entre os dois maiores partidos políticos gaúchos, identifica-se também neste pleito que o desempenho eleitoral dos demais partidos começa a se destacar. Com relação a este aspecto, a eleição de nove parlamentares (quase um terço das vagas) do PFL, do PDT e do PT à Câmara dos Deputados e o fato de o PDT figurar como o segundo colocado na sucessão estadual constituíam-se, na época, em indícios de que, pela primeira vez, um destes três partidos políticos poderia surgir como uma terceira opção, como uma alternativa viável ao eleitorado, em relação aos dois maiores partidos políticos gaúchos.

Apesar do cenário completamente desfavorável ao PDS no estado em 1986 e das constantes derrotas eleitorais sofridas pelo partido nas sucessões estaduais nas demais eleições⁷², o PDS-PPR-PPB continua sendo atualmente o maior partido político do estado em número de prefeitos (174) e vereadores (1.453), além de contar com 11 deputados estaduais, cinco federais e possuir em torno de 176.000 filiados⁷³. Tal aspecto confirma a força de suas “lideranças intermediárias” (Melhem, 1998), uma vez que, mesmo longe do governo do estado (apesar de ter participado do governo de Antônio

⁷¹ Para o Senado Federal, a votação de cada candidato foi a seguinte: José Alberto Fogaça (PMDB) 1.510.064; Néelson Marchezan (PDS) 1.187.953; José Paulo Bisol (PMDB) 1.166.810; Sereno Chaise (PDT) 832.773; Odacir Klein (PMDB) 727.890; João Gilberto Lucas Coelho (PMDB) 411.298, Mário Ramos (PFL) 385.149; Cloraldino Severo (PFL) 363.642; Flávio Koutzi (PT) 245.992; Dinarte Belato (PT) 228.414; Jorge Campezzatto (PSB) 62.386 e, por fim, Glênio Daison Argemi (PSB), com 42.621 votos.

⁷² Em 1990, o candidato do partido, Néelson Marchezan, chega a ir para o segundo turno, perdendo, no entanto, a eleição para Alceu Collares, do PDT (1.745.308 a 2.314.400, respectivamente). Em 1994, o candidato do partido, Celso Bernardi, conquista apenas 393.514 votos (8,76%) e, em 1998, o partido não lança candidato.

⁷³ Dados coletados junto ao diretório estadual do partido no Rio Grande do Sul em fevereiro de 2002.

Britto (1995–1999), o partido não conquistou mais o executivo estadual, sendo Jair Soares o último governador do partido no estado), este partido mantém-se não só como o maior partido de direita no Rio Grande do Sul na atualidade, mas como o maior partido do estado em número de prefeitos e de vereadores.

Capítulo 4 – A ARENA paulista: heterogeneidade e recrutamento lateral

“[...] um recrutamento lateral tende a valorizar atributos adquiridos fora das fronteiras organizacionais. Prestígio, posses e relações firmadas na vida privada são, neste caso, meios mais eficazes para a arregimentação de apoios. Detendo recursos próprios, candidatos não dependem do aval da liderança partidária, podendo ignorá-la com menor risco para o ingresso ou continuidade em sua carreira. [...] Carreiras políticas são, com isto, mais rápidas e descontínuas, recrutando aspirantes com escassa ou pequena experiência política” (Santos, 2000; 39).

4.1 A ARENA em São Paulo: dinâmica interna e resultados eleitorais

Assim como no capítulo precedente, antes do exame das trajetórias dos parlamentares arenistas paulistas, será realizada uma discussão que tem como parâmetro a análise das eleições realizadas ao longo do período aqui examinado para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal. Além destes aspectos, serão também elaboradas algumas considerações acerca do contexto das sucessões ao governo estadual de São Paulo, bem como do perfil dos governadores escolhidos e das principais negociações estabelecidas entre os arenistas paulistas entre si, e com o governo federal. Na tabela a seguir, pode-se observar o desempenho dos partidos nas eleições à Câmara dos Deputados ao longo do período analisado.

**Tabela 1 – Representação partidária na Câmara dos Deputados,
SP – 1966/1978**

	1966	1970	1974	1978
ARENA	54,23 (32)	74,41 (32)	37,77 (17)	36,36 (20)
MDB	45,76 (27)	25,58 (11)	62,22 (28)	63,63 (35)
TOTAL	100 (59)	100 (43)	100 (45)	100 (55)

Fonte: Melhem (1998).

Examinando-se a tabela com um todo, um dos aspectos que mais chama a atenção é a grande variação do peso de cada partido na Câmara dos Deputados. O primeiro pleito caracteriza-se basicamente pelo equilíbrio entre as duas organizações, realizado enquanto ainda estavam em fase de formação. A eleição de 27 parlamentares filiados ao MDB em 1966 pode ser tomada como indicador não da força do partido, mas sim da rearticulação principalmente das forças janistas no interior da nova organização⁷⁴. Esta hipótese é possível de ser sustentada em função das dificuldades enfrentadas por este partido nas eleições seguintes, quando grande parte dos janistas já havia aderido à ARENA⁷⁵. Além desse aspecto, o fato de o partido e de suas lideranças encontrarem-se então completamente alijados do controle da grande maioria das prefeituras municipais e do governo estadual, bem como de não possuir diretórios na maioria dos municípios do interior do estado⁷⁶, ajuda a explicar o desempenho do partido nos dois primeiros pleitos aqui examinados.

Este equilíbrio entre os dois partidos nas eleições para a Câmara dos Deputados em 1966 pode ser também verificado, porém com menor intensidade, na eleição para o Senado Federal. Nesta disputa, o candidato arenista Carvalho Pinto (ex-governador e ex-ministro) conquista 1.947.899 votos, contra 1.105.174 dados aos três candidatos

⁷⁴ De acordo com Melhem (1998), nos seus primeiros anos, o MDB paulista teria sido controlado pelas forças janistas. Segundo a autora: “*Em seus primeiros anos o MDB paulista poderia ser descrito como [...] um amálgama de correntes políticas derivadas das extintas agremiações partidárias, as quais até a pouco eram irredutivelmente antagônicas, predominando na seção paulista o grupo janista, comandado ostensivamente pelo Prefeito Faria Lima e, dos bastidores, pelo Sr. Quadros’ (O Estado de São Paulo, 30/11/1966)*” (Melhem, 1998; 157).

⁷⁵ Para uma contextualização precisa das dificuldades encontradas pelo MDB nos seus primeiros anos, quando se cogitou inclusive a tese de autodissolução do partido, ver também Melhem (1998).

⁷⁶ Em 1970, dos 570 municípios do interior paulista apenas 220 contavam com diretórios do MDB. Para maiores informações ver Nery (1974).

emedebistas⁷⁷. Cabe ainda salientar que Carvalho Pinto, uma das maiores lideranças da ARENA paulista, havia sido, três anos antes, ministro de estado no governo do petebista João Goulart (1961-1964), o que indica um caráter mais permissivo do partido neste estado em relação ao recrutamento de suas lideranças políticas, possibilitando a entrada em seus quadros de políticos envolvidos, em maior ou menor grau, com o governo Goulart, contra o qual se deu a tomada do poder pelos militares.

Com relação à escolha do candidato ao governo do estado, em 1966 o diretório regional da ARENA enviou ao presidente Castelo Branco uma lista com três nomes de “revolucionários autênticos” para que este escolhesse o futuro governador de São Paulo: Roberto Abreu Sodré (fundador da UDN no estado e deputado estadual durante três legislaturas, 1950-1954-1958), Laudo Natel (então governador, filiado ao PR, mas sem militância partidária anterior) e Paulo Egídio Martins (também sem militância prévia e então Ministro do governo Castelo Branco) eram, nesta ordem de preferência, os nomes escolhidos pelo diretório da ARENA paulista para o governo do estado. A escolha recaiu sobre o primeiro.

Dessa forma, seguindo a regra adotada pelo governo federal nos demais estados, para governar São Paulo foi escolhido um “membro de confiança do regime”, mas que não provinha da maior estrutura partidária existente no período anterior (o PSP). Com a escolha de um udenista, o regime buscava não só a tranquilidade de contar com um “revolucionário histórico” no governo, como também buscava neutralizar a força dos antigos pessepistas no estado. Para isto, entretanto, era fundamental para o regime tirar Ademar de Barros do cenário político paulista e nacional. Para tanto, no dia 5 de junho de 1966, era assinada a cassação dos direitos políticos do líder pessepista. Essa estratégia obteve algum êxito, uma vez que, de acordo com seu repertório biográfico: *“Sem a presença do seu principal líder e sem o controle da administração estadual, os remanescentes da corrente ademarista começaram a se dispersar dentro do novo esquema governista”* (Abreu, 2001; 549).

⁷⁷ Dallari (1967/1968) traça rapidamente o perfil dos candidatos do MDB ao Senado nesta eleição: Benedito Mario Calazans (ex-udenista), Dagoberto Salles (ex-secretário estadual de Viação de Ademar de Barros) e Araripe Serpa (ligado pessoalmente ao ex-governador Jânio Quadros). Cabe aqui ressaltar, que nestas eleições, o índice de abstenção foi de 16,7%, além de 445.003 votos brancos e 581.705 nulos.

Roberto Costa de Abreu Sodré: fundador da UDN no estado, ex-deputado estadual por três legislaturas, ex-líder da bancada na Assembléia Legislativa, ex-presidente desta Casa (1960-1963), opositor sistemático do líder pessepista Adhemar de Barros e um dos políticos paulistas mais engajados na preparação do “movimento de março de 64”. Este era o perfil do primeiro governador paulista escolhido pelo regime.

Em 1970, algumas das características do cenário político no estado, como elevado descrédito do eleitorado em relação aos partidos políticos então existentes, particularmente do eleitorado de esquerda em relação ao MDB, atingem o seu ponto mais crítico. Em um cenário como este, a ARENA sai beneficiada, dado que ainda não existia (ou pelo menos ainda não possuía visibilidade fora do partido) o chamado grupo dos autênticos dentro do MDB. Preponderantemente formado por “adesistas”⁷⁸, a grande maioria sem acesso às máquinas federal, estadual ou municipal, e com grande parte do eleitorado mais progressista buscando na anulação ou na abstenção do voto uma forma de protesto, o MDB tem nesse pleito o seu pior desempenho em todo o período.

Além desses aspectos, o início do ciclo de desenvolvimento e industrialização experimentados pelo país, o chamado “milagre econômico”, representava para o partido do regime uma eficiente fonte legitimadora, cujos dividendos eleitorais, apesar de serem de difícil mensuração, não devem ser desprezados. Além desses aspectos, o aumento da censura à imprensa e aos movimentos civis em geral inviabilizava a articulação de qualquer iniciativa opositora ao regime, completando o cenário eleitoral de 1970, sem dúvida nenhuma favorável à ARENA, que teve como adversário um MDB acuado diante das cassações (o AI-5 havia sido editado no ano anterior) e do aumento da repressão no país, particularmente em São Paulo.

O aumento das prerrogativas do governo federal refletiu-se também na escolha dos candidatos arenistas aos governos estaduais. Laudo Natel é o escolhido pelo governo federal para assumir o governo de São Paulo, retirando-se novamente de suas atividades na diretoria do Bradesco. Nesse contexto, a escolha de Laudo Natel

⁷⁸ Para a definição de autênticos e adesistas, ver Kinzo (1988; 55-60). Sobre a correlação de forças entre estes dois grupos no estado, ver Melhem (1998).

representou um aumento da ingerência política do governo federal em São Paulo, uma vez que este nome não era o preferido pelo partido, nem pelo governador Abreu Sodré (que, como de praxe, havia enviado uma lista contendo sete nomes indicados para a sua sucessão).

“Empossado ainda nesse mês [outubro de 1969], o governo Médici acentuou ainda mais a centralização político-econômica, ampliando, conseqüentemente a ingerência federal nas sucessões estaduais. Assim, embora Abreu Sodré houvesse apresentado uma lista de sete candidatos à sua sucessão, o presidente Médici escolheu o nome de Laudo Natel, que não constava na relação do governador paulista e que havia recebido a indicação favorável do ministro da Fazenda, Antônio Delfim Neto” (Abreu, 2001; 5.549).

Dessa forma, Laudo Natel, homem sem vinculação partidária mas com experiência administrativa e também homem de confiança da cúpula do governo federal⁷⁹, toma posse em 15 de março de 1971. Com relação à eleição para o Senado Federal, o MDB conquista uma das vagas através da candidatura de Franco Montoro, que se elege juntamente com o arenista Orlando Zancaner. Neste pleito, a diferença de votos entre os dois partidos foi mínima (35,1% para o MDB e 34,9% para a ARENA). Paradoxalmente, de acordo com Melhem (1998), o candidato emedebista contou com o apoio de uma parcela considerável de arenistas, que se opunham à eleição de Hilário Torloni (ex-pessepista e ligado à Ademar de Barros), o segundo candidato do partido.

“[...] segundo militante emedebista destacado, Montoro teria recebido apoio de parcela da Arena oriunda do udenismo e do PDC (como ele). Tal suporte teria sido capitaneado pelo então governador nomeado de São Paulo, Roberto de Abreu Sodré (ex-UDN), que preferia ver no Senado um democrata-cristão, ainda que emedebista, do que um ademarista da Arena. [...] muita gente fez material Montoro/Zancaner, sendo deputado da Arena” (Melhem, 1998; 115).

As eleições seguintes, realizadas em 1974, constituem-se em um marco da ascensão eleitoral do partido oposicionista em grande parte dos maiores centros urbanos do país. Várias são as causas apontadas pela literatura especializada para explicar este fenômeno, que surpreendeu a todos, uma vez que não era esperado nem mesmo pelo próprio MDB⁸⁰.

⁷⁹ A ligação entre Laudo Natel e o ministro da Fazenda Delfim Neto iniciou-se quando Natel assumiu o governo estadual em 1965 (com a cassação dos direitos políticos do então governador e líder pessepista Ademar de Barros) e nomeou, por indicação do governo federal, o então economista Delfim Neto para a secretaria estadual da Fazenda.

⁸⁰ Em Dallari (1976), encontram-se desenvolvidos alguns dos principais motivos que teriam contribuído para a surpreendente ascensão eleitoral do partido oposicionista, entre eles: 1) a liberdade de expressão

Além destes fatores de ordem mais geral elencados por Dallari (1976), as causas de ordem estritamente política também são fundamentais para que se tenha uma visão consistente do cenário que possibilitou tal variação no desempenho eleitoral dos dois partidos. Com relação aos fatores ligados estritamente ao MDB, destaca-se o surgimento de uma nova liderança, o ex-prefeito de Campinas, Orestes Quércia. Representando a ascensão da juventude (em contraposição aos emedebistas mais experientes, também chamados de “adesistas”) e de quadros intermediários dos antigos partidos dentro do MDB⁸¹, o grupo de Quércia realiza um trabalho sistemático de criação de diretórios municipais em praticamente todo o interior do estado. Dessa forma, com o objetivo de assegurar a vitória na convenção do partido para se lançar candidato pelo MDB ao Senado Federal, Quércia e seu grupo ajudaram na estruturação do mesmo em todo o interior do estado⁸².

Por outro lado, com relação aos fatores ligados ao partido governista, Dallari (1976), destaca como dificuldade principal imposta à ARENA a heterogeneidade de seus quadros. *“Criada artificialmente, reunindo grupos heterogêneos e até conflitantes, a ARENA não conseguiu superar esse vício de origem e não encontrou um denominador comum a todos os grupos, que lhe desse coesão e assegurasse uma ação integrada”* (Dallari, 1976; 208).

Este conflito também é identificado no exame da sucessão estadual, episódio em que ocorre uma divisão entre as forças que apoiavam o nome de Delfim Neto (o grupo liderado por Laudo Natel e o grupo dos antigos pessepistas, liderado por Ademar de

assegurada aos candidatos, 2) os debates travados entre os candidatos ao Senado Federal, 3) um “desejo de mudança” (atribuído pelo autor ao eleitorado paulista, que rejeitou a candidatura de Carvalho Pinto em prol do “jovem e arrojado” candidato emedebista), 4) relacionada à causa anterior, o autor aponta a inserção de quase um milhão e meio de novos eleitores e, por fim, 5) Dallari destaca os fatores de ordem econômica (o bolo havia crescido, mas não repartido).

⁸¹ Sobre este aspecto, ver Melhem, 1998.

⁸² Cardoso (1981), ao comentar a ascensão do MDB em 1974, e o processo de estruturação do partido em todo o estado, afirma que:

“A esse revigoração de um partido que nasceu nos laboratórios do autoritarismo correspondeu também uma forte sacudida na estrutura partidária. Essa, no caso paulista, sofreu o impacto de uma disputa interna que foi ganha pelo ex-prefeito emedebista de Campinas, e ex-deputado estadual, Orestes Quércia. Este, dispondo-se a ser candidato ao Senado por São Paulo e não contando com o apoio da cúpula partidária, criou ou reestruturou centenas de diretórios em cidades do interior e, em menor escala, em distritos da capital” (Cardoso, 1981; 55).

Barros Filho) e as que apoiaram a indicação (feita pelo Governo Federal) de Paulo Egídio Martins, que havia concorrido à prefeitura da capital em 1965 pela UDN paulista. Dessa forma, novamente por indicação do governo federal, só que com a clara oposição de grupos importantes dentro da ARENA paulista, Paulo Egídio Martins foi escolhido sucessor de Laudo Natel ao governo de São Paulo, processo este marcado por uma grande tensão nas relações entre importantes lideranças arenistas e o governo federal.

Talvez a causa principal da constante tensão existente entre o governo federal e a seção paulista da ARENA, a rivalidade entre seus grupos internos causou problemas também na escolha do candidato governista ao Senado Federal. Ilustrativo deste fato, bem como da atuação do governo federal para pôr fim à disputa interna no partido governista, impondo a candidatura Carvalho Pinto, é o seguinte trecho encontrado no repertório biográfico de Laudo Natel:

“Problemas semelhantes na escolha dos candidatos arenistas ocorreram em relação às eleições parlamentares de novembro de 1974 quando o governo federal, articulado com o futuro governador Paulo Egídio, fixou-se em Carvalho Pinto para concorrer ao Senado, sob a alegação de que era o único nome capaz de unir a ARENA no estado. Entretanto, isso não se deu e, contrariando a vontade do governo federal, lançaram-se ainda como candidatos à obtenção da legenda Ademar de Barros Filho e Paulo Maluf. No momento da convenção houve uma imposição do governo federal no sentido de que o candidato fosse Carvalho Pinto, o que levou a descontentamentos no interior do partido” (Abreu, 2001; 4.039).

Realizado o pleito para o Senado Federal, o candidato emedebista recebe os votos de 4.630.182 eleitores, enquanto o candidato arenista obteve apenas 1.696.340 votos no estado. Sobre as eleições de 1974, cabe ainda ressaltar a diminuição tanto da abstenção, que neste pleito fica em apenas 11,29% (o segundo menor índice do país, maior apenas que o gaúcho, 10,83%), quanto dos votos em branco (apenas 6,9% para o Senado e 17,9% para a Câmara dos Deputados) e nulos (4,5% para o Senado)⁸³.

Profundamente dividida em seu interior e com grandes dificuldades para se contrapor ao discurso oposicionista⁸⁴, a ARENA paulista sai fragilizada das eleições de

⁸³ A abstenção nas eleições para o Senado Federal em 1966 e 1970 foi de 16,76% e 17,52%, respectivamente.

⁸⁴ Sobre a unidade e a coerência do discurso oposicionista, em contraposição ao fragmentado discurso arenista em São Paulo em 1974, ver também Dallari (1976).

1974, interna e externamente. Tanto que, após assumir o governo estadual em março de 1975, uma das maiores dificuldades e um dos maiores desafios impostos a Paulo Egídio, segundo Abreu (2001), foi justamente tentar unificar o seu partido no estado.

“Uma das primeiras tarefas a desafiar o novo governador foi a estruturação da ARENA paulista, com base nas várias correntes políticas atuando naquele estado. A grande disputa interna fora responsável pela incapacidade de o partido estruturar uma máquina política e administrativa relativamente sólida. Das diversas forças políticas existentes, apenas a corrente remanescente do Partido Social Progressista, fundado pelo ex-governador Ademar de Barros, conseguiu manter sua máquina política em funcionamento, em particular no interior, o que conferia uma crecente influência dentro do partido. Essa realidade se expressava na própria composição política do secretariado formado por Paulo Egídio, do qual participavam o deputado Ademar de Barros Filho, secretário de Administração, Jorge Maluly Neto, secretário do Trabalho, Rui Silva, secretário de Esportes e turismo – todos os três ex-integrantes do PSP – e Rafael Baldacci Filho, secretário do Interior, ligado num primeiro momento ao brigadeiro Faria Lima e, posteriormente, a Jânio Quadros” (Abreu, 2001; 1.161).

Após deixar o governo do estado em 1974, Laudo Natel também se empenhou em um contínuo trabalho de fortalecimento do partido no estado. Devido a este trabalho, o ex-governador foi considerado, inclusive pelo presidente Ernesto Geisel, um dos principais responsáveis pelo bom desempenho do partido nas eleições municipais realizadas em 1976, capacitando-o a pleitear novamente o apoio da Presidência da República ao governo do estado. Tendo realizado um acordo com Ademar de Barros Filho e após conseguir a indicação do Palácio do Planalto e da executiva nacional da ARENA, Laudo Natel lança-se à sucessão estadual de 1978 como franco favorito.

Porém, Paulo Salim Maluf, ex-prefeito (1969-1971) e grande empresário, que havia sido também secretário estadual no governo do próprio Laudo Natel (1971-1975), também lança a sua candidatura. Bastante ilustrativa da divisão interna existente na ARENA, a citação abaixo dá uma idéia precisa do contexto que envolveu a convenção partidária que acabou dando a vitória ao candidato dissidente, em detrimento ao apoio da direção nacional da ARENA e do próprio governo federal à Laudo Natel.

“Tudo levava a crer numa vitória de Natel, pois seus assessores obtiveram, de um total de 1.261 convencionais, 872 assinantes apoiando seu nome, aos quais se somaram mais quatro depois que Rafael Baldacci Filho resolveu apoiá-lo, no entanto, os resultados da convenção, realizada no dia quatro de junho, surpreenderam à maioria: por 617 votos contra 589 dados a Natel, Maluf saiu vencedor, sendo indicado como candidato da ARENA ao governo de São Paulo. [...] Dois fatos concorreram de forma decisiva para a derrota de Natel: em primeiro

lugar, o governador Paulo Egidio, seu chefe do Gabinete Civil, Afrânio de Oliveira, e os deputados Rafael Baldacci Filho, Rui Silva e Jorge Maluli Neto, apesar de chamados a Brasília para apoiar Laudo Natel, na verdade permitiram que os delegados que seguiam sua orientação política votassem secretamente em Maluf; além disso, este último vinha realizando há tempos um persistente trabalho junto aos convencionais para obter apoio, sendo inclusive acusado na época por Natel de haver comprado votos de alguns deles” (Abreu, 2001; 4.040-4.041).

Aqui, pode-se notar que parte significativa dos remanescentes do antigo PSP paulista – a chamada “velha guarda pessepista”, ligada a Osvaldo de Barros – passa a apoiar o candidato dissidente (apesar do acordo firmado entre o grupo liderado por Ademar de Barros Filho e Laudo Natel), aspecto que é fundamental para explicar a vitória de Maluf na convenção arenista e a aproximação entre o governador eleito e os remanescentes do PSP. Paulo Maluf contou também com o apoio do ex-governador Abreu Sodré, que chegou a considerar a possibilidade de lançar seu nome, mas recuou em função do apoio dado pela presidência da República à Laudo Natel⁸⁵. Eleito pelo Colégio Eleitoral paulista em setembro de 1977, Paulo Maluf foi empossado seis meses depois. Tomava posse o primeiro governador paulista que não contou, para a sua eleição, com o apoio do governo federal.

Com relação às eleições para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, a ARENA foi duplamente derrotada. Para a Câmara dos Deputados, o MDB elege praticamente dois terços da representação paulista, aumentando ainda mais a vantagem alcançada quatro anos antes (o mesmo acontecendo em relação à Assembléia Legislativa do estado). No que diz respeito à disputa ao Senado Federal, a ARENA sofre nova derrota, com a reeleição do candidato emedebista Franco Montoro, uma das maiores lideranças do partido no estado, que obteve 4.517.456 votos. Neste ano, Amaral Furlam, ex-pessedista, com passagem pelo MDB, é o arenista eleito indiretamente senador por São Paulo.

Cabe ainda ressaltar que as derrotas da ARENA nestas eleições só não foram maiores em função de um conjunto de medidas decretadas pelo governo federal em 1º de abril de 1977, o chamado “pacote de abril”. Este conjunto de medidas tinha por objetivo assegurar a hegemonia do governo no parlamento, bem como “freiar” o avanço

⁸⁵ Para se ter uma dimensão mais precisa da surpresa que a vitória de Paulo Maluf representou na convenção da ARENA paulista, ver Campos (1994).

eleitoral do partido oposicionista. Dessa forma: “[...] *as reformas constitucionais não mais exigiriam 2/3 dos votos, mas apenas a maioria absoluta; as eleições para governador voltariam a ser indiretas e 1/3 dos senadores (os que ficariam conhecidos como ‘biônicos’) seria também eleito de forma indireta*” (Abreu, 2001; 4.041).

Marcada por profundas divisões internas e tendo grandes dificuldades, principalmente a partir de 1974, para contrapor-se ao discurso oposicionista, a ARENA paulista caracteriza-se preponderantemente pela heterogeneidade de seus quadros. A partir do exame do contexto da escolha dos candidatos arenistas ao governo do estado, é possível identificar a existência de uma sobreposição de clivagens no interior do partido. Assim, sobrepondo-se à divisão entre os remanescentes dos antigos partidos, a influência que Abreu Sodré, Laudo Natel, Paulo Egídio e Paulo Maluf passam a ter no interior da ARENA paulista, principalmente após alcançarem o governo do estado, possibilitou que os mesmos articulassem seus respectivos grupos dentro desta estrutura partidária.

É este entrecruzamento de clivagens que pode ser um recurso analítico bastante eficiente para se entender a dinâmica interna do partido no estado. Um exemplo deste aspecto é a divisão ocorrida entre os remanescentes do PSP paulista, já relatada anteriormente, no processo de escolha do candidato do partido ao governo estadual em 1978. este cenário fica, ainda mais complexo ao se levar em consideração o número expressivo de puros ocupando posições de destaque no partido e no governo, formando não só mais um grupo dentro da organização partidária, mas um dos mais importantes grupos no interior das bancadas arenistas. Verificar-se-á este aspecto na análise a seguir.

4.2 Os deputados federais paulistas: trajetórias dos arenistas eleitos para a Câmara dos Deputados

Ao se examinar a tabela a seguir, um aspecto que se destaca de forma clara é a grande heterogeneidade das bancadas formadas pela ARENA paulista no que diz

respeito à origem partidária de seus membros. Esta questão pode ser facilmente visualizada em função da constatação de uma acentuada fragmentação, encontrada nas bancadas arenistas paulistas em relação às antigas filiações partidárias dos mesmos. Esta fragmentação é comprovada pelo fato de que todos os partidos indicados na tabela possuem representantes entre as bancadas federais arenistas paulistas.

Dessa forma, em São Paulo, os deputados federais arenistas têm suas respectivas origens partidárias vinculadas a não menos que nove partidos em 1974, 10 em 1978, chegando a 11 em 1966 e 12 partidos em 1970. Somente a título de comparação, no Rio Grande do Sul constatou-se a presença de um mínimo de quatro organizações partidárias (1978) e um máximo de seis (1970). Este aspecto, pelo menos em um primeiro momento, indica a existência de um maior grau de coesão nas bancadas gaúchas, pelo menos no que diz respeito à origem partidária (mais homogênea) dos deputados federais arenistas, uma vez que estes parlamentares encontravam-se agrupados em um número menor de partidos. Além, deste aspecto, os futuros arenistas gaúchos já atuavam em conjunto ao longo de praticamente todo o período multipartidário anterior.

Este fato pode ser explicado pela existência, em São Paulo, de um maior número do que Sartori (1982) denomina como partidos relevantes. Neste estado, observam-se a presença e a importância de partidos caracterizados basicamente pelo seu caráter regional (ou estadual). Assim, partidos como o PSP (Partido Social Progressista) de Ademar de Barros e o PTN (Partido Trabalhista Nacional) seriam dois exemplos deste fenômeno, uma vez que deviam sua força e projeção nacional basicamente às suas seções paulistas⁸⁶.

⁸⁶ Para se ter uma idéia do caráter regional destes partidos, na última legislatura eleita antes da derrubada de João Goulart pelos militares, em 1962, nove dos 21 deputados federais do PSP provinham de São Paulo; com relação ao PTN, de um total de 11 parlamentares, nove são deste estado.

Tabela 2 – Filiação aos antigos partidos: ARENA – SP

	ptb	mtr	psb	Ptn	psp	pdc	psd	pst	pr	prp	prt	udn	pl	arena	mdb	ni*	total
66	2	1	1	3	4	3	4	-	-	1	1	8	-	3	-	3	34
70	1	-	1	3	3	2	-	1	1	1	-	4	-	7	3	6	33
74	-	-	1	-	1	-	-	1	2	-	1	2	-	5	3	1	17
78	-	-	1	-	3	1	-	1	2	-	1	1	-	7	3	-	20

Fonte: Abreu, 2001.

* Partido não informado.

Outro aspecto indicativo desta grande heterogeneidade é a inexistência neste estado de um partido que se destaque (como o PSD no Rio Grande do Sul em 1966, 1970 e 1974) como núcleo duro das bancadas arenistas paulistas entre os antigos partidos políticos. A única exceção fica por conta da presença de oito ex-udenistas em 1966, representando, mesmo assim, pouco menos que um quarto da bancada arenista paulista eleita neste ano. Como se verá a seguir, são os puros que ocupam este espaço no interior das bancadas arenistas paulistas na Câmara dos Deputados.

Estas questões devem, contudo, ser aqui interpretadas à luz da dinâmica partidária própria deste estado no regime democrático anterior. Com base na análise realizada no segundo capítulo, pode-se afirmar que grande parte das disputas interpartidárias que ocorriam anteriormente foi incorporada, ou reincorporada, no seio da ARENA paulista, trazendo consigo rivalidades, lealdades e compromissos que perpassaram o interior da nova organização partidária.

Cabe salientar que este aspecto teve seu impacto drasticamente reduzido no caso gaúcho em função não só do pequeno número de partidos e da existência de um partido com um peso desproporcionalmente maior que os demais no conjunto das bancadas arenistas gaúchas, como também devido ao padrão de coligações e alianças partidárias nas eleições do Rio Grande do Sul, que sempre tensionou os partidos conservadores a atuar conjuntamente, tanto em eleições como nas administrações do estado e municípios. Desta forma, no caso paulista, a constante rearticulação de forças, provocada pela contínua reformulação de coalisões de governo e coligações partidárias ao longo das eleições, contribuiu para dificultar a sedimentação de laços político-partidários estáveis entre os partidos políticos e suas lideranças. Este aspecto dificultou uma clara demarcação de fronteiras entre os partidos, ou mesmo, entre blocos

partidários. Como visto anteriormente, a exceção fica por conta da rivalidade existente no estado entre o PSP e a UDN.

4.2.1 O peso dos puros: o núcleo duro das bancadas federais arenistas em São Paulo

Examinando-se inicialmente a tabela 2, um primeiro dado que se destaca entre os demais é a presença, desde a primeira eleição, de parlamentares que iniciam suas respectivas carreiras políticas na própria ARENA. Já em 1966, pode-se identificar a presença de três deputados federais arenistas sem qualquer vínculo formal com os partidos anteriormente existentes.

Além de sempre se fazerem presente, a partir de 1970 os puros passam a constituir-se no grupo com maior peso em todas as legislaturas. Este crescimento na proporção de parlamentares exclusivamente arenistas no conjunto das bancadas do partido na Câmara dos Deputados indica a viabilidade de trajetórias marcadas por uma rápida ascensão (ou até mesmo a viabilidade de candidatos sem trajetórias prévias) a cargos importantes, como o de deputado federal. Dessa forma, a ARENA paulista caracteriza-se, a princípio, como um partido marcado pelo que Panebianco (1990) denomina como integração horizontal.

Tabela 3 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, ARENA – 1966

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Edmundo Monteiro	Não	Nenhum	Nenhum	Nenhum
Cardoso de Almeida	Não	Nenhum	Nenhum	Nenhum
Bezerra de Melo	Não	Nenhum	Nenhum	Nenhum

Fonte: Abreu, 2001.

Parlamentares caracterizados pela completa ausência de carreiras prévias à conquista de uma cadeira na Câmara dos Deputados pela legenda arenista. Este é, como

não poderia ser diferente, o perfil dos puros eleitos em 1966, constituindo-se em um claro indício da diferença no padrão de recrutamento identificado entre a secção gaúcha e paulista do partido. Além do cargo de deputado federal marcar a estréia destes parlamentares em cargos políticos, o fato de os mesmos manterem atividades profissionais paralelas ao mandato permite caracterizá-los como notáveis (Panebianco, 1990).

Um exemplo bastante claro deste padrão de integração horizontal é a trajetória de Edmundo Monteiro. Após a instauração do regime militar e a instituição do sistema bipartidário, Monteiro filia-se à ARENA e concorre a uma cadeira na Câmara dos Deputados por seu estado. Mesmo elegendo-se em novembro de 1966, o parlamentar não interrompe suas atividades como jornalista e empresário. Este aspecto indica o caráter secundário ocupado pela atividade político-partidária na vida do parlamentar. Hipótese esta que é reforçada pelo afastamento do parlamentar da esfera política, em virtude da não-participação em nenhuma eleição posterior, e do encerramento de sua curta carreira política.

Tabela 4 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, ARENA – 1970

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Cardoso de Almeida	Não	4 anos	1	DF
Bezerra de Melo	Não	4 anos	1	DF
Monteiro de Barros	Não	10 anos	2	Secretaria Municipal (2)
Faria Lima	Não	4 anos	1	Secretaria Municipal
Ildélio Martins	Não	Nenhum	Nenhum	Nenhum
Orensi da Silva	Não	Nenhum	Nenhum	Nenhum
Paulo Oliveira	Não	Nenhum	Nenhum	Nenhum

Fonte: Abreu, 2001.

Com relação à trajetória político-partidária do conjunto dos puros eleitos em 1970 pode-se observar a manutenção das principais características identificadas na legislatura anterior. Um primeiro aspecto a ser levado em consideração consiste na inexperiência destes parlamentares, dado que, além de boa parte não possuir nenhum tipo de vínculo com a organização partidária arenista (em 1970 a ARENA tinha quatro

anos, e três dos sete parlamentares não haviam exercido nenhum cargo político anterior), cinco dos sete parlamentares têm nesta legislatura suas únicas experiências em cargos eletivos.

Apesar de já ter ocupado a diretoria da Secretaria de Obras e Saneamento de São Paulo entre 1960 e 1967, e a diretoria-geral do Departamento de Águas e Esgotos de São Paulo nos anos 1964-65, Monteiro de Barros é considerado puro, uma vez que não foi encontrado nenhum indício de uma possível filiação a alguma organização partidária antes da instauração do bipartidarismo. O que explica como um puro pode ter ocupado postos relevantes na Prefeitura Municipal de São Paulo antes da criação da ARENA.

Tabela 5 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, ARENA – 1974

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Cardoso Almeida	Não	8 anos	1	DF (2)
Faria Lima	Não	8 anos	2	Secretaria Municipal e DF
Paulo Franciscato	Não	6 anos	1	Pref
João de Carvalho	Não	8 anos	Nenhum	Nenhum
Cunha Bueno	Não	4 anos	1	DE

Fonte: Abreu, 2001.

Com relação ao pleito de 1974, a bancada eleita pela ARENA paulista foi composta por cinco puros, reduzindo-se o número destes parlamentares no conjunto da bancada. Cabe ressaltar, no entanto, que nestas eleições o partido governista sofre, em vários estados brasileiros, derrotas eleitorais bastante significativas. Dessa forma, a redução do número de puros não pode ser vista como um fenômeno isolado, dado que reflete e acompanha o desempenho eleitoral do partido como um todo. Pode-se, inclusive, observar que a redução atingiu mais o partido como um todo, do que este grupo em particular.

Analisando-se a trajetória destes parlamentares, pode-se constatar uma discreta mudança em seu perfil, uma vez que este é o primeiro grupo de puros em que se identifica algum tipo de experiência prévia, de vinculação partidária anterior à conquista

de um mandato à Câmara dos Deputados. No entanto, esta mudança é ainda muito discreta para resultar em uma alteração do perfil, até aqui identificado, de carreira política entre os puros paulistas.

Um dos puros com maior experiência eleito neste pleito, José Roberto Faria Lima, após realizar vários cursos de especialização nas áreas de administração e planejamento, destacou-se como membro do grupo de trabalho que reestruturou o quadro de funcionários da Prefeitura Municipal de São Paulo em 1967. Logo após o término das atividades deste grupo, Roberto Faria Lima foi nomeado assistente do prefeito (o udenista José Vicente de Faria Lima, seu tio) para assuntos econômicos, cargo que ocupou até 1969.

No ano seguinte, (1970) Faria Lima candidata-se e se elege, pela primeira vez, deputado federal pela ARENA do seu estado. Diferentemente de alguns de seus colegas, Faria Lima candidata-se à reeleição no pleito de 1974, e a obtém. Nesta legislatura, fiel à revolução, o parlamentar destaca-se pela crítica contundente ao grupo renovador da ARENA, que defendia uma postura mais independente do partido em relação ao governo. Finalmente, no pleito de 1978, Faria Lima candidata-se novamente, mas, não obtém êxito na renovação do seu mandato, deixando a Câmara dos Deputados em janeiro de 1979.

Tabela 6 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, ARENA – 1978

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Cardoso de Almeida	Não	12 anos	1	DF (3)
Alcides Fransiscato	Não	10 anos	2	Pref e DF
Cunha Bueno	Não	8 anos	2	DE e DF
Bezerra de Melo	Não	12 anos	1	DF (2)
Caio Pompeo	Não	8 anos	1	DE (2)
Erasmus Dias	Não	3 anos	1	Séc Est
Francisco Rossi	Não	6 anos	1	Pref

Fonte: Abreu, 2001.

Com base nos dados encontrados, pode-se notar que, assim como nas legislaturas anteriores, é marcante a presença de estreantes entre os puros eleitos pela ARENA paulista à Câmara dos Deputados, constituindo sempre algo em torno da metade deste grupo. Este aspecto indica uma grande rotatividade e renovação de deputados a cada eleição. Assim, a heterogeneidade das trajetórias anteriores ao exercício do primeiro mandato e a falta de um maior envolvimento com a organização partidária, combinadas com esta rotatividade (ilustrada no fracasso da renovação do mandato de vários puros, o que contribuiria para formar bancadas mais experientes, e com um maior grau de coesão) contribuíram para se identificar um perfil caracterizado pelo baixo grau de coesão dos puros paulistas. Por outro lado, o fato de o início das carreiras destes parlamentares dar-se em ocupações de relevância, como de deputado estadual e deputado federal, indica um padrão de recrutamento caracterizado pelo ingresso lateral (Santos, 2000) dos quadros arenistas, o que tenderia a dificultar a formação de bancadas mais coesas.

No entanto, ao se analisar a evolução do perfil dos puros ao longo do período, é possível constatar um aumento tanto nos vínculos prévios entre parlamentares e o partido como na experiência prévia dos mesmos. Este aspecto, se, por um lado, é uma consequência natural do “envelhecimento” do partido, por outro lado, pode ser tomado como um indicador do início de um processo de mudança no perfil dos puros eleitos pela ARENA paulista à Câmara dos Deputados.

Ainda com relação aos puros paulistas, um aspecto paradoxal é que, ao mesmo tempo em que a presença de parlamentares caracterizados por trajetórias relativamente curtas (perfil que vai ao encontro do que Panebianco (1990) denomina como integração horizontal), tendendo a produzir partidos relativamente mais fracos, cujas máquinas partidárias tenderiam a não se constituir em um fator relevante para a conquista de um cargo eletivo, identifica-se pelo menos um aspecto em que a presença de parlamentares com este perfil tenderia a facilitar o processo de estruturação da nova organização partidária que estava se formando. Este aspecto é o fato de os puros não terem incorporado, ao longo de suas respectivas trajetórias, as rivalidades e as lealdades

características do antigo sistema partidário e ainda tão presentes e arraigadas entre os membros mais experientes desta organização partidária⁸⁷.

4.2.2 Inimigos até a véspera? A eleição de cinco ex-emedebistas no partido do regime em São Paulo

Outro aspecto que ilustra claramente a viabilidade de carreiras curtas e, mais do que isso, indica também a inexistência de barreiras ou fronteiras bem-definidas entre as organizações partidárias paulistas é a manifestação de nove ocasiões em que cinco candidatos arenistas provenientes do MDB obtiveram êxito eleitoral, garantindo, assim, uma cadeira na Câmara dos Deputados.

Tabela 7 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, MDB – 1970

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Amaral Furlan	1	23 anos	3	Ver, DE (2) e DF (3)
Charles Amarante	1	15 anos	2	Sec Est (2), DE e DF
A. Barros Filho	1	4 anos	1	DF

Fonte: Abreu, 2001.

Carreiras políticas consolidadas ao longo de, no mínimo, 10 anos no interior, respectivamente, do PSD e do PTN, inclusive com passagens anteriores pela Câmara dos Deputados, assim se constitui o perfil de Amaral Furlan e Charles Amarante. Apesar de possuírem trajetórias caracterizadas pela longevidade em seus antigos partidos no regime partidário anterior, a filiação dos mesmos à legenda oposicionista antes do ingresso à ARENA caracteriza-os como exemplos de um fenômeno recorrente no estado, a migração entre os dois partidos políticos existentes no período.

Ao analisar a formação do MDB em São Paulo, Melhem (1998) identifica o peso dos janistas (provindos majoritariamente do PTN e PDC) no interior do MDB. No

entanto, a força deste grupo vai diminuindo gradativamente a partir do final dos anos 60 e ao longo da década de 70 com a contínua migração dos janistas “bons de voto” para a legenda do regime. Este é o caso de Chaves Amarante. Sempre vinculado ao PTN no período anterior, ocupou neste partido várias posições de destaque, como a presidência do diretório paulista (1959-65) e a vice-presidência do seu diretório nacional (1962-65). Ex-secretário estadual do trabalho, indústria e comércio de São Paulo no governo Jânio Quadros (1955-1959), Amarante elege-se neste último ano deputado estadual por seu partido, mandato que seria renovado no pleito de 1962.

Com a instauração do bipartidarismo, Amarante filia-se então ao MDB, no qual se elege, em 1966, para seu primeiro mandato como deputado federal. Logo após migrar para a ARENA, Amarante é convidado, em 1969, pelo então governador do estado de São Paulo, Roberto de Abreu Sodré, para ocupar a Secretaria Estadual do Interior, ocupando o cargo até abril do ano seguinte. Logo após sua passagem pelo secretariado, o parlamentar reelege-se, desta vez pela ARENA, à Câmara dos Deputados, mandato este em que o parlamentar ocupa, inclusive, a vice-liderança do partido na Câmara dos Deputados.

Tabela 8 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, MDB – 1974

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Amaral Furlan	1	27 anos	3	Ver, DE (2) e DF (4)
Gióia Júnior	1	10 anos	2	Ver e DE
A. Barros Filho	1	8 anos	1	DF (2)

Fonte: Abreu, 2001.

Em 1974, o perfil dos ex-emedebistas sofre algumas alterações. No entanto, apesar da manutenção do mandato de Amaral Furlan e Ademar de Barros Filho, a eleição do então deputado estadual Gióia Júnior, que migrou para a ARENA pouco antes deste pleito, comprova mais uma vez que, para os novos quadros arenistas, a troca de legenda não representava uma ameaça à manutenção de suas respectivas carreiras políticas.

⁸⁷ Como bem demonstra o testemunho de Mem de Sá em Kinzo (1988), citado anteriormente.

Cabe salientar que, apesar de este parlamentar ser filho do maior líder pessepista, o mesmo é considerado ex-emedebista e não remanescente do PSP dado que este parlamentar nunca foi filiado ao PSP. De acordo com Abreu, 2001:

*“Sua entrada na política coincidiu com a cassação do mandato e suspensão dos direitos políticos de seu pai, em junho de 1966, quando ainda exercia o governo de São Paulo. [...] Ademar de Barros Filho filiou-se, na época, ao Movimento Democrático Brasileiro [...] elegendose deputado federal por São Paulo em novembro de 1966, com 68.575 votos. Seus suplentes na bancada eram André Franco Montoro e Mário Covas”*⁸⁸ (Abreu, 2001; 571).

Após migrar para a legenda governista, o parlamentar passa a liderar parte dos remanescentes do PSP filiados à ARENA paulista. Cabe salientar a existência de divisões entre os ex-pessepistas no interior do partido governista. Em 1970, já filiado à ARENA, Ademar de Barros Filho reelege-se à Câmara dos Deputados. Em seu repertório biográfico, encontram-se menções bastante ilustrativas destas divisões existentes no interior da ARENA paulista, em particular, entre os remanescentes do PSP:

“A segunda legislatura de Ademar de Barros Filho foi marcada pelas lutas internas entre os grupos do extinto PSP pelo controle da importante base partidária que o pessepismo constituía para a Arena paulista. Barros Filho, que se considerava herdeiro político do pai, confrontava-se principalmente com o deputado federal Rafael Baldacci, mas os remanescentes do PSP dividiam-se ainda entre os grupos de Hilário Torloni, Orlando Zancaner e a “ala velha”, ligada a Osvaldo de Barros” (Abreu, 2001; 571).

Após se reeleger novamente em 1974, o parlamentar assume a Secretaria Estadual do Trabalho, no governo Paulo Egídio Martins (1975-1979). Em 1978, o parlamentar conquista o seu quarto mandato pela bancada paulista na Câmara dos Deputados. Com a eleição de Maluf ao governo estadual, Ademar de Barros Filho aproxima-se do governador, passando a apoiá-lo e levando consigo diversos remanescentes do antigo PSP. Filiando-se ao PDS, com a volta do multipartidarismo, o parlamentar candidata-se em 1982 ao Senado Federal, sendo, contudo, derrotado pelo candidato peemedebista Severo Gomes.

⁸⁸ O mesmo ocorreu com outros pessepistas que, em protesto pela cassação dos direitos políticos de Ademar de Barros, migraram para a legenda oposicionista. Assim como Ademar de Barros Filho, muitos destes acabaram por migrar para a ARENA pouco tempo depois.

Tabela 9 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, MDB – 1978

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Gióia Júnior	1	14 anos	3	Ver, DE e DF
A. Barros Filho	1	12 anos	1	DF (3)
Maluly Neto	1	15 anos	3	Pref, DE (3) e Sec Est

Fonte: Abreu, 2001.

Além de Ademar de Barros Filho, Gióia Júnior e Maluly Neto caracterizam-se pela passagem pelo MDB antes de se filiarem à legenda governista. Nesta eleição, a não-constatação de nenhum novo caso de ex-emedebista recém-ingresso ao partido governista pode ser, ao menos parcialmente, explicada pelo estancamento da “hemorragia emedebista”. Melhem (1998) identifica, inclusive, que, a partir deste momento, ocorre uma inversão no sentido da migração, e torna-se cada vez mais claro o movimento de arenistas que passam para a legenda oposicionista, principalmente a partir da conquista do governo estadual, em 1982.

Filiando-se ao MDB em 1966, o então prefeito do município paulista de Mirandópolis conquista neste ano o seu primeiro mandato de deputado estadual. Assim como Ademar de Barros Filho, pouco tempo depois de sua posse, Maluly Neto migra para a ARENA, partido no qual foi reeleito em 1970. Ao longo deste mandato, o parlamentar exerceu a vice-liderança do governo de Laudo Natel (1971-1975) na Assembléia Legislativa do estado. Após conquistar o seu terceiro mandato no legislativo estadual, Maluly Neto assume a Secretaria Estadual de Relações do Trabalho, no governo de Paulo Egídio Martins (1975-1979). Em 1978, o parlamentar conquista o seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados e, ao longo deste mandato, filia-se ao PDS, partido pelo qual conquistou o seu segundo mandato na Casa em 1983.

Examinando-se as trajetórias dos ex-emedebistas, um aspecto que chama a atenção é a possibilidade verificada em São Paulo de membros provenientes do MDB, que inclusive destacaram-se nesta legenda não só por migrarem para a ARENA, mas, assim como os puros, também por se elegerem para cargos como deputado federal e ocuparem neste partido posições de relevo. Além deste aspecto, a mudança no sentido da migração partidária identificada por Melhem (1998) a partir de 1978 constitui-se em

um indicador que vai ao encontro da caracterização dada pela literatura especializada ao sistema partidário criado pelo regime como “artificial”.

4.2.3 Um partido catch all: a presença de dois trabalhistas nas bancadas federais da ARENA paulista

Outro exemplo desta maior fluidez identificada nas fronteiras político-partidárias em São Paulo é a presença de parlamentares oriundos do antigo PTB nas bancadas arenistas paulistas. Com relação aos antigos membros deste partido, identificam-se três casos de arenistas provenientes de suas fileiras conquistando mandatos na Câmara dos Deputados.

Tabela 10 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, PTB – 1966

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Batista Ramos	Não	16 anos	2	DF (3) e Min
Ceslo Amaral	Não	4 anos	1	DF

Fonte: Abreu, 2001.

Em 1966, na primeira eleição disputada pela ARENA, dois ex-trabalhistas obtiveram êxito em suas candidaturas, assegurando vaga na Câmara dos Deputados. O primeiro deles, Celso Amaral, possui uma trajetória bastante curta, iniciando em 1962 sua carreira já como deputado federal pelo PTB de São Paulo. Aqui, identifica-se mais um caso de recrutamento lateral, uma vez que o parlamentar inicia sua carreira política já como deputado federal do PTB paulista. Mesmo filiando-se à ARENA e reelegendo-se em 1966, Celso Amaral não chega a terminar seu mandato em virtude da cassação do mesmo, em fevereiro de 1969.

Tabela 11 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, PTB – 1970

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Batista Ramos	Não	20 anos	2	DF (4) e Min

Fonte: Abreu, 2001.

Por outro lado, a trajetória de Batista Ramos é caracterizada por um longo tempo de filiação ao partido trabalhista. Após ter tentado, sem sucesso, sua primeira eleição como deputado federal em 1950, Ramos conquista seu primeiro mandato em 1954. Tendo sido líder do seu partido em 1957, Ramos reelege-se, no ano seguinte, como a segunda maior votação do PTB. Nesta legislatura, o parlamentar foi inclusive nomeado Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio do então presidente Juscelino Kubitschek (PSD), ocupando este cargo durante o ano de 1960. Ramos reelege-se novamente em 1962 à Câmara dos Deputados, com a maior votação do partido no estado (43.878 votos).

Mesmo ocupando uma posição de destaque e uma longa trajetória no interior do PTB, após a migração para a ARENA, Batista Ramos é um dos parlamentares mais importantes do partido em São Paulo. Com a instauração do bipartidarismo, Ramos não só filia-se à ARENA como, em outubro de 1966, assume a presidência da Câmara dos Deputados, cargo que ocuparia até fevereiro de 1968. Reelegendo-se em 1966 e 1970, Batista Ramos renuncia a seu mandato em junho de 1973, em virtude da sua nomeação como ministro do Tribunal de Contas da União pelo então presidente Médici, encerrando sua passagem pela Câmara dos Deputados.

O caso dos parlamentares provenientes do antigo PTB é bastante significativo, dado que permite se identificar a viabilidade de candidaturas pela ARENA de políticos até então vinculados a um partido considerado de esquerda em nível nacional. Além disso, permite identificar também a viabilidade destes mesmos parlamentares ocuparem, logo após entrarem no partido governista, posições de destaque não só na Câmara dos Deputados, mas também em postos importantes (como ministérios) do governo federal.

Por fim, a identificação de ex-trabalhistas e ex-emedebistas nas bancadas arenistas eleitas por São Paulo à Câmara dos Deputados permite se ter uma idéia mais

precisa do caráter instrumental do partido, dado que permitia, e até incentivava, candidaturas de novos arenistas com este perfil, desde que, como afirmado anteriormente, fossem “bons de voto” (Melhem, 1998). Nesse contexto, cabia ao governo federal realizar a seleção, através da cassação de parlamentares como Celso Amaral.

4.2.4 A UDN paulista: seu peso nas bancadas arenistas e as relações entre os remanescentes deste partido e os governos militares

Como afirmado anteriormente, a UDN foi o partido que mais deputados federais forneceu à ARENA paulista. A importância deste grupo está no fato de ele ser o maior grupo de parlamentares provenientes de um mesmo partido, representando 23,5% (oito em 34) da bancada arenista eleita em 1966 à Câmara dos Deputados. Contudo, em São Paulo o número de parlamentares provenientes desta organização partidária decresce rapidamente após esta primeira eleição, indicando uma perda de importância dos ex-udenistas (ao menos em suas bancadas federais).

Tabela 12 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, UDN – 1966

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Herbert Levy	Não	21 anos	2	DF (5) e Pres dir Nac
Pereira Lopes	Não	21 anos	4	Ver, Pref, DE e DF (3)
Lauro Cruz	Não	21 anos	2	Ver e DF (4)
Ferraz Egreja	Não	21 anos	3	Pref, DE e DF (2)
Nicolau Tuma	Não	21 anos	2	Ver (2) e DF (2)
Armindo Mastrocola	Não	8 anos	2	Ver e DF
Susumu Hirata	Não	12 anos	2	DE (2) e DF
Israel Novaes	Não	10 anos	2	Sec Est e DE (2)

Fonte: Abreu, 2001.

Com relação aos ex-udenistas eleitos na legenda da ARENA paulista em 1966, cabe salientar que uma das características mais marcantes deste conjunto de parlamentares constitui-se na longa trajetória dentro do partido anterior. Este vínculo estável com o antigo partido pode ser facilmente verificado, pois cinco dos oito ex-udenistas figuram em suas fileiras desde a sua fundação⁸⁹. Desta forma, devido ao perfil dos ex-udenistas (com carreiras marcadas pela estabilidade e longevidade no interior do antigo partido) e ao fato deste mesmo grupo ser o mais numeroso no interior da bancada arenista eleita em 1966, pode-se concluir que, a exemplo do PSD gaúcho, a UDN (juntamente com o PSP) foi a “escola” política mais relevante para os parlamentares arenistas em São Paulo.

Ao contrário do padrão de trajetórias até aqui identificado no caso paulista (rápida ascensão, carreiras curtas, etc), o grupo dos ex-udenistas caracteriza-se por uma longa trajetória no interior desta organização. Este aspecto é facilmente identificado, pois, além destes cinco parlamentares integrarem a UDN paulista desde a sua fundação, os mesmos conquistaram e exerceram cargos eletivos desde 1947. Assim, além de portadores de um longo vínculo com a organização partidária, quando eleitos na legenda da ARENA paulista, estes parlamentares possuíam também uma grande experiência no exercício de cargos eletivos em geral e, em particular, na Câmara dos Deputados.

Um exemplo fiel deste perfil encontra-se na trajetória de Herbert Levy, que, após participar da fundação do partido, torna-se um dos seus principais dirigentes em âmbito nacional. Tendo assumido uma cadeira na Câmara dos Deputados pela primeira vez em 1947 (na eleição anterior, conquistara a segunda suplência), Levy conquista seu segundo mandato em 1950, no qual destaca-se sua oposição sistemática ao governo federal (Getúlio Vargas, PTB). Reeleito em 1954, torna-se, a partir do ano seguinte, vice-líder do seu partido na Câmara dos Deputados e, após a posse de Juscelino Kubitschek (PSD) e João Goulart (PTB), assume também a vice-liderança do Bloco Parlamentar de Oposição da Casa. Após se reeleger novamente, Levy torna-se

⁸⁹ Cabe salientar aqui que Pereira Lopes (vereador e prefeito de São Carlos - SP) e Ferraz Egreja (prefeito de Ipuacu) haviam ocupado cargos políticos ao longo da década de 30. No entanto, apesar de serem considerados “cargo ocupado”, dado que auxiliam para uma mensuração mais precisa da experiência política acumulada por estes parlamentares, o período em que os mesmos ocuparam estes cargos não é considerado tempo de “investimento” na carreira uma vez que não só o partido a que eram filiados mudou, como todo o sistema partidário era outro após o fim do Estado Novo.

presidente do Diretório Nacional de seu partido em 1961. No ano seguinte, o parlamentar conquista seu quinto mandato como deputado federal, mantendo-se na vice-liderança do bloco parlamentar da UDN e do PL na Câmara dos Deputados.

Após ter sido um dos principais articuladores da organização da ARENA em São Paulo, Levy é reeleito deputado federal em 1966. No entanto, licencia-se do cargo para se tornar secretário da Agricultura de seu estado no governo de Abreu Sodré, permanecendo no cargo até janeiro de 1969. Obtendo sempre êxito eleitoral, o parlamentar foi renovando continuamente seu mandato em 1970, em 1974, quando ocupou a vice-presidência da Câmara dos Deputados e exerceu a vice-liderança da ARENA nesta Casa, e em 1978 (seu nono mandato), legislatura na qual ajuda a fundar o PP (Partido Popular), assumindo sua vice-presidência.

No entanto, mesmo entre os ex-udenistas é possível se encontrar casos que corroboram a interpretação da relativa facilidade de transposição das fronteiras partidárias no estado. Israel Novaes é um exemplo: considerado um dos principais integrantes da chamada ala renovadora da ARENA, o parlamentar vota contra o pedido de licença para processar o então deputado emedebista Márcio Moreira Alves. Em virtude deste episódio, Novaes teve seu mandato cassado, sem perder seus direitos políticos, em janeiro do ano seguinte. Depois da cassação, o parlamentar filia-se ao MDB, retornando à Câmara dos Deputados em 1974 (legislatura na qual chega a ocupar a vice-liderança do partido).

Com relação aos três últimos ex-udenistas encontrados na tabela, pode-se observar que os mesmos possuem passagens relativamente rápidas pela Câmara dos Deputados. Assim, em virtude de fracassos eleitorais ou falecimento, estes parlamentares (à exceção, é claro, de Israel Novaes) viram interrompidas suas chances de renovar seus mandatos, caracterizando-se, dessa forma, como parlamentares com pouca experiência na Câmara dos Deputados. Porém, cabe ressaltar que as últimas três trajetórias aqui examinadas não são representativas do conjunto dos ex-udenistas componentes da bancada arenista eleita nas eleições de 1966.

Além desse aspecto, o mais importante para os objetivos desta dissertação é que os três últimos possuem laços relativamente longos com a antiga organização partidária, conferindo, dessa forma, aos ex-udenistas eleitos em 1966 uma posição de destaque no conjunto da bancada, dado que, além de formarem o grupo mais numeroso proveniente de um mesmo partido político, os mesmos, ao se caracterizam por longas trajetórias dentro de uma mesma organização partidária, podem ser considerados o principal grupo dentro da bancada arenista. Esta homogeneidade nas trajetórias dos ex-udenistas pode ser tomada como o principal aspecto que contribui para um aumento do grau de coesão da bancada arenista eleita à Câmara dos Deputados em 1966.

Tabela 13 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, UDN – 1970

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Herbert Levy	Não	25 anos	2	DF (6) e Pres Dir Nac
Pereira Lopes	Não	25 anos	4	Ver, Pref, DE e DF (4)
Susumo Hirata	Não	16 anos	2	DE (2) e DF (2)
Mário Teles	2	16 anos	1	DE (3)

Fonte: Abreu, 2001.

Com relação à bancada eleita na segunda legislatura aqui analisada, o aspecto que mais chama a atenção em relação aos ex-udenistas constitui-se na acentuada redução do número destes parlamentares. Este fenômeno é, ao menos em parte, explicado pela desistência de Israel Novaes, Nicolau Tuma e Lauro Cruz em renovar seus mandatos. Já entre os que se candidataram na tentativa de renová-lo, Ferraz Egreja e Armindo Mastrocola não obtiveram êxito, conquistando apenas a décima primeira e a quinta suplência, respectivamente.

Não obstante o fracasso eleitoral destes parlamentares, outros três ex-udenistas (Pereira Lopes, Susumu Hirata e Herbert Levy) obtiveram êxito na manutenção de seus mandatos. Assim, apesar de reduzidos à metade, os ex-udenistas eleitos em 1970 podem ser caracterizados por possuírem uma experiência legislativa ainda maior que a do grupo eleito na legislatura anterior.

Examinando-se conjuntamente as trajetórias destes ex-udenistas, pode-se observar que os mesmos caracterizam-se novamente não só pela experiência legislativa, mas também por trajetórias marcadas pela existência de fortes vínculos com o antigo partido, mensurados a partir do longo tempo de filiação destes parlamentares à UDN paulista. A única trajetória que vai de encontro a este perfil é a de Mário Teles, que, além de exercer nesta legislatura seu primeiro e único mandato como deputado federal (ao contrário dos outros três), filia-se na UDN somente depois de já ter sido eleito pela primeira vez deputado estadual, possuindo, no máximo, sete anos como membro deste partido.

Tabela 14 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, UDN – 1974

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Herbert Levy	Não	29 anos	2	DF (7) e Pres. dir. Nac.
Ferraz Egreja	Não	29 anos	3	Pref, DE e DF (3)

Fonte: Abreu, 2001.

Confirmando a tendência a uma regular diminuição em seu número de membros, o grupo dos ex-udenistas eleitos em 1974 é novamente reduzido à metade. Além de marcar a manutenção da presença de Herbert Levy, que conquista pela oitava vez consecutiva um mandato na Câmara dos Deputados, a bancada arenista eleita em 1978 marca o retorno de outro ex-deputado federal, Ferraz Egreja.

O número de ex-udenistas que passaram pelas bancadas arenistas, bem como o exame de suas trajetórias, permite identificar casos que ilustram a significativa instabilidade das carreiras políticas dos arenistas paulistas. Um exemplo desta dinâmica constitui-se na trajetória política de Ferraz Egreja, que, após terminar o seu mandato como deputado estadual (1947-51) por São Paulo, elege-se deputado federal em 1950. Após cumprir dois mandatos consecutivos (foi reeleito em 1954), o parlamentar deixa a Câmara dos Deputados em 1959, uma vez que não obteve êxito na tentativa de conquistar o seu terceiro mandato. Em 1962, em mais uma tentativa frustrada, Egreja conquista novamente apenas uma suplência, chegando, no entanto, a ocupar uma cadeira de maio a novembro de 1963 e a partir de abril de 1964.

Filiando-se à ARENA paulista, Egreja elege-se novamente deputado federal, na primeira bancada arenista. Após mais uma tentativa frustrada em 1970, quando alcançou apenas a 11^a suplência, o parlamentar conquista, em 1974, o seu último mandato de deputado federal, deixando a Câmara dos Deputados em janeiro de 1979.

Tabela 15 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, UDN – 1978

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Herbert Levy	Não	33 anos	2	DF (8) e Pres Dir Nac

Fonte: Abreu, 2001.

Por fim, na última legislatura aqui examinada, confirmaram-se novamente as tendências anteriormente identificadas, uma vez que apenas um ex-udenista obtém êxito na manutenção de seu mandato: Herbert Levy. Sendo um dos mais experientes deputados federais do partido, Herbert Levy é um dos poucos parlamentares arenistas caracterizados por possuir uma carreira marcada pelo exercício contínuo de cargos políticos ao longo de todo o regime multipartidário (1945-1964) e do regime bipartidário, no Brasil, constituindo-se em uma exceção entre seus colegas de partido e de bancada.

As trajetórias dos antigos udenistas aliadas ao peso dos mesmos na primeira bancada eleita já sob o sistema bipartidário indicam que, além da presença de numerosos parlamentares com carreiras curtas, de rápida ascensão e com casos de migrações partidárias (inclusive do MDB para a ARENA), existia no interior das bancadas arenistas paulistas um grupo de parlamentares caracterizados, ao contrário, por carreiras longas numa mesma organização partidária. Este fato, aliado à grande experiência com que a maioria dos ex-udenistas contava quando eleita sob a legenda arenista, indica a existência de um padrão de carreira diferenciado em relação ao padrão identificado com base no exame das trajetórias dos demais deputados federais arenistas. Contudo, o padrão de carreiras identificado entre os remanescentes da UDN não é suficiente para permitir qualificar o antigo partido como “a” escola política da ARENA paulista (no Rio Grande do Sul e na Bahia sim se pode classificar o PSD e a UDN, respectivamente, como as principais escolas políticas das ARENAs gaúcha e baiana).

4.2.5 Trajetórias heterogêneas e peso reduzido nas bancadas arenistas: os remanescentes do PSD e do PTN na ARENA paulista

Com relação ao último dos três principais partidos políticos existentes no período multipartidário a nível nacional, é significativo o reduzido peso que os parlamentares provenientes do antigo PSD exerceram no conjunto das bancadas arenistas paulistas. Em 1966, apenas quatro, em uma bancada formada por 34 parlamentares, provinham diretamente de suas fileiras. Nas eleições subseqüentes, este aspecto torna-se ainda mais evidente em virtude da inexistência de parlamentares oriundos deste partido nas bancadas federais da ARENA paulista.

Tabela 16 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, PSD – 1966

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Cunha Bueno	Não	21 anos	3	DE, Sec Est e DF (2)
Feliciano da Silva	Não	21 anos	4	Ver (2), DE, Pref e DF (4)
Yukishigue Tamura	2	19 anos	3	Ver, DE e DF (3)
Nazir Miguel	Não	8 anos	1	Ver (2)

Fonte: Abreu, 2001.

Analisando as carreiras políticas dos ex-pessedistas eleitos pela ARENA paulista à Câmara dos Deputados, observa-se que este grupo possui trajetórias heterogêneas. As duas primeiras são marcadas, a exemplo dos ex-udenistas, pela existência de fortes vínculos entre estes parlamentares e o partido, dado que os mesmos foram membros do PSD desde sua fundação até sua extinção, em 1965. Por outro lado, a trajetória de Yukishigue Tamura é marcada por uma recorrente migração partidária, pois o parlamentar, antes de ingressar na ARENA, já havia passado por três partidos no regime partidário anterior. Finalmente, o último ex-pessedista possui, ao contrário dos três primeiros que iniciaram suas carreiras no máximo até 1948, uma trajetória bem mais curta, iniciada em 1959.

A instabilidade da carreira política de Yukishigue Tamura culmina com a cassação do seu mandato em 1969. O parlamentar inicia a sua carreira na primeira eleição municipal após o Estado Novo, elegendo-se vereador na capital do estado em 1947, na legenda do PDC, primeiro partido político ao qual foi filiado. Depois de conquistar seu primeiro mandato de deputado estadual, Tamura, líder do seu partido na Assembléia Legislativa, migra para o PSP, partido a que estava filiado o governador paulista Lucas Garcez (1951-1955), seu amigo e correligionário. É basicamente em função dessa amizade que Tamura troca novamente de partido, como consta em seu repertório biográfico “*A exemplo do governador Lucas Garcez, ao qual permaneceu solidário, [Tamura] rompeu com o PSP em outubro de 1953, para ingressar no ano seguinte no PSD*” (Abreu, 2001; 5647). Como se pode observar, Tamura não chega a completar um ano no PSP paulista.

No PSD, Tamura elege-se deputado federal em 1954, tornando-se o primeiro deputado nissei na Câmara dos Deputados. O parlamentar reelege-se nos pleitos de 1958, 1962 e 1966, constituindo-se, assim como Cunha Bueno e Feliciano da Silva, em um dos deputados mais experientes da ARENA paulista. Em virtude do seu voto contra o pedido de licença feito à Câmara para que o deputado Márcio Moreira Alves fosse processado, Tamura, assim como seu antigo colega de bancada e de partido, Cunha Bueno, teve seu mandato cassado pelo AI-5 em janeiro de 1969.

Ainda com relação às trajetórias dos quatro ex-pessedistas eleitos em 1966, pode-se identificar, na cassação dos dois parlamentares, no fracasso eleitoral do terceiro e na desistência em buscar a reeleição do quarto, as causas da inexistência de parlamentares oriundos do antigo PSD nas legislaturas posteriores. No entanto, devido à importância deste partido, que no momento da criação do sistema bipartidário possuía 10 deputados federais no estado (cinco dos quais ajudaram a formar a ARENA paulista), a inexistência de parlamentares arenistas pertencentes a esta organização partidária mereceria um estudo a parte, que buscasse identificar as causas da ausência de remanescentes deste partido a partir de 1970, nas bancadas arenistas eleitas à Câmara dos Deputados. Uma hipótese plausível é que, devido à migração em massa dos ex-udenistas e dos ex-pessepistas à ARENA em São Paulo, os ex-pessedistas tenham

ocupado o espaço reservado ao partido opositor no estado. Melhem (1998) sustenta tal hipótese ao apontar a importância deste grupo na formação do MDB paulista.

Já com relação ao PTN (Partido Trabalhista Nacional), identifica-se a presença de um número relativamente significativo de ex-membros desta organização no conjunto das bancadas arenistas nas duas primeiras legislaturas examinadas. Esta influência não se verifica em 1974 e 1978, quando nenhum parlamentar anteriormente pertencente a este partido obteve êxito em eleições para a Câmara dos Deputados pela legenda arenista.

Tabela 17 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, PTN – 1966

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Paulo Abreu	1	16 anos	3	DF e Sup Sen ⁹⁰
Hamilton Prado	1	12 anos	4	DF (3)
Almeida Barbosa	2	16 anos	1	DE (3)

Fonte: Abreu, 2001.

Com relação aos remanescentes do PTN paulista, o aspecto que mais chama a atenção em suas trajetórias é que os três foram, em algum momento de suas carreiras, filiados a alguma outra organização partidária. Este aspecto indica a existência de um trânsito acentuado de alguns dos principais quadros petenistas, contribuindo para uma diminuição no grau de coesão entre os remanescentes desta antiga organização, uma vez que, pode-se supor, os mesmos não compartilharam de uma socialização comum dentro do partido.

Apesar de possuírem carreiras políticas já consolidadas por no mínimo 12 anos em cargos eletivos (deputado federal em sua maioria) quando do ingresso na primeira bancada arenista eleita em 1966 à Câmara dos Deputados, os remanescentes do PTN caracterizam-se pela maior incidência de migração partidária no período democrático anterior.

⁹⁰ Sup Sen: suplência no Senado. Paulo Abreu foi eleito pelo PTN suplente do senador Paulo Auro de Moura Andrade e exerceu o mandato por alguns meses em 1954, 1955 e 1959.

A trajetória de Rui de Almeida Barbosa é emblemática nesse sentido: o parlamentar inicia a sua carreira política em 1950, ao eleger-se deputado estadual pelo PTN, legislatura na qual ocupou a vice-presidência da Assembléia Legislativa. Tendo migrado para o PTB, Almeida Barbosa reelege-se, em 1954, ao legislativo estadual, tornando-se líder da bancada de seu (novo) partido e conquistando, inclusive, a presidência da Casa. De volta ao PTN, o parlamentar reelege-se nos pleitos de 1958 e de 1962. Filiado desde 1965 à ARENA, o então deputado estadual conquista, em 1966, seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados. Reelegendo-se para seu segundo e último mandato na Casa, Barbosa Almeida encerra seu mandato, deixando a Casa em janeiro de 1975.

Tabela 18 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, PTN – 1970

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Paulo Abreu	1	16 anos	3	DF e Sup Sen
Almeida Barbosa	2	20 anos	2	DE (3) e DF
Aldo Lupo	Não	23 anos	1	Sec Mun

Fonte: Abreu, 2001.

No que diz respeito à bancada eleita em 1970, além de Almeida Barbosa e de Paulo Abreu, Aldo Lupo, em seu único mandato, completa o grupo dos remanescentes do PTN. Tendo iniciado sua carreira como secretário municipal (período não informado) da prefeitura de São Paulo, Aldo Lupo candidata-se, pela primeira vez, a um mandato eletivo em 1950, conquistando uma suplência na Assembléia Legislativa do estado. Após assumir esporadicamente uma cadeira no legislativo estadual, Aldo Lupo passa por uma grande fase de ostracismo político, voltando a disputar eleições somente em 1970, já na legenda arenista, quando se elege deputado federal por este partido. Deve-se observar que o “investimento” realizado por Aldo Lupo deve ser analisado com cautela, uma vez que o fato de ele ter-se afastado por 15 anos pode significar que neste período o parlamentar não esteve diretamente vinculado a algum partido político. A falta de informações em seu repertório biográfico sobre as causas e o grau de afastamento em relação ao partido impede uma análise mais precisa deste aspecto.

Segundo seu repertório biográfico, Aldo Lupo renuncia, em agosto de 1974, a seu mandato por discordar do lançamento do seu nome como candidato suplente do partido ao Senado Federal. De acordo com suas próprias palavras, o parlamentar teria renunciado por: “[...] *não ter tido condições de opor-se à decisão de seu partido em São Paulo de lançá-lo como candidato a suplente na chapa do senado*” (Abreu, 2001; 3.340).

Apesar de contar com um número significativo de deputados federais por este estado ao longo do período multipartidário anterior (na última legislatura, eleita em 1962, o partido contava com 10 parlamentares), a presença de remanescentes do PTN é bastante discreta nas bancadas arenistas paulistas. Assim como em relação aos remanescentes do PSD, uma explicação plausível é a hipótese de que parte significativa dos antigos filiados ao partido tenham migrado para o partido oposicionista ou tenham encontrado neste um espaço maior de atuação. Por fim, observa-se que, assim como o perfil identificado nos ex-pessedistas, os remanescentes do PTN possuíam trajetórias significativamente heterogêneas, o que ajuda a diminuir a coesão entre os remanescentes deste partido.

4.2.6 O PSP paulista: força eleitoral e marginalização política

Da mesma forma com que se verificou no caso do PSD, com relação ao PSP constata-se que o número de parlamentares arenistas oriundos desse partido não corresponde à importância política exercida pelo partido no período anterior. Neste caso, porém, o paradoxo é ainda maior, pois, na instauração do sistema bipartidário, por orientação do seu maior líder, Ademar de Barros, a maior parte dos pessepistas migrou para o novo partido governista. Este aspecto se reflete no ingresso de todos os oito deputados federais pessepistas na legenda arenista em 1965. Isto é, o partido, ou pelo menos sua bancada federal, migra em peso para a nova máquina governista, migração esta que não se refletiu em uma igual representação nas bancadas federais arenistas.

Tabela 19 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, PSP – 1966

Deputado	Migração	“Investimento”	Nºcargos	Cargos anteriores
Cantídio Sampaio	Não	19 anos	5	Ver (2), DE, V Pref, DF e Sec Est
Broca Filho	Não	19 anos	3	Pref, DE e DF (2)
Ítalo Fittipaldi	Não	12 anos	2	Ver (2) e Séc Mun
Hary Normanton	1	8 anos	1	DF (2)

Fonte: Abreu, 2001.

Analisando-se tais trajetórias, pode-se observar que os ex-pessepistas eleitos pela ARENA paulista em 1966 eram caracterizados por uma expressiva experiência, identificada no número de cargos eletivos ocupados através deste partido ao longo do período multipartidário. Além deste aspecto, à exceção de Hary Normanton⁹¹, os demais parlamentares possuíam longas e estáveis carreiras dentro do PSP paulista.

Um dos parlamentares mais experientes era Cantídio Sampaio, que inicia sua carreira política logo após o fim do Estado Novo, tornando-se vereador em São Paulo em 1947, mandato que foi renovado em outubro de 1951. Após este período, tendo exercido seu único mandato como deputado estadual (1955-1961), Sampaio elege-se, em 1957, vice-prefeito da capital paulista na chapa encabeçada por Ademar de Barros. Finalmente, em 1962, Sampaio conquista pela primeira vez um mandato de deputado federal. Após apoiar o movimento militar que depôs o então presidente João Goulart, Sampaio assume, em setembro de 1964, a Secretaria de Segurança de São Paulo por designação do então governador Ademar de Barros (1963 – 1966).

Com a instauração do bipartidarismo, o parlamentar, seguindo a orientação do agora ex-governador Ademar de Barros, filia-se ao partido governista. Um aspecto que merece ser ressaltado é que, após se filiarem a esta organização, os ex-pessepistas passam a se sentir marginalizados dentro da ARENA. Em um dos polêmicos depoimentos dados por Cantídio Sampaio, o parlamentar explicita, de forma bastante clara, a explicação dos ex-pessepistas para a ocorrência deste fenômeno. Este sentimento teria sua origem na postura do governo federal, que estaria privilegiando os

⁹¹ Hary Normanton foi outro arenista paulista que teve o seu mandato cassado pelos militares em janeiro de 1969.

ex-udenistas em detrimento aos políticos do antigo PSP. Este depoimento se constitui em um exemplo nítido tanto das rivalidades que foram transpostas para o interior da ARENA como da disputa de poder que passa a ocorrer entre membros remanescentes dos diferentes partidos dentro da nova organização partidária.

“A revolução durante muito tempo foi uma revolução udenista, o Castelo dava todo o apoio à UDN. Nós outros, que entramos servimos como massa de manobra, mas na verdade a revolução foi da UDN. Os líderes udenistas todos aproveitados e nós todos, de certa forma, na vala comum: nós éramos os figurantes e eles os astros principais”(Abreu, 2001; 5.216) grifo nosso.

Apesar desta alegada marginalização, Sampaio reelege-se em 1966 e em 1970, atuando inclusive como vice-líder do governo a partir de maio de 1968. Apesar de ter conquistado apenas uma suplência nas eleições de 1974, Sampaio assume novamente uma cadeira, ocupando a vice-liderança do seu partido a partir de 1975. Reeleito mais uma vez em 1978, o parlamentar torna-se novamente vice-líder do governo a partir de fevereiro de 1979. Com a redemocratização, Cantídio Sampaio filia-se ao PDS e, em fevereiro de 1981, torna-se líder deste partido na Câmara dos Deputados, em substituição a Nelson Marchezan, que assumiria a presidência da Casa no mês seguinte.

Tabela 20 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, PSP – 1970

Deputado	Migração	“Investimento”	Nºcargos	Cargos anteriores
Cantídio Sampaio	Não	23 anos	5	Ver(2),DE,V Pref, DF(2) e Sec Est
Silvio Lopes	Não	23 anos	4	Ver (2), Pref (2), DE e Sec Est
Ítalo Fittipaldi	Não	16 anos	3	Ver (2), Sec Mun e DF

Fonte: Abreu, 2001.

Em 1970, apenas Ítalo Fittipaldi, Sílvio Lopes e Cantídio Sampaio conquistam uma vaga na Câmara dos Deputados pela legenda arenista. Apesar de serem apenas três ex-pessepistas, suas carreiras corroboram a força do antigo partido e a sua caracterização como o partido político mais bem estruturado no estado ao longo do período democrático anterior, indicando um grau significativo de homogeneidade entre seus quadros.

Tendo atuado durante 12 anos no antigo PSP, Ítalo Fittipaldi iniciou sua carreira política elegendo-se vereador na capital paulista em 1954, mandato que foi renovado em 1958. Ao longo deste período, Fittipaldi ocupou a Secretaria Municipal de Educação e Cultura durante a gestão de Ademar de Barros (1955-1959). Em 1962, Fittipaldi candidata-se pela primeira vez à Câmara dos Deputados, conquistando apenas uma suplência. Após se filiar à ARENA, conquista o seu primeiro mandato de deputado federal em 1966. Depois de se reeleger em 1970, o parlamentar tenta, sem êxito, a conquista de mais um mandato no pleito de 1974, deixando a Câmara dos Deputados no ano seguinte.

Tabela 21 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, PSP – 1974

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Blota Júnior	1	20 anos	5	DE (3) e Séc Est

Fonte: Abreu, 2001.

Já na bancada eleita em 1974, o fracasso eleitoral dos três parlamentares (que conquistaram apenas uma suplência) contribuiu para que a bancada eleita em 1974 fosse composta por apenas um ex-pessepista: Blota Júnior. Filiado ao antigo PSB, em 1954, Blota Júnior deixa o partido, descontente com o apoio dado pelos socialistas à Jânio Quadros, filiando-se ao PSP. Elegendo-se em 1954, deputado estadual pela primeira vez já na nova legenda, Blota Júnior ocupa a vice-liderança do seu partido e da minoria na Assembléia Legislativa do estado. Não tendo se candidatado em 1958, Blota Júnior reelege-se deputado estadual em 1962, ainda pelo PSP. Durante esta legislatura, o parlamentar foi o idealizador e primeiro titular da Secretaria dos Negócios do Turismo de São Paulo (1965-1966), no governo de Ademar de Barros.

Após ter sido um dos principais articuladores da candidatura Abreu Sodré ao governo estadual, Blota Júnior reelege-se, pela terceira vez, deputado estadual pela ARENA paulista em 1966. Entre 1969 e 1970, Blota Júnior foi, por designação do então governador Abreu Sodré, escolhido líder da ARENA e do governo na Assembléia Legislativa do estado.

Não participando das eleições em 1970, Bloota Júnior retorna à atividade pública em 1974, elegendo-se deputado federal. Apesar de ser estreante na Câmara dos Deputados, o parlamentar atua durante esta legislatura como vice-líder da ARENA e do Governo do general Geisel (1974 - 1979). Não concorrendo à reeleição em 1978, Blota Júnior deixa a Câmara em janeiro do ano seguinte.

Tabela 22 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, PSP – 1978

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Cantídio Sampaio	Não	31 anos	5	Ver(2), DE, V Pref, DF(3) e Sec Est
Sílvio Lopes	Não	31 anos	5	Ver(2), Pref(2), DE, Sec Est e DF
Rui Silva	Não	12 anos	3	Pref, DE (3) e Sec Est

Fonte: Abreu, 2001.

Finalmente, na última legislatura examinada verifica-se novamente a presença de três remanescentes do antigo PSP. Além dos “veteranos” Cantídio Sampaio e Sílvio Lopes, que retornam à Câmara dos Deputados, Rui Silva elege-se pela ARENA paulista à Câmara dos Deputados. Sílvio Lopes, filiado ao PSP desde a sua fundação, inicia sua carreira política como vereador no município de Santos por duas vezes consecutivas (1947-1955). Após conquistar e exercer a prefeitura deste município (1958-1961), Sílvio Lopes conquista o seu primeiro mandato de deputado estadual em 1962. No ano seguinte, o parlamentar licencia-se da Assembléia para assumir a Secretaria Estadual de Viação e Obras Públicas no governo do líder do seu partido Ademar de Barros. Antes de se filiar à ARENA, o parlamentar conquista pela segunda vez a prefeitura de Santos, de onde se licencia em 1969 para concorrer pela primeira vez à Câmara dos Deputados, para a qual se elegeu em 1970 e 1978. Com a extinção dos partidos políticos, o parlamentar filia-se ao PDS, partido pelo qual ocupou a Secretaria Estadual de Obras e Meio Ambiente durante o governo de Paulo Maluf.

Com relação à análise das trajetórias dos remanescentes do PSP e do seu peso no interior das bancadas federais eleitas pela legenda governista em São Paulo, pode-se observar que a marginalização sofrida pelos ex-pessepistas dentro da ARENA paulista reflete-se na presença de poucos remanescentes deste partido na Câmara dos Deputados. Por outro lado, a aproximação entre Maluf e os pessepistas (corporizada no acordo entre

Maluf e Ademar de Barros Filho e no apoio maciço dos remanescentes do PSP ao candidato dissidente) garantiu aos ex-pessepistas o acesso ao governo estadual com a vitória de Paulo Maluf em 1978.

Comparando o peso dos remanescentes da UDN e PSP, observa-se que em ambos os partidos ocorre uma redução constante e significativa de seus membros nas bancadas federais arenistas. Tal constatação demonstra que, mesmo tendo sido beneficiados pelo governo federal, os ex-udenistas também tiveram dificuldades na manutenção de seus espaços no interior do partido ou, ao menos, em suas bancadas federais.

4.2.7 Os remanescentes do PDC paulista: carreiras instáveis e vínculos precários com o partido

Finalmente, o último grupo de parlamentares arenistas remanescentes de uma organização partidária existente anteriormente a ter suas trajetórias examinadas constitui-se no remanescente do PDC. Assim como no caso dos remanescentes do PTN, em 1966, três arenistas anteriormente filiados ao PDC elege-se à Câmara dos Deputados: Aniz Badra, Roberto Cardoso Alves e José Henrique Turner.

Tabela 23 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, PDC – 1966

Deputado	Migração	“Investimento”	Nºcargos	Cargos anteriores
Aniz Badra	Não	19 anos	2	Ver (3) e DF
Henrique Turner	1	8 anos	1	DF (2)
Cardoso Alves	Não	8 anos	1	DE (2)

Fonte: Abreu, 2001.

Integração horizontal e experiência legislativa: estas são as principais características dos remanescentes do PDC eleitos em 1966 pela ARENA paulista à Câmara dos Deputados. O fato de Henrique Turner e Cardoso Alves terem iniciado suas

carreiras políticas já como deputado federal e estadual, respectivamente, é ilustrativo deste perfil encontrado na maioria dos parlamentares arenistas paulistas.

A exceção aqui fica por conta da presença de Aniz Badra. Com o fim do Estado Novo, Badra elege-se vereador por três vezes consecutivas (1947, 1952 e 1956) em Marília (SP). No exercício destes mandatos, o parlamentar foi, durante 10 anos, presidente do legislativo municipal. No pleito de outubro de 1958, o então vereador candidata-se a deputado federal, pelo PDC paulista, conquistando a primeira suplência em seu partido. Tendo exercido o mandato na maior parte desta legislatura, Badra destaca-se na Câmara dos Deputados como um dos maiores líderes do municipalismo. Reeleito em 1962, o parlamentar foi escolhido para ocupar, em maio de 1963, a terceira-secretaria da Câmara dos Deputados. Por fim, já na legenda arenista, Badra conquista seu terceiro mandato em 1966, legislatura em que ocupou a vice-liderança de seu partido na Casa. Após ter sido reeleito em 1970 para o seu último mandato, o parlamentar deixa a Câmara dos Deputados em janeiro de 1975.

Tabela 24 – Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, PDC – 1970

Deputado	Migração	“Investimento”	Nºcargos	Cargos anteriores
Aniz Badra	Não	23 anos	2	Ver (3) e DF (2)
Henrique Turner	1	12 anos	2	DE (2) e DF

Fonte: Abreu, 2001.

Na bancada eleita em 1970, o grupo dos remanescentes do PDC mantém-se praticamente o mesmo, à exceção da ausência de Roberto Cardoso Alves (cassado). Dessa forma, pode-se observar que o grupo de ex-pedecistas era formado por apenas dois parlamentares, Aniz Badra e Henrique Turner.

Iniciando sua carreira política em 1958, quando se elegeu, pelo PSB, deputado federal por São Paulo, após ocupar a vice-liderança de seu partido na Câmara dos Deputados, Henrique Turner migra para o PDC. Em sua nova legenda, reelege-se em 1962, vindo a ocupar a vice-liderança do seu novo partido. Conquistando seu terceiro e quarto mandatos em 1966 e 1970, Turner licencia-se, em fevereiro de 1967, para assumir a Secretaria Extraordinária para Assuntos da Casa Civil do governo de São

Paulo, no governo Abreu Sodré (1967-1971). Após um intervalo de quatro anos (o parlamentar não obteve êxito na reeleição em 1974), Turner volta à Câmara dos Deputados em 1979. Tendo se filiado à legenda do PDS, Henrique Turner deixa a Câmara ainda em 1983, encerrando sua carreira política.

Devido à desistência de Aniz Badra em concorrer e ao fracasso eleitoral de Henrique Turner em se reeleger, em 1974 não foi encontrado na bancada arenista de São Paulo nenhum ex-pedecista. Por fim, em 1978, com a volta de Henrique Turner, a ARENA passa, novamente, a ter em sua bancada um membro desta antiga organização partidária.

Tabela 25–Trajetória política dos deputados arenistas paulistas, PDC– 1978

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Henrique Turner	1	16	2	DE (2) e DF (2)

Fonte: Abreu, 2001.

Com poucos ex-filiados figurando entre os deputados federais da ARENA paulista e com carreiras marcadas pela instabilidade e pouco tempo de filiação ao partido (à exceção de Aniz Badra), os remanescentes do PDC possuem um perfil muito semelhante ao dos ex-pessedistas e ex-petenistas analisados anteriormente, o que contribui ainda mais para um aumento da heterogeneidade identificada entre os deputados federais arenistas eleitos pelo estado de São Paulo.

4.2.8 O perfil dos deputados federais eleitos pela ARENA paulista

Analisando-se as trajetórias dos parlamentares eleitos pela ARENA paulista à Câmara dos Deputados⁹², uma das características mais importantes que pode ser

⁹² Com relação aos arenistas remanescentes dos demais partidos políticos existentes no sistema partidário anterior, cabe ressaltar ainda a presença de Pedro Carolo, do antigo PST (Partido Social Trabalhista), eleito em 1970 – 1º mandato na Câmara – 1974 e 1978; Diogo Nomura (1970 – 1º mandato na Câmara – 1974 e 1978) e Salvador Julianelli (1974 – 1º mandato – e 1978) ambos remanescentes do

destacada com relação à origem partidária dos mesmos diz respeito ao número de deputados sem vinculação partidária anterior, ou seja, ao peso dos puros em cada uma das quatro legislaturas analisadas. Ao contrário do observado no Rio Grande do Sul, o êxito de candidaturas de políticos exclusivamente arenistas é um traço marcante do partido em São Paulo desde a sua primeira eleição. Comprovando esse fato, na primeira eleição já é possível notar a presença dos puros, os quais representam, nas três legislaturas seguintes, no mínimo cerca de um terço da bancada arenista paulista na Câmara dos Deputados.

Indo de encontro a este perfil, os grupos formados pelos parlamentares remanescentes da UDN e do PSP são caracterizados por possuírem trajetórias marcadas pela longevidade e estabilidade em seus respectivos partidos. Representantes dos dois maiores grupos dentro das bancadas arenistas paulistas (assim como em todo o partido no estado), os remanescentes destes partidos são os representantes da mais profunda clivagem identificada no interior do partido governista no estado de São Paulo.

E é justamente o fato dos ex-udenistas e ex-pessepistas representarem os únicos grupos em que se identificou o predomínio de trajetórias caracterizadas por um maior tempo de vinculação aos antigos partidos, aliado à histórica rivalidade entre ambos (adversários políticos durante praticamente todo o período multipartidário, 1945-1965), que dificultam a formação de um partido mais homogêneo e unificado, como era o propósito dos militares.

Bancadas federais formadas por representantes de praticamente todas as cores partidárias existentes no período multipartidário anterior, com parlamentares que se caracterizam, majoritariamente, por possuírem carreiras marcadas pela rápida ascensão aos principais postos de comando (manifestado na significativa presença dos puros) e pela alta rotatividade. Este é, em linhas gerais, o perfil dos deputados federais arenistas eleitos em São Paulo.

PR (Partido Republicano); Ortis Monteiro, em 1966 – 5º mandato – e Antônio Marimoto, em 1978, – 1º mandato – provenientes do PRT (Partido Renovador Trabalhista); M. Kertzmann, do MTR e, por fim Plínio Salgado, eleito em 1966 – 3º mandato – e 1970 do antigo PRP (Partido de Representação Popular), partido no qual foi presidente durante todo o período de vigência do multipartidarismo.

4.3 A herança arenista: heterogeneidade e divisão interna possibilitando a emergência de uma liderança dissidente em relação ao governo federal

Com relação ao estado de São Paulo, uma das principais tendências identificadas ao se analisar os resultados eleitorais das duas primeiras eleições para a Câmara dos Deputados é o retorno do fenômeno da fragmentação partidária, própria do sistema partidário paulista no período multipartidário anterior. Ainda que identificada de forma discreta, a eleição de 1986 representa os primeiros indícios do retorno da fragmentação (que pode ser claramente identificada nas eleições subseqüentes) da bancada paulista tanto na Câmara dos Deputados como na Assembléia Legislativa do estado⁹³.

Tabela 26 – Representação partidária na Câmara dos Deputados, SP – 1982 e 1986

Partidos	1982	1986
PDS	26,6 (16)	6,6 (4)
PTB	13,3 (8)	15 (9)
PFL	-----	10 (6)
PSC	-----	1,6 (1)
PDC	-----	1,6 (1)
PL	-----	1,6 (1)
PMDB	50 (30)	46 (28)
PDT	-----	3,3 (2)
PT	10 (6)	13,3 (8)
TOTAL	99,9 (60)	99 (60)

Fonte: Figueiredo e Jorge, 1997.

Visível já na segunda eleição (na primeira foram quatro os partidos que alcançaram pelo menos uma cadeira na Câmara dos Deputados; em 1986, este número chega a 10), esta tendência a uma maior fragmentação partidária representaria, segundo Figueiredo e Jorge (1997), a volta do sistema partidário paulista ao seu leito normal,

⁹³ Para uma análise dos efeitos da fragmentação do sistema partidário brasileiro na Nova República, ver Nicolau, 1996.

dado que esta mesma característica foi também identificada no período multipartidário de 1945-1965. Com relação aos resultados da presente pesquisa, pode-se supor que o retorno deste mesmo padrão após a extinção do bipartidarismo tem como uma de suas principais causas suas divisões internas, provocadas pela significativa heterogeneidade dos quadros partidários encontrados no interior da ARENA paulista. Esta se constitui em uma das causas da inviabilidade, em São Paulo, da manutenção do partido do regime em uma única organização partidária após o fim do bipartidarismo, sendo que parte destas defecções acabam sendo para o PMDB, principalmente após a eleição do peemedebista Franco Montoro ao governo estadual.⁹⁴

Com relação às primeiras eleições realizadas para a Câmara dos Deputados após o retorno do multipartidarismo, observa-se que o PMDB mantém-se como o partido com a maior bancada em São Paulo, conquistando metade das cadeiras deste estado na Câmara dos Deputados. Seguindo, desde 1974, o movimento de declínio no número de cadeiras conquistadas, o PDS ainda assim figura como a segunda maior bancada. As novidades na representação paulista ficam por conta das expressivas bancadas eleitas pelo PTB e pelo PT no primeiro pleito disputado por estes partidos para a Câmara dos Deputados.

Na eleição ao governo estadual, os principais candidatos em disputa são ainda os representantes dos partidos remanescentes do bipartidarismo. Essa disputa foi vencida pelo candidato peemedebista Franco Montoro, que derrotou Reinaldo de Barros do PDS, segundo colocado, e Jânio Quadros, candidato pelo PTB. Para o Senado Federal, o candidato peemedebista, Severo Gomes, também derrotou o candidato do PDS, Ademar de Barros Filho. Assim, ainda sob influência da dinâmica bipartidária e beneficiado pela perspectiva de vitória (Melhem, 1998), o PMDB é, sem dúvida, o grande vencedor das eleições de 1982 em São Paulo.

Em 1986, o quadro modifica-se significativamente. Mesmo com os dividendos eleitorais que o plano de estabilização econômica do governo federal (Plano Cruzado) trouxe ao PMDB a representação do partido na Câmara dos Deputados sofre uma

⁹⁴ De acordo com Melhem (1998), o fluxo de arenistas que migram para o PMDB continua ao longo dos anos 80, quando o partido passa a ter acesso aos governos estadual e federal.

pequena redução (6,6% na Câmara dos Deputados e 11,9% na Assembléia Legislativa do estado).

No entanto, ainda mais significativo para um aumento da fragmentação partidária é o vertiginoso declínio observado no desempenho eleitoral do PDS, que perde 12 das 16 cadeiras que havia conquistado em 1982. Concomitantemente à redução das bancadas dos partidos remanescentes do regime anterior, observa-se a ascensão do PT, do PTB (que registram um aumento discreto em relação a eleição anterior) e do PFL. Além destes três partidos, PDT, PSC, PL e PDC surgem conquistando suas primeiras cadeiras na Câmara dos Deputados pela bancada paulista. Analisando-se os resultados eleitorais, confirma-se que a fracionalização partidária (tanto na Câmara dos Deputados como na Assembléia Legislativa) volta a ser um dos principais traços da dinâmica partidária paulista.⁹⁵

No que tange ao PFL paulista, cabe ressaltar que várias das lideranças pedessistas migram para este partido quando da sua fundação. Somente a título de exemplo, pode-se citar os ex-governadores Laudo Natel e Abreu Sodré, o ex-prefeito de São Paulo (1975-1979) Olávo Setúbal e os ex-deputados federais e secretários estaduais de governo Maluly Neto e Alcides Franciscato, entre outros. O fato de lideranças expressivas do PDS paulista terem deixado o partido em direção ao PFL dá a exata medida do controle exercido por Paulo Maluf no interior do partido.

Este aspecto pode ser identificado claramente em 1983, quando do episódio da tentativa de lançamento da pré-candidatura do então pedessista Aureliano Chaves à convenção do partido que definiria o candidato do PDS ao Colégio Eleitoral. Além dos futuros pefelistas Laudo Natel, Abreu Sodré e Olavo Setúbal, Paulo Egídio (que se filiará ao PMDB em 1984) e Carvalho Pinto também apoiaram Aureliano Chaves. No entanto, seu nome não chegou à convenção do partido, que definiu Paulo Maluf como o candidato em agosto de 1984.

⁹⁵ Em 1990, com 11 partidos, e em 1994, com 13 partidos com representação na Câmara dos Deputados, este traço é ainda mais evidente. Para uma análise mais detalhada deste aspecto, inclusive com o número de partidos efetivos na Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa, ver Figueiredo e Jorge (1997), particularmente a discussão acerca do número de partidos efetivos no estado.

Após mais uma demonstração da força de Paulo Maluf no interior do partido, tornando-se o candidato ao Colégio Eleitoral, mesmo com a oposição acirrada de várias lideranças do PDS, sem o apoio do governo federal e da grande maioria dos governadores eleitos pelo partido em 1982, é que se deu a migração de várias lideranças pedessistas aos demais partidos. Um aspecto paradoxal é que, juntamente com os adversários políticos de Paulo Maluf, migram para o PFL paulista grupos importantes no interior do PDS, que se caracterizavam pelo apoio ao líder pedessista.

Nas eleições de 1986, a ascensão de tal corrente, liderada por Maluly Neto, José Maria Marin e Alcides Franciscato, no interior do diretório do PFL é um fator explicativo consistente do não-lançamento de candidatura própria ao governo do estado, e do apoio a Paulo Maluf. Devido a esta decisão, as lideranças pefelistas paulistas contrárias ao apoio a Maluf (notadamente Laudo Natel, Abreu Sodré e Olavo Setúbal) acabam apoiando o candidato do PTB, Antônio Ermirio de Moraes.

Neste episódio, verifica-se que a divisão no interior do PFL se dá basicamente entre os antigos pessepistas, que defendiam o apoio a Paulo Maluf, e os antigos udenistas, que defendiam a candidatura própria e acabam apoiando o candidato petebista. Mais curioso ainda é que, ao se analisar as trajetórias dos deputados federais arenistas após o fim do bipartidarismo, pode-se identificar três tendências significativamente consistentes. Em primeiro lugar, observa-se uma migração em peso dos remanescentes da UDN ao PFL após o êxito de Maluf em se candidatar à presidência em 1984. Juntamente com os antigos udenistas, parte dos ex-pessepistas migra para o mesmo partido, formando a ala que garantiria o apoio do partido ao PDS em 1986. Por fim, os “pessepistas históricos”, sempre muito próximos de Paulo Maluf, mantêm-se no PDS. Além destas tendências, cabe ressaltar que Ademar de Barros Filho, que não fazia parte destes grupos, migra para o PDT, colocando-se como herdeiro do seu pai e buscando retomar as “raízes históricas” do PSP paulista.

Nestas eleições, observa-se novamente o predomínio eleitoral do PMDB no estado. Com a eleição de Orestes Quécia ao governo estadual, derrotando o empresário Antônio Ermínio de Moraes (do PTB) e Paulo Maluf (candidato da coligação União Popular, capitaneada pelo PDS e que, além do PFL, era composta por mais seis

pequenos partidos), segundo e terceiro lugares, respectivamente, o PMDB ainda se mantém como o maior partido político do estado até o fim do período examinado⁹⁶.

Além da identificação dos primeiros sinais do retorno à dinâmica política anterior, na Nova República identifica-se também o retorno de outro fenômeno característico da política paulista e que não se constatou ao longo da vigência do bipartidarismo, qual seja, a capitalização, por parte das lideranças arenistas, de um espaço propício entre o eleitorado paulista (principalmente paulistano⁹⁷) para o surgimento de lideranças conservadoras e personalistas. No sistema multipartidário anterior, pode-se destacar que Ademar de Barros (principalmente após o início do clima de radicalização política, nas eleições de 1962) e, principalmente, Jânio Quadros teriam ocupado este espaço.

Como citado anteriormente, para além das características próprias ao MDB (por exemplo, uma estratégia eleitoral bem-sucedida), Dallari (1976) busca também na própria ARENA as razões para explicar o fracasso eleitoral do partido do regime em 1974. O autor faz menção a esta lacuna não ocupada pelas lideranças arenistas paulistas ao caracterizar a ARENA como um:

“[...] desencontro entre os políticos de antiga militância, que já eram titulares de mandatos ou tinham larga experiência eleitoral, e os novos dirigentes da ARENA estadual, na maior parte ligados a grandes empresas ou pertencentes à nova categoria dos tecnocratas, quase todos sem vivência de problemas eleitorais. [...] embora os dirigentes da agremiação tivessem expressão social e econômica, não tinham expressão eleitoral, não conseguindo atingir o eleitorado. [...] Outro fator negativo foi a atitude de arrogância mantida pela ARENA paulista desde a sua constituição. Comportando-se como os ‘donos do poder’, os arenistas ou ignoravam o eleitorado ou lhe faziam ameaças quando havia risco de aparecimento ou crescimento de um movimento oposicionista de maior expressão. Adotando por convicção em alguns casos e por conveniência em muitos outros, a posição de ‘revolucionários’, os arenistas assumiram a atitude típica de dominação, que se caracteriza pela afirmação de que o poder independe do consentimento [...]

⁹⁶ Sobre a vitória do partido em 1982/86 e sobre a importância das bancadas estadual e federal e do número de prefeituras do partido no estado, ver Melhem (1998).

⁹⁷ Confirmando o mesmo argumento de Pierucci (sólidas bases conservadoras na capital) ao analisar o desempenho do PMDB, Melhem (1998) afirma que, apesar de manter o controle sobre a máquina estadual ao longo da década de 80, o PMDB não obteve êxito nas eleições para a capital do estado. De acordo com a autora “[...] em estados populosos como São Paulo e Paraná, a partir de 1982 [o PMDB] manteve-se em três administrações consecutivas à testa do governo estadual, graças a sua força no interior, convivendo com prefeitos de outros partidos nas capitais. Na cidade de São Paulo nunca conseguiu eleger o prefeito” (Melhem, 1998; 91). Para uma análise das consequências políticas do fluxo migratório em direção a São Paulo, ver Muszynski (1986).

Este despreparo, aliás, leva diretamente a outro fator negativo, que foi a linguagem totalmente inadequada usada pela ARENA durante a campanha eleitoral. Alguns dirigentes tentaram obter a submissão do eleitorado pela intimidação, o que falhou totalmente, despertando, inclusive, muitas reações em sentido contrário”(Dallari, 1976; 209-210).

Nestas passagens, o autor identifica o despreparo dos arenistas para disputar o voto do eleitorado paulista *vis-à-vis* ao partido opositor, que, a partir do início dos anos 70 passa a obter expressivos resultados eleitorais. Em virtude do fato de ser bastante plausível a hipótese que o perfil dos quadros arenistas não tenha mudado radicalmente até o fim do bipartidarismo (apenas quatro anos depois destas eleições), pode-se supor que ainda no início da atual fase multipartidária esta lacuna identificada entre o eleitorado conservador paulista, bastante receptível a uma liderança personalista e conservadora, ainda não havia sido preenchida.

A partir da análise realizada sobre a ARENA paulista, identifica-se que uma das principais heranças legadas por este partido ao seu sucessor na Nova República foi a ascensão e consolidação da liderança do ex-prefeito e governador de São Paulo, Paulo Maluf, enquanto uma das principais lideranças políticas e eleitorais do estado. No que tange ao domínio que Maluf passou a exercer no interior do partido, cabe lembrar que, com a criação do PFL, várias das maiores lideranças do PDS migraram para a nova organização, pois já não encontravam espaços no interior do partido governista.

Ainda sobre a ascensão de Paulo Maluf, dois aspectos devem ser aqui abordados, dado que sustentam a interpretação desenvolvida. O primeiro diz respeito à existência desta lacuna identificada por Dallari (1976), que não teria sido preenchida por nenhuma liderança arenista ao longo do período bipartidário e que passa a ser ocupada por Paulo Maluf. O segundo constitui-se na possibilidade de ascensão no interior da ARENA paulista, de uma liderança que sempre ocupou um papel dissidente dentro do partido e que, mesmo assim, obteve êxito em ser a maior liderança do PDS em São Paulo. Sobre este aspecto, a dinâmica interna e o perfil dos quadros arenistas identificados ao longo deste trabalho constituem-se em variáveis importantes para explicar tal ascensão.

Com relação ao primeiro aspecto, o retorno das eleições diretas para a escolha do governo do estado e da prefeitura municipal de São Paulo, aliado à volta das antigas lideranças políticas que haviam sido cassadas, possibilitou o reingresso no cenário eleitoral de figuras como Jânio Quadros (que seria eleito prefeito da capital paulista em 1985, derrotando o peemedebista Fernando Henrique Cardoso). Ao se analisar o desempenho eleitoral da direita paulistana ao longo dos anos 80 e início dos 90, Pierucci (1989) e Pierucci e Lima (1991 e 1993), além de realizarem uma radiografia completa do eleitorado conservador da capital, identificam não só o reaparecimento deste eleitorado (localizado inclusive geograficamente), extremamente fiel ao antigo líder (Jânio Quadros), como também identificam a gradual transferência da votação deste eleitorado para a nova liderança do PDS paulista, que era então um dos maiores nomes da direita na capital e no estado e uma das maiores lideranças do partido em nível nacional.

De acordo com Pierucci:

“[...] para quem estivesse esperando para o malufismo em 1986 um endereço muito distante dos redutos janistas, a indicação é incisiva: onde (ubi) o janismo, aí também (ibi) o malufismo. Ambos tiveram as suas maiores votações nas zonas norte e leste. [...] a votação mais alta de Paulo Maluf ocorreu na AH 2 [área homogênea 2] da zona leste, ou seja, nos subdistritos administrativos da Mooca e do Belenzinho, e que sua segunda melhor performance deu-se também na zona leste, na AH 3 da zona leste. A saber: Alto da Mooca, Tatuapé, Vila Prudente, Penha de França. Eis aí onde predomina o eleitorado da direita autoritária.” (Pierucci, 1989; 58).

Um eleitorado de classe média-baixa, localizado em antigos bairros da capital e com elevada média de idade: este era o perfil do eleitorado janista, que passa a constituir a base de apoio eleitoral de Paulo Maluf. Outro aspecto que teria favorecido esta transferência de votos é o crescimento eleitoral do PT, que, ao longo de sucessivas disputas eleitorais, transformou-se num partido viável eleitoralmente (por exemplo, eleições de 1988 e 1989). Este fator teria levado o eleitorado mais conservador e das classes mais altas da capital paulista a nuclear-se ao redor de Paulo Maluf, que, assim, obtém êxito no sentido de ampliar sua base eleitoral. Pierucci e Lima (1991) demonstram que, ao longo de quatro pleitos (1986-88-89-90), o eleitorado de Paulo Maluf na capital expande-se constantemente para as regiões mais ricas da capital, alterando, assim, a composição social do eleitorado malufista e redirecionando o voto

das classes mais altas ao PDS, aspecto que, de acordo com Pierucci e Lima (1993), representaria um retorno ao perfil eleitoral da ARENA paulistana nos anos 70, identificados em Lamounier⁹⁸ (1980).

Dessa forma, observa-se que Paulo Maluf obteve êxito (apesar das sucessivas derrotas eleitorais) ao longo dos anos 80 em ocupar este espaço que Dallari (1976) identificou como vago juntamente ao eleitorado mais conservador ao longo do período bipartidário. Além de conquistar estas bases, Maluf obtém êxito também em reconquistar as bases eleitorais arenistas da capital representadas pelas classes mais ricas da cidade, aumentando suas bases eleitorais. Este crescimento tem como consequência a sua eleição, em 1992 para a prefeitura da capital paulista, sua primeira vitória através do voto direto.

Com relação às causas internas à ARENA paulista, o estudo realizado sugere que são justamente as características identificadas no partido em São Paulo: um partido extremamente heterogêneo, formado por um número expressivo de “notáveis” e marcado por inúmeras disputas internas, que viabilizaram a ascensão desta liderança no interior do partido, possibilitando que o mesmo passasse a exercer o controle interno da ARENA-PDS no estado.

A existência de inúmeras facções no interior do partido, representadas principalmente pelos ex-pessepistas, ex-udenistas e pelos “puros”, sem considerar suas subdivisões internas, e os demais grupos, inviabilizou a consolidação de uma liderança no interior do partido. Em uma ARENA marcada pela ausência de uma liderança estadual capaz de unir o partido e pela heterogeneidade e alta rotatividade de seus quadros, o estabelecimento de laços de lealdade, tanto horizontais como verticais, fica comprometido em função do escasso tempo de socialização no interior do partido.

A análise das trajetórias dos deputados eleitos nas bancadas federais da ARENA paulista confirma que este era o perfil dos principais quadros do partido em São Paulo, caracterizando-se, assim, a ARENA como uma organização em que não era incentivada a “produção” de quadros partidários mais estáveis. E são justamente estas características

que contribuíram para a ascensão de uma liderança partidária dissidente em relação ao governo federal. A escassez de vínculos entre seus quadros internos e os diretórios estadual e federal, aliada às disputas entre as diferentes facções internas pelo controle do partido, permitiram que Paulo Maluf conquistasse o apoio, muitas vezes velado, de importantes lideranças da ARENA-PDS paulista nas prévias do partido para a escolha do candidato ao governo estadual em 1978 e à presidência da República em 1984.

O fato da ascensão da sua liderança dar-se em oposição ao governo federal, cujo controle e ingerência sobre as seções regionais da ARENA durante todo o período foi uma das principais estratégias do regime para manter o controle sobre o partido governista, só foi viabilizado em função destas características encontradas no perfil de seus quadros internos em São Paulo.

Como afirmado anteriormente, nesta conturbada relação entre o governo federal e o líder do PDS paulista, um dos episódios mais marcantes, além da sucessão estadual de 1978, é a vitória de Paulo Maluf na convenção do partido para a escolha do seu candidato à presidência da República, em agosto de 1984. Nesta convenção, Maluf, mais uma vez, derrota o candidato favorito, que contava com o apoio do Planalto, o então ministro Mário Andreazza. De acordo com Abreu (2001):

“Mesmo sem o apoio do Planalto e da maioria dos governadores eleitos com o voto popular em 1982, [Maluf] tornou-se o candidato oficial do PDS à presidência em 12 de agosto de 1984, após conquistar 493 votos na convenção partidária, contra os 350 dados à Mário Andreazza, que logo integraria, com seu grupo, a campanha oposicionista”(Abreu, 2001; 3508).

Este episódio dá uma idéia da força da liderança malufista no interior do partido, uma vez que, mesmo com a oposição aberta de grande parte das lideranças nacionais e estaduais e da maioria dos governadores do partido a sua candidatura, o líder paulista conquista a convenção, derrotando o “candidato oficial” por uma margem significativa de votos.

Heterogeneidade em seus quadros, presença de constantes e acirradas disputas internas, ausência de outras lideranças políticas capazes de capitalizar para si as

⁹⁸ Para uma radiografia bastante precisa das eleições de 1978 na capital paulista, ver Lamounier (1980).

inclinações da parcela mais conservadora do eleitorado paulistano e a saída de seus principais adversários no interior do partido: estas são algumas das principais características da ARENA-PDS de São Paulo, que auxiliam também na explicação da ascensão e da consolidação de uma das maiores e mais polêmicas lideranças do PDS em São Paulo.

Capítulo 5 – A ARENA baiana: trajetórias estáveis e lealdades pessoais

“[...] a análise do background de cada parlamentar deve levar em conta, além da reconstituição da seqüência de postos ocupados, um inventário sobre os vínculos firmados com as respectivas organizações partidárias, ao longo da carreira. A durabilidade destes vínculos permite estimar a consistência dos laços de lealdade intra-partidários. Presume-se que em circunstâncias nas quais as organizações partidárias são os principais fornecedores dos insumos necessários para a arregimentação eleitoral (eleitores fiéis, bandeiras políticas, pessoal de apoio, finanças), ou quando estes não podem ser obtidos junto a outras fontes, aspirantes terão incentivos para adaptar-se as diretrizes internas, permanecendo fiéis às suas estruturas, sendo premiados por sua lealdade, com a investidura eleitoral” (Santos, 2000; 181).

5.1 A ARENA na Bahia: dinâmica interna e resultados eleitorais

Seguindo a dinâmica adotada nos capítulos anteriores, buscar-se-á, em primeiro lugar, identificar as principais características da ARENA baiana a partir da análise dos diferentes contextos eleitorais ao longo do período. Devido à grande importância atribuída pela literatura especializada às lideranças partidárias na política baiana, a análise dará atenção especial às negociações estabelecidas entre as lideranças arenistas para o preenchimento dos principais cargos do partido no estado. Com tal análise, juntamente com o exame dos dados eleitorais do período, pretende-se identificar os principais traços do partido governista na Bahia.

**Tabela 1 – Representação partidária na Câmara dos Deputados,
BA – 1966/1978**

	1966	1970	1974	1978
ARENA	80,64 (25)	86,37 (19)	80,77 (21)	75 (24)
MDB	19,35 (6)	13,63 (3)	19,23 (5)	25 (8)
TOTAL	100 (31)	100 (21)	100 (26)	100 (32)

Fonte: Sampaio, 1967/68 e Guimarães, 1981.

Ao se examinar a proporção de arenistas e emedebistas eleitos para a Câmara dos Deputados, o aspecto que mais chama a atenção é o claro predomínio dos primeiros nas quatro legislaturas. Vários fatores ajudam a explicar tal predomínio da ARENA no estado: em primeiro lugar, pode-se citar a importância, na Bahia, para os partidos políticos do acesso à máquina governista estadual. Dessa forma, o fato de os arenistas já estarem no governo (Lomanto Júnior) e permanecerem nele durante todo o período favoreceu enormemente o êxito dos candidatos do partido, que podiam contar com as vantagens das máquinas estadual e federal para se beneficiarem eleitoralmente, ajudando a garantir o êxito da ARENA em eleger, no mínimo, três quartos das bancadas baianas na Câmara dos Deputados.

Um segundo aspecto é o fato de estarem na ARENA praticamente todas as principais lideranças políticas baianas. O fato de se encontrarem nas suas hostes lideranças como os ex-governadores Juraci Magalhães (UDN), Luís Viana Filho (PL) e Lomanto Júnior (PL-PTB), bem como, de outras lideranças fortes como a do “eterno” deputado federal Manoel Novaes (PR), de lideranças então ascendentes, como o também deputado federal Antônio Carlos Magalhães (UDN) e do deputado Oliveira Brito, que capitaneou a ala arenista do PSD, ajudou a assegurar ao partido uma hegemonia política sem possibilidade de contestação por parte do MDB no estado. Ao analisar a importância destas lideranças, que ocupavam um papel central na política baiana, Sampaio (1968) afirma que, à propósito do pleito de 1966:

“A ação de personalidades politicamente poderosas funcionou, assim, como um substituto do pluripartidarismo, sob a capa do sistema de dois partidos. Não faltou quem comentasse, com razão, que o pleito se decidiu pela atuação de uma meia

dúzia de grandes eleitores. Conseguir a indicação de um deles era a melhor garantia de uma candidatura” (Sampaio, 1968; 131).

Pode-se afirmar que estes dois aspectos valem não só para este pleito, mas para todos os que ocorreram ao longo do período examinado. Características estas que tenderiam sempre a um fortalecimento recíproco: a posse do governo favorece a ascensão e a manutenção das lideranças do partido, e o apoio destas lideranças, por sua vez, garante a manutenção do desempenho eleitoral do mesmo. A importância crucial tanto do controle da máquina estatal quanto da presença destas lideranças no partido ajudam a entender por que o desempenho surpreendente do MDB nas eleições de 1974 em outros estados não se verifica na Bahia (onde é eleito um dos poucos senadores arenistas).

Porém, mesmo com o poder estando basicamente nas mãos de algumas lideranças e com o caráter preponderantemente indiferenciado entre os partidos no que diz respeito a composição de seus quadros⁹⁹, é possível identificar a importância da cor partidária, principalmente ao se analisar o papel da dinâmica local na definição das escolhas eleitorais e na definição da filiação aos dois partidos existentes. Apesar de o caráter governista ser historicamente atribuído pela literatura especializada a todos os partidos baianos, o fato de este espaço (no partido governista) ter sido ocupado pela UDN, PR, PL e PTB não deixa outra alternativa para a grande maioria dos pessedistas senão ingressarem no partido opositor, mesmo com todas as dificuldades que esta escolha certamente traria (e trouxe) a seus integrantes.

Com relação ao Senado, a intensidade das rivalidades locais é apontada como um fator explicativo relevante para se compreender a alta votação do candidato opositor em 1966 (Vieira de Melo), que perde, mas obtém 49,11% dos votos válidos (398.118 votos para Aloysio de Carvalho Filho, o candidato arenista, e 384.210 para Vieira Melo). Para explicar o grande desempenho eleitoral do MDB nesta disputa,

⁹⁹ “*Fora da caracterização de partido do governo e partido da oposição, os matizes da ARENA e do MDB na Bahia praticamente não se distinguem. Apenas a coloração centrista é um pouco mais visível na ARENA, como o MDB ostenta maior dose de colorido populista e esquerdizante*” (Sampaio, 1966/1967; 122).

Sampaio (1966/1967) identifica três fatores, sendo o mais importante justamente a manutenção das rivalidades municipais¹⁰⁰:

“As rivalidades municipais cooperaram igualmente para dar votos a Vieira de Melo, ainda em comunas com candidato único a prefeito pela ARENA, ou com candidatos apenas de sublegendas desse partido. Se uma corrente política local preferia o candidato da ARENA ao Senado, a outra queria marcar o divisor de águas votando no candidato do MDB” (Sampaio, 1966/1967; 146).

Além desse aspecto, em 1966 havia uma expectativa muito grande pelo retorno dos antigos partidos, uma vez que ARENA e MDB eram, na época, tidos como organizações temporárias. Dessa forma, as bases pessedistas podiam até votar em candidatos arenistas para a Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa; no entanto, com relação as eleições ao Senado, os pessedistas teriam feito questão de demonstrar fidelidade ao ex-partido. Este é o segundo motivo elencado por Sampaio (a reação das bases pessedistas) para explicar o equilíbrio no pleito. Segundo o autor: *“Muitos adictos do ex-pessedismo foram sensíveis ao argumento de que MDB e ARENA eram organizações provisórias e de que eles deviam ser fiéis ao velho partido, cuja ressurreição não demoraria”* (Sampaio, 1967/1968; 146).

Finalmente, para ilustrar o prestígio das principais lideranças baianas, cabe salientar a eleição de vários parentes dos mesmos, constituindo-se este em mais um indicador da força eleitoral destas lideranças e do controle exercido por eles no interior do novo partido. Entre estes casos destacam-se: Jutaí Magalhães (filho de Juraci Magalhães), eleito vice-governador; Antônio Brito (primo e cunhado de Oliveira Brito); Walter Lomanto (irmão de Lomanto Júnior e o candidato mais votado para a Assembléia Legislativa do estado); e Ângelo Magalhães (irmão de Antônio Carlos Magalhães), eleitos deputados estaduais e, por fim, Neci Novaes (esposa de Manuel Novaes) e Luiz Viana Neto (filho de Luiz Viana Filho e o mais votado para a Câmara dos Deputados), eleitos deputados federais pela ARENA baiana.

Com relação ao governo estadual, a estratégia do Executivo Federal de favorecer a indicação de lideranças partidárias influentes dentro do partido, mas que não possuíam o controle sobre o mesmo, se faz verificar no apoio dado pelo presidente Castelo Branco

¹⁰⁰ Os outros são: o sentimento de oposição e a adoção da cédula oficial.

(1964-1967) ao seu ministro Luiz Viana Filho. Embora fosse uma das principais lideranças do novo partido, Luiz Viana Filho representava uma ala minoritária dentro do mesmo, cujo domínio era então exercido pelo ex-udenista Juraci Magalhães (líder maior da UDN, o principal partido na formação da ARENA no estado).

Após o êxito nas negociações entre suas principais lideranças, a ARENA lança para a eleição indireta a chapa formada por Luiz Viana Filho e por Jutai Magalhães. Durante estas negociações, chega a surgir uma outra pré-candidatura, do então deputado João Mendes Filho que, no entanto, logo foi inviabilizada. Ao comentar o contexto da formação da chapa arenista, Néelson Sampaio (1966/1967) afirma que, após angariar o apoio das principais lideranças do partido:

“O ministro Luiz Viana Filho de logo obteve a manifestação formal da maioria dos deputados estaduais a favor de seu nome. Feita a fácil estatística, o outro pré-candidato, o deputado João Mendes Filho, também da ARENA, renunciou à luta inútil no seio da convenção do partido” (Sampaio, 1966/1967; 122-123).

Dessa forma, com a candidatura de uma liderança forte (Luiz Viana Filho), que contava com a participação e apoio de Juracy Magalhães, dado que seu filho foi escolhido vice-governador, e com o apoio do então governador (Lomanto Júnior), estava definida a chapa arenista que iria disputar a eleição indireta para o governo do estado. Estava definido o futuro governo baiano.

Embora não tenham sido encontrados muitos dados sobre o contexto eleitoral de 1970 e sobre as negociações da ARENA visando à articulação em torno dos nomes que iriam disputar o governo estadual e o Senado Federal, estas eleições possuem grande relevância, pois é a partir da eleição do ex-deputado federal e então prefeito de Salvador, Antônio Carlos Magalhães, ao governo do estado que o mesmo estabelece as bases para a sedimentação da sua liderança no partido. Antônio Carlos Magalhães deixa o governo estadual em 1974 já como líder da maior ala dentro da ARENA baiana.

De acordo com seu repertório biográfico, após ter sido convidado pelo então governador, Luiz Viana Filho, para assumir a prefeitura da capital do estado, Antônio Carlos Magalhães realizou um governo marcado por profundas reformas administrativas

e urbanas, “[...] *capacitando-o como candidato potencial à sucessão no governo estadual*” (Abreu, 2001; 3433).

Seu nome acaba sendo escolhido, juntamente com Minahim Menandro, ex-deputado estadual e ex-prefeito dos municípios de Serrinha e Jaguaquara (ambos no interior baiano) e uma das principais lideranças do antigo PDC, para o cargo de vice-governador. Neste pleito, coube à ala liderada, desde 1967, por Jutai Magalhães (neste ano, com a saída de Castelo Branco e a posse de Costa e Silva na presidência da República, Juraci Magalhães deixa o Ministério das Relações Exteriores e retira-se da política) indicar um dos pretendentes às vagas baianas no Senado Federal. Assim, Rui Santos, deputado federal desde 1945, ex-udenista e ex-secretário estadual durante o governo de Juraci, é escolhido para disputar a eleição pela ARENA. A segunda vaga do partido coube ao ex-prefeito de Salvador, ex-deputado federal e ex-secretário estadual durante o governo Lomanto Júnior, Heitor Dias.

Aqui, pode-se observar que a escolha dos quatro nomes que iriam ocupar os principais postos políticos do estado reflete novamente o acordo entre as quatro principais alas identificadas pela literatura especializada naquele período. Devido ao fato de Heitor Dias ter sido secretário de Lomanto Júnior, considera-se que o mesmo possa ser incluído no grupo sob sua influência.

Logo após a posse de Antônio Carlos Magalhães, Jutai Magalhães (que havia sido eleito deputado estadual) rompe com o governo estadual, passando a fazer forte oposição ao mesmo na Assembléia Legislativa. Aqui se identifica o início de uma série de rompimentos e reaproximações entre o governador e as principais lideranças do partido no estado. À medida que Antônio Carlos Magalhães vai se tornando a maior liderança da ARENA baiana, a sua força passa a ameaçar as demais, que acabam, em 1974, unindo-se em torno da candidatura de Roberto Santos, e contra a de Luis Sande, seu secretário da fazenda e candidato favorito do governador à sucessão.

No contexto eleitoral de 1974, a ARENA baiana caracteriza-se, de acordo com Guimarães (1976), pelo acirramento das divisões internas entre as alas do partido,

provocado principalmente pela ascensão do então governador e seu grupo no interior do mesmo. De acordo com o autor:

“A ARENA ‘sofria de gigantismo’, como se costuma atualmente dizer, na tentativa de explicar sua falta de unidade. Havia três alas principais e uma quarta em declínio. As três primeiras gravitavam em torno do então governador Antônio Carlos Magalhães (majoritária), do ex-governador Juraci Magalhães, através de seu filho Jutai Magalhães, e do candidato a senador e também ex-governador Luís Viana Filho. A quarta corrente arenista era chefiada pelo ex-governador e deputado federal Antônio Lomanto Júnior que, embora sem ter eleito seguidores, mantinha fiel eleitorado pessoal, disseminado em todo o estado. Mas havia uma aliança dos três últimos contra o primeiro, com maior ou menor grau de afastamento, e afastamento de maior ou menor duração” (Guimarães, 1976; 144).

A união das três correntes acima citadas obtém êxito ao indicar para o governo do estado o nome de Roberto Santos. Ex-reitor da Universidade da Bahia, quando escolhido para ser o futuro governador do estado, Roberto Santos não possuía vínculos diretos com nenhuma ala dentro do partido. Primeiro governador baiano considerado “técnico”, e não político, Santos havia apenas ocupado, por alguns meses, a secretaria da saúde durante o governo Luís Viana Filho. Este é o grande fator responsável pela sua ascensão ao governo estadual. Nome respeitado no meio acadêmico, sempre equidistante das várias correntes conflitantes do partido, Roberto Santos recebe o apoio de Jutai Magalhães (eleito deputado federal) e dos ex-governadores Luís Viana Filho (eleito senador) e Lomanto Júnior (reeleito deputado federal). Ao elencar as razões para a sua escolha, Guimarães (1976) aponta que: *“Sua chance veio da divisão interna existente na ARENA, das ligações que estabeleceu no Ministério da Educação e das notórias ligações com os ex-governadores Luís Viana Filho e Juraci Magalhães, com o último uma sólida amizade de família”* (Guimarães, 1976; 146).

Além do apoio destas três correntes, Roberto Santos não teve seu nome vetado por Antônio Carlos Magalhães. Apesar de não ser o seu preferido, provavelmente devido ao seu caráter não-político, Roberto Santos não era visto, naquele momento, como uma ameaça direta à liderança do então governador dentro do partido.

Para o Senado Federal, a ARENA baiana lança o nome de Luís Viana Filho. De acordo com Guimarães (1976), esta eleição já estava garantida de antemão para o candidato arenista. Em um pleito no qual o MDB elegeu 16 de 22 vagas em disputa para

o Senado Federal, Luís Viana Filho foi um dos candidatos com maior êxito eleitoral no país. Com 53,46% (contra os 26% dados ao candidato emedebista Clémens Sampaio), a eleição de Luís Viana Filho assegura a hegemonia arenista no estado, ao contrário do que se verificou em importantes estados brasileiros (Nery, 1975).

Tendo feito um governo baseado em “[...] *atitudes independentes de Roberto Santos dentro da política baiana*” (Abreu, 2001; 5273), o novo governador, além de aumentar ainda mais o seu distanciamento em relação a Antônio Carlos Magalhães, passa a afastar-se também das demais lideranças. Assim, na medida em que mais um governador estabelece as bases para a sua liderança política, paulatinamente as demais lideranças arenistas passam a fazer oposição ao seu governo.

Em 1978, Roberto Santos discorda da indicação de Antônio Carlos Magalhães ao governo do estado, alegando a necessidade do partido “criar novas lideranças”. No entanto, o maior líder arenista, que havia se exonerado da presidência da Eletrobrás (cargo que ocupava desde novembro de 1975, a convite do presidente Ernesto Geisel) para articular a sua candidatura, reconcilia-se politicamente com as correntes de Luís Viana Filho e Lomanto Júnior, sendo assim eleito para o seu segundo mandato no governo estadual.

A negociação com as outras duas lideranças envolveu o preenchimento do cargo de vice-governador por Luís Viana Neto e de uma das vagas para o Senado Federal pelo próprio Lomanto Júnior, que teve o apoio direto de Antônio Carlos Magalhães. Com esta configuração, a segunda vaga¹⁰¹ (indireta) fica com Jutai Magalhães, completando-se, dessa forma, a nominata arenista para os principais cargos. Com esta configuração, o arranjo possibilitou, novamente, a representação de todas as principais correntes internas. A exceção, é claro, fica por conta da mais nova liderança, Roberto Santos¹⁰², que acaba marginalizado pelo acordo por opor-se diretamente à indicação do nome de Antônio Carlos Magalhães. No entanto, sua força e seu prestígio podem ser verificados

¹⁰¹ Neste pleito estavam sendo renovados dois terços do Senado, cabendo a cada estado o preenchimento de duas cadeiras. Observa-se aqui o retorno de Lomanto Júnior ao “primeiro escalão” das lideranças baianas.

¹⁰² “*Trata-se de uma liderança de bases burocráticas, criada pelo exercício do cargo, mesmo por que Roberto Santos, professor universitário e educador, não tinha vivência política anterior*” (Guimarães, 1981; 295).

ao se constatar que os seus auxiliares conquistaram, além de cadeiras na Assembléia Legislativa e na Câmara dos Deputados, as prefeituras de importantes cidades do interior baiano, como Itabuna (a principal cidade da região cacauzeira), Cruz das Almas e Anagé.

Neste pleito, a ARENA alcança a sua maior vitória em todas as eleições para o Senado. O ex-governador (que vinha obtendo um excelente desempenho nas suas eleições à Câmara dos Deputados), abre uma vantagem de 515 mil votos sobre os três candidatos emedebistas (Rômulo Almeida, Newton Macedo Campos e Hermógenes Príncipe). Assim, Lomanto Júnior obtém 51, 17% da votação (1.145.425), enquanto que os demais somaram 28, 14% (629.967 votos).

Apesar de o conflito entre as principais lideranças arenistas ser identificado como uma característica endógena ao partido situacionista baiano, as conseqüências desta última divisão foram bem mais duradouras. Este aspecto foi oportunamente identificado por Guimarães (1981), quando o autor compara as cisões ocorridas em 1974 e 1978. Comentando sobre a reedição da cisão básica entre Antônio Carlos Magalhães e Roberto Santos, o autor afirma que:

“[...] naquela época [1974], as várias lideranças arenistas se uniram contra o então governador Antônio Carlos Magalhães, cujo mandato se concluía. Tratava-se, entretanto, de um desencontro de orientações, uma luta pelo controle partidário, e não passou disso. A cisão atual [1978] parece ter sido mais profunda, desenrolando-se em fatos públicos do conhecimento da Nação. Hoje a ARENA baiana se dividiu internamente. De um lado, apoiando Antônio Carlos Magalhães, encontram-se as correntes comandadas por Luís Viana Filho e Lomanto Júnior [...] e Jutai Magalhães. Do outro lado, os seguidores de Roberto Santos. Verdade, o fenômeno é demais recente para que se tirem dele conseqüências duradouras. Restam, assim, várias incógnitas como a possibilidade de reconciliação ou com a solução do impasse com a reestruturação partidária que se anuncia” (Guimarães, 1981; 290-291).

Uma ARENA dividida internamente entre suas principais lideranças partidárias, mas com grupos internos extremamente unidos ao redor de suas lideranças, este é o retrato da legenda do regime na Bahia, que será também identificado na análise das trajetórias políticas de seus deputados federais, a seguir.

5.2 Os deputados federais baianos: trajetórias dos arenistas eleitos para a Câmara dos Deputados

Feitas as referências que têm por objetivo situar o contexto eleitoral no qual foram eleitas as bancadas arenistas baianas, bem como algumas características da dinâmica interna deste partido no estado, passa-se, nesse momento, à análise das trajetórias dos parlamentares arenistas eleitos à Câmara dos Deputados.

A apresentação dos dados referentes às carreiras destes parlamentares seguirá a mesma ordem do capítulo precedente, dado que na Bahia, assim como em São Paulo, constata-se a presença de parlamentares provenientes de partidos comumente considerados de esquerda ou progressistas em âmbito nacional. Dessa forma, as trajetórias dos remanescentes do antigo PTB e do próprio MDB, identificados já na primeira bancada eleita sob legenda arenista, serão as primeiras a serem examinadas. A seguir, a análise voltar-se-á à trajetória dos “puros”. Em um terceiro momento, o foco de análise passa a ser centralizado na identificação do peso dos antigos partidos no interior das bancadas arenistas baianas.

Tabela 2 – Filiação aos antigos partidos: ARENA – BA

	ptb	mtr	psb	ptn	psp	pdc	psd	pst	pr	prp	prt	udn	pl	arena	mdb	ni*	Total
66	1	-	-	-	-	-	1	1	4	2	-	11	-	2	1	2	25
70	2	-	-	-	-	-	2	-	3	1	-	6	-	4	-	1	19
74	2	-	-	-	-	1	2	1	2	-	-	6	-	5	-	2	21
78	1	-	-	-	-	1	2	1	2	1	-	6	-	7	-	3	24

Fonte: Abreu, 2001.

*NI: Partido Não Informado

Analisando-se a tabela como um todo, em um primeiro momento é possível identificar que o caso baiano encontra-se em um nível intermediário de fragmentação das bancadas arenistas em relação à filiação partidária anterior de seus membros. Outra característica marcante é o claro predomínio dos remanescentes da UDN no interior das bancadas arenistas, que permite já de início identificar este partido como a principal “escola” dos deputados federais arenistas eleitos por este estado.

5.2.1 Pássaros fora do ninho? A presença de dois ex-petebistas e de um emedebista na ARENA baiana

Anteriormente, observou-se no Rio Grande do Sul a inexistência de deputados federais arenistas remanescentes dos partidos gaúchos considerados usualmente como mais progressistas no período multipartidário. Mesmo o único caso que poderia ser considerado exceção não se constitui como tal, pois o envolvimento de Nunes Leal com o PTB se dá no estado de Rondônia, não tendo o mesmo nenhum vínculo com o PTB gaúcho. Por outro lado, a identificação de um número expressivo de trajetórias deste tipo (notadamente de ex-trabalhistas, ex-emedebistas e de um remanescente do MTR) entre os deputados federais eleitos na legenda arenista em São Paulo é suficientemente significativo para considerá-los formadores de um padrão de carreira específico dentro das bancadas paulistas.

A identificação de apenas três casos de parlamentares com trajetórias vinculadas aos partidos tidos como mais progressistas indica não ser possível na Bahia, à exemplo do caso gaúcho, caracterizá-los como representantes de um padrão de carreira específico. Além disso, tendo-se como parâmetro a análise realizada no segundo capítulo, cabe perguntar-se até que ponto a presença de João Alves e de Lomanto Júnior nas bancadas federais arenistas constitui-se em uma contradição.

Devido a aspectos como a aliança entre o PTB baiano e a UDN nas eleições estaduais de 1962 e ao fato de a grande maioria dos deputados federais petebistas ter se incorporado na ARENA quando da criação deste partido, torna-se, no mínimo, problemático tomar a presença destes parlamentares nas bancadas federais arenistas como exemplo da facilidade de transposição de barreiras político-partidárias, como sugere o caso de Oliveira Brito.

Tabela 3 – Trajetória política dos deputados arenistas baianos, PTB – 1966

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
João Alves	Não	8 anos	1	DF

Fonte: Abreu, 2001.

Em 1966, o único ex-petebista eleito pela ARENA baiana à Câmara dos Deputados é João Alves. Com relação à sua trajetória política, o aspecto mais marcante constitui-se na estabilidade de sua carreira, dado que o parlamentar se encontra presente em todas as legislaturas examinadas. Tendo iniciado sua carreira política ao se eleger suplente na Assembléia Legislativa baiana em 1958, João Alves elege-se pela primeira vez deputado federal em 1962, pela Aliança Trabalhista, integrada pelo Partido Republicano (PR), pelo Partido de Representação Popular (PRP) e pelo PTB. Com a extinção dos antigos partidos, o parlamentar faz parte do grupo de trabalhistas que migra para as fileiras do partido governista, partido pelo qual se reelegeria em 1966, 1970, 1974 e 1978, legislatura na qual o parlamentar, com o fim do bipartidarismo, filia-se ao PDS.

Tabela 4 – Trajetória política dos deputados arenistas baianos, PTB – 1970/1974

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
João Alves	Não	12/16 anos	1	DF (2)/ DF (3)
Lomanto Júnior	1	24/28 anos	4/5	Ver, Pref (2), DE e Gov / DF

Fonte: Abreu, 2001.

Os ex-petebistas eleitos em 1970 e 1974 possuíam trajetórias diferentes entre si, cujo ponto comum era a experiência em cargos políticos quando da conquista dos mandatos nas bancadas baianas. Diferentemente de João Alves, Lomanto Júnior inicia sua carreira política no âmbito municipal, elegendendo-se vereador e prefeito de seu município de origem, Jequié (BA), para somente após se tornar uma liderança política de âmbito estadual. Carreiras longas, uma baseada pelo ingresso lateral e outra pela integração vertical: este é o perfil dos ex-petebistas eleitos nas bancadas arenistas em 1974/78.

Apesar de não ter sido encontrada referência sobre a data precisa de sua migração do PL para o PTB, encontraram-se indícios que apontam que tal mudança deva ter ocorrido pouco antes da sua candidatura ao governo do estado em 1962. Ou

seja, apesar de estar filiado ao PTB quando da instauração do bipartidarismo, Lomanto Júnior atuou ao longo de quase 20 anos no interior do antigo PL. Como afirmado anteriormente, em 1974 o parlamentar elege-se senador pela ARENA baiana.

Tabela 5 – Trajetória política dos deputados arenistas baianos, PTB – 1978

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
João Alves	Não	20 anos	1	DF (4)

Fonte: Abreu, 2001.

No que tange ao peso dos remanescentes do PTB nas bancadas federais, a presença de apenas dois parlamentares é, no mínimo, curiosa, dado que, com a instauração do bipartidarismo, grande parte da bancada federal do PTB baiano migrou para as fileiras do novo partido governista. No entanto, pode-se observar que o ingresso da maioria dos parlamentares trabalhistas neste novo partido não se refletiu na presença destes nas bancadas arenistas baianas na Câmara dos Deputados. Este aspecto pode indicar uma certa dificuldade encontrada pelos ex-trabalhistas em conquistar espaço no interior da nova agremiação e de manter, após o ingresso na ARENA, o apoio eleitoral necessário para a manutenção de seus respectivos mandatos sob a nova legenda.

Sampaio, ao examinar a migração dos deputados estaduais baianos aos dois novos partidos em 1965, sugere uma explicação para tal processo ao identificar a filiação em peso dos parlamentares petebistas à ARENA:

“Ainda mais interessante é que nenhum petebista da Assembléia ingressou no MDB. A estranheza se desfaz se levarmos em conta que se trata de um PTB praticamente desaparecido então, de cunho puramente eleitoral e ‘lomantista’, ou seja, vinculado ao governador Lomanto Júnior, que a ele se filiou no pleito de 1962”(Sampaio, 1967-68; 120).

Com relação ao segundo caso, a migração do ex-pessedista Oliveira Brito para a ARENA baiana é mais um indicador da ausência de outra alternativa à maioria das lideranças do PSD, senão a de se filiarem ao partido oposicionista, bem como das dificuldades encontradas pelos mesmos para a manutenção de suas carreiras no interior do MDB baiano.

Tabela 6 – Trajetória política dos deputados arenistas baianos, MDB – 1966

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Oliveira Brito	1	19 anos	1	DE, DF (4) e Min (2)

Fonte: Abreu, 2001.

Além de ser um dos deputados federais mais experientes do PSD baiano, Oliveira Brito possui uma trajetória marcada pela presença em dois ministérios do governo do petebista João Goulart (1961-1964). Tendo ocupado as pastas de Educação e Cultura e Minas e Energia (pasta que ocupou até a tomada do poder pelos militares), Oliveira Brito, acompanhando a maioria do PSD baiano, filia-se ao partido oposicionista com a instauração do bipartidarismo. No entanto, antes mesmo das eleições o parlamentar migra para a legenda arenista, partido pelo qual se elege em 1966. Devido, provavelmente, ao seu envolvimento direto com o governo Goulart, este ex-emedebista teve o seu mandato cassado em setembro de 1969.

Considerando o caráter “lomantista” do PTB, a aliança formada pelo partido juntamente com a UDN, PR e PL para as eleições de 1962, bem como o fato de parte significativa dos deputados federais e estaduais petebistas terem migrado para a ARENA com a criação deste partido, pode-se afirmar que a presença de dois remanescentes deste partido nas bancadas federais arenistas não implicam uma contradição ao se levar em conta a dinâmica política própria deste estado. Já com relação à presença de Oliveira Brito, o fato de ele ter militado no PSD por, no mínimo, 19 anos, tendo vivenciado a rivalidade entre PSD e UDN em duas eleições estaduais e municipais e da grande maioria do seu partido ter migrado para o MDB (inclusive ele mesmo) permitem caracterizá-lo como um “estranho no ninho” da ARENA baiana.

5.2.2 Os puros na Bahia: divisão interna, experiência prévia e integração horizontal

Debruçando-se sobre os puros, é possível constatar que o caso baiano situa-se em um nível intermediário entre o gaúcho e o paulista no que diz respeito ao peso deste grupo no interior das bancadas arenistas eleitas à Câmara dos Deputados. Aspecto facilmente identificado uma vez que, apesar da existência destes parlamentares em todas as legislaturas, este grupo nunca ocupa (como nas bancadas paulistas) uma posição de destaque no conjunto dos parlamentares, salvo na última legislatura, na qual, apesar de constituir menos de um terço da bancada, este grupo é o que possui maior peso no interior da mesma, ultrapassando os ex-udenistas.

Tabela 7 – Trajetórias dos deputados arenistas baianos, ARENA – 1966

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Viana Neto	Não	Nenhum	Nenhum	Nenhum
Luís Braga	Não	7 anos	2	Sec Mun e Sec Est

Fonte: Abreu, 2001.

Apesar de integrarem a bancada arenista baiana desde a primeira legislatura aqui examinada, em 1966 este grupo conta com apenas dois representantes: Luis Vianna Neto e Luís Carlos Leal Braga. Em virtude de estes puros possuírem ligações diretas com duas das maiores lideranças arenistas (Luís Viana Filho e Antônio Lomanto Júnior), o fato de não terem sido filiados formalmente a nenhum partido político não implica, necessariamente, uma diminuição da coesão partidária desta bancada. A existência destes vínculos significativos (manifestado em um caso através do parentesco – essencial na política baiana – e em outro, através do fato do parlamentar ter participado do primeiro escalão do governo municipal e estadual nas administrações de Lomanto Júnior) chama a atenção para o cuidado que se teve ter ao classificá-los como puros, o que não significa que estes parlamentares não possam ter tido algum tipo de experiência e laços diretos com partidos ou lideranças partidárias.

Mesmo não tendo sido eleito para nenhum cargo eletivo e não tendo sido encontrada nenhuma referência a uma possível filiação a algum partido durante o período multipartidário, Luís Braga atuou, em 1959-1960, como diretor de obras do município de Jequié (BA) e, em 1963-1964, como secretário interino de agricultura; em ambos os casos, quem ocupava o governo do estado era Antônio Lomanto Júnior. Aspecto que explica o fato deste parlamentar caracterizar-se por possuir uma trajetória política de sete anos, apesar de não ser formalmente filiado a nenhum partido político antes da ARENA.

Após ter se filiado à ARENA, Luís Braga candidata-se e conquista o seu primeiro mandato de deputado federal. Alcançando a reeleição, a partir de 1971 o parlamentar ocupou a primeira vice-presidência da Câmara. Em 1974, Luís Braga candidata-se novamente, conquistando apenas uma suplência e deixando a Câmara dos Deputados em janeiro do ano seguinte.

Tabela 8 – Trajetória dos deputados arenistas baianos, ARENA – 1970

Deputados	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Luís Braga	Não	11 anos	3	Sec Mun, Séc Est e DF
Prisco Viana	Não	3 anos	1	Sec Est
Vasco Neto	Não	Nenhum	Nenhum	Nenhum
Ivo Braga	Não	7 anos	2	Sec Est e DE

Fonte: Abreu, 2001.

Após o pleito de 1970, apesar da saída de Luis Viana Neto, os puros passam a ocupar quatro cadeiras na Câmara dos Deputados. Este crescimento deve-se ao êxito eleitoral de Prisco Viana, Vasco Neto e Ivo Braga, juntamente com a permanência da Luís Braga, reeleito. Apesar de não terem sido filiados formalmente a nenhum partido político, os puros baianos eleitos em 1970 mantêm o perfil anterior, marcado pela passagem em postos de relevância no âmbito estadual, notadamente as secretarias estaduais de governo.

A identificação da participação, por exemplo, de Luís Braga e Ivo Braga no secretariado de Lomanto Júnior (1963-1967) permite afirmar a existência de um maior

envolvimento destes com o governador baiano. No entanto, esta vinculação a Lomanto Júnior não é garantia de que os mesmos também tenham sido filiados ao PTB, ou mesmo ao PL (antigo partido de Lomanto Júnior). Devido a este aspecto, estes parlamentares são classificados como puros, embora seja comprovada a participação dos mesmos em postos do primeiro escalão de um governo estadual antes da criação da ARENA. Ainda com relação à eleição destes parlamentares, pode-se identificar a força da liderança do ex-governador que teve, no mínimo, três de seus ex-secretários estaduais eleitos para a Câmara dos Deputados.

Tabela 9 – Trajetória dos deputados arenistas baianos, ARENA – 1974

Deputados	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Viana Neto	Não	8 anos	1	DF
Prisco Viana	Não	7 anos	2	Sec Est e DF
Vasco Neto	Não	4 anos	1	DF
Rômulo Galvão	Não	3 anos	1	Sec Est
Leur Lomanto	Não	3 anos	1	Of. de Gab Min

Fonte: Abreu, 2001.

No pleito de 1974, além de Vianna Neto, Prisco Viana e Vasco Neto, reeleitos, surgem dois novos parlamentares que não haviam ocupado nenhum cargo eletivo antes do fim do período multipartidário: Rômulo Galvão e Leur Lomanto (filho do ex-governador Lomanto Júnior). Após três anos atuando, o primeiro como secretário estadual do então governador Antônio Carlos Magalhães e o segundo como oficial de gabinete do então ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, os novos puros eleitos em 1974 reelegem-se em 1978, legislatura na qual se filiam ao PDS, com a volta do multipartidarismo.

Analisando-se os puros eleitos em 1974, observa-se que, assim como na bancada anterior, os cinco parlamentares ocuparam funções de destaque ao longo do exercício de seus respectivos mandatos. O exame da trajetória destes parlamentares reforça o perfil identificado na legislatura anterior, de carreiras políticas caracterizadas pelo ingresso lateral, o que permite identificar na ARENA baiana, assim como a paulista, uma dinâmica baseada preponderantemente pela integração horizontal de seus deputados

federais, principalmente ao se identificar que vários destes parlamentares ou eram parentes ou mantinham vínculos pessoais com as principais lideranças do partido no estado.

Tabela 10 – Trajetória dos deputados arenistas baianos, ARENA – 1978

Deputados	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Leur Lomanto	Não	7 anos	2	Of de Gab Min e DF
Prisco Viana	Não	11 anos	2	Sec Est e DF (2)
Rômulo Galvão	Não	7 anos	2	Sec Est e DF
José Amorim	Não	Nenhum	Nenhum	Nenhum
Ubaldo Dantas	Não	3 anos	1	Séc Est
Stoesel Dourado	Não	8 anos	1	DE (2)
Carlos Santana	Não	4 anos	2	DE e Sec Est

Fonte: Abreu, 2001.

Finalmente, na bancada eleita em 1978, observa-se, novamente, o crescimento deste grupo, que pela primeira vez ultrapassa o número de ex-udenistas, tornando-se o mais numeroso no interior da bancada arenista baiana. Este crescimento pode ser explicado, por um lado em virtude do êxito de Prisco Viana, Rômulo Galvão e Leur Lomanto em se reelegerem, com o fato de Vasco Neto (que conquistara apenas uma suplência) ter assumido uma cadeira, e, por fim, com a eleição de quatro estreantes na Casa: José Amorim, Ubaldo Dantas, Stoessel Dourado e Carlos Santana. Dessa forma, apesar de terem sido sete os puros a se elegerem diretamente (como indicado na tabela anterior), este grupo contou com oito membros ao longo da legislatura, uma vez que Vasco Neto, que havia alcançado somente uma suplência no pleito de 1978, assume uma cadeira na Câmara dos Deputados.

Mantendo-se o mesmo perfil, as trajetórias dos quatro novos puros caracterizam-se pela experiência prévia destes em cargos políticos, uma vez que três deles já haviam exercido alguma função anteriormente. Os dois maiores exemplos são Stoessel Dourado e Carlos Santana, ambos ex-deputados estaduais (Dourado eleito em 1970 e 1974 e Santana em 1974). Santana, além de ter sido deputado estadual, ocupou

também a Secretaria Estadual de Educação e Cultura durante o governo Roberto Santos (1975-1979).

Além dos novatos, os veteranos eleitos em 1978 também contam com trajetórias prévias significativas. Este fato pode ser identificado uma vez que Prisco Viana e Vasco Neto exercem aqui já o terceiro mandato de suas carreiras. Por sua vez, Leur Lomanto e Rômulo Galvão encontram-se no segundo mandato, além de já terem exercido outras funções antes da conquista do primeiro mandato na Câmara dos Deputados. Além disso, a experiência prévia de alguns dos estreantes (na Assembléia Legislativa e em secretarias estaduais) também contribui para neutralizar consideravelmente o impacto que este grupo, presumivelmente, teria na diminuição da coesão partidária da bancada arenista eleita em 1978.

Cabe salientar ainda que o fato de ter sido possível identificar em praticamente todos os puros as alas às quais pertenciam e as lideranças às quais estavam vinculados permitem afirmar que a presença destes parlamentares é em um bom indicador das divisões internas do partido (entre suas lideranças) e do reflexo desta divisão no interior das bancadas arenistas baianas. O fato de grande parte dos puros iniciar suas carreiras políticas como secretários estaduais ajuda a mensurar a importância das secretarias estaduais de governo para o ingresso na carreira política e como um “trampolim” para a Câmara dos Deputados na Bahia. Este aspecto comprova também a importância do controle do governo estadual para a manutenção das principais lideranças baianas, e de seus grupos, no interior do partido governista.

5.2.3 O núcleo duro da ARENA baiana: a importância dos ex-udenistas nas bancadas federais do partido

Examinando-se o peso das demais organizações partidárias, um primeiro aspecto que chama a atenção é o número de ex-udenistas que formaram o grupo mais importante no interior das bancadas arenistas baianas. Representando quase a metade da

bancada federal eleita neste estado em 1966, os remanescentes da UDN, apesar de sofrerem uma redução significativa já na segunda legislatura analisada, caracterizam-se pela manutenção do número de cadeiras no restante do período. Dessa forma, os ex-udenistas caracterizam-se como o principal grupo no interior das bancadas federais arenistas ao longo do período em questão.

Tabela 11 – Trajetória dos deputados arenistas baianos, UDN – 1966

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Rui Santos	Não	21 anos	2	DF (5) e Sec Est
Oscar Cardoso	Não	20 anos	3	Ver, DE (3) e DF
Vasco Filho	Não	16 anos	1	DF (4)
Tourinho Dantas	Não	16 anos	2	DE (3) e DF
Wilson Falcão	Não	16 anos	3	Ver (2), DE e DF
Clodoaldo Costa	Não	16 anos	2	Ver (2) e DE (2)
A C Magalhães	Não	12 anos	2	DE e DF (2)
Heitor Dias	Não	12 anos	3	Ver, Pref e DF
Edvaldo Flores	Não	12 anos	2	Pref e DF (2)
Hannequim Dantas	Não	8 anos	1	DF (2)
Alves de Macedo	Não	8 anos	1	DF (2)

Fonte: Abreu, 2001.

Em virtude do peso deste grupo, a sua presença pode ser tomada como uma manifestação da existência de um grau significativo de coesão no interior da bancada arenista baiana. Assim como o PSD no Rio Grande do Sul, identifica-se na UDN baiana o principal *locus* de recrutamento para os quadros arenistas que compõem as bancadas federais deste partido. Além disso, a conquista de três mandatos no Senado Federal e até mesmo a eleição (indireta) de um governador de estado em duas ocasiões, todos provenientes da primeira bancada federal da ARENA baiana, reforçam a tese de que foi das fileiras da antiga UDN que saiu uma parcela considerável dos principais quadros da nova organização partidária.

Passando-se a examinar as trajetórias destes parlamentares, dos 11 ex-udenistas eleitos em 1966, destaca-se o fato de seis caracterizarem-se por estarem vinculados a este partido e exercendo cargos eletivos, pelo menos, desde 1950. Este aspecto, por implicar na existência de um longo tempo de socialização política dentro desta estrutura partidária, reforça ainda mais a hipótese de caracterização da antiga UDN como a principal “escola” política dos quadros arenistas neste estado, ao identificar no partido um padrão de carreiras baseado na longevidade e estabilidade de seus quadros partidários.

Além deste aspecto, dos 11 ex-udenistas, nada menos que nove começavam a exercer em 1966, no mínimo, o quarto mandato eletivo de suas carreiras¹⁰³ e apenas um era estreante na Câmara dos Deputados. Isto é, além da existência de trajetórias caracterizadas pela longevidade e estabilidade no interior do partido, os remanescentes da UDN eleitos em 1966 caracterizavam-se por possuírem uma significativa experiência legislativa.

Por serem representativas do padrão de carreiras identificado entre os remanescentes da UDN baiana, serão aqui examinadas mais detidamente as trajetórias políticas de duas de suas lideranças: Rui Santos e Antônio Carlos Magalhães.

Após o fim do Estado Novo, Rui Santos elegeu-se deputado na Assembléia Nacional Constituinte, já pela legenda udenista. Após a promulgação da nova Carta, o parlamentar completou o mandato ordinário, reelegendo-se em 1950, pela Aliança Democrática (formada pela UDN, PR, PSB, PSP e o PDC). Paralelamente ao exercício do mandato, a partir de 1951, o parlamentar passou a integrar o diretório nacional da UDN. Conquistando o seu terceiro mandato consecutivo, Rui Santos foi escolhido para assumir a vice-liderança de seu partido na Câmara dos Deputados. Voltando a se eleger em 1958, entre abril de 1959 e julho de 1962, o parlamentar licencia-se da Casa para assumir a Secretaria de Governo do seu estado durante o mandato do também udenista Juraci Magalhães (1959-1963). Em 1962, Rui Santos conquista mais uma vez uma vaga na Câmara dos Deputados, tornando-se, a partir de 1964, vice-líder do seu partido.

¹⁰³ As exceções ficam por conta de Alves de Macedo, que iniciava o seu terceiro mandato, e de Hannequim Dantas, em seu segundo mandato.

Filiando-se à ARENA, em março de 1966, o parlamentar assume a vice-liderança da nova organização e neste mesmo ano conquista o seu sexto mandato na Câmara dos Deputados. Dessa forma, Rui Santos é um dos parlamentares mais experientes da ARENA baiana nesta legislatura. Em 1970, Rui Santos elege-se senador, assim como o seu colega de bancada, o também ex-udenista Heitor Dias, deixando a Câmara em janeiro do ano seguinte.

Já Antônio Carlos Magalhães¹⁰⁴ inicia a sua carreira política elegendose deputado estadual em 1954. Em seu único mandato no legislativo estadual, Magalhães já ocupou posições de destaque, como a liderança de seu partido na Casa e a presidência da Comissão de Finanças da Assembléia. Quatro anos depois, Antônio Carlos Magalhães conquista seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados. Reeleito em 1962, o parlamentar participa (ao lado do deputado Pedro Aleixo, do senador Paulo Sarasate e do próprio Juraci Magalhães, entre outros) decisivamente das articulações visando à formação da ARENA. Logo após, torna-se o primeiro presidente do partido na Bahia.

Após conquistar o seu terceiro mandato em 1966, Antônio Carlos Magalhães assume, a partir de fevereiro do ano seguinte, a prefeitura de Salvador, a convite do então governador baiano Luís Viana Filho (1967-1971). E, em abril de 1970, reassume sua cadeira ao se descompatibilizar da prefeitura para poder disputar o governo do estado. Eleito, Antônio Carlos Magalhães assume o governo do estado da Bahia em março de 1971, deixando a Câmara dos Deputados. É a partir do seu primeiro governo estadual que Antônio Carlos Magalhães desvincula-se politicamente da influência de Juraci para se tornar a principal liderança do partido na Bahia.

¹⁰⁴ Vinculado inicialmente à corrente de Juraci Magalhães, “[...] um dos principais chefes políticos do estado” (Abreu, 2001; 3.432).

Tabela 12 – Trajetória dos deputados arenistas baianos, UDN – 1970

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Tourinho Dantas	Não	20 anos	2	DE (3) e DF (2)
Wilson Falcão	Não	20 anos	3	Ver (2), DE e DF (2)
Edvaldo Flores	Não	16 anos	2	Pref e DF (3)
Hannequim Dantas	Não	12 anos	1	DF (3)
Rui Bacelar	Não	8 anos	1	Ver
Rogério Rego	Não	11 anos	1	Ch Gab (2)

Fonte: Abreu, 2001.

É na Bahia que se observa entre as duas primeiras legislaturas examinadas a mais rápida redução do peso do principal grupo eleito em 1966. Neste estado, verifica-se uma diminuição de cinco cadeiras nos remanescentes da antiga UDN entre a primeira e a segunda legislatura. Cabe ressaltar que a significativa redução identificada no número de parlamentares deste grupo não significa uma perda de espaço dos mesmos na ARENA baiana. Este fato pode ser identificado dado que a diminuição não é reflexo, unicamente, do fracasso eleitoral dos ex-udenistas no pleito de 1970.

Nesta eleição, dos sete parlamentares que tentaram a reeleição, quatro lograram êxito e três obtiveram uma suplência. Além destes, Vasco Filho não se candidata e, entre os demais, Antônio Carlos Magalhães elege-se governador e Rui Santos e Heitor Dias, senadores. Observa-se, então, que dos 10 parlamentares que se candidataram a algum cargo eletivo em 1970, sete lograram êxito e apenas três fracassaram. Dessa forma, ao contrário do que possa parecer em um primeiro momento, a significativa redução dos ex-udenistas na bancada arenista eleita em 1970 não pode ser interpretada como uma perda de espaço sofrida por este grupo dentro da ARENA baiana.

O fato dos ex-udenistas passarem a ocupar tanto o governo estadual como as duas vagas do estado no Senado Federal atestam a força e a importância dos remanescentes da UDN no interior da ARENA baiana. Além disso, a presença de dois novos remanescentes da UDN na bancada eleita em 1970 é um indicador da capacidade deste grupo em manter o espaço conquistado no interior da bancada federal arenista.

Nesta legislatura, representando quase um terço dos deputados federais arenistas, com quatro parlamentares caracterizados por longas trajetórias dentro da antiga UDN e com apenas dois estreantes na Câmara (mesmo assim, ambos com uma experiência considerável tanto na antiga UDN e na ARENA como com ligações pessoais com algumas das maiores lideranças¹⁰⁵ do antigo partido), este grupo constituiu-se novamente no núcleo duro da bancada baiana, confirmando-se a posição da UDN como a “escola” política mais importante das bancadas arenistas no estado.

Outro exemplo da capacidade da UDN e de suas lideranças de “produzirem” carreiras políticas caracterizadas pela valorização de vínculos verticais de fidelidade partidária é a trajetória de Wilson Falcão, que iniciou sua carreira política como vereador no município de Feira de Santana (BA), mantendo-se no cargo por duas legislaturas (1951-1959). No pleito de 1958, o então vereador conquista o seu primeiro mandato como deputado na Assembléia Legislativa do estado. No pleito de outubro de 1962, o parlamentar elege-se deputado federal pela legenda udenista.

Após se filiar à ARENA, Wilson Falcão reelege-se continuamente em 1966, 1970, 1974 e 1978. Com a extinção do bipartidarismo, o parlamentar filia-se ao PDS, partido no qual reelege-se em 1982. Assim como João Alves, Wilson Falcão é um dos poucos deputados da ARENA baiana a figurar nas quatro legislaturas aqui examinadas.

Tabela 13 – Trajetória dos deputados arenistas baianos, UDN – 1974

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Wilson Falcão	Não	24 anos	3	Ver (2), DE e DF (3)
Rogério Rego	Não	15 anos	2	Ch Gab (2) e DF
Rui Bacelar	Não	12 anos	2	Ver e DF
Vieira Lima	Não	12 anos	2	Ver e DE
Jutai Magalhães	Não	16 anos	3	Ver, DE e Vice Gov
João Durval	Não	19 anos	2	Ver (2) e Pref

Fonte: Abreu, 2001.

¹⁰⁵ De acordo com o seu repertório biográfico, Rogério Rego manteve-se aliado a Juraci e a Jutai Magalhães ao longo de toda a sua carreira política.

Na terceira legislatura, cinco dos seis parlamentares tentam garantir sua permanência na câmara dos Deputados: Wilson Falcão, Edvaldo Flores, Tourinho Dantas, Rogério Rego e Rui Bacelar. No entanto, apenas Wilson Falcão, Rogério Rego e Rui Bacelar obtêm êxito na tentativa. Juntando-se a isso o fato de Hannequim Dantas não ter concorrido, identifica-se nesta legislatura a presença de somente um dos 11 ex-udenistas eleitos oito anos antes. Aqui o fracasso eleitoral de dois dos cinco pretendentes à reeleição pode ser tomado como o primeiro revés eleitoral significativo sofrido pelos ex-udenistas eleitos à Câmara dos Deputados pela ARENA baiana.

No entanto, a eleição de Vieira Lima e Jutai Magalhães, então deputados estaduais, e de João Durval, então prefeito de Feira de Santana (BA), que conquistam seus primeiros mandatos na Câmara dos Deputados em 1974, juntamente com a reeleição dos outros três parlamentares, resulta novamente na presença de seis ex-udenistas e na conseqüente manutenção deste grupo como a principal força no interior da bancada.

Além da manutenção das principais características identificadas nos ex-udenistas eleitos anteriormente, os remanescentes deste partido eleitos em 1974 caracterizam-se também por iniciarem suas carreiras políticas no legislativo municipal e, a partir daí, alcançarem postos de relevância estadual para depois chegar à Câmara dos Deputados. Aqui a importância das relações verticais de fidelidade também podem ser identificadas nas trajetórias, por exemplo, de João Durval e Jutai Magalhães.

Vinculado a Antônio Carlos Magalhães, João Durval, após se eleger vereador em duas legislaturas consecutivas (1955-1963), candidata-se à Prefeitura Municipal de Feira de Santana (BA) em 1962, sendo derrotado pelo candidato do Partido Social Democrático (PSD). Após se filiar à ARENA, o ex-vereador candidata-se novamente, conquistando a prefeitura do município em 1966. Três anos após deixar a prefeitura, João Durval candidata-se e conquista o seu primeiro mandato como deputado federal. Reeleito em 1978, Durval não chega a assumir o mandato, uma vez que foi nomeado para a Secretaria Estadual de Saneamento da Bahia durante o segundo governo do ex-

udenista Antônio Carlos Magalhães. Em 1982, João Durval foi eleito governador do estado, com o apoio decisivo de Antônio Carlos Magalhães.

Também se iniciando na política como vereador, no município de Itarapica (BA) entre 1959 e 1963, Jutai Magalhães, após ter ocupado a presidência desta Câmara Municipal, elege-se, em 1962, deputado estadual na legenda udenista. Nesta legislatura, além de se tornar líder do Bloco da Unidade Parlamentar, Jutai é eleito presidente da Assembléia Legislativa entre 1965 e 1966. Neste último ano, com o fim do multipartidarismo, o parlamentar filia-se à ARENA baiana. Na nova legenda, como afirmado anteriormente, o então deputado estadual elege-se, em setembro de 1966, indiretamente, vice-governador do seu estado.

No pleito de 1970, Jutai Magalhães torna-se novamente deputado estadual e, quatro anos depois, conquista, pela primeira vez, um mandato na Câmara dos Deputados, alcançando a maior votação do estado para este posto¹⁰⁶. Eleito, por via indireta, senador por seu estado, Jutai Magalhães deixa a Câmara dos Deputados no fim de seu mandato, em janeiro de 1979.

Tabela 14 – Trajetória dos deputados arenistas baianos, UDN – 1978

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Wilson Falcão	Não	28 anos	3	Ver (2), DE e DF (4)
Rogério Rego	Não	19 anos	2	Ch Gab (2) e DF (2)
Rui Bacelar	Não	16 anos	2	Ver e DF (2)
Vieira Lima	Não	16 anos	3	Ver, DE e DF
Honorato Viana	Não	33 anos	3	Pref, DE (5) e Sec Est
Francisco Benjamim	Não	16 anos	2	DE (2), Sec Est

Fonte: Abreu, 2001.

Com a eleição de Jutai Magalhães para o Senado, na última legislatura analisada, Wilson Falcão, em seu quinto mandato, Rogério Rego e Rui Bacelar, ambos

¹⁰⁶ De acordo com o Abreu (2001), este fato tem como causa principal o rompimento, em 1971, do então deputado estadual com o governador Antônio Carlos Magalhães (1971-1975), fato este que teria atraído para a sua candidatura o voto dos seus adversários políticos e dos arenistas descontentes com o seu governo.

no terceiro mandato, e Vieira Lima, no segundo mandato, reelegem-se para mais quatro anos na Câmara dos Deputados. Além destes, o surgimento de dois novos estreantes mantém a estabilidade no número de cadeiras conquistadas pelos ex-udenistas. São eles: Honorato Viana e Francisco Benjamim.

Honorato Viana, primo de Luis Viana Filho, foi prefeito nomeado do município baiano de Santo Amaro da Purificação em 1945 e caracteriza-se por ter sido um dos fundadores da UDN no estado. Ao final de um longo período sem ocupar cargos eletivos, Honorato Viana elege-se em 1958 deputado estadual pela legenda udenista. Reeleito em 1962, o parlamentar licencia-se do cargo para ocupar a Secretaria da Fazenda do estado durante o governo de Lomanto Júnior. Filiando-se à ARENA, o parlamentar conquista sucessivamente mais três mandatos na Assembléia Legislativa baiana (1966, 1970 e 1974), durante os quais assumiu a presidência da Casa por duas gestões (1968-1969 e 1975-1977). Em 1978, Honorato Viana elege-se deputado federal, exercendo o seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados na última legislatura aqui examinada.

Ao contrário dos ex-pessedistas gaúchos e dos ex-udenistas paulistas, os remanescentes da UDN baiana caracterizam-se por uma rotatividade muito acentuada. O fato de vários senadores e um governador terem saído do interior deste grupo¹⁰⁷ constitui-se em um bom exemplo desta rotatividade. Este aspecto, ao mesmo tempo em que demonstra a importância dos remanescentes deste partido no interior da ARENA, ajuda a explicar (juntamente com alguns fracassos eleitorais) o fato de somente um parlamentar, dos 11 eleitos em 1966, fazer-se presente na Câmara dos Deputados na bancada eleita em 1978.

Finalmente, tendo-se em vista a constatação da importância dos cargos ocupados pelos ex-udenistas, do seu peso no interior das bancadas federais eleitas pela ARENA baiana e a constatação da existência de trajetórias longas e estáveis definindo o perfil dos quadros remanescentes deste partido, pode-se concluir que este grupo contribui

¹⁰⁷ Em 1970, três deputados federais arenistas: Antônio Carlos Magalhães (eleito governador), Heitor Dias e Rui Santos (eleitos senadores) deixam a bancada arenista no legislativo federal. Por fim, em 1978, o então deputado federal Jutai Magalhães também se elege senador pela ARENA baiana.

decisivamente para a existência de um grau significativo de coesão partidária nas bancadas federais arenistas baianas, além de permitir a caracterização deste grupo como o “núcleo duro” do partido governista no estado. Em virtude da maioria das lideranças arenistas ter saído deste partido, o mesmo é um espaço privilegiado para a análise da frequência e da importância da valorização de laços verticais de lealdade característica da dinâmica política baiana.

5.2.4 Estabilidade e experiência: a presença dos ex-perrepistas nas bancadas arenistas baianas

Entre os partidos políticos existentes no regime multipartidário anterior, o Partido Republicano (PR) constitui-se no segundo partido com maior influência nas bancadas arenistas baianas. Diferentemente dos remanescentes do partido anterior, os perrepistas eleitos pela legenda arenista à Câmara dos Deputados caracterizam-se pela alta estabilidade na manutenção de seus mandatos ao longo das legislaturas em questão. Este aspecto é facilmente identificado, uma vez que são quatro os ex-perrepistas que se elegem em 1966 e, destes, dois mantêm seus mandatos ao longo de todo o período analisado.

Tabela 15 – Trajetória dos deputados arenistas baianos, PR – 1966

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Manoel Novais	1	21 anos	2	Ch de Gab e DF (7) ¹⁰⁸
Raimundo Brito	1	16 anos	2	DE e DF (3)
Neci Novais	Não	4 anos	1	DF
Teódulo de Albuquerque	1	21	1	DF (3)

Fonte: Abreu, 2001.

¹⁰⁸ Manoel Novais já havia sido oficial-de-gabinete do interventor Juracy Magalhães entre 1931 e 1933 e deputado federal, eleito em 1934.

Com relação aos ex-perrepistas, pode-se observar que a grande experiência de seus membros na Câmara dos Deputados, somada ao tempo relativamente longo (no mínimo 10 anos) no exercício de cargos eletivos neste partido (a exceção fica por conta de Neci Novais), são aspectos que fazem com que, assim como em relação aos ex-udenistas, a presença dos mesmos contribua para o aumento da coesão partidária das bancadas arenistas baianas. No entanto, cabe salientar que o fato de suas principais lideranças não terem iniciado neste partido suas trajetórias políticas, mas sim terem migrado para o mesmo ao longo de suas respectivas carreiras, não permite identificar o PR como a “escola” de formação política destes parlamentares.

Outro aspecto que chama a atenção é que a migração, por exemplo, de Manuel Novaes e Raimundo Brito (ambos provenientes da UDN) para o PR tenha sido provocada por disputas internas na antiga UDN, que provocaram a saída de alguns udenistas para este partido. Sobre este ponto, além de possibilitar a ascensão enquanto liderança estadual, a saída deste grupo do partido controlado por Juraci Magalhães permitiu que estes negociassem apoio parlamentar ao governo vencedor do pleito em 1950, Régis Pacheco (que havia derrotado Juraci), em troca de cargos no executivo estadual. Este aspecto não impediu o apoio dos perrepistas aos governos udenistas eleitos ao longo do período. Aqui se identifica, novamente, a importância do acesso à máquina governamental para a manutenção das lideranças políticas baianas.

Com relação às trajetórias dos ex-perrepistas, a mais longa é a de Raimundo Brito. Ex-deputado estadual (1923-1925 e 1934-1937), após o fim do Estado Novo, Brito elege-se deputado estadual, pela legenda udenista, em 1950. Logo após assumir o mandato, o parlamentar (um dos novaisistas) transfere-se para o PR, passando a ocupar a liderança de seu novo partido. Nesta legislatura, Raimundo Brito foi também líder do governo do então pessedista Régis Pacheco (1951-1955). Em 1954, o então deputado estadual elege-se pela primeira vez à Câmara dos Deputados, na legenda da Aliança Republicana Cristã, formada pelo PR e pelo Partido Democrata Cristão. Após se reeleger em 1958 e 1962, o parlamentar filia-se em 1966 à ARENA baiana. Em sua nova legenda, Brito conquista o seu quinto mandato na Casa. Em janeiro de 1971, Raimundo Brito deixa a Câmara, sem ter tentado a reeleição.

Tabela 16 – Trajetória dos deputados arenistas baianos, PR – 1970

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Manoel Novais	1	25 anos	2	Ch de Gab e DF (8)
Neci Novais	Não	8 anos	1	DF (2)
Teódulo de Albuquerque	1	25 anos	1	DF (4)

Fonte: Abreu, 2001.

Em 1970, o êxito dos três parlamentares que tentaram a reeleição indica a estabilidade das carreiras políticas destes ex-perrepistas. Entre os remanescentes deste partido, pode-se, também, identificar a importância dos laços de parentesco para o ingresso e a manutenção de carreiras políticas. Assim como se observou a presença de filhos, sobrinhos e primos das maiores lideranças políticas do estado, a esposa da maior liderança perrepista baiana, Manoel Novais, conquista em três ocasiões uma vaga na Câmara dos Deputados. Sendo a única mulher a figurar nas bancadas arenistas analisadas, Neci Novais inicia sua carreira política elegendo-se deputada federal em 1962. Após se filiar ao novo partido governista em 1966, Neci Novais reelege-se neste mesmo ano e, em 1970, conquista o seu terceiro mandato na Câmara dos Deputados. No entanto, em 1974 Neci Novais alcançou apenas uma suplência, deixando a Câmara dos Deputados em janeiro do ano seguinte.

Tabela 17 – Trajetória dos deputados arenistas baianos, PR – 1974/1978

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Manoel Novais	1	29/ 33 anos	2	Ch de Gab e DF (9)/(10)
Teódulo de Albuquerque	1	29/ 33 anos	1	DF (5)/ (6)

Fonte: Abreu, 2001.

Nas duas últimas legislaturas examinadas, dois ex-perrepistas obtêm êxito na manutenção de seus mandatos na Câmara dos Deputados. Sendo portadores de longas trajetórias, baseadas em, no mínimo, 20 anos de experiência na Câmara dos Deputados, os remanescentes do antigo PR baiano são dois exemplos do alto grau de estabilidade identificado nas carreiras dos deputados federais da ARENA no estado.

Ilustrativo deste perfil é a trajetória da maior liderança perrepista, Manoel Novais. Após ter sido chefe-de-gabinete do então interventor baiano Juraci Magalhães entre 1931 e 1933 e ex-deputado federal (1934-1937) Manoel Novais, com o fim do Estado Novo, voltou a eleger-se deputado constituinte na legenda udenista em 1945. Foi durante esta legislatura que o parlamentar migrou para o Partido Republicano, partido em que estabeleceu as bases da sua liderança política. Reeleito em 1950, o parlamentar ocupou a vice-liderança do partido na Casa. Conquistando mais um mandato em 1954, além de continuar nesta função, Manoel Novais acumula também o cargo de vice-líder da minoria na Câmara.

Reeleito novamente em 1958 e 1962, após sua filiação à ARENA, Novais conquista, em 1966, o seu primeiro mandato sob a nova legenda, constituindo-se em um dos mais experientes parlamentares arenistas na Casa. Assim como João Alves, Teódulo de Albuquerque, Fernando Magalhães, José Penedo, Odulfo Domingues e Wilson Falcão, Manoel Novais figura entre os parlamentares arenistas que se mantiveram na Câmara dos Deputados ao longo de todo o período analisado. Após conquistar o seu décimo mandato em 1978, com o fim do bipartidarismo Novais filia-se ao Partido Democrático Social, pelo qual conquistou o seu décimo primeiro mandato na Casa em 1982.

Em seu repertório biográfico encontra-se uma clara alusão tanto à forma como Novais consolidou sua liderança política em uma região específica do interior baiano como à importância do acesso às máquinas estadual e federal para tal propósito. Já adiantando a discussão que virá a seguir, identifica-se que a estratégia de Manuel Novais de aproximação com Antônio Carlos Magalhães em 1986 não foi exitosa, terminando com uma das carreiras mais longas no interior da Câmara dos Deputados.

“Em 1986, Manuel Novais transferiu-se para o Partido da Frente Liberal (PFL) e disputou as eleições de novembro, buscando o apoio de Antônio Carlos Magalhães. Entretanto, o deputado que tinha obtido 12 mandatos consecutivos, não conseguiu se reeleger para aquela que seria a sua terceira participação em uma Assembléia Constituinte. Considerado por muito tempo como o “vice-rei do São Francisco”, na campanha eleitoral de 1986 foi obrigado a fazer corpo-a-corpo, algo incomum na sua trajetória política, principalmente nas décadas de 1950 e 1960, quando controlava a antiga Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), órgão executivo criado por um projeto de lei de sua autoria. Através dela, Manuel Novais alcançou sua projeção política e garantiu seus êxitos eleitorais” (Abreu, 2001; 4122).

5.2.5 Inimigos até a véspera: a presença de dois ex-pessedistas na bancada baiana

Como identificado no segundo capítulo, a rivalidade existente entre PSD e UDN ao longo de todo o período multipartidário ajuda a explicar na Bahia o fato de o PSD migrar majoritariamente para o MDB e não para o novo partido governista quando da instauração do bipartidarismo. Dessa forma, ao contrário da maioria dos estados onde é o PTB o principal formador do partido opositor criado em 1966, levando-se em consideração a migração dos então deputados federais baianos aos dois novos partidos, observa-se que, dos 10 deputados pessedistas, apenas um filia-se à legenda arenista e nove passam a formar a base de sustentação do MDB no interior da bancada federal baiana na Câmara dos Deputados.

Contudo, ainda é possível identificar dois ex-pedessistas (além de Oliveira Brito) no interior das bancadas eleitas pela ARENA baiana ao longo do período analisado. Mesmo convivendo juntamente com seus antigos adversários políticos e sendo minoria dentro do novo partido, este grupo, a exemplo do anterior, caracteriza-se pela grande estabilidade na manutenção dos postos de seus membros na Câmara dos Deputados.

Tabela 18 – Trajetória dos deputados arenistas baianos, PSD – 1966

Deputado	Migração	“Investimento”	Nº cargos	Cargos anteriores
Fernando Magalhães	Não	8 anos	1	DE (2)

Fonte: Abreu, 2001.

Em 1966, apenas um remanescente do PSD conquista uma vaga entre a bancada federal da ARENA baiana: Fernando Magalhães. O parlamentar inicia a sua carreira política em 1958, elegendo-se deputado à Assembléia Legislativa do estado. Após alcançar a segunda suplência no pleito seguinte e assumir uma vaga no legislativo baiano, com a instauração do bipartidarismo, o parlamentar filia-se à ARENA. Em sua nova legenda, o ex-pessedista conquista o seu primeiro mandato de deputado federal em

1966, constituindo-se no único remanescente deste partido integrante da bancada arenista baiana.

Após se reeleger em 1970 e 1974, Fernando Magalhães torna-se presidente do diretório regional do seu partido. Tendo se licenciado para assumir a prefeitura de Salvador em 1977, a convite do então governador Roberto Santos, o parlamentar reelege-se, no último pleito ainda sob o bipartidarismo, para mais um mandato na Câmara dos Deputados. Após ter-se filiado ao PDS em 1979, Fernando Magalhães tenta, sem sucesso, a conquista de mais um mandato, deixando a Câmara dos Deputados em janeiro de 1983.

**Tabela 19 – Trajetória dos deputados arenistas baianos, PSD –
1970/1974/1978**

Deputado	Migração	“Investimento”	Nºcargos	Cargos anteriores
Fernando Magalhães	Não	12/16/20 anos	2	DE (2) e DF / DF (2) / DF (3)
Djalma Bessa	1	16/20/24 anos	1 / 2 / 2	DE (3) / DE (3) e DF / DF (2)

Fonte: Abreu, 2001.

O segundo ex-pessedista, Djalma Bessa, inicia sua carreira política candidatando-se a deputado estadual pelo antigo PTB em 1954, conquistando apenas uma suplência. Após se filiar ao PSD, em 1958 Bessa conquista o seu primeiro mandato no legislativo estadual baiano. Reeleito em 1962, o parlamentar destaca-se na Assembléia Legislativa baiana como líder da oposição ao então governador, o petebista Antônio Lomanto Júnior (1963-1967). Com a extinção dos partidos políticos e a instauração do bipartidarismo, o parlamentar ingressa no partido governista, pelo qual reelege-se em 1966 para mais um mandato como deputado estadual, legislatura na qual o parlamentar, opositor até a véspera da coalizão governamental baiana (a mesma que forma a ARENA no estado), foi escolhido pelo seu novo partido para ocupar a vice-presidência da Casa.

Após estrear na Câmara dos Deputados ao ser eleito em 1970, Djalma conquista o seu segundo mandato em 1974, legislatura na qual o parlamentar ocupou a vice-liderança do partido. Reeleito novamente em 1978, com a extinção do

bipartidarismo, Djalma filia-se ao PDS, partido pelo qual reelegeu-se mais uma vez no pleito de novembro de 1982.

Com relação à presença dos ex-pessedistas nas bancadas arenistas baianas eleitas à Câmara dos Deputados, observa-se que, se por um lado a presença de poucos remanescentes deste partido tende a reforçar a tese da transposição das rivalidades entre pessedistas e udenistas durante o período anterior nas duas novas agremiações partidárias (aspecto que se traduziria na filiação da quase totalidade dos deputados federais pessedistas ao MDB, verificada anteriormente), o fato destes dois remanescentes do PSD não só acumularem contínuos êxitos eleitorais pela legenda governista, mas também passarem a ocupar importantes espaços no interior do partido é, por outro lado, um indicador da possibilidade do convívio sob uma mesma legenda de políticos que, até a véspera, eram rivais no estado.

Dessa forma, a presença de parlamentares com este tipo de trajetória nas bancadas aqui examinadas vai de encontro ao padrão de carreira que até aqui vinha se desenhando para o caso baiano. Vai de encontro, uma vez que estas trajetórias diferenciam-se significativamente do perfil até aqui identificado na grande maioria dos parlamentares arenistas baianos, contribuindo para uma maior heterogeneidade (em relação a origem partidária dos parlamentares) das bancadas e, por conseqüência, para uma diminuição da coesão partidária das mesmas.

5.2.6 O perfil dos deputados federais eleitos pela ARENA baiana

Deputados federais provenientes basicamente da UDN (a grande maioria), do PR (cujos membros constituíam-se em uma antiga ala udenista) e dos “puros” que possuíam uma atuação política prévia muito intensa, apesar de não ter sido encontrado indício de filiação a nenhum partido: este é o perfil dos deputados federais arenistas

aqui examinados¹⁰⁹, eleitos pela ARENA baiana ao longo das quatro eleições realizadas sob o bipartidarismo.

Levando-se em consideração a origem partidária dos deputados federais baianos, as bancadas da ARENA na Câmara dos Deputados caracterizam-se por possuírem um grau elevado de coesão partidária. Assim como ocorre no Rio Grande do Sul (com o PSD), observa-se que a UDN baiana constituiu-se na força hegemônica dentro do partido governista. E esta hegemonia não é contestada em nenhum momento ao longo do período, em função do controle exercido, quase que exclusivamente, por remanescentes deste antigo partido nos principais cargos políticos, eletivos ou não, do estado. Constituindo-se não só no grupo mais numeroso, mas também caracterizado por uma longa e estável trajetória prévia, este grupo é o grande responsável pelo alto grau de coesão das bancadas arenistas baianas.

No entanto, além da clivagem partidária, identificou-se no interior do partido a existência de um outro espaço de disputas e de formação e reafirmação de rivalidades e lealdades partidárias: suas principais lideranças estaduais. Da mesma forma como foi afirmado pela bibliografia especializada com relação ao período multipartidário de 1945-1965, o papel exercido pelas principais lideranças da ARENA baiana, notadamente seus ex-governadores, dentro do partido constitui-se em uma clara linha de continuidade (no interior do partido governista criado pelo regime) entre a dinâmica partidária anterior e o novo partido governista. Aqui, a manutenção desta característica é um indício claro da influência da dinâmica político-partidária anterior no interior da ARENA baiana. Tal aspecto merecerá uma atenção especial, uma vez que é um promissor viés interpretativo para a análise da “herança” deixada pela ARENA baiana na Nova República.

¹⁰⁹ Com relação aos arenistas remanescentes dos demais partidos políticos existentes no sistema partidário anterior, cabe ressaltar ainda a presença de Rubem Nogueira, eleito em 1966, e José Penedo, eleito em 1966, 1970 e 1978, ambos do PRP; Horácio Matos, eleito em 1974 e 1978, do PST e, por fim, de Mihaim Menandro, eleito em 1974 e 1978, do PDC.

5.3 A herança arenista: a consolidação da liderança de Antônio Carlos Magalhães e divisão e reagrupamento das antigas correntes arenistas no estado

Ao longo deste capítulo, verificou-se que a ARENA baiana, além de possuir bancadas federais formadas basicamente por parlamentares experientes, com trajetórias prévias relativamente longas e com vinculação direta aos partidos políticos existentes na fase multipartidária anterior ao período analisado, possui uma dinâmica interna pautada pelo predomínio de suas principais lideranças. Esta análise identificou a presença de cinco lideranças de primeiro plano, encabeçando as principais alas do partido no estado.¹¹⁰

Levando-se em consideração o peso das principais alas da ARENA baiana, o objetivo desta última seção é identificar, a partir do fim do bipartidarismo, o destino de cada uma destas lideranças e suas correntes políticas durante a primeira metade dos anos 80. Para isto, além da migração partidária, serão analisados o peso de cada partido no interior das bancadas eleitas por este estado para a Câmara dos Deputados, bem como os resultados eleitorais para o governo estadual, em 1982 e 1986.

Tabela 20 – Representação partidária na Câmara dos Deputados, BA – 1982 e 1986

Partidos	1982	1986
PDS	64,1 (25)	0,00 (0)
PMDB	35,9 (14)	56,41 (22)
PFL	-----	35,9 (14)
PC do B	-----	2,56 (1)
PCB	-----	5,13 (2)
TOTAL	100 (39)	100 (39)

Fonte: Camargos e Cardoso, 1997.

¹¹⁰ Antônio Carlos Magalhães, Roberto Santos, Lomanto Júnior, Luís Viana Filho/Neto e Juraci/Jutai Magalhães.

Examinando-se o peso de cada um dos partidos que obtiveram pelo menos uma das cadeiras baianas em disputa, verifica-se que o sistema partidário baiano continua praticamente bipolarizado (1982 – PDS x PMDB – e 1986 – PFL x PMDB). Camargo e Cardoso (1997) comentam resumidamente alguns dos dados que mais chamam a atenção ao se comparar o desempenho dos partidos entre as eleições:

“Na essência, a lógica eleitoral revelou ainda a predominância de um bipartidarismo de fato. Comparando as eleições de 1986 com as de 1982, verificamos um grande crescimento do PMDB, devido sobretudo ao êxito do Plano Cruzado, implantado pouco antes das eleições, e que levou o PMDB a conquistar a maioria dos cargos majoritários e proporcionais em todo o país. O PFL, nascido do PDS em 1985, surgiu como uma grande força eleitoral, obtendo cerca de 30% dos votos para a Câmara e para a Assembléia. Já o PDS perdeu completamente sua força eleitoral e não conseguiu eleger nenhum deputado” (Camargos e Cardoso, 1997; 117-118).

O êxito inicial do plano cruzado, apesar de ser uma variável fundamental para se explicar o desempenho eleitoral do PMDB em 1986, não pode ser tomado como a única causa deste desempenho. Da mesma forma, não ajuda a explicar, por exemplo, o fracasso eleitoral do PDS baiano. Para se entender o elevado declínio do PDS, bem como para ajudar a explicar o crescimento eleitoral do PMDB neste pleito, a trajetória das principais lideranças baianas constitui-se também em uma variável relevante.

Com o fim do bipartidarismo, a fragmentação da ARENA baiana (em função da incompatibilidade da manutenção de adversários políticos no mesmo partido em um contexto multipartidário) não ocorre de imediato. Em virtude, provavelmente, da grande importância do acesso à máquina estadual (aspecto já referido anteriormente), das cinco principais correntes arenistas identificadas em 1979, apenas a liderada pelo ex-governador Roberto Santos – que se encontrava isolada após as eleições de 1978 – deixa o partido. Descontente em virtude da eleição de Antônio Carlos Magalhães no ano anterior para o governo estadual, Roberto Santos desfilia-se do PDS baiano para ser o principal organizador do PP no estado. Com a fusão deste partido e do PMDB, em 1982 Roberto Santos foi escolhido para ser o candidato do partido ao governo estadual.

No PDS, neste mesmo pleito, as quatro correntes disputam a indicação para a candidatura ao governo. Confirmando a força de sua liderança, Antônio Carlos Magalhães consegue eleger seu sucessor João Durval Carneiro, contando com o apoio

de Luís Viana Neto, que se reeleger senador. Com relação às duas outras lideranças, Leur Lomanto chega a lançar seu nome como pré-candidato, desistindo antes da convenção, e Jutai Magalhães, por sua vez, enfrenta João Durval Carneiro, perdendo a disputa nas prévias do partido.

Após a primeira eleição direta para o governo estadual, a posição das lideranças baianas passa a sofrer uma série de modificações entre 1985 e 1986. A vitória de Paulo Maluf na convenção do PDS para a escolha do candidato do partido à eleição indireta para a Presidência da República, derrotando o então ministro Mário Andreazza¹¹¹, e a posterior fundação do PFL (Partido da Frente Liberal) foram responsáveis por uma rearticulação significativa de forças na política baiana. Entre as principais lideranças arenistas, Jutai Magalhães (1985) e Leur Lomanto (1986) são os primeiros a deixar o PDS.¹¹²

O fato de estas lideranças terem apoiado Paulo Maluf e, mesmo assim, terem migrado para o PFL indica que a motivação para o ingresso no novo partido tinha suas origens mais vinculadas às rivalidades internas ao PDS, controlado por Antônio Carlos Magalhães. O fato de as duas lideranças dissidentes terem sido, justamente, as que saíram derrotadas das prévias do partido em 1982 indica a perda de espaço destas lideranças dentro do PDS baiano, o que ajuda a explicar a ida para o PFL.

Após um período de indefinição, em que foi cogitada inclusive a possibilidade de criação de um novo partido por Antônio Carlos Magalhães, a maior liderança política do estado (cuja permanência no PDS era dada como improvável desde a vitória de Paulo Maluf) desvincula-se do partido e migra para o PFL. Este processo foi bastante delicado, uma vez que esta filiação encontrou fortes resistências no diretório do partido no estado (a essa altura controlado por Jutai Magalhães, Luis Viana Filho e Luis Viana Neto). Em Abreu (2001), a descrição do conturbado processo de incorporação da ala carlista ao PFL dá uma idéia precisa das rivalidades entre as antigas lideranças arenistas:

¹¹¹ Esta se constitui em uma das principais derrotas políticas de Antônio Carlos Magalhães, defensor da candidatura Andreazza.

“A negociação esbarrou em resistências baianas: seis dos onze membros da comissão provisória regional se opuseram à sua entrada no PFL, frisando que se tratava de um “veto irremovível”. O ingresso, porém, já estava acertado com o presidente do PFL, que não podia abrir mão de um grupo integrado pelo governador do estado, um ministro, um senador, nove deputados federais, quatorze deputados estaduais, mais de trezentos prefeitos ... constituindo, portanto, força amplamente majoritária na Bahia”(Abreu, 2001; 3435).

A ida de Antônio Carlos Magalhães para o PFL (formalizada no dia 7 de janeiro de 1986) acaba provocando a desfiliação de Jutai Magalhães do partido, que ingressa no PMDB. Assim como Jutai, Luís Viana Filho e Luís Viana Neto também filiam-se ao PMDB, o que provoca, novamente, a união de três das principais correntes arenistas sob uma mesma legenda partidária (uma necessidade para se fazer frente à força eleitoral do PFL no estado). Finalmente, após anos de discordâncias, Lomanto Júnior reaproxima-se de Antônio Carlos Magalhães, filiando-se ao PFL.

Neste cenário, os partidos se lançam à sucessão estadual com os seguintes candidatos: Josafá Marinho e Lomanto Júnior, respectivamente, para governador e senador pelo PFL, e Valdir Pires (emedebista e líder do antigo PSD baiano) e Jutai Magalhães, candidatos ao governo do estado e ao Senado Federal, pelo PMDB. Com a eleição de Valdir Pires e de Jutai Magalhães, o PFL acaba ficando quatro anos fora do governo estadual. Um PMDB “inchado” pela adesão de Roberto Santos, Jutay Magalhães, Luís Viana Filho e Luís Viana Neto e beneficiado por controlar o governo federal, e pelo êxito eleitoral do Plano Cruzado: estas são as principais características que explicam o êxito eleitoral do partido nas eleições estaduais de 1986.

Mesmo assim, o peso da liderança de Antônio Carlos Magalhães mantém-se e, em 1990, candidatando-se (pela terceira vez) ao governo estadual, o então ministro de estado conquista mais uma vez o executivo baiano. *“Contando com o apoio de cerca de dois terços dos 415 prefeitos baianos, elegeu-se em outubro, derrotando por uma ampla margem de votos Roberto Santos, candidato situacionista”* (Abreu, 2001; 3438).

Analisando-se a trajetória das lideranças arenistas baianas, observa-se que a presença da ala liderada por Antônio Carlos Magalhães não deixou muitos espaços no interior do PDS baiano para as demais lideranças, que acabaram deixando,

¹¹² Mesmo tendo ambos votado em Paulo Maluf no colégio eleitoral.

paulatinamente, o partido para acomodarem-se no interior do PMDB e do PFL. No entanto, mesmo após assumir o controle do PDS baiano, Antônio Carlos Magalhães acaba por deixar o partido no início de 1986, provocando o esvaziamento do PDS no estado, que ajuda a entender o desempenho do partido em 1986.

Para se compreender a saída de Antônio Carlos Magalhães do partido, é preciso atentar-se para o fato de que, além da derrota política sofrida pelo ex-governador, provocada pela vitória de Maluf sobre Andreazza, o PDS em 1986 não representava um caminho seguro para se chegar ao governo estadual. Além deste aspecto, o fato da vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral representava o afastamento entre o partido e a máquina federal. Neste contexto, longe da máquina federal e estadual, a passagem para o PFL representaria a manutenção do acesso a estes bens seletivos, fundamentais para a manutenção da sua liderança. A partir da trajetória das antigas lideranças arenistas na Nova República, pode-se identificar também no caso baiano a presença de duas das principais características da dinâmica política estadual identificadas pela bibliografia especializada desde 1945, quais sejam: o peso das lideranças políticas no interior dos partidos e a importância da manutenção do acesso à máquina governamental para a manutenção das mesmas.

Levando-se em consideração o que foi aqui visto, conclui-se que, sob a capa do partido oficial, agrupavam-se várias correntes internas não só bastante diferenciadas entre si, mas também em constante disputa pelo controle do partido e dos principais postos de governo. Neste sentido, a partir da identificação da importância que as lideranças arenistas tiveram no interior do partido, constata-se que a ARENA baiana, assim como a paulista, era profundamente dividida em seu interior. Paralelamente a este aspecto, seus parlamentares possuem um perfil marcado por trajetórias longas dentro dos seus respectivos partidos políticos, o que confere um alto grau de coesão partidária às bancadas arenistas eleitas à Câmara dos Deputados.

Filiação partidária e vinculação a um determinado chefe político: estas são duas das principais variáveis identificadas para que se possa mensurar o grau de coesão partidária das bancadas arenistas na Câmara dos Deputados. Por um lado, a análise da trajetória dos parlamentares arenistas indica a existência de um grau considerável de

coesão partidária. Por outro, a identificação da importância exercida pelas principais lideranças arenistas aponta para a existência de facções claramente definidas no interior do partido. Este é, talvez, o maior paradoxo encontrado na análise da legenda arenista baiana. Além das clivagens representadas pela origem partidária, o fato de pertencer a uma determinada facção constitui-se em variável relevante para a compreensão do caso baiano, o que revela a sobreposição de clivagens no interior da ARENA no estado.

Por fim, cabe salientar que a análise da coesão dos quadros internos da ARENA baiana possibilita compreender a existência de uma tendência muito forte dos membros de cada facção do partido em seguir suas respectivas lideranças nas migrações partidárias examinadas, aspecto que atesta a importância dada pelos quadros intermediários do partido à manutenção dos vínculos de lealdade com suas respectivas lideranças. A partir da análise realizada, foi possível identificar que os quadros arenistas baianos eram caracterizados por um longo tempo de filiação partidária e de experiência em outros cargos políticos até a conquista de um mandato de deputado federal. Por sua vez, a identificação deste período de “treinamento” no interior das organizações partidárias é fundamental para a compreensão da importância, atribuída pelos quadros intermediários e pelas lideranças políticas, ao fato de pertencer a uma determinada facção partidária.

Sobrepondo-se estes dois aspectos, identificou-se nos resultados eleitorais e em diversos repertórios biográficos que, quando da saída do PDS para o PP, PMDB e PFL, as antigas lideranças arenistas foram seguidas fielmente por seus respectivos aliados, o que ajuda a explicar o esvaziamento do PDS no estado. Neste processo, o fato de as diferentes facções serem formadas por quadros marcados por laços estáveis com suas lideranças, reforçados ao longo de anos de convivência tanto nos partidos políticos anteriores (1945-1965) como ao longo dos 15 anos de existência da ARENA, verificado no exame da trajetória dos deputados federais, é fundamental para se compreender o realinhamento partidário neste estado com o advento da Nova República.

6 Considerações finais

Sincronia *versus* diacronia; criação “por cima” *versus* peculiaridades e condicionantes regionais; esforço de unificação de seus quadros *versus* disputas e rivalidades locais e regionais – estes são alguns dos principais paradoxos inerentes à história do partido do regime militar brasileiro, identificados ao longo do presente trabalho. Na realidade, tais contradições não se encontrariam e tampouco teriam suas origens no partido, mas é justamente a partir delas que se pode analisar e compreender a formação e a atuação da ARENA nos três estados analisados. E o recurso analítico a estas tensões cruzadas é que fornece a matriz a partir da qual se pode compreender a existência de diferenças significativas na dinâmica de cada seção estadual do partido, bem como suas contradições internas. Nesse sentido, os dados analisados constituem-se em manifestações da existência de dinâmicas significativamente diferenciadas entre os estados, uma vez que as mesmas se refletem em cada estado, quase que perfeitamente nas trajetórias aqui examinadas.

Com base nesta perspectiva, conclui-se que a configuração da ARENA em cada estado examinado não obedeceu a apenas “um” princípio básico, não sendo, por exemplo, unicamente resultado de estratégias e da atuação nem do governo federal nem das elites estaduais. Por outro lado, a análise não aponta para o outro extremo, que se constitui aqui no risco de se cair em um “determinismo histórico” ou “regional”, afirmando que a ARENA seria totalmente reflexo da história peculiar a cada estado. Diferentemente destas visões, a perspectiva aqui adotada considera que tais dimensões – além de outras possíveis – seriam conjuntamente responsáveis (com maior ou menor grau de importância) pela configuração do partido em cada estado analisado.

Apesar da presente análise ter identificado uma clara linha de continuidade entre as dinâmicas político-partidária e eleitoral e a dinâmica do partido do regime em cada estado, confirmando a sua hipótese inicial, tal achado não dá conta da explicação do objeto como um todo. Nesse sentido, em vez de se considerar a dimensão histórica como a única explicação para as diferentes configurações identificadas nos três estados analisados, tal dimensão é aqui considerada um pano de fundo privilegiado, a partir do qual se pode compreender tais diferenças. Apesar de parecer pequena, esta diferença de abordagem é fundamental, uma vez que, ao tomar a dimensão histórica como uma variável explicativa importante, mas não única, tal abordagem permite que a análise leve em consideração aspectos como as diferentes estratégias de atuação tanto do governo federal como dos diferentes atores políticos envolvidos em situações e momentos específicos ao longo do período (como as sucessões estaduais, por exemplo). Isso permite identificar em cada caso a opção de um determinado ator político como uma em um conjunto de opções possíveis.

Desta forma, cada contexto específico analisado, cada trajetória examinada e cada traço característico da tradição política dos três estados é considerado, ao mesmo tempo, condicionante e condicionador da configuração do partido, possuindo, dessa forma, uma importante capacidade explicativa acerca da configuração da ARENA em cada estado.

Partindo-se de tal perspectiva e como conclusão mais geral, cabe salientar a confirmação da importância da trajetória política dos quadros arenistas para a explicação da dinâmica do partido em cada estado. Para tal afirmativa, o exame das negociações e da atuação tanto do governo como dos arenistas nas sucessões estaduais e nas negociações em torno das candidaturas do partido ao Senado Federal, por exemplo, constituíram-se em espaços privilegiados de análise. A identificação da transposição de rivalidades e lealdades oriundas no sistema multipartidário de 1945-65, bem como o caráter central de tal aspecto nestas negociações, é uma evidência clara da importância exercida pela origem partidária dos integrantes do partido do regime na sua configuração. Com base nesta constatação, confirma-se a relevância da análise das trajetórias prévias dos deputados federais da ARENA enquanto uma importante dimensão para o exame da coesão do partido nos três estados tomados como parâmetro de análise.

Cabe ainda salientar que o perfil dos parlamentares arenistas, identificado em cada estado, vai ao encontro das principais características próprias a cada contexto estadual, atribuídas pela literatura especializada ao período multipartidário anterior. Acostumada a atuar em conjunto durante vários anos, participando de, no mínimo, dois governos estaduais (Ildo Meneghetti), disputando eleições conjuntamente em praticamente todos os níveis, a coalizão que formaria a ARENA gaúcha já estava habituada a atuar em conjunto, e já haviam estabelecido laços de convivência interpartidários que foram cruciais para o grau de coesão do partido neste estado.

Retomando as considerações de Bowler, Farrell e Katz (1999), o fato de a dinâmica político-partidária e eleitoral do Rio Grande do Sul em 1945-1965 ser marcadamente bipolar tensionou o estabelecimento de relações mais estáveis entre os diferentes atores políticos, entre os partidos e entre cada partido e seu respectivo eleitorado. Ao se confirmar a tendência salientada por estes autores de que um sistema partidário caracterizado desta forma tenderia a formar partidos políticos mais coesos, tem-se aqui uma explicação bastante plausível para o caráter “menos artificial” da formação da ARENA no estado.

Por sua vez, a análise das trajetórias dos arenistas gaúchos não só confirma tais características da dinâmica político-partidária e eleitoral identificada no estado, bem como a sua transposição para o interior da ARENA. Assim, sendo herdeira de uma tradição de valorização dos espaços políticos e de clara definição e estabilidade das identidades partidárias (Love, 1975), a ARENA gaúcha pode ser considerada portadora de um grau significativo de coesão partidária.

Dessa forma, não somente em função das estratégias e ações dos governos militares, mas também das particularidades da dinâmica política do Rio Grande do Sul, é que o regime obtém êxito, no estado, em seu propósito de formar um partido viável eleitoralmente e capaz de prover o apoio pretendido pelo regime. Cabe salientar que esta configuração não impede a identificação de episódios em que a unidade do partido encontrou-se ameaçada, e o episódio da candidatura Cirne Lima é um exemplo disso. Esta ressalva é bastante oportuna, uma vez que permite afirmar que não se pretendeu aqui negar a existência de rivalidades e de disputas internas entre os arenistas gaúchos,

mas sim, salientar que este campo de disputas estava circunscrito a um espaço delimitado. Nesse sentido, a margem de ação e de movimentação das lideranças arenistas gaúchas estava circunscrita à estrutura interna do partido, o que ajuda a compreender a manutenção da unidade do partido após o fim do bipartidarismo, e inclusive atualmente. Homogeneidade de trajetórias, impessoalidade e estabilidade nas carreiras políticas constituem-se, dessa forma, nas características que marcam os principais quadros da ARENA no Rio Grande do Sul.

“O PDS gaúcho revela um traço de impessoalidade que o permitiu sobreviver, a despeito do comportamento de suas principais lideranças. No início de 1982, Jair Soares, Carlos Chiarelli e Néelson Marchezan disputaram as eleições primárias realizadas para indicar o candidato do partido ao governo do estado. Vitorioso nas prévias, Soares conquistou o Executivo estadual após disputa acirrada com o principal candidato de oposição. Em meio ao mandato no governo de Estado, Jair Soares transferiu-se para o PFL, acompanhado por Carlos Chiarelli, senador eleito em 1982. Contudo, nem a inesperada conquista da administração estadual contribuiu para viabilizar a organização pefelista no estado, incapaz de atrair contingente significativo de sua antiga matriz. Finalmente, em 1995, Néelson Marchezan abandonou o PPB para filiar-se ao PSDB sem, contudo, influenciar no mesmo sentido outros representantes do partido” Santos, 2000; 202-203).

Já em São Paulo, o quadro desenhado é consideravelmente diferenciado. Aspectos como a recorrência de casos de parlamentares sem experiência ou carreira prévia, o peso dos puros em suas bancadas federais e a presença de remanescentes dos partidos que representavam, no período anterior, a única clivagem eleitoral estável a nível estadual (PSP versus UDN), no interior da ARENA paulista, configuram um partido marcado pela heterogeneidade de seus quadros. Dividida entre pessepistas, udenistas e parlamentares de vários outros partidos menores, e marcada pela presença de um grupo consideravelmente numeroso de notáveis, a ARENA paulista caracteriza-se por ser a seção estadual na qual se verificou o menor grau de coesão interna.

Em um cenário como este, a quase inexistência de vínculos internos mais estreitos entre os quadros arenistas, identificada pela ausência de um tempo prévio de socialização e “treinamento” político compartilhado antes da conquista de um mandato em uma das bancadas federais do partido, é tomada como uma variável relevante para a compreensão da dinâmica interna da legenda governista em São Paulo. Por outro lado, analisando-se a trajetória política dos governadores paulistas e tomando-se como parâmetro a passagem pela Câmara dos Deputados, observa-se que nenhum dos governadores do estado havia sido eleito deputado federal. Com trajetórias

caracterizadas pelo ingresso lateral, a escolha destes nomes representava a pouca valorização que era atribuída à trajetória partidária no interior da ARENA paulista quando da escolha dos arenistas para os principais cargos.

Diferentemente das ARENAs gaúcha e baiana, nas quais, para ser indicado pelo partido para ocupar cargos de relevo, a trajetória política do pretendente era consideravelmente importante, na ARENA paulista possuir uma trajetória partidária estável e longa não representava o mesmo capital político, o que pode ser interpretado como um desestímulo à manutenção de laços de lealdade entre os quadros partidários no interior da ARENA paulista.

Para finalizar, o ingresso na ARENA paulista de quadros de diferentes “cores” partidárias – entre as quais destacavam-se os remanescentes da UDN e do PSP – com longas trajetórias em seus respectivos partidos contribuiu para a transposição das clivagens existentes entre os antigos partidos paulistas para o interior da legenda governista, comprometendo a coesão da ARENA em São Paulo.

Um partido caracterizado por uma dinâmica de integração horizontal, pela heterogeneidade e pela existência de várias divisões internas em seus quadros – este é o perfil da ARENA paulista identificado ao longo da análise. É justamente este perfil um dos fatores que permite explicar a ascensão da liderança de Paulo Maluf, mesmo sem o apoio militar, e sua consolidação a partir da conquista do governo do estado. Apesar da confirmação da existência de uma forte ingerência do governo federal em relação às seções estaduais do partido, verificada no exame das sucessões estaduais, a ascensão de Paulo Maluf em São Paulo como liderança dissidente prova o caráter falível desta dominação. Tal aspecto comprova também a necessidade de se levar em consideração (além da atuação do governo federal) a análise do perfil dos quadros arenistas e de suas relações internas quando se busca compreender e explicar as sucessões estaduais ao longo do período.

A análise conjunta destes fatores no processo sucessório estadual permite compreender que a estratégia utilizada pelo regime de dificultar o fortalecimento do partido e de suas lideranças em São Paulo, favorecida pelo perfil dos quadros arenistas deste estado, apesar de ter sido exitosa em quase todo o período, foi fundamental para

viabilizar a ascensão da liderança de Paulo Maluf no interior da legenda governista. Dessa forma, a dinâmica própria ao sistema partidário paulista e as características pessoais desta liderança (poder econômico e facilidade no contato com o eleitor paulistano) constituem-se em variáveis relevantes para a explicação da ascensão e consolidação da liderança exercida por Paulo Maluf no PDS paulista, inclusive atualmente.

Ainda em relação ao caso paulista, o argumento defendido na análise da ARENA gaúcha pode ser retomado, porém no sentido inverso. O fato de a análise ter identificado um perfil significativamente heterogêneo, e com um baixo grau de coesão, não significa afirmar que o partido possa ser considerado uma organização completamente caótica. Simplesmente, o que se pretende salientar é que estas características permitiram às lideranças arenistas uma margem de ação significativamente maior no interior do partido, quando comparado ao caso gaúcho.

Por fim, com relação à ARENA baiana foi identificado na análise das trajetórias dos seus deputados federais um perfil marcado em grande parte pela estabilidade e longevidade dos seus vínculos partidários. Dessa forma, o perfil dos parlamentares baianos é consideravelmente semelhante ao dos gaúchos e paulistas, caracterizado por trajetórias longas e com um grau significativo de estabilidade em relação à migração partidária, ao menos no que tange aos remanescentes dos antigos partidos políticos. A diferença básica é que os arenistas gaúchos (principalmente) e baianos, ao contrário dos paulistas, já atuavam conjuntamente nos governos estaduais antes da instauração do bipartidarismo. O estabelecimento de alianças eleitorais e governativas entre as forças que vieram a formar a ARENA nestes dois estados propiciou um espaço de compartilhamento mútuo de experiências ao longo do período anterior, facilitando as negociações para a formação do partido governista no Rio Grande do Sul e na Bahia. Por outro lado, em São Paulo, os dois principais grupos internos na ARENA eram, até a véspera, os preconizadores da maior clivagem partidária e eleitoral do estado, rivais ferrenhos entre si.

Por outro lado, pode-se afirmar que a diferença básica entre as seções gaúcha e baiana não reside no perfil de seus quadros, mas sim na dinâmica de relações internas no interior do partido. Com relação a este ponto, o fato de uma das principais

características identificadas pela literatura especializada na dinâmica político-partidária e eleitoral baiana constituir-se no peso exercido pelas principais lideranças partidárias em seus respectivos partidos, diferentemente do caso gaúcho, é que irá explicar o esvaziamento do PDS baiano.

Dessa forma, na Bahia, além do exame das origens partidárias dos quadros arenistas, a vinculação dos mesmos aos principais chefes políticos identificados na análise seria significativamente relevante para se mensurar o peso de cada facção e, conseqüentemente, de cada liderança no interior do partido. Por outro lado, a comprovação de que as forças que formaram a ARENA baiana já estavam em 1962 nucleadas ao redor da UDN, e de que este se constituiu na principal “escola” de grande parte dos arenistas baianos, além da identificação da importância da manutenção e do cultivo de lealdades verticais de cunho personalista no interior do partido governista baiano, permite a afirmação de que a ARENA baiana era também consideravelmente coesa.

Além desse aspecto, o fato (já identificado ao longo da análise) da migração da grande maioria das principais lideranças baianas ao partido governista quando da sua fundação conferiu ao partido uma dominação eleitoral incontestada ao longo de todo o período. Com relação a este aspecto, identifica-se aqui um paradoxo: ao mesmo tempo em que se pode supor que a existência e a importância destas lealdades verticais ajudaram a produzir carreiras mais estáveis e, como conseqüência, um partido mais coeso, a presença de várias lideranças no interior da ARENA baiana implicou em uma clara e profunda divisão interna entre tais grupos. Uma ARENA coesa e, ao mesmo tempo, dividida entre suas principais lideranças: esta é a configuração da legenda governista na Bahia.

A capacidade destas lideranças em negociar entre si o preenchimento dos principais postos eletivos e de conviver em um mesmo partido constituíram-se na garantia de tranquilidade para o regime de que as eleições neste estado estariam garantidas. Com acesso praticamente irrestrito à quase totalidade das prefeituras municipais, à máquina estadual e com o apoio do governo federal, a ARENA baiana não teve dificuldades, ao contrário dos outros dois estados, em neutralizar as forças opositoras nas eleições realizadas ao longo do período.

Percorrendo caminhos diferenciados, com lógicas e dinâmicas distintas, o partido do regime caracterizou-se de forma peculiar em cada estado, sugerindo a importância das particularidades regionais quando da instauração da moldura institucional estabelecida pelo regime. Tal moldura sofreu em cada estado a influência de suas dinâmicas próprias, configurando-se dessa forma, diferentes realidades partidárias sob a capa formal da legenda do regime. Nesse sentido, muito mais do que “uma” ou “a” ARENA, a análise aponta no sentido da existência de configurações partidárias significativamente diferenciadas em cada estado.

Retomando a proposta de análise aqui empreendida para o estabelecimento de um instrumental analítico que dê conta da mensuração do grau de coesão da legenda governista, considera-se que o esforço realizado é um passo inicial importante, pois se mostrou eficiente, auxiliando a explicação e a compreensão dos diferentes “destinos” da ARENA após a liberalização do regime. Quando cessaram os mecanismos que asseguravam ao regime a disciplina do partido governista e os impedimentos à criação de novos partidos é que se pôde mensurar o quanto a unidade da ARENA em cada estado era consequência da disciplina imposta ao partido, ou da sua coesão interna¹¹³.

Apesar destas diferenças, um traço comum muito relevante foi identificado nos três estados. A confirmação de que este partido foi a “escola” das principais lideranças e partidos considerados de direita atualmente existentes nos três estados examinados. Dessa forma, a partir de lógicas e dinâmicas significativamente diferenciadas, o partido do regime, além de desempenhar (com maior ou menor êxito, dependendo do estado e da época) sua função de defesa e apoio eleitoral ao regime militar, constituiu-se em uma “escola”, um espaço de iniciação e socialização política privilegiado para as “direitas” gaúcha, paulista e baiana. Este aspecto confirma-se a tal ponto que é possível identificar em suas diferentes dinâmicas as origens da atual configuração dos partidos de direita nos três estados analisados.

Alta coesão e unidade partidária, explicando a manutenção da força do PDS no Rio Grande do sul. Baixa coesão e “ingresso horizontal”, acarretando em uma posterior migração dos arenistas paulistas aos demais partidos (inclusive para o próprio PMDB) e

¹¹³ O *continuum* proposto por Bowler, Farrell e Katz (1999).

ajudando a explicar a ascensão da liderança de Paulo Maluf no PDS em São Paulo. Alta coesão intragrupo e divisão partidária, duas das principais causas do esvaziamento do PDS e da consolidação da liderança de Antônio Carlos Magalhães na Bahia. Estas são, em linhas gerais, as configurações da legenda governista que ajudam na compreensão do legado arenista com o advento da Nova República aos partidos de direita no Rio Grande do Sul, São Paulo e Bahia.

Coesão partidária entendida como um determinado conjunto de relações e vínculos interpessoais no qual os atores políticos são “curtidos” e que contribui para demarcar espaços e definir fronteiras intra e inter-partidárias; como um processo contínuo de incorporação, por parte dos membros de um determinado partido, de uma espécie de *ethos* partidário; um “espírito de corpo”, somente apreendido ao longo do tempo. Esta é, em suas linhas gerais, a definição do termo a partir da qual buscou-se identificar as diferentes dinâmicas das elites regionais e lançar luzes sobre a configuração da legenda governista, bem como, da rearticulação das elites remanescentes deste partido com o advento da Nova República nos três estados analisados.

7 – Referências bibliográficas

ABREU, Alzira, BELOCH, Israel, LATTMAN-WELTMAN, Fernando e LAMARÃO, Sérgio (coords). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001.

ANDRADE, Régis de C. Jânio. De novo? In: *Lua Nova*. Nº 3, Vol. 2 – Outubro – Dezembro/1984.

As Eleições no Rio Grande. Porto Alegre: Síntese[197].

AZEVEDO, Fay de. O balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº 8 – abril de 1960.

_____. O balanço das eleições de 1962 no Rio Grande do Sul. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº 16 – janeiro de 1964.

BENEVIDES, Maria Victória de M. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945 – 1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BOSCHI, Renato R. Notas sobre a participação popular e reforço do legislativo. Paper apresentado no III Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Belo Horizonte, outubro de 1979.

BOWLER, Shaum, FARRELL, David and KATZ, Richard. Party cohesion, party discipline and parliaments. In: _____. (coords). *Party Discipline and Parliamentary Government*. Ohio State University, 1999.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Diretoria Legislativa. Centro de Documentação e Informação. *Deputados Brasileiros: repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados da Sexta Legislatura*. (1967-1971) Brasília, 1968.

_____. *Deputados Brasileiros: repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados da Sétima Legislatura*. (1971-1975) Brasília, 1971.

_____. *Deputados Brasileiros: repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados da Oitava Legislatura*. (1975-1979) Brasília, 1976, 2ª ed.

_____. *Deputados Brasileiros: repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados da Nona Legislatura*. (1979-1983) Brasília, 1979.

CAMARGOS, Malco B. e CARDOSO, Maria das D. Bahia: formato e funcionamento do sistema partidário. In: JUNIOR, Olavo B. (org.). *O Sistema Partidário Brasileiro – diversidade e tendências – 1982-94*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CARDOSO, Fernando H. *Os partidos políticos e a participação popular*. In: FLEISCHER, David (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

CARVALHO, José M. de. *A construção da Ordem*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1980.

CEW, Judson de. A decisão eleitoral em Caxias do Sul. In: REIS, Fábio (org.) *Os Partidos e o Regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978.

CHAUÍ, Marilena. Maluf ou o novo corpo do rei. In: *Lua Nova*. Nº 3, vol. 1 – Outubro-Dezembro/1984.

DALLARI, Dalmo de A. Considerações sobre o comportamento do eleitorado paulista. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº43 – julho de 1976.

_____. Respostas do eleitorado paulista aos estímulos de uma nova ordem. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº23/24 – julho de 1967/janeiro de 1968.

DELGADO, Lucília de A. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DUARTE, Celina R. A Lei Falcão: antecedentes e impacto. In: LAMONIER, Bolívar (org.) *Voto de Desconfiança: eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979*. São Paulo: Vozes, 1980.

FERRAZ, Francisco. As eleições de 1974 e o futuro do bipartidarismo no Rio Grande do Sul. In: FLEISCHER, David (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

FERREIRA, Oliverios. O comportamento eleitoral em São Paulo. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº8 – abril de 1960.

_____. A crise de poder do “sistema” e as eleições paulistas de 1962. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº16 – janeiro de 1964.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. São Paulo: Ed. da FGV, 1999.

FIGUEIREDO, Marcus e JORGE, Vladimyr L. São Paulo: dinâmica e formato do sistema partidário. In: JUNIOR, Olavo B. (org.). *O Sistema Partidário Brasileiro – diversidade e tendências – 1982-94*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FILHO, Luís V. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

FLEISCHER, David. O Trampolim Político: mudanças nos padrões de recrutamento político em Minas Gerais. In: *Revista da Administração Pública*. Rio de Janeiro, janeiro/março de 1973.

_____. Concentração e Dispersão Eleitoral: um estudo da distribuição geográfica do voto em Minas Gerais (1966-1974). In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº 43 – julho de 1976.

_____. A Bancada Federal Mineira: trinta anos de recrutamento político, 1945-1975. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº 45 – julho de 1977.

_____. A Redemocratização em Minas: recrutamento à Assembléia Legislativa mineira 1947-1977. In: *Cadernos DCP*. UFMG, Nº 4 – agosto de 1977.

_____. *Renovação Política – Brasil 1978: eleições parlamentares sob a égide do “Pacote de Abril”*. Brasília: Série Sociologia, 1980.

_____. (org.). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: UnB, vol. 1, 1981.

_____. Partidos e Mudanças Institucionais: Congresso Nacional, novembro de 1983. (trabalho apresentado no VII Encontro Anual da ANPOCS, novembro de 1983).

_____. *Uma análise das eleições de 1982 em Minas Gerais*. (trabalho apresentado no VIII Encontro Anual da ANPOCS, 23 a 26 de outubro de 1984).

GUIMARAES, Ari. Bahia: uma eleição sem surpresas. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº43 – julho de 1976.

_____. Partidos e comportamento eleitoral em 1978. In: FLEISCHER, David (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

HIPÓLITO, Lúcia. *PSD: de raposas a reformistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

JAGUARIBE, Hélio. A renúncia do presidente Quadros e a crise política brasileira. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. I, Número 1, novembro de 1961.

KINZO, Maria d’Alva G. *Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB1966/1979*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

KRIEGER, Daniel. *Desde as missões... saudades, lutas, esperanças*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

LAMONIER, Bolívar (org.) *Voto de Desconfiança: eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979*. São Paulo: Vozes, 1980.

LAMOUNIER, Bolívar e CARDOSO, Fernando H. (orgs). *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LAVAREDA, Antônio. *A Democracia nas Urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.: IUPERJ, 1991.

LAVER, Michael, SHEPSLE, Kenneth. How political parties emerged from the primeval slime: party cohesion, party discipline and the formation of governments. In: BOWLER, Shaum, FARRELL, David and KATZ, Richard. (coords). *Party Discipline and Parliamentary Government*. Ohio State University, 1999.

LEAL, Vítor N. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LEITE, Kelen C. Partidos e organizações políticas no município de São Carlos (1964-1979). In: *Teoria e Pesquisa*. Revista do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais e departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos. Nº 32-33, Janeiro-Dezembro 2000.

LIMA, Marcelo O. de. Volatilidade eleitoral em SP, 1985-1992. In: *Novos Estudos – CEBRAP*. Nº 46 – Novembro /1996.

LOPES, Fábio J.R. Partidos e organizações políticas em São Carlos (1979-1996). In: *Teoria e Pesquisa*. Revista do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais e departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos. Nº 32-33, Janeiro-Dezembro 2000.

LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MAINWARING, Scott, MENEGUELLO, Rachel e POWER, Timoty. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MALHEIROS, Arnaldo. O comportamento do eleitorado paulistano no pleito de 59. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº10 – janeiro de 1961.

MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985 – 1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MELHEM, Célia S. *Política de Botas Amarelas. O MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988*. São Paulo: Editora Hucitec – Departamento de Ciência Política – USP, 1998.

MOTTA, Rodrigo de S. *Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MUSZYNSKI, Maria J. *O Impacto Político das Migrações Internas: o caso de São Paulo (1945 – 1982)*. São Paulo: Séries Monografias. Nº 1, IDESP, 1986.

NERY, Sebastião. *As 16 derrotas que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.

NICOLAU, Jairo M. *Multipartidarismo e Democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

NOVAES, Alberto M. O primeiro turno da eleição para prefeito de SP. In: *Novos Estudos – CEBRAP*. Nº 46 – Novembro/1996.

NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: ENAP – Escola Nacional de Administração Pública, 1997.

PANEBIANCO, Ângelo. *Modelos de Partido. Organización y poder en los partidos políticos*. Madri: Alianza, 1990.

PIERUCCI, Antônio F. A direita mora do outro lado da rua. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Nº 10, Vol. 4 – Junho/1989.

_____. As bases da nova direita. In: *Novos Estudos – CEBRAP*. Nº 19. Dezembro/1987.

_____. E LIMA, Marcelo C. de. São Paulo, 1992 – a vitória da direita. In: *Novos Estudos – CEBRAP*. Nº 35. Março/1993.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *Mandonismo local na vida política brasileira – e outros ensaios*. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

REIS, Elisa. Mudança e Continuidade na política rural brasileira. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Abril/1988, Volume 18, Nº 1.

REIS, Fábio Wanderley (org.). *Os Partidos e o Regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978.

SAMPAIO, Nelson de S. A formação dos partidos políticos na Bahia, 1945-1958. In: FLEISCHER, David (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

_____. As eleições baianas de 1962. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº 16 – janeiro de 1964.

_____. Eleições baianas. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº 8 – abril de 1960.

_____. Meio século de política baiana. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº 20 – janeiro de 1966.

_____. Perfil eleitoral da Bahia – 1966. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº 23/24 – julho de 1967/janeiro de 1968.

SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global, 1982.

SAMUELS, David. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. In: *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, 1997/Volume 40, Número 3.

SANTOS, André M. *Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre os deputados brasileiros (1946 – 1998)*. (Tese de Doutorado). Porto Alegre: PPG – Ciência Política – UFRGS, 2000.

SANTOS, Wanderley G. Governadores-políticos, governadores-técnicos, governadores-militares. IN: *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, 1971/ Número 8.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: UnB, 1982.

SOUZA, Maria do C. C. de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964) – 3ª ed* – São Paulo: Editora Alfa Omega, 1990.

TRINDADE, Hélió. A polarização eleitoral numa comunidade agro-industrial moderna. In: REIS, Fábio (org.) *Os Partidos e o Regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978.

TRINDADE, Hélió. Eleições e partidos no Rio Grande do Sul: do sistema multipartidário à criação do bipartidarismo (1950-1976). In: FLEISCHER, David (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

TRINDADE, Hélió e CEW, Judson de. Confrontação Política e Decisão Eleitoral: as eleições municipais de 1976 em Caxias do Sul. In: REIS, Fábio (org.) *Os Partidos e o Regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978.

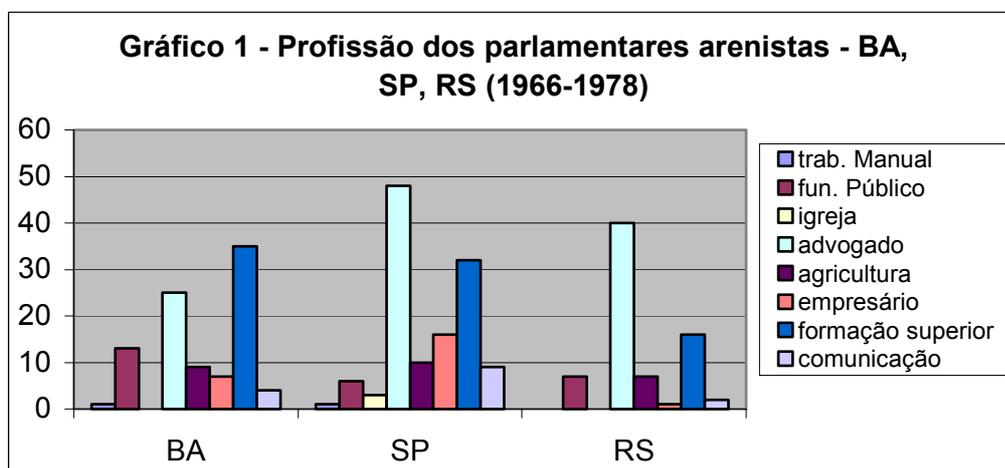
_____, e NOLL, Maria I. Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul – 1945-1994. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS / Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1995.

_____. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS/Sulina, 1991.

XAUSA, Leônidas e FERRAZ, Francisco. O surgimento do bipartidarismo no Rio Grande do Sul nas eleições de 1966. In: FLEISCHER, David (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

WANDERLEY, G. dos Santos. *Crise e Castigo: partidos e generais na política brasileira*. São Paulo: Vértice, 1987.

ANEXO A



ANEXO B

Carta de Raul Pila ao Presidente Castelo Branco

“Como cidadão brasileiro e, mais, como rio-grandense, cumpro o dever de dar alguns esclarecimentos a Vossa Excelência sobre a sucessão governativa do meu estado.

A candidatura do eminente Professor Rui Cirne Lima surgiu naturalmente nos círculos universitários e políticos, entre os partidos que depois vieram a constituir a Arena, antes que se definisse, creio eu, a candidatura dos dois outros pretendores no seio da nova organização política, como expressão do generalizado anseio de renovação dos práticos políticos e administrativos que vinham deprimindo e abastardando o Estado. Era, pois, uma candidatura verdadeiramente revolucionária, e não apenas circunstancialmente revolucionária.

Os objetivos revolucionários não poderiam ser confiados a melhores e mais seguras mãos, que as do Professor Cirne Lima.

Quem isto diz a Vossa Excelência, Senhor Presidente, é um revolucionário que pede meças com quem mais o seja, pois já pregava abertamente a revolução como único recurso de salvação, quando outros ainda se encolhiam e procuravam afagar o poder desçaçaimado.

Alega-se agora, contra a candidatura naturalmente surgida no seio da Arena, o apoio que lhe dará o partido adverso na Assembléia Legislativa. Será, por isto, uma candidatura anti-revolucionária. Mas quem quer que examine desinteressadamente a questão vê logo que em vez de ser, por isto, anti-revolucionária, é, pelo contrário, uma candidatura supra-revolucionária, isto é, capaz de trazer a oposição a colaborar na verdadeira obra revolucionária, que é a regeneração de usos e costumes.

Nem tal coisa pode trazer estranheza quanto à minha terra. Os revolucionários farroupilhas depuseram nobremente as armas e fizeram a paz, ante a ameaça de invasão estrangeira. E será necessário lembrar a Frente Única rio-grandense em 1929? Agora os adversários da revolução só têm um desejo nobremente humano e facilmente compreensível: a paz e a prosperidade da sua terra, tão infeliz ultimamente, isto é, desejam que a Revolução dê os frutos prometidos e já agora de todos desejados.

Este é, Senhor Presidente, o depoimento que me senti obrigado a prestar para que tenha Vossa Excelência em mãos todos os elementos para julgar a importante questão”. (Carta de Raul Pila ao presidente, general Castelo Branco, datada de 28-6-1966 e reproduzida de Krieger, 1976; 213-214).